



Celso Antonio Favero
Stella Rodrigues dos Santos

O campesinato e o Bolsa Família no Semiárido do Nordeste

EdUnpb
Editora da Universidade do Estado da Bahia



O campesinato
e o Bolsa Família
no Semiárido
do Nordeste

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lisma



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reitor

José Bites de Carvalho

Vice-Reitora

Carla Liane N. dos Santos



Editora da Universidade do Estado da Bahia

EDITORA DA UNIVERSIDADE
DO ESTADO DA BAHIA

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Atson Carlos de Souza Fernandes

Liege Maria Sitja Fornari

Luiz Carlos dos Santos

Maria Neuma Mascarenhas Paes

Tânia Maria Hetkowsky

Suplentes

Edil Silva Costa

Gilmar Ferreira Alves

Leliana Santos de Sousa

Mariângela Vieira Lopes

Miguel Cerqueira dos Santos

Celso Antonio Favero
Stella Rodrigues dos Santos

O campesinato e o Bolsa Família no Semiárido do Nordeste

Salvador . EDUFBA | EDUNEB . 2016

2016, Celso Antonio Favero e Stella Rodrigues dos Santos.
Direitos dessa edição cedidos à Edufba e à Eduneb.
Feito o depósito legal.

*Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.*

Projeto Gráfico

Gabriela Nascimento

Xilogravura da capa

Pita Paiva

Revisão e normalização

Filipe Cerqueira Castro

Normalização

Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Favero, Celso Antonio.

O campesinato e o Bolsa Família no semiárido do nordeste / Celso Antonio Favero,
Stella Rodrigues dos Santos. - Salvador: EDUFBA, EDUNEB, 2016.

274 p.

ISBN 978-85-232-1521-7 (Edufba)

ISBN 978-85-7887-315-8 (Eduneb)

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Camponeses - Brasil, Nordeste. 3. Regiões
áridas - Bahia. 4. Agricultura familiar - Bahia. 5. Brasil, Nordeste - Política social.

I. Santos, Stella Rodrigues dos. II. Título.

CDD - 353.509842

Editora filiada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164 Fax: +55 71 3283-6160

www.edufba.ufba.br edufba@ufba.br

Editora da UNEB

Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – Bahia

www.uneb.br

editora@listas.uneb.br

Sumário

Prefácio

Anete B. L. Ivo ... 7

Apresentação

Celso Antonio Favero ... 15

Introdução

Celso Antonio Favero ... 19

Primeira parte – Uma leitura do campesinato do Semiárido do Nordeste do Brasil

O campesinato e o Semiárido do Nordeste do Brasil: a procura de uma abordagem

Celso Antonio Favero ... 37

Segunda parte – Impactos do Programa Bolsa Família no campesinato dos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê

Agricultura familiar, segurança alimentar e produção de sociabilidades no Território de Identidade Bacia do Jacuípe (Ba)

Stella Rodrigues dos Santos ... 109

Programa Bolsa Família e relações de gênero e geração na agricultura camponesa do Semiárido: o Território de Identidade Bacia do Jacuípe

Celso Antonio Favero

Stella Rodrigues dos Santos ... 167

“Agora não estamos mais na roça, estamos no mundo”: a sustentabilidade da agricultura camponesa no Semiárido Nordestino

Celso Antonio Favero ... 215

Prefácio

Esse livro, organizado por Celso Antonio Favero, explora as relações contraditórias entre sociedade, natureza, Estado e mercado sobre o território do Semiárido baiano, analisando como as intervenções das políticas neodesenvolvimentistas recentes, tanto as intervenções em infraestrutura como as políticas de transferência de renda e estímulo à inclusão produtiva, afetam os grupos tradicionais,¹ ou seja, as condições de vida e trabalho do campesinato² e o meio ambiente.

A obra resulta de um longo esforço de pesquisa empreendido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), liderado por Celso Antonio Favero e Stella Rodrigues Santos, e traz reflexões inovadoras, produzindo uma crítica indireta a um “novo desenvolvimento brasileiro” nos anos mais recentes (2004-2014), que desconstrói formas pré-existentes de organização da vida camponesa na região do Semiárido baiano e gera novas problemáticas e formas de pertencimento social.

As análises expõem a contraface do neodesenvolvimentismo brasileiro pela dissolução das formas de vida do campesinato, com base em relatos da experiência vivenciada por esses indivíduos. O título do livro é emblemático dos novos sentidos das mudanças sobre o “lugar” do campesinato hoje: *O campesinato e o Bolsa Família no Semiárido do Nordeste*.

1 A expressão “*povos tradicionais*”, no verbete “Desenvolvimento e Povos Tradicionais” de Eliane Cantarino O’Dwyer (2013, p. 123), designa uma diversidade de situações sociais “[...] contrastivas” à ‘modernidade’ situadas à margem das representações de ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’ dos poderes econômicos e políticos hegemônicos”. Para a autora “[...] a expressão refere-se a modos de apropriação, organização e uso do espaço que produzem territórios de ocupação tradicional, em contraposição a concepções de terra como mercadoria, elemento natural à disposição da exploração econômica, e do território como constituído pelo exercício do controle político institucional e de poder.”

2 A categoria de “campesinato” é entendida como um grupo de agricultores não patronais e não latifundiários, que organizam formas próprias de viver e trabalhar associadas a uma forma social de produção, que corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

O conjunto dessas mudanças aqui analisadas parece tipificar o que David Harvey (2004) chama de “acumulação por espoliação”, significando uma nova etapa de acumulação do capital, no contexto contemporâneo. Para Harvey (2004, p. 229), “No capitalismo, existe uma contradição central entre lógicas *territoriais* e lógicas *capitalistas* do poder”. Segundo ele “[...] o capitalismo não tem mais a possibilidade de criar lucros somente a partir da produção industrial, como no tempo do fordismo”. A reprodução capitalista hoje retorna a processos de acumulação primitiva, estabelecendo uma matriz conflitiva entre o território e o capital, numa dinâmica em que a economia não se autonomiza do sistema político, mas, ao contrário, depende de um papel ativo do Estado e dos governos nas intervenções sobre os territórios. Esse processo de incorporação e apropriação de novos territórios e segmentos sociais da região do Semiárido do Nordeste brasileiro implica simultaneamente a dissolução das formas sócio-históricas e culturais do campesinato.

O livro explora, portanto, as tensões entre três dimensões articuladas: o território (o Semiárido Nordestino), a reprodução camponesa e o neodesenvolvimentismo do Estado nacional. Essas dimensões não se constituem em objetos específicos dos capítulos, mas aparecem mescladas às análises derivadas da experiência vivida e relatada pelos sujeitos da pesquisa. Sob forte protagonismo do Estado nacional, a região transformou-se sob impacto dos grandes investimentos em infraestrutura (estradas, dutos, extrativismo mineral etc.) e pela reorganização da vida econômica e social das famílias de pequenos e médios agricultores via um intenso processo de monetarização das trocas, protagonizado pelos programas sociais de combate à pobreza (transferência de renda, acesso ao crédito e programas de inclusão produtiva).

Diante dessa realidade em mudança, os autores desse livro buscam explicitar e decifrar: Como as intervenções institucionais, políticas e econômicas impactam sobre o território do semiárido brasileiro e o meio ambiente e sobre as formas preexistentes de vida e trabalho das famílias camponesas? Que novos atores surgem e como reapropriam-se desse ter-

ritório? Como a expansão dos novos programas sociais (Bolsa Família, economia solidária, educação etc.) interfere sobre a organização dos ciclos reprodutivos tradicionais das famílias camponesas, e afeta os papéis internos e externos dos membros da família? Como a monetarização acelerada das atividades produtivas e de consumo altera a matriz identitária das “populações tradicionais”?

Essas indagações permeiam os quatro capítulos que estruturam essa obra. Neles, os autores apresentam o Semiárido como um “lugar” contraditório, de novos e velhos atores, também submetido ao impacto dos grandes projetos de investimento e às formas de expropriação da natureza. Do lado social, o Programa Bolsa Família é entendido como um pilar do neodesenvolvimentismo brasileiro e analisado de diversas perspectivas: a segurança alimentar; as relações de gênero; a sustentabilidade da comunidade camponesa. O livro discute, ainda, formas de economia solidária das comunidades rurais.

Com base em estudos antropológicos,³ Karl Polanyi (2000) analisou como a ordem da produção e distribuição nas sociedades tribais orientava-se segundo dois princípios não necessariamente econômicos, o da reciprocidade e o da redistribuição. O princípio da reciprocidade, nas sociedades primitivas, busca salvaguardar a produção e a subsistência das famílias; e o princípio da redistribuição, orientava-se socialmente para a organização da coleta, do armazenamento e da redistribuição de bens e serviços como condição de viabilização da reciprocidade e da proteção social do grupo. Portanto, nas sociedades tradicionais, o princípio da redistribuição não se constitui em função estritamente econômica, mas relaciona-se às relações sociais e a uma forma de organização social e política. Esses princípios assumiram formas históricas singulares, combinações e arranjos que subordinam regiões imensas e agentes locais a escalas e formas complexas de integração ao mercado.

3 Com base em estudos realizados por vários antropólogos, como Malinowski.

A prevalência do mercado sobre todas as dimensões da vida e do território, no contexto contemporâneo, como observada no semiárido baiano, desordena as relações sociais e as formas de organização das comunidades camponesas, reorganizando-as sobre a prevalência do mercado. Esse processo é impulsionado por políticas públicas indutoras de uma mercantilização acelerada da economia local e de uma monetarização dessa economia e sociedade. Essa mercantilização reapropria-se dos princípios da reciprocidade, redistribuição e administração doméstica, próprios da agricultura camponesa, subordinando-os à dinâmica do mercado e às novas institucionalidades da proteção social e inclusão produtiva, com forte protagonismo de governos e agentes financeiros, como bancos etc., gerando “cidadãos para o mercado”.

No seu conjunto, o livro oferece um olhar sociológico sobre esse novo desenvolvimento e o padrão de integração da produção local aos circuitos ampliados (nacional e global) das trocas mercantis, afirmando nova matriz da cidadania social. Assim, as análises apresentadas têm o potencial de compreender o semiárido para além da experiência vivida localmente, mas abrindo-se a uma dimensão política mais ampla, que é também econômica e institucional.

A abordagem adotada escapa a uma visão triunfalista dos processos de inovação social do neodesenvolvimentismo e supera também pesquisas excessivamente particularistas, que restringem-se a um empirismo descritivo dos processos locais observados. Fugindo às visões normadas pelas políticas públicas, os autores optaram por um caminho de pesquisa que se abre a um conhecimento construído “no chão percorrido”, adquirido no estreito e longo contato com a realidade e os sujeitos pesquisados, o que significou um conhecer renovado por uma dialética permanente entre os pesquisadores e o campesinato.

A integração da produção local aos novos fluxos nacionais e internacionais do mercado, bem como aos programas sociais de transferência de renda, estabelecem relações contraditórias entre os saberes técnicos, a neomodernização e o saber camponês com as esferas institucionais e de

poder. A externalização dos agentes locais e da produção regional com o campo institucional das políticas e o sistema monetário torna-se radicalmente nova, mas o caráter desse “novo” é ambíguo e promove tanto a integração e assimilação do campesinato aos fluxos modernos, como a dominação e conflito, reveladores da face imperativa que permeia as relações em escala entre o local, o nacional e o global, mediadas pela monetarização dessa economia e pelas políticas.

Assim, o livro oferece novas contribuições que permitem questionar as formas concretas pelas quais o mercado se enraíza nas estruturas territoriais e sócio-históricas do semiárido baiano e como se alimentam permanentemente das organizações de vida e trabalho do campesinato pré-existente, transformando-o e ressignificando-o. Essa crítica dos autores não significa, no meu entender, uma defesa do “atraso cultural” do campesinato, mas expõe a contraface “destruidora” implícita aos processos de modernização recente, numa dialética em que as novas políticas sociais, ao mesmo tempo em que amparam e incluem essas populações aos direitos sociais, também reconvertem as formas de sociabilidade do campesinato num agenciamento do mercado e consumo, transformando-os em “beneficiários” e sujeitos do consumo ou do mercado. Como designo no meu livro,⁴ em “coletivos de destino”, objetivados pelas políticas públicas ou uma “classe para o outro”, como aludiu Bourdieu (1977),⁵ pelo caráter imperativo de reorganização da economia familiar camponesa e de seus novos vínculos relacionais (produção, família, moradia etc.) pelo Estado e o mercado.

Os resultados apresentados fornecem uma visão entrecruzada de diversas problemáticas, fazendo interagir as interconexões sociais, econômicas, institucionais e políticas no território. Essas interseções entre o socioeconômico, o cultural e histórico dão conta da complexidade do território e do caráter ambivalente dessas mudanças para os diferentes atores

4 *Viver por um fio: pobreza e políticas sociais.* (IVO, 2008)

5 No meu livro, recuperei essa dimensão de Bourdieu (1977) para analisar o processo de objetivação e despolitização dos sujeitos, objetos de atenção dos programas sociais. (IVO, 2008)

deste. Com essas preocupações, esse livro apresenta um caminho aberto e renovado de pesquisa, oferecendo um conhecimento experimentado na longa trajetória desses pesquisadores *encastrés* (inseridos e envolvidos) no “viver” camponês, desde a origem familiar de muitos de seus autores, até as suas longas trajetórias de pesquisa de campo com o universo camponês.

Não conheço todos os autores que escrevem no livro, mas conheço de longa data o seu organizador, nosso colega Celso Favero, desde meados da década de oitenta, quando ensinei Sociologia Rural no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e ele desenvolvia a sua dissertação de mestrado. Desde aquela época, ele combinava sua experiência de assessoria aos movimentos sociais no campo à realização de mestrado, buscando uma fundamentação sólida e rigorosa para esclarecimento dos processos ambivalentes de inclusão/exclusão do campesinato. Seguimos trabalhando em instituições diferentes, mas mantivemos sempre algum diálogo e, sobretudo, um reconhecimento silencioso e pertinente dessa nossa interlocução. Em 2008, quando publiquei o meu livro, ele convidou-me a discuti-lo com o seu grupo de pesquisa na UNEB. Mais adiante, nos reencontramos em alguns seminários acadêmicos, ocasiões em que ele renovava preocupações permanentes sobre um modo de pesquisar rigoroso, mas indignado com a dissolução das formas de vida e trabalho do campesinato. Mais recentemente, entre março e agosto de 2015, tive a honra de recebê-lo no Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para um estágio sabático (pós-doutorado), cujo plano de trabalho envolvia a elaboração desse livro, entre outros. Foi uma honra para mim e para o Centro tê-lo de volta ao nosso convívio. Honra pela qualidade e seriedade da sua pesquisa e pelas possibilidades de retomada dessa interlocução que esse prefácio pode promover.

Celso Antonio Favero é um artesão da pesquisa sociológica, um estudioso determinado na busca de um conhecimento rigoroso e original, que tenta apreender as “novas ruralidades”. A sua trajetória de pesquisa implicou sempre uma crítica ao “modo de pesquisar”, optando por priorizar a ex-

períencia vivida pelo campesinato e os estudos qualitativos de campo. À investigação científica também incorporou um “modo político e ético” de se “comprometer” com os sujeitos pesquisados, sem abrir mão do rigor científico. É o que Favero chama, na Introdução desse livro, de uma “pedagogia da pesquisa”, nos lembrando, mesmo sem estabelecer uma relação direta e consciente, os ensinamentos de Paulo Freire (1987), no livro *Pedagogia do oprimido*,⁶ discutindo a relação dialética entre opressores *versus* oprimidos e concluindo pela necessidade de uma práxis orientada para a superação dessas contradições. Para ele é exatamente pela condição de subalternidade e porque esses oprimidos encontram-se reduzidos a “coisas” que eles se encontram “destruídos”. A superação dessa condição supõe, portanto, que se ultrapasse a sua “coisificação” ou desumanização social.

Essa coletânea materializa, portanto, um duplo dever: o da devolução à sociedade, e, principalmente, aos movimentos e às organizações camponesas dos resultados dessa pesquisa social e o de um comprometimento da pesquisa no desvelamento crítico dos processos sociais, como Favero conclui a sua apresentação:

[...] contribuir para a promoção de indignação contra a desumanidade que se pratica contra o campesinato e para a produção de um mundo justo, no qual o lugar do camponês e o próprio personagem camponês tenham lugar e sejam considerados participantes significativos da história.

Salvador, 9 de março de 2016.

Anete B. L. Ivo⁷

6 Publicado originalmente em inglês, em 1970, e traduzido pelo autor para o português em 1975.

7 Socióloga, Professora aposentada com vínculo docente com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Atualmente, professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. É pesquisadora do CRH e do CNPq e Fellow do Comparative Research Programme on Poverty (CROP) da University of Bergen – do International Social Science Council (2015-2018).

Referências

BOURDIEU, P. Une classe objet. In: RECHERCHE EM SCIENCES SOCIALES, ÉCOLE DES HAUTES ETUDES EN SCIENCES SOCIALES E MAISON DES SCIENCES DE L'HOMME, 17/18., 1977, Paris. *Anais...* Paris: Maison des Sciences de l'homme, 1977. p. 2-5.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IVO, A. B. L. *Viver por um fio: pobreza e políticas sociais*. São Paulo: Annablume, 2008.

O'DWYE, E. C. Desenvolvimento e povos tradicionais. In: IVO, A. B. L. (Coord.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013. p. 123-128.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Apresentação

Nosso interesse pela questão camponesa tem origem, primeiramente, no fato de ambos os autores serem filhos de camponeses; ele ganha nova qualidade a partir dos vínculos estabelecidos e desenvolvidos ao longo das nossas trajetórias pessoais, profissionais, acadêmicas e políticas com movimentos e organizações de camponeses, principalmente do Semiárido da Bahia. No diálogo com movimentos sociais e com personagens do mundo acadêmico, muitas vezes acalorado, e no contato pessoal com comunidades camponesas, as percepções sobre este mundo ganharam sentido, o que não significa que toda a sua complexidade tenha sido, por nós, decifrada. Mas, sem esses contatos, pessoas e lugares e sem as provocações desses personagens, certamente, nem este livro teria vindo à luz.

É muito longa a lista dos lugares, das pessoas, dos movimentos e das organizações sociais a quem devemos agradecimentos. Mas, no tocante ao conteúdo específico deste livro, não podemos esquecer personagens como Genelício e Elton, de Ipirá, os professores e alunos da Escola Família Agrícola de Quixabeira, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Riachão do Jacuípe, Nereide, de Pintadas, com todo o grupo que com ela atua, Paula e o Sr. José, de Barro Alto, a professora Dorath, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) de Irecê, as centenas de famílias e de comunidades que nos acolheram, a nós e aos estudantes, durante estes últimos quase dez anos. No chão e nas paradas das longas estradas caminhadas, todos esses personagens marcaram os nossos passos e as nossas vidas.

Agradecemos, igualmente, às instituições de apoio à pesquisa que, somadas, proporcionaram condições financeiras para a realização das mesmas, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – Edital Ministério da Ciência, Tecnologia (MCT)/CNPq N.º 036/2010 e Edital Ministério da Ciência,

Tecnologia e Inovação (MCTI)-CNPq/MDS –, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) (Nº 24/2013) e a UNEB – Edital Programa de Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, Atração, Interiorização e Fixação de Pesquisadores da UNEB (PROFORTE), 2009-2010. Com o CNPq/MDS, entre 2010 e 2015, realizamos diversas oficinas, com troca de informações e debates entre os participantes dos dois editais.⁸ A UNEB, além da sua contribuição financeira via Edital, foi solícita, quando necessário, na disponibilização de meios de transporte para locais da pesquisa e também na oferta de infraestrutura para o desenvolvimento da pesquisa, particularmente em Irecê. Sem esquecer que, apesar desses aportes de recursos, as pesquisas não teriam ocorrido sem o desembolso de dinheiro nosso, da equipe, inclusive das dezenas de bolsistas que conosco trabalharam, e sem a contribuição de muita gente por onde andamos. Ainda com relação aos estudantes da UNEB, é necessário assinalar que foi de singular importância a contribuição nos debates nesses últimos três anos da Turma Especial de Bacharelado em Direito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), da UNEB.

Entendemos, nesses anos de pesquisa, que o estudo de um tema como o que é proposto para este livro – a decifração da forma camponesa e dos seus modos de produção de vida no Semiárido do Nordeste do Brasil – não pode ser realizado considerando apenas documentos e informações de bancos de dados. Com certeza, estes foram importantes; eles nos deram aportes significativos e que facilitaram outros modos de abordagem das realidades pesquisadas. Mas foram tão ou mais importantes ainda, as idas para o campo, envolvendo desde as caminhadas longas e desprentensiosas à observação e às conversas, além das rodas de conversas, as entrevistas, a aplicação de questionários, as oficinas e os seminários. Ao subordinarmos todos esses atos aos requerimentos de uma “pedagogia investigativa” e ao

8 Para a pesquisa realizada com base no primeiro Edital (2010), fomos autorizados pelo MDS a acessar informações constantes do Cadastro Único relativas ao Território Bacia do Jacuípe.

considerarmos que a pesquisa é sempre uma ação de experiência, os anéis que estruturavam os processos de investigação se soltaram e, frequentemente, alguns deles se perderam no caminho, para darem lugar a novos anéis e a novas correntes de fontes de informações e de conhecimentos. A pesquisa é um processo sempre inacabado, interminável, um acercamento de objetos para o que se precisa, muitas vezes, tatear.

Com a publicação deste livro, nós queremos, mais do que tudo, cumprir compromissos acadêmicos, políticos e éticos que se traduzem na devolução para a sociedade e, principalmente, para os movimentos e as organizações de camponeses do Semiárido da Bahia, do resultado de um investimento social; esses compromissos se traduzem, igualmente, como uma forma de devolução para os interlocutores e os colaboradores na produção das informações de uma parcela do que eles, conosco, produziram. Isso não significa a abdicação de autorias, mas o reconhecimento de contribuições valiosíssimas que, é possível, nós, os autores do livro, não tenhamos conseguido ainda compreender. O livro aparece, assim, como um espaço para o debate; ou como um conjunto de peças, pequenas peças, muitas peças, que, acreditamos, poderão contribuir para a promoção de indignação contra a desumanização que se pratica hoje, com intensidade inédita, contra o campesinato e para a produção de um mundo justo, no qual o lugar do camponês e o próprio personagem camponês sejam contemplados, reconhecidos e considerados participantes significativos da história.

Celso Antonio Favero



INTRODUÇÃO

A vela ilumina a casa onde se produz a vida

Comunidade Rural no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Semiárido da Bahia. Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Fotógrafos: Eugenia Santos Ribeiro e Filipe José de Valois Coutinho Rocha de Souza. 12 de outubro de 2014.

Nas últimas décadas, mais uma vez, o Semiárido do Nordeste do Brasil – e particularmente o da Bahia – foi transformado em canteiro de obras do extrativismo mineral, da produção energética (eólica) e do hidroagronegócio; ao mesmo tempo, com a finalidade de viabilizar esses empreendimentos, o Estado espalhou nas regiões deste vasto e heterogêneo Semiárido, grandes obras de infraestrutura e logística, como estradas (rodovias e ferrovias), linhas de transmissão de energia elétrica, além de dutos e canais de água, como os da transposição de águas do Rio São Francisco.

Além do grande número desses empreendimentos, chama a atenção o seu tamanho e, principalmente, o novo modelo tecnológico adotado e a sua transformação, pelo *marketing*, em símbolos e em vitrines do que seria o progresso e o futuro da região. Como contrapartida desse processo, que é, também, de destruição de comunidades camponesas, o Estado vem transformando a região, principalmente essas comunidades, em laboratório de um novo modelo de políticas sociais: as de transferência de renda, que, como resultado, contribuem para o deslocamento dessa população do campo da produção de alimentos para o da apropriação de dinheiros e para o consumo. Introduce-se, assim, no Semiárido, em nome do desenvolvimento, uma nova “situação de fronteira”, das fronteiras de um novo modelo de desenvolvimento, e o agravamento das contradições e dos conflitos por terra, água e territórios, com o constrangimento e o próprio apagamento de personagens e de movimentos sociais, para a criação de outros. As populações e/ou as comunidades das áreas de “fundo de pasto”,⁹ por exemplo, são um dos objetos dessa pressão.

Situado neste contexto, o Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), há mais de dez anos, abriu um campo de investigações com a fina-

9 Se tratará disso – inclusive da definição de “fundo de pasto” – no primeiro artigo deste livro.

lidade de contribuir para decifrar esses processos e essas novas situações e de oferecer às organizações e aos movimentos sociais da região, subsídios para o seu enfrentamento. O projeto do grupo, iniciado em 2007 (antes deste ano, desde 1997, o grupo realizou pesquisas em outras regiões do Semiárido da Bahia e do Nordeste), se desdobrou, até hoje, em cinco momentos ou frentes de trabalho: 1) Um estudo sobre a relação entre o Programa Bolsa Família (PBF) e a (in)segurança alimentar (envolvendo as mudanças de hábitos alimentares) no Território de Identidade Bacia do Jacuípe; 2) Uma análise da economia solidária nas comunidades rurais do Território de Identidade Bacia do Jiquiriçá; 3) Um estudo da relação entre o PBF e as questões de gênero e geração no Território de Identidade Bacia do Jacuípe; 4) Uma investigação sobre a produção de danos ambientais por grandes empreendimentos do hidroagronegócio, da mineração e da produção energética no Vale do Rio São Francisco; 5) Um estudo sobre a contribuição do PBF na produção da sustentabilidade (social, econômica e ambiental) da agricultura camponesa no Semiárido. Descobriu-se, nesse trajeto, que não há um campesinato no Semiárido, e mesmo no interior de um único destes territórios aonde estivemos: há campesinatos.

Em todo este processo, os campesinatos – classificados, na região, como “símbolo do atraso” e “vítima do progresso” – tornaram-se o nosso principal interlocutor. No contato com eles, ao indagarmos sobre as perspectivas e as estratégias que os movem no enfrentamento dessas múltiplas contradições que se renovam constantemente no seu caminho, eles nos responderam, frequentemente, perguntando sobre as contribuições da Universidade na produção e no desenvolvimento de caminhos e de instrumentos para o entendimento e a superação dessas situações de injustiça social. Eles nos disseram, principalmente, que se sentiam, hoje, como se o chão estivesse fugindo de debaixo dos seus pés.

Essa resposta/indagação nos permitiu entender que, para se estabelecer com o campesinato uma interlocução adequada, era necessário, da parte da Universidade, o desenvolvimento de estratégias para o mú-

tuo reconhecimento e, igualmente, a produção de conhecimentos sobre as estruturas e os modos atuais de transformação do Semiárido do Nordeste. O neodesenvolvimentismo, envolvendo, juntamente com o incentivo a uma nova geração de grandes empreendimentos, um novo modelo de políticas públicas protagonizadas pelo PBF, que transforma a quase totalidade dos camponeses de produtores de alimentos e de sua própria existência em “beneficiários” e “consumidores”, inclusive de políticas públicas, desmanchando os seus territórios e modos de produção de vida, está induzindo, na região, um processo de “destruição criativa”; além disso, ele induz, igualmente, à assimilação das lideranças camponesas ao Estado e ao aprofundamento, sob novas circunstâncias, do estado de anomia social e política. No entanto, ele promove, na contramão desses processos e sob a poeira arrasadora dos mesmos, a emergência de novos personagens, projetos e movimentos sociais e políticos. Entende-se, enfim, que o deciframento dessas contradições e dos seus sentidos, realizado nas conversas entre personagens tão distintos como os camponeses e a universidade, pode permitir o fortalecimento desses novos movimentos sociais e políticos.

A estratégia de investigação se estruturou, em todo o processo, na pesquisa de campo e na produção de meios para o envolvimento e o cruzamento de olhares tão diversos, como o são os das ciências sociais e os tácitos e criativos dos agricultores. Entendia-se, nesse caminhar, que a pesquisa científica, considerando as temáticas que eram objetos das investigações, não poderia ser realizada apenas através da análise de documentos e de informações procedentes de bancos de dados, ou que o contato com as pessoas, nos seus lugares, é quase necessário para que se possa realizar com um mínimo de rigor o deciframento dessas realidades. Apostava-se, desse modo, que a pesquisa de campo, concebida como meio e processo de interlocução, ou como “pedagogia investigativa”, sempre apoiada em rigorosos instrumentos teóricos e metodológicos próprios à sociologia e à antropologia, seria capaz de produzir conhecimentos ade-

quados à transformação social e à produção da justiça social e, também, instrumentos para a realização dessas transformações. Não é, pois, principalmente na “devolução” às comunidades do resultado da pesquisa que se faz interlocução criativa, mas já no processo do pesquisar.

O trabalho de campo – modo privilegiado de acercamento desses objetos e de produção desses conhecimentos e dessa práxis – pode ser definido, conforme Brandão, como “uma vivência” que se faz a partir do “estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento”, envolvendo “diferentes categorias de pessoas”, como o antropólogo, o educador e os moradores de comunidades rurais. (BRANDÃO, 2007, p. 12) A “vivência” se define, por sua vez, como a prática cotidiana ou como o modo de experimentar alterações de situações sociais produzidas tanto pelas várias demandas dos sujeitos como pelo atendimento ou não dessas demandas nos contextos vivenciais. O pesquisador, na relação com as comunidades e as pessoas, produz novos campos de vivências que se interconectam e se adensam de acordo com a qualidade das interações produzidas. Ou seja,

[...] ainda que o antropólogo possa se armar de toda uma intenção de objetividade, de obtenção, de produção de dados e informações, os mais objetivos, os mais reais [...] possíveis, de qualquer maneira, muito mais do que em outros casos, todo trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva [...]. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado. (BRANDÃO, 2007, p. 12)

A pesquisa antropológica se define, assim, antes, não como “produção de conhecimentos”, mas como produção de conjuntos de “vivências” criadoras de conhecimentos científicos que envolvem, no seu processo, relações entre subjetividades; ela se constitui como o desenvolvimento

de estratégias e lugares para o estabelecimento de uma “pedagogia investigativa” (MARTINS, 2008), que se estrutura nos termos de um “artesanato intelectual”. (MILLS, 1980) A produção do conhecimento resulta, assim, de uma fina articulação entre teoria (as várias teorias que movem o pensamento tanto do camponês quanto do cientista social) e metodologia e, igualmente, da superação da visão que transforma métodos em puras técnicas preconcebidas. Ao caminhar pelas vias da “pedagogia investigativa”,

[...] o pesquisador desencadeia a investigação a partir das perguntas que o grupo estudado lhe faz, perguntando através de respostas para obter novas perguntas. Deixando-se interrogar e, assim, transformando-se em objeto de indagação, de deciframento do mundo de onde vem e de que faz parte. Trata-se de um modo de conhecer através da vontade de conhecer e de se conhecer da própria população estudada. (MARTINS, 2008, p. 11-12)

Considera-se, nesse sentido, que os camponeses e as suas comunidades inventam o seu cotidiano nas artes de fazer, nas astúcias e nas táticas de resistência pelas quais alteram os objetos e os códigos do real e se reapropriam como podem dos espaços e dos usos dos objetos; como diria Michel de Certeau (1994), eles golpeiam, fazem atalhos, jogam com palavras, mostrando que não obedecem passivamente, mas abrem o próprio caminho, na sua ação, no uso de produtos impostos, procurando viver do melhor modo possível a ordem social e a violência das coisas.

O estudo do campesinato transforma-se, assim, no do viver o cotidiano e no dos movimentos camponeses, ou ainda, no da sua resistência, das suas táticas e das suas criações; além de transformar-se também no estudo do próprio lugar do que se veste, vindo de fora, de pesquisador; estudos nascidos de dentro do próprio viver e dos seus movimentos. Entende-

se, nessa perspectiva, que as noções de estratégia e tática são úteis para este trabalho, na medida em que permitem compreender os modos como o homem simples, ordinário – esse homem que forma essa multidão “sem qualidade”, a despeito das imposições externas, no fragmento do seu cotidiano e do seu mundo –, encontra forças para produzir e reproduzir (resistir) a sua existência e para produzir conhecimentos sobre ela, que fazem parte da própria estratégia camponesa de interlocução com o estudo da universidade, que só o é se deixar-se estudar pelo outro.

Atacada por todos os lados – pelos grandes empreendimentos de mineração, de produção de energia eólica e do hidroagronegócio, pelos antigos latifundiários, pelas grandes obras públicas de infraestrutura, pelos processos de urbanização e pela expansão da nova geração de políticas públicas –, essa população muito significativa, considerando, inclusive, o seu número na região, vem perdendo cada vez mais a sua identidade e os seus lugares. Seria apenas uma adaptação a novos tempos, como advogam alguns? Qual é o custo, para as populações camponesas, desta adaptação?

O fato é que essa situação agrava-se em tempos de calamidades, como neste momento, com as secas, que colocam em evidência a sua baixa capacidade de resiliência. A situação agrava-se, igual e contraditoriamente, com a difusão dos Programas de Políticas Públicas de Transferência de Renda, como o PBF, que, em nome da produção da sua sobrevivência, os transforma em “beneficiários” e “consumidores” (inclusive de políticas públicas) subordinados a um sistema de *marketing* e a um mercado extremamente voraz. O dinheiro, qualquer dinheiro, e não mais a produção de bens e de meios de subsistência (alimentos) no próprio estabelecimento, passa a ser o elemento estratégico da sua sobrevivência biológica e o principal objeto de seu desejo.

Os campesinatos que vivem hoje no Semiárido do Nordeste são resultado de uma produção histórico-social e de uma determinada forma de produção histórica. Ao longo dos séculos, foram produzidos na região, além de indutores da formação dos campesinatos e da sua transformação,

sistemas de determinações que, dentre outras funções, cerceiam e bloqueiam o seu acesso ao mundo do desenvolvimento e o transformam em população marginal. Muitos são esses bloqueios, formando, hoje, verdadeiros sistemas, que têm, na negação ou no cerceamento do acesso à terra (e, conseqüentemente, à água), um dos seus elementos estruturantes. A própria modernização da agropecuária brasileira foi feita, como sublinha Wanderley (2009, p. 10-11), em nome da grande propriedade e sob o “comando da terra”, tornando a agricultura camponesa “um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. (WANDERLEY, 2009, p. 60) Esse bloqueio se desdobra, hoje, nas novas estratégias do capital e do Estado, que, através de processos de “destruição criativa”, asfixiam comunidades e às induzem à produção de novas estratégias de produção de vida.

Enfim, com base nessas pesquisas, nos últimos anos, o grupo produziu relatórios, cadernos de campo e uma quantidade relativamente grande de artigos e eventos, sempre com a finalidade da produção e da disseminação das informações na academia, dentro da Universidade e com as populações envolvidas nesses caminhar. Mas, principalmente, produziu conhecimentos no próprio caminhar, que repercutiram nos próprios sistemas de vivências dessas populações. Neste livro, como continuidade deste estudo, uma das tarefas da Universidade, e retomando o conjunto de material produzido, apresentamos quatro trabalhos (capítulos):¹⁰ um primeiro (primeira parte), no qual se estrutura a abordagem teórica que move os autores; os três seguintes, resultantes de pesquisa de campo.

Estes não são, portanto, trabalhos inéditos, porque foram construídos na estrada, ao longo do tempo, com múltiplas contribuições, e estão inacabados. Mas são inéditos na medida em que conhecimentos foram codificados e todos eles foram colocados juntos, completando-se uns nos

¹⁰ Por terem sido produzidos quase no campo da pesquisa e dos debates, é possível que o leitor encontre, entre os capítulos, informações repetidas.

outros. Há entre eles uma linha de pensamento que estabelece o seu nexos, que se apresenta no primeiro capítulo do livro. Essa linha nasce na assimilação de noções como as de formas sociais camponesas, comunidades camponesas e modos camponeses de produção de vida; ela se constitui, igualmente, na medida em que se tem em conta que o campesinato da região está envolvido, hoje, em processos que conduzem a deslocamentos nas estratégias e nos modos de produção de vida e, igualmente, ao próprio apagamento de comunidades para a introdução dessa população “no mundo”. Produção de territórios e de sociabilidades, políticas públicas de transferência de renda, insegurança alimentar, sustentabilidade, gênero e gerações, neodesenvolvimentismo são temas que vertem, assim, dos veios que remetem ao mundo camponês.

O lugar e o chão onde foram produzidos esses estudos são um pedaço do Semiárido do Nordeste do Brasil, um pedaço, também, do Semiárido da Bahia; “Semiárido”, nome que esconde uma enorme heterogeneidade em todas as dimensões imagináveis: os territórios de identidade Bacia do Jacuípe e Irecê, no Semiárido da Bahia, além do Território do Jiquiriçá e do Vale do Rio São Francisco, estes últimos não contemplados nos textos aqui incluídos. Nesses territórios e nessas regiões, em algumas dezenas de municípios, em centenas de comunidades camponesas, sertanejas, ribeirinhas, quilombolas, de assentamentos de reforma agrária e de fundos de pasto, articuladas ou não em associações, sindicatos e cooperativas, durante anos nós caminhamos, ficamos em sombras ou ao sol para enredar um bate-papo, encostamos em “moirões” de cercas de beiras de estradas ou em pés de árvores, nos abancamos em casas, igrejas, salas de aula, secretarias de prefeituras; nesses lugares, observamos, ouvimos histórias, conversamos, fizemos rodas de conversas, reuniões mais ou menos formais, muitas entrevistas, aplicamos questionários, envolvendo um número muito significativo de pessoas. Os cadernos de campo, os relatórios e as fotografias são o material bruto resultante deste trabalho. Hoje, é tanto esse material, que permite até mesmo perdermo-nos no meio dele

ou perdermos muito da riqueza que ele contém. Mas o material vivo produzido nesse processo é o que, possivelmente, ficou nas comunidades ou com lideranças da região. O livro é, portanto, apenas um dos produtos, não, provavelmente, o principal.

O livro nasce, assim, como uma codificação, como um fio que se destila desse material e que leva de determinado ponto – haverá outros pontos de quase chegada – a uma dentre as muitas estações dessa “morte e vida severina” que é o longo e intrincado caminho dos livros. É um fio tecido de muitos fios: os artigos, os autores, os personagens. Mas, apesar de o livro, no seu todo, ser a expressão, em determinado grau, do pensamento do conjunto do grupo que realizou as pesquisas e dos autores que assinam os textos, optou-se por apresentá-lo na forma de artigos ou de capítulos. Nesse sentido, mesmo para o grupo, o livro continua sendo um espaço não fechado, mas aberto ao debate; que se abre, igualmente, para os que contribuíram diretamente para a produção das informações que o sustentam.

No primeiro capítulo (“O campesinato e o Semiárido do Nordeste do Brasil: a procura de uma abordagem”), que forma, também, a primeira parte do livro (“Uma leitura do campesinato do Semiárido do nordeste do Brasil”), a intenção é apresentar o lugar onde se desenvolveu a pesquisa (o Semiárido nordestino), os personagens (o campesinato, os grandes empreendimentos, o Estado) e o arsenal de conceitos, remetendo aos seus autores, que estruturam o pensamento do grupo. Desenha-se, no trabalho, o grande cenário onde se desenvolve, atualmente, mais um ato do drama do campesinato, no seu embate com novos personagens, principalmente os grandes empreendimentos privados e públicos (incluindo as políticas de transferência de renda), que repovoam a região e contribuem para o desmanche dos seus territórios e modos de produzir a vida.

O Semiárido, mais do que o palco onde se desenvolvem os dramas do camponês e do próprio Semiárido, é um personagem, é produto e produtor da sua própria história. Ele é corpo e é imagem, singular e plural; ele é, igualmente, contraponto da sorte do camponês, é natureza, natureza

“historicizada”, violada, mas viva, que interfere, fere e cura. O contraponto é chão, é o “largo estreito” caminho da história do campesinato, é um personagem entre outros, o Semiárido e o latifúndio, o Semiárido e a grande empresa, o Semiárido e o camponês: o mundo. “Agora estamos no mundo”, dizia uma professora de uma escola rural de Irecê; não estamos mais no campo e na comunidade. A comunidade foi desmanchada em nome do desenvolvimento. O mundo não tem comunidade. Cabe, agora, agir no mundo, perder-se e encontrar-se nele, cada um por si. Tudo pelo dinheiro, já que o Semiárido virou “território do dinheiro”.

Para dar conta da produção desse cenário e do desenrolar da cena, após a apresentação dos personagens centrais – o Semiárido, o Campesinato e os Grandes Empreendimentos –, volve-se o olhar para a história da sua produção; identificam-se e caracterizam-se as contradições e os conflitos que estruturam o atual momento histórico, mirado a partir das comunidades camponesas. Acompanha-se, desse modo, o processo de reocupação da região por grandes empreendimentos, notadamente agropecuários, de mineração e de produção de energia; além do Estado, produtor e gerenciador de sistemas simbólico-normativos e, principalmente, produtor de sistemas de infraestrutura e logística de apoio aos grandes empreendimentos privados. As estratégias do grande capital e do Estado são potencializadas pela crescente perda de resiliência das comunidades camponesas em virtude da crescente degradação dos solos, das mudanças climáticas e dos modelos de políticas públicas que transformam a cidade em fator de atração. Emergem, hoje, na região, novas dinâmicas, tensões e conflitos, que recolocam populações camponesas em situações de fronteira e que contribuem para o desmanche de suas comunidades.

Se, na primeira parte, no longo capítulo, se discorre num plano geral, na segunda, ingressa-se nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê, ambos no Semiárido da Bahia. O Semiárido é tomado, aqui, no plural, “os Semiáridos”: eles são distintos, e distintas são as realidades que eles envolvem. Ele é, também, em certa medida, único: como um fio

que percorre por suas muitas estradas, há, nesses semiáridos, um mesmo clamor, que remete à sua longa história, à história da sua produção, aos mandos, aos “mandonistas” e aos modos como essa população resistiu, enfrentou e continua enfrentando os bloqueios que se atravessam nos seus caminhos. Esta segunda parte compreende três capítulos.

No capítulo dois (“Agricultura familiar, segurança alimentar e produção de sociabilidades no Território de Identidade Bacia do Jacuípe (Ba)”), a autora, com toda a equipe que foi para o campo, visitou as casas de famílias camponesas, acompanhou rotinas de famílias, procurou identificar os modos como essas famílias constroem os seus territórios e as redes de sociabilidade. A noção de agricultor familiar é tomada, aqui, como similar à de camponês. O tema da (in) segurança alimentar e nutricional ou das mudanças nos hábitos alimentares, provocadas, em grande medida, pelo acesso aos dinheiros do PBF, aparece como o fio por onde se desenrola o acontecer das famílias. Nada é estático, tudo se esvai para deixar nascer algo novo; mas nada se rompe de modo absoluto, exceto quando ocorre o desmanche de territórios e de modos de produzir a vida. “Na hora do aperto”, o passado é resgatado e se imiscui no presente. Entre essas discontinuidades e continuidades, tecem-se permanências e mudanças necessárias nos enfrentamentos dos problemas do dia a dia, permanências e mudanças submetidas, é verdade, a circunstâncias e contextos que, igualmente, se alteram. O camponês do Bolsa Família não é o camponês que o antecedeu; mas, ao mesmo tempo, carrega algo dele. Ou seja, os processos de produção de sociabilidades resultam, em grande medida, nas comunidades camponesas dos modos de apropriação/uso/representação do dinheiro do PBF. Essa dinâmica induz mudanças nos modos de viver/significar o rural; elas se manifestam tanto nos processos de monetarização das ações/relações sociais tecidas na vida do dia a dia, quanto nos encontros/desencontros entre esses agricultores, que labutam na fronteira entre o território chão da vida do dia a dia e os múltiplos territórios que provocam e invadem a sua vida.

No capítulo três (“Programa Bolsa Família e relações de gênero e geração na agricultura camponesa do Semiárido: o Território de Identidade Bacia do Jacuípe”), propôs-se como objetivo analisar os deslocamentos produzidos nas relações de gênero e entre gerações no interior de famílias beneficiárias do PBF na agricultura camponesa do Semiárido do Nordeste do Brasil. Novamente, o Território de Identidade Bacia do Jacuípe é o lugar onde se realizou a pesquisa. A agricultura camponesa do Semiárido constitui-se, atualmente, como lócus privilegiado do desenvolvimento de novas tensões entre as economias mercantil, pública e gratuita e da assunção da hegemonia pela economia pública em detrimento das outras; com esses deslocamentos, ela foi transformada numa espécie de laboratório para a disseminação de um novo modelo de políticas públicas: as políticas de transferência condicionada de renda. O que se quer saber, nesse contexto, é: que deslocamentos vêm sendo produzidos em virtude dessas novas tensões e dessas mudanças no quadro das relações de gênero no interior das famílias e nos seus espaços territoriais. Parte-se, de um lado, da ideia de que as relações de gênero e entre gerações são históricas e não ficaram imunes a essas mudanças de caráter mais propriamente estrutural; que elas se tornaram um elemento ativador de mudanças, com a introdução de novas posições e de novos papéis, nas famílias e nas comunidades, para a mulher, os jovens e as crianças. O próprio idoso, com a aposentadoria, é reposicionado nesse contexto. Na pesquisa, entendeu-se que o melhor lugar para se verificar esses deslocamentos nas relações de gênero e entre gerações é o espaço da vida cotidiana e, mais especificamente, os modos como essas populações produzem as suas redes de sociabilidades e os seus territórios.

No capítulo quatro (“Agora não estamos mais na roça, estamos no mundo”: a sustentabilidade da agricultura camponesa no Semiárido nordestino), o objetivo do autor foi o de avaliar os impactos do PBF na sustentabilidade do modo camponês de produção nos territórios do Jacuípe e Irecê, no Semiárido baiano. O autor entendeu que, em termos estratégi-

cos, para poder identificar e caracterizar esses impactos, era necessário, antes, mergulhar na própria história do campesinato e, ao mesmo tempo, situar a forma camponesa de produção nos contextos mais gerais nos quais ela se insere. Nessa perspectiva, foi feito levantamento exaustivo dos Programas de Políticas Públicas que afetam a agricultura camponesa nesses territórios, aplicou-se um questionário em famílias camponesas beneficiárias do PBF, fez-se trabalho de observação, entrevistas, conversas, rodas de conversas e seminários na perspectiva de uma “pedagogia investigativa”. Os resultados da pesquisa estão consolidados em relatório e num banco de dados. As informações levantadas e a sua análise indicam uma situação de insustentabilidade do atual modo camponês de produção nessas regiões, que essa insustentabilidade é histórica e estrutural (materializada em sistemas de bloqueios), que ela ganha novas formas atualmente e que a contribuição do PBF para a sustentabilidade desse modo de produção nessas regiões é pouco significativa. Apresentam-se, no final, contribuições para a construção de uma ruptura dos sistemas de bloqueios que inviabilizam a produção dessa sustentabilidade. O desmanche do modo camponês de produção de vida – identificado em inúmeras comunidades – é o sinal mais evidente dessa insustentabilidade.

O que se espera, enfim, com o livro – produzido nas fronteiras do social – é que ele sirva de instrumento e de lugar para o debate, para novas conversas e rodas de conversas, para, de dentro das rodas de vivências, verterem novos conhecimentos, com caráter emancipador e produtores da indignação social e política. Nas fronteiras do Semiárido, acirram-se, hoje, os processos e os conflitos produtores de desumanização de uma imensa população de uma região igualmente imensa.

Referências

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura: Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais*, Goiana, v. 1, n. 10, p. 11-26, 2007.

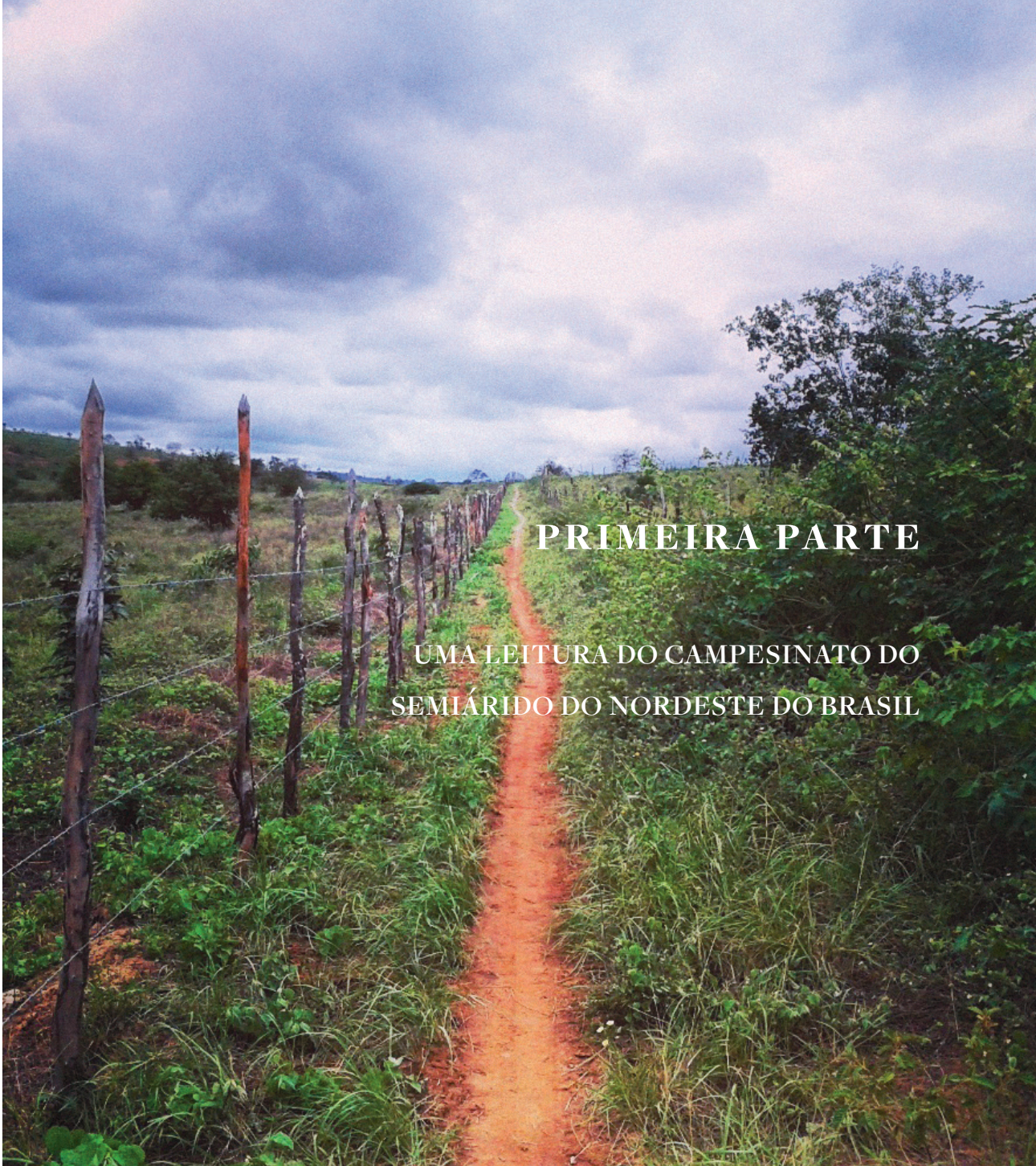
CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: modernidade e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MUSIL, R. *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.



PRIMEIRA PARTE

UMA LEITURA DO CAMPESINATO DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL

A cerca ladeando o caminho da roça

Comunidade Rural no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Semiárido da Bahia. Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Fotógrafos: Eugenia Santos Ribeiro e Filipe José de Valois Coutinho Rocha de Souza. 12 de outubro de 2014.

O CAMPESINATO E O SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL: A PROCURA DE UMA ABORDAGEM

Celso Antonio Favero



O desenvolvimento rural do Brasil (ou o seu bloqueio) é feito sobre a base da propriedade privada da terra

Foto do Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A Grande Transformação do mundo rural do Semiárido Nordeste

Em 1944, Carl Polanyi (2000) publicou *A grande transformação: as origens da nossa época*, fazendo uma análise das implicações sociais da crise do modelo civilizatório cujo apogeu ocorrera no final do século XIX, desdobrando-se até o final da década de 1920, e que tivera como força motriz o mercado autorregulável. Polanyi (2000) analisou, igualmente, no livro, as “grandes transformações” que se estabeleceram após a Primeira Guerra Mundial, quando o Estado Nacional planejador e regulador recuperou o comando da economia e da política, que, desde então, se estruturaram com base na ideia de “coesão econômica e social”. Esse novo modelo teve vida relativamente curta: durou o tempo dos “trinta gloriosos”, entrando em colapso nos anos 1970.

Cinquenta anos mais tarde, um grupo de estudiosos franceses, coordenado por Gilles Allaire e Robert Boyer (1995), publicou *La grande transformation de l'agriculture: lectures conventionnalistes e régulationnistes*, uma leitura “convencionalista” e “regulacionista” do sistema agroalimentar, preocupado em elucidar os contornos e os impactos das rupturas que se operavam no setor desde os anos 1970, já no contexto da globalização; o foco da análise incide, portanto, sobre as rupturas do modelo nascido das grandes transformações estudadas por Polanyi. A competição sob as ordens da homologia ou da “coerência jurídica e política”, e não mais a “coesão econômica e social”¹, se tornava, nesse novo momento, o elemento

1 Em julho de 1944, antes do final da Segunda Guerra Mundial, delegados de 44 países aliados se reuniram na pequena cidade americana de Bretton Woods com a finalidade de definir os termos para um novo gerenciamento econômico internacional, dando origem aos Acordos de Bretton Woods (*Bretton Woods Agreement*). Nesses acordos, o conceito de “coesão social”, que fora herdado de Émile Durkheim e colocado na moda pela Sociologia parsoniana, constituía-se como a chave para se pensar os sistemas econômicos e sociais nos níveis internacional e nacional. Mais recentemente, com a globalização, este conceito foi substituído pelo de “coerência jurídica e política” (período da desregulamentação e da flexibilização), que seria introduzido com a finalidade de criar um espaço supranacional e de facilitar o trânsito para as empresas nesses novos mercados.

estruturante do novo modelo, de modo que os novos sistemas de regulação faziam referência a múltiplas fontes e modos de coordenação, quase todos plantados no mercado. (FAVERO, 1997) Esses autores se preocupavam, principalmente, com o estudo das mudanças nos modos de gestão dos sistemas agroalimentares e com as variações, nos tempos e nos espaços, desses modelos de gestão e de coordenação, com repercussões, também variadas, no campo da competição e nos próprios processos de desenvolvimento nos sistemas agroalimentares.

No Brasil, a “grande transformação” da agropecuária aconteceu com a “modernização conservadora” e “dolorosa” ocorrida no contexto da ditadura militar, feita com base no Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964). Essa transformação foi responsável pela introdução de mudanças estruturais nos sistemas agropecuários de produção, mas sem a produção de alterações nas estruturas fundiárias (PIRES; RAMOS, 2009) e de poder; foi responsável, igualmente, pela produção de “um extenso retrocesso social” (MARTINS, 2014, p. 24), com a introdução de novas seletividades e exclusões sociais e econômicas no mundo rural, com a promoção de uma onda impressionante de migração campo–cidade e para regiões de fronteira, nacionais e internacionais (Paraguai) e o apagamento de comunidades, referências e personagens sociais e políticos, como as formas camponesas, e de suas expressões culturais. (MARTINE; GARCIA, 1987) Foram produzidas, assim, nesse processo, as bases de uma nova questão social, substituindo a tradicional oposição entre o latifúndio e o campesinato por uma nova, opondo, agora, a empresa agropecuária (o grande produtor) ao que se passou a denominar “o pequeno produtor rural”. Mas, para além da dimensão econômica (do ingresso da agropecuária na grande transformação identificada por Allaire e Boyer), a mudança teve caráter político e de “ajuste” social:

[...] a ditadura ideológica do econômico devasta, não só desorganizando as sociedades tradicionais. Devasta,

também, na destruição do capital social representado por um saber centenário, de relativamente pouca eficiência econômica e de grande eficiência social. Todo um imenso saber agrícola e ambiental está desaparecendo, engolido por um saber agrônomo direcionado exclusivamente para o curto prazo do lucro. (MARTINS, 2014, p. 24)

Ou seja, além do reequacionamento da questão social no mundo rural, com a introdução de novas seletividades, desigualdades e exclusões sociais, e em nome da competitividade, reestruturou-se a geografia da produção agropecuária brasileira, com efeitos perversos (a “destruição criativa”) nos planos da regionalização dos setores produtivos, dos produtos e dos agentes de produção e, igualmente, dos saberes e dos modos de viver e de produção de vida.

Esses processos, que produziram a empresa agropecuária, produziram, principalmente, o agronegócio altamente competitivo do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, incluindo alguns bolsões não menos competitivos no próprio Nordeste; eles foram responsáveis, igualmente, pela recriação do pequeno produtor rural (depois chamado “agricultor familiar”) e do campesinato pela expropriação de milhões de famílias camponesas e sua migração, repovoando grandes centros urbanos e fronteiras da agropecuária, pela refundação das relações urbano/rural e cidade/campo e, enfim, pelo restabelecimento de sistemas tradicionais de bloqueios ou de mecanismos que impedem o acesso de imensas populações rurais ao direito ao desenvolvimento. O agronegócio, amparado por poderoso sistema de *marketing* e conquistando a hegemonia no mundo rural, transformou-se em poderoso agente político e, inclusive, numa marca simbólica/ideológica verdadeiramente assimiladora, desvinculada do signo do latifúndio e agregadora da própria agricultura familiar.

Com relação ao Nordeste semiárido, nesse processo, operou-se um reposicionamento da região no plano dos sistemas simbólicos com a per-

da, por esta, da imagem de homogeneidade (símbolo do atraso) e a produção de um fosso, separando o progresso do atraso, o bem-sucedido do malsucedido, o competente do incompetente. A região foi transformada em nova fronteira, a que separa o incluído no desenvolvimento e o excluído, este último devido “à sua incompetência”. Enfim, esses processos que produziram as empresas agropecuárias, por um lado, e um novo campesinato, por outro, fortemente identificado com a miséria, foram responsáveis, igualmente, pela produção, no Brasil e no semiárido do Nordeste, de dois complexos antagônicos de movimentos sociais, o que daria origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aos vários movimentos de sem terras, representando os camponeses, e o que promoveria o nascimento da União Democrática Ruralista (UDR), representando o latifúndio, depois assimilado pelo agronegócio.

Como desdobramento dessa grande transformação, nas últimas décadas, a agropecuária brasileira vem ingressando em nova fase competitivo/tecnológica no plano global. Considerada em termos de regiões e, inclusive, no interior delas, estaria em gestação, no Brasil, nas últimas décadas, um novo modelo de desenvolvimento, o que alguns autores chamam de o “desenvolvimento bifronte”, que combina/descombina “um lado alvissareiro de crescimento rápido da produção agropecuária, ancorado em taxas elevadas de produtividade”, com um lado “socialmente negativo, senão perverso, de seletividade social, situação agravada pela incompreensão da ação governamental...”. (NAVARRO; CAMPOS, 2013, p. 18) Este novo modelo, além de reconhecer a existência da desigualdade regional e social, contribui para reproduzi-la e fortalecê-la.

Nesse novo panorama, termos como “desenvolvimento”, “modernidade” e “progresso”, vinculados de forma importante ao mundo rural brasileiro desde o final dos anos 1960, ganharam novo significado e novas qualificações. Nos atuais debates sobre o mundo rural, recupera-se, por um lado, a identificação desses termos na perspectiva de um *continuum* natural e universal de produção de um “melhor”, não fazendo referência,

por exemplo, a processos que envolvem relações entre projetos contrários e sujeitos em conflito, ou a estratégias e modos de produção de dominação e de controle da natureza e da sociedade em nome do desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006); por outro lado, no entanto, se insiste que esse desenvolvimento “qualificado” é portador de um novo projeto civilizatório, de um “neodesenvolvimento” (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013; MILANEZ; SANTOS, 2013), da “sustentabilidade”, qualificações distintas e que, cada uma delas ao seu modo, remete a sujeitos e projetos determinados e, igualmente, a novos aparatos teóricos e metodológicos.

Essa transformação, ainda em processo, estaria operando no Brasil, uma ruptura com o modelo da modernização (sem qualificativos) ou da modernização conservadora e dolorosa dos anos 1960-1980. Lá (anos 1960-1980) e aqui (anos 2000), o Estado emerge como o ator central; mas, identificado naquele momento com a ditadura militar e com o projeto das oligarquias rurais conservadoras articuladas ao grande capital industrial multinacional – visando a produção dos grandes Complexos Agroindustriais (CAIs) –, ele estaria, agora, sob as ordens da empresa, do agronegócio e do capital financeiro, que absorveriam na sua lógica a própria “agricultura familiar”, ou a “pequena agricultura”, e com a transformação do campesinato em “beneficiário” de políticas públicas de transferência de renda. Em ambos os casos, lá e aqui, escondem-se personagens, contradições e conflitos que induzem à “destruição criativa”, termo desenvolvido por Schumpeter (1984) e utilizado mais recentemente por David Harvey (2007); esconde-se, além disso, o processo de produção de uma nova questão social no campo brasileiro, com expressão maior no Semiárido nordestino, e da emergência de novos sujeitos e movimentos. Revela-se, no entanto, sob o manto da inclusão do campesinato, a sua desqualificação e transformação em beneficiários de políticas sociais.

A grande transformação do sistema agropecuário brasileiro surge, portanto, nesse segundo momento, como a transição de um modelo que

tinha como ideia central a produção agropecuária sob o controle da indústria, dando origem aos “Complexos Agroindustriais” (FAVERO, 1996), para um novo, onde não é mais a “produção” que estrutura o todo, mas o negócio, a troca, o dinheiro e o consumo, subordinando-se ao capital financeiro, tanto o agronegócio quanto o camponês, pelas vias do mercado ou do Estado. Essa nova realidade envolve novos sujeitos e projetos, significativos e menos significativos, novas contradições, sistemas de relações e conflitos sociais, além de um novo Estado e da produção de novos lugares e territórios, sistemas de seletividades e modos de reconhecimentos e exclusões; além de novos movimentos sociais. Os tradicionais sistemas de bloqueios que impediam, ao camponês, o acesso ao desenvolvimento, como o problema do acesso à terra, a tecnologias adequadas e a meios de produzir, são recriados e passam a conviver com novos sistemas, como o da transformação do camponês em beneficiário de políticas públicas de transferência de renda, dando origem a uma nova questão social.

Como se relacionam essas grandes transformações estruturais na agropecuária brasileira com a produção histórica de regiões como o Semiárido do Nordeste? Como esses processos históricos se revelam em termos de reiteração/persistência e de superação de sistemas e aparatos que bloqueiam ou impedem o acesso de grupos sociais, como o campesinato, à dignidade da participação na produção e no usufruto do “desenvolvimento”? Como se estrutura, no contexto atual do mundo rural do Semiárido do Nordeste do Brasil, a nova questão social e os novos movimentos para a superação das contradições e mazelas do desenvolvimento? Como se reconstituem, nesses processos, as interações e as rupturas – o reconhecimento e a negação – entre personagens e grupos sociais dessa região, e quem são, hoje, esses novos personagens?

Neste trabalho, pautado pelas questões postas acima e considerando como cenário o mundo rural do Semiárido nordestino, pretende-se, primeiro, propor alguns marcos que permitem identificar, na longa história do mundo rural dessa região, os processos de produção da questão

social e, nesse contexto, de sistemas de bloqueios, reiterados ou novos, que impedem o acesso efetivo de populações camponesas ao campo dos direitos e a um modo sustentável de produção das suas existências. Toma-se, assim, o Semiárido como sujeito histórico e, igualmente, como chão onde se desenvolve o grande drama do Semiárido e do campesinato dessa região. Drama de gente, da terra, da água e da biodiversidade. Em seguida, se buscará um modo de aproximação com o personagem central do livro, o camponês, ou mais precisamente, com as formas sociais camponesas.

Não é pretensão no trabalho, perseguir uma definição essencialista do campesinato ou a forma social camponesa de produção, mas, tão somente, situá-lo social e politicamente no quadro atual das contradições do mundo rural do Semiárido nordestino. Se introduzirão no texto, elementos para um debate sobre os bloqueios que atravessam o caminho do campesinato para o acesso ao desenvolvimento, sobre a sustentabilidade da forma camponesa de produção nessa região e, também, sobre as perspectivas que se desenham nos horizontes deste personagem, que, atualmente, é afundado no mundo dos “beneficiários” ou dos consumidores do desenvolvimento.

O “Mundo Rural” do Semiárido – uma revisita à história da sua produção

O Semiárido é uma ampla região do Nordeste do Brasil, que envolve uma população significativa, com forte presença do mundo rural. Acompanha-se, em seguida, o processo histórico de sua produção, envolvendo, além das imagens (como as da seca e da pobreza) e do seu poder de demarcar e conformar um mundo segundo os desígnios de determinados atores, esses mesmos atores que o forjaram (o Semiárido). A propriedade privada, no entanto, constitui-se, em todo esse longo processo, como a grande marca e o principal instrumento para o bloqueio de anseios e de lutas pela transformação da realidade social da região.

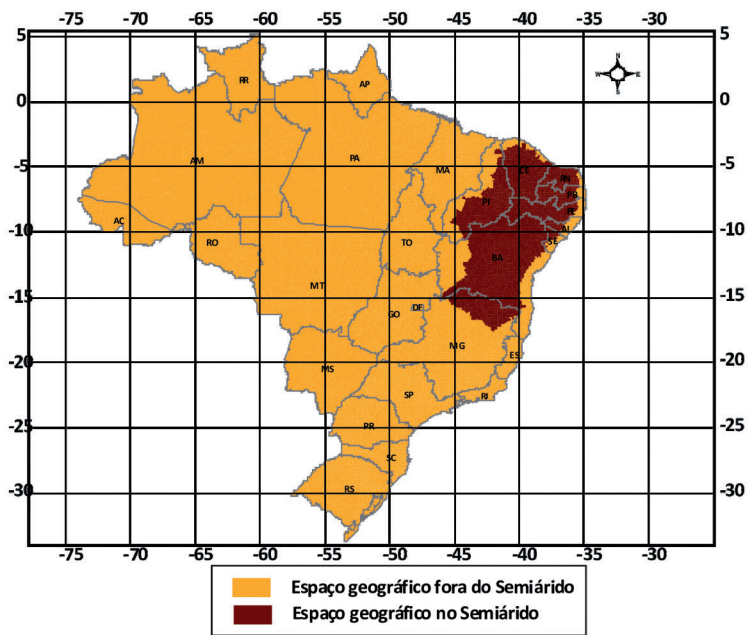
Uma caracterização preliminar do mundo rural no Semiárido

O Semiárido do Nordeste do Brasil envolve 1.135 municípios, quase todos de pequeno porte (com até 50.000 habitantes), espalhados por nove estados (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e numa região de Minas Gerais, com uma área total de 980.133,079 km². (MEDEIROS et al., 2012) De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2010, nesse ano, a população do Nordeste do Brasil era de 53.081.950 habitantes (em 2000, a região contava com 47.741.711 de habitantes), já a da região semiárida era de 22.598.318 habitantes.

Desde os anos 1970, com a modernização da agricultura, o processo de urbanização da região semiárida tornou-se intenso, passando de 29,63% para os atuais 61,97% (em 2010), de modo que a população rural da região equivale, hoje, a 38,03% do total, ou seja, é de aproximadamente oito milhões de habitantes.² É importante lembrar que grande parcela da população rural do Semiárido dos anos 1970 migrou para grandes centros urbanos e para outras regiões do país, contribuindo para a produção de espaços demográficos muito mais rarefeitos na região.

Em 2010, segundo o IBGE, 59,60% da população do Semiárido se declarou de cor parda, 31,75%, de cor branca e 7,15%, de cor preta, 1,09, de cor amarela e 0,41, como indígenas. Com relação à faixa etária, ainda no Semiárido, entre 2000 e 2010, houve diminuição relativa da população com idade entre 0 e 14 anos, passando de 33,8% para 27,0% (diminuição da taxa de natalidade); da população com idade entre 15 e 59 anos, o índice passou de 56,7% para 61,2%; e da população com 60 anos e mais, o índice passou de 9,6% para 11,5%. A densidade demográfica da região

2 Os critérios de classificação de populações como “urbanas” e “rurais” utilizados pelo IBGE são, no Brasil, pelo menos polêmicos. Sobre este assunto, ver *Atlas da questão agrária no Brasil*, de Eduardo Girardi [199-], e *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*, de José Veiga e colaboradores (2001).



Mapa 1 – Brasil e espaço do Semiárido

Fonte: MEDEIROS et al. (2012, p. 29).

é de 23,06 habitantes por km². Finalmente, de acordo com dados do IBGE, em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) da região semiárida era de R\$ 139.952.010,00, equivalendo a aproximadamente 27% do PIB do Nordeste. (MEDEIROS et al., 2012)

Nessa região, a estrutura fundiária é extremamente concentrada. Além dos latifúndios, que constituem uma prática de longa tradição no Semiárido, a maior parcela dos estabelecimentos é constituída por minifúndios: 65% dos estabelecimentos (mais de um milhão de unidades) possuem até cinco hectares de área, e 89,2% são considerados familiares; esses últimos (estabelecimentos familiares) possuem área inferior a 100 hectares e detém 27% da área total dos estabelecimentos. Em estudo classificatório enfocando a agricultura familiar da região, Canuto, Luz, e Costa (2014) distinguem esse segmento da agricultura (os 89,2%) em dois grandes grupos: os “pronafricanos”³ A, B e C de um lado, e os “pronafricanos” D e E, além dos agricultores familiares não pronafricanos, de outro. De acordo com os dados resultantes dessa classificação, o primeiro grupo – bastante heterogêneo e contando com os estabelecimentos mais pobres – envolvia, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, 92,27% dos agricultores familiares, ou aqueles que, em princípio, se poderiam classificar, na região, como camponeses. A população camponesa do Semiárido nordestino envolve, portanto, em torno de 92% do total dos estabelecimentos agropecuários.

A concentração da água ocorre na região nas mesmas proporções da concentração da terra, de modo que, nas estiagens, os pequenos estabelecimentos são os primeiros a sentir os seus efeitos. Além disso, de acordo com Acsegrad (2004), o problema da água tornou-se, nessa região, objeto de manipulação de uma “indústria da seca”, de modo a beneficiar os grandes proprietários fundiários e a aprofundar a desigualdade social, com

3 Pronafricanos: estabelecimentos enquadrados em determinadas categorias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

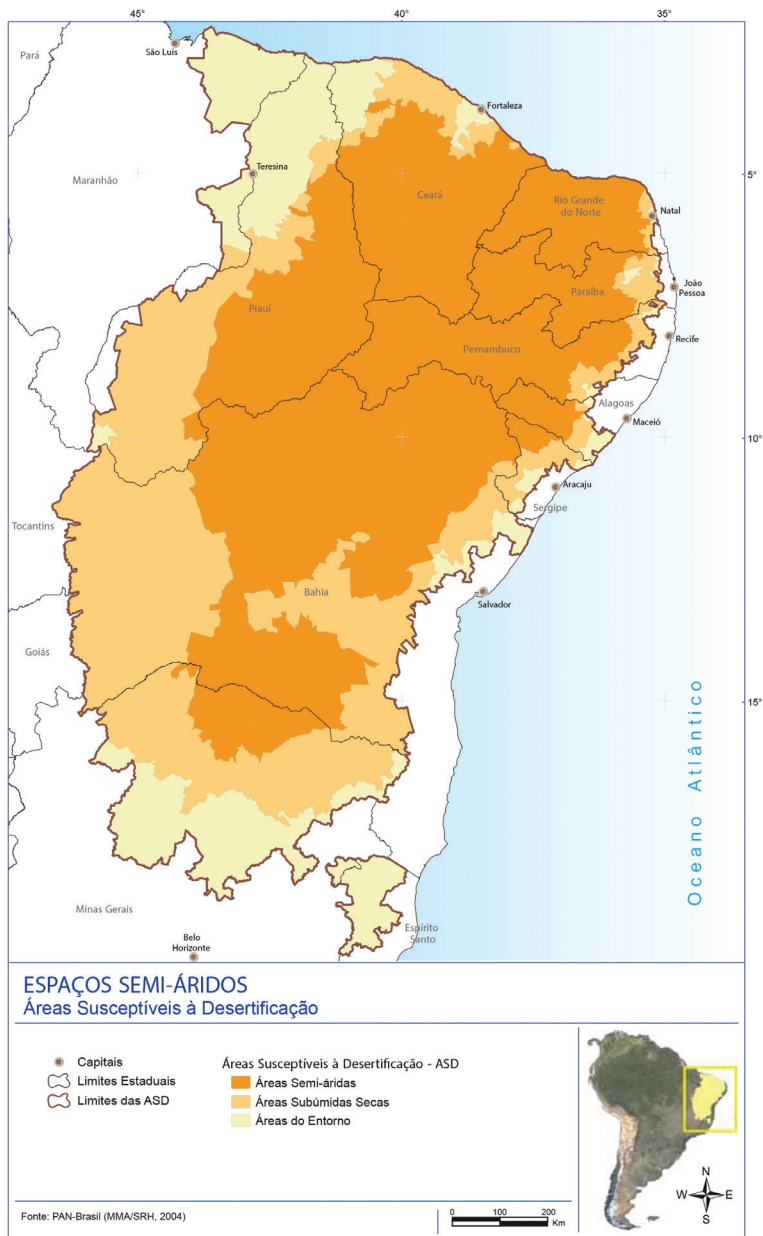
características de uma desigualdade ambiental (de acesso a bens ambientais). Como resultado dessa manipulação, cresce o número de conflitos, problema que se agrava em situações de estiagem, segundo estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 2014.

A Articulação do Semiárido (ASA), nos seus programas – Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e Cisternas nas Escolas –, até o dia 20 de novembro de 2015, patrocinou a construção de 578.336 cisternas de água para consumo humano (de 16.000 litros), com capacidade de estocagem, nas residências (nessas cisternas), de 9.297.344 m³, atendendo 2.383.083 pessoas, além de 2.273 cisternas escolares, com capacidade de estocagem de 117.794 m³. Com relação à água para a produção, foram construídas 1.419 barragens subterrâneas, 9.638 barreiras/trincheiras, 46.824 cisternas calçadão, 823 tanques de pedra, 1.812 barraginhas e 26.871 cisternas de enxurradas, atendendo 91.609 famílias. Na Bahia, até 2014, haviam sido construídas pelo programa, 146.778 cisternas para captação de água para consumo humano. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (BRASIL, [20--])

Com relação à qualidade dos solos, de acordo Roberto Marinho Alves da Silva (2007), resultados de estudos de zoneamento realizados em 1993 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) revelaram que 36% da área de domínio do Semiárido (os cerca de 35 milhões de hectares) possuem fortes restrições ao uso agrícola; revelaram, ainda, que as maiores extensões de áreas em processo de desertificação no Brasil, com a perda gradual da fertilidade biológica do solo, estão localizadas nessa região, como resultado do cultivo inadequado da terra, associado às variações climáticas e às características do solo.

O Semiárido do Nordeste brasileiro é uma área dominada pelo bioma caatinga. Esse tipo de vegetação

[...] se estabeleceu na região das condições de estresse severo em pelo menos 60% do tempo, ficando claro



Mapa 2 – Categorias de suscetibilidade e mapa de ocorrência da desertificação no Brasil
 Fonte: Adaptado de Ministério do Meio Ambiente (SANTANA, 2007).

que a principal restrição nesse tipo de ambiente se relaciona ao estresse hídrico e não a limitações na disponibilidade de nutrientes. O tipo de ambiente é, evidentemente, bastante vulnerável às mudanças climáticas, visto que alterações na disponibilidade hídrica podem acarretar deslocamento dos limites entre o cerrado e a caatinga, sem esquecer as enormes implicações sobre a demanda de água para irrigação e na agricultura de sequeiro, em geral. (NOBRE et al., 2011, p. 427)

Além disso, de acordo com esses estudiosos,

[...] os balanços hídricos para a região Nordeste [...] sugerem que o volume total de água disponível para utilização na produção agrícola e para consumo humano, deverá diminuir ao longo do século XXI, fazendo com que o conhecimento antecipado de variações interanuais da pluviometria esperada sobre a região se torne mais e mais importante para a convivência com o clima aridizado do Nordeste. (NOBRE et al., 2011, p. 432)

Conforme resultados de estudos feitos pelo Instituto Nacional do Semiárido (LIMA; CAVALCANTE; PEREZ-MARIN, 2011), nessa região, os problemas da desertificação e da mudança climática estão fortemente vinculados. Estudos revelam, por exemplo, que na região de Araripina, no estado de Pernambuco, entre 1961 e 2009, houve um aumento em 4°C na temperatura máxima diária e, ao mesmo tempo, uma diminuição média de 275mm nas quedas pluviométricas anuais; revelam ainda, que a diminuição anual de chuvas na região foi acompanhada pelo alongamento dos períodos de estiagem e pelo aumento da frequência de eventos de precipitação intensa. (NOBRE, 2011) Em outro estudo realizado no território de Jacuípe, no Semiárido da Bahia, constatou-se que, nos últimos 50 anos, os 14 municípios do território perderam, em média, 300mm de chuva (em

torno de 30%) e que a temperatura da região elevou-se em 1,75°C, o que significa mais do que o dobro da taxa registrada no conjunto do Semiárido. De acordo com este estudo, hoje é alta a probabilidade de agravamento dessa situação. (CESANO et al., 2011)

Essa região da Bahia é considerada uma das mais vulneráveis às variações climáticas no Semiárido do estado, devido às irregularidades das chuvas, à deficiência hídrica, à baixa capacidade de adaptação e à pobreza da população, de modo que, com a ocorrência de secas, que têm sido muito frequentes na região nas últimas décadas (atualmente, ela convive com uma seca que já se prolonga por mais de cinco anos), transforma-se a agricultura, principalmente a de baixo uso de tecnologias e de forte dependência dos recursos naturais, como é o caso da agricultura camponesa, numa atividade de risco, com o aprofundamento da perda de capacidade de resiliência da população mais fragilizada e, assim, com aumento da pobreza e do grau de desigualdade social.

Ainda nesse sentido, já em outro estudo, feito com base na utilização de modelos regionais para cenários futuros (GIONGO, 2011), os resultados indicam que as temperaturas na região Semiárida do Nordeste poderão aumentar, em função dos diferentes cenários (sub-regiões), até o final do século XXI, entre 1,5-2,5°C e 3,0-5,5°C e que, com esse aquecimento, haverá aumento na evaporação e diminuição da disponibilidade hídrica. O Mapa 2 indica um cenário catastrófico com relação à suscetibilidade de desertificação na região. De acordo com os dados do mapa, as regiões de muito alta e alta suscetibilidade atingem quase a metade do seu território. Ou seja, as dificuldades de acesso à terra e à água são agravadas pela diminuição das chuvas, pelo aumento das temperaturas médias e pelo estado de degradação dos solos e da vegetação, pelo uso intensivo, e sem reposição, de nutrientes, tornando a resiliência dos agricultores um problema insanável, a menos que haja um planejamento e um aporte significativo de recursos por parte do Estado.

A fabricação de imagens do Semiárido

A fabricação do Semiárido se faz pela intervenção humana no mundo material. Ela se faz, igualmente e ao mesmo tempo, no plano da produção de imagens. As imagens do Semiárido atualmente disponíveis nas prateleiras das figurações do Brasil e dos seus pedaços não são poucas; as suas fontes, igualmente, são muitas. Desde muito tempo, e ainda hoje, essa terra é chorosamente dita, escrita, versada, cantada, proclamada e transformada em imagens, expostas e veladas, rasas e rugosas; imagens inscritas em proclamas e imagens plantadas dentro das gentes; imagens esfumadas e vistosas; imagens que reificam a submissão e imagens que gritam a indignação, a insubmissão e a revolta. A prosa, a música, a poesia, o cinema, o teatro, o discurso, a ciência: a seca é objeto de conversas de canto de casa, de paragem nos trilhos, de estação de estrada, de ponta de rua, de feira e de palácios suntuosos; o são, também, a pobreza e a versão “beneficiária” dos pobres. Seca, principalmente, objeto de silêncio. Silêncio que é espera, que apaga sem apagar, silêncio morte e grito.

A imagem da pobreza está quase sempre misturada na conversa sobre a seca; mas escondida, quase sempre, nas conversas, está a imagem da riqueza produzida pela indústria da seca e produtora da “seca política”. Porque da seca nasceu uma indústria, uma economia; nasceu, também, uma política, com políticos, com sistemas de poder e de dominação, como diria Weber. O problema da seca, dessa seca total, é antigo, se diz; ele foi bem plantado, criou raízes, virou indústria, virou política, fez ricos e poderosos, bloqueou saídas, veio pra ficar, é difícil de arrancar; tornou a terra cativa, cativa fez a água, as tecnologias, a assistência técnica, a escola, o sistema de saúde, o financiamento, cativas fez as gentes. Proclama-se a seca; que por causa das secas a terra secou, que ela secou as gentes que se tornaram pobres, famintos; comove-se “o mundo”, mundos de longe e de perto, que se transformam em doadores de esmolas, porque pobre precisa de esmola; o benefício.

Muitos são os que plantam imagens, imagens anônimas e interessadas, que decretam que tudo isso é natural, que o problema é o da inclemência da natureza, que se desdobra na indolência das gentes; ou que a seca é a da pobreza, que pobre se é por natureza. Ou que se rebelam contra determinadas imagens. As imagens, poderosas, tomam conta do cenário; sem voz ficam os que gritam nos socavões do mundo, na fronteira; os que dizem, cantam e versam que a seca é uma produção social e que pobreza não descola de riqueza. Transitar por entre essas muitas imagens dá vertigem: como organizá-las? Causa indignação: como enfrentá-las? Produz uma fraude: gentes são despedidas da humanidade para se tornarem pobres.

Na historiografia brasileira do século XX, há pelo menos quatro grandes fontes produtoras de imagens do Nordeste e do Semiárido. A primeira está em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1979). Não há dúvida que este é um dos principais monumentos da literatura brasileira e uma das primeiras incursões consistentes sobre o que se poderia denominar “o Brasil profundo”, o que foi o chamado “Brasil autêntico” dos sertões, em oposição ao “Brasil posticho” dos litorais. (LIMA, 2013) Com este livro, diz Silvio Romero, se colocou em público a “genuína população nacional, a grande massa rural sertaneja, na qual palpita mais forte o coração da raça”. (ROMERO, 1954, p. 1941) Para Cunha, apesar de ser retrógrado, o sertanejo não é um degenerado, como o seriam os moradores do litoral, caráter adquirido principalmente por causa do seu isolamento. Construiu-se, enfim, a partir dessa obra (*Os Sertões*), o primeiro mito da brasilidade sertaneja, uma brasilidade vista a partir do Nordeste da caatinga e que se tornaria, posteriormente, o Nordeste Semiárido (OLIVEIRA, 2002), isso enquanto Monteiro Lobato escreveria, logo em seguida, e tendo como referência o interior de São Paulo, os traços de um novo mito sertanejo.

A segunda fonte de imagens sobre o Nordeste e o Semiárido, mais sobre o Nordeste que sobre o Semiárido, está na *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1961), livro publicado pela primeira vez em 1933, onde se apresenta um imaginário que se tornaria, com o tempo, um dos principais

mitos fundadores do Brasil. Nessa obra, Gilberto Freyre se propunha a elaborar não uma história do Nordeste, como poderia parecer, mas a história do Brasil, fundada na história do Nordeste, que ele fundaria numa grande profusão de imagens. O Brasil de Gilberto Freyre nasceu contraposto ao Brasil que nascera a partir do movimento modernista de São Paulo, na década de 1920: nele, o Nordeste impõe-se, pela sua riqueza de tradições e imagens, como o centro da civilização brasileira. Nesse grande e denso imaginário de Freyre (BARROS, 2009), os elementos estruturantes da brasilidade seriam o engenho (a casa grande e a senzala, a vida no engenho), o patriarcalismo (que, no decorrer do tempo, estruturaria uma visão patrimonialista da própria política), a funcionalidade (chegando à promiscuidade) das relações entre senhores e escravos e o tropicalismo. No poema *O Outro Brasil que Vem aí*, Freyre (1980) condensa essa sua imagem do Brasil:

Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
de outro Brasil que vem aí
mais tropical
mais fraternal
mais brasileiro.

A terceira fonte encontra-se no livro *O Outro Nordeste: formação Social do Nordeste*, de Djacir Menezes (1937), que remete ao Nordeste do sertão semiárido, do latifúndio, dos coronéis e do clientelismo, das fazendas e dos currais, dos vaqueiros e, também, dos pequenos agricultores dos entornos das fazendas ou entranhados nelas, os meeiros, os parceiros e os agregados; era, ainda, o Nordeste de povos indígenas e quilombolas, vivendo nas franjas das sociedades. Mas o Nordeste do Semiárido emergia da pena de Djacir Menezes (1937), primeiro, de uma contraposição: o Semiárido era o Nordeste onde se desenvolvera o trabalho livre em opo-

sição ao Nordeste escravocrata e “feudal” do litoral. Mas, esse Nordeste do Semiárido, do trabalho livre, foi, por um lado, subjugado pelas forças da natureza e, por outro, em virtude do seu caráter biológico ou genético (miscigenação, cultura aborígine etc.), teria se desenvolvido, na região, um meio social propício não ao trabalho, mas à proliferação dos misticismos doentios, traduzidos no fanatismo religioso e no banditismo. O higienismo, entranhado na primeira fase de Monteiro Lobato, era substituído pela ideia de saneamento.

Finalmente, a quarta fonte profícua em imagens do Nordeste e do Semiárido encontra-se na obra de Josué de Castro (1946), principalmente na *Geografia da Fome*, onde o autor encarou como um dos pioneiros no Brasil, o tema do subdesenvolvimento – visto como produto da má utilização dos recursos naturais e humanos realizada de forma a não conduzir à expansão econômica e a impedir as mudanças sociais indispensáveis ao processo da integração dos grupos humanos subdesenvolvidos dentro de um sistema econômico integrado –, que, então, se tornava obrigatório nas análises do Brasil e da América Latina. No livro, o autor enfrenta temas que se tornaram mito na história do Brasil, como os de que a fome decorreria de influências climáticas (da seca) ou da inclemência da natureza, ou ainda, da indolência da população, que teria sido assim tornada pela convivência (adaptação submissa) com a natureza. De acordo com Josué de Castro (1946), a fome e a miséria resultam de escolhas sociais e políticas. Essa obra se desdobra na obra de Ariano Suassuna, outro grande criador de imagens do Semiárido, como no *Auto da Compadecida*, onde o povo nordestino, sertanejo, ganha a voz. Atormentado pela seca e em luta contra a miséria e as diversas garras de poderosos opressores, o pobre sertanejo apela a Deus como o último refúgio, mas sem, contudo, a ele submeter-se cegamente: pela astúcia, ele consegue sobreviver. O tema da astúcia camponesa ganha densidade em Suassuna, que recorre, do mesmo modo que Josué de Castro, a uma imagem produzida por Euclides da

Cunha: o sertanejo é um forte, perseverante, sempre disposto a vencer, e para quem a astúcia é a arma mais poderosa.

Enquanto a primeira imagem tem como referência o Nordeste profundo, dos sertões, a segunda aponta para um Nordeste do litoral e que parece ter ficado para trás, a de um Nordeste de um tempo que se foi e que é, mesmo assim, a imagem de um tempo glorioso, composto como uma complementaridade funcional, um Nordeste formador de uma “brasilidade”; a terceira fonte dá entrada a um Nordeste do contraste, forte contraste, entre o sertão e o litoral, entre a inclemência da natureza, que se desdobra no sofrimento humano e o meio social que sucumbe à sua natureza, forte referência ao misticismo, à bandidagem e ao grupo social representado pelos donos das terras. Na segunda fonte, há um ajustamento entre os personagens sociais, a Casa Grande e a Senzala, e destes com uma natureza que lhe é benfazeja; na terceira, com base nessa mesma visão determinista da natureza, abre-se o campo tanto para o vencedor, que é o senhor das terras e das gentes do sertão, quanto para o vencido, o camponês fraco, mendicante, que é incapaz de prover a sua própria existência e sucumbe ao desmazelo. Na última, mergulha-se no campo das contradições do desenvolvimento, da pobreza e da riqueza, dos atores e das escolhas políticas e sociais, de modo que a fome e a pobreza emergem como resultados de processos históricos e sociais. Aparece, igualmente, um camponês pobre, sofredor, mas forte, resiliente, capaz de traçar estratégias de sobrevivência casadas com o seu caminhar miúdo.

Essas imagens, umas e as outras, que hoje ainda povoam os nossos espíritos nordestinos e brasileiros, foram historicamente produzidas, como foram produzidos o próprio Nordeste e o Semiárido nordestino. Elas foram produzidas nos embates e nas muitas guerras; guerras grandes, como foram Canudos, o Cangaço, a “Guerra dos Bárbaros” (PUNTONI, 2004), ou as Ligas Camponesas, mais recentes, no litoral, e as pequenas grandes guerras, semeadas no cotidiano de comunidades, de famílias, de regiões, ponteando a guerra contra a fome e contra as estruturas e estratégias pro-

dutoras da fome; a guerra que faz o retirante, o migrante, mas, igualmente, o que fica e o que retorna saudosos da sua terra. O Nordeste e o Semiárido são produções históricas (ALBUQUERQUE, 1999; BERNARDES, 2007; NEVES, 2012), assim como o são os sistemas de bloqueios que impedem, desde os primórdios da colonização da região, o acesso de populações ao próprio campo dos direitos.

Mas, de todas as imagens vertidas dessas fontes, duas se tornaram marcantes na elaboração das visões sobre o Semiárido: a seca e a pobreza. Quando se fala do Semiárido do Nordeste, em qualquer lugar do Brasil, imediatamente se precipitam duas imagens, e, na lógica do pensamento entranhado, uma é decorrente ou herdeira da outra: a da seca (fenômeno natural) e a da pobreza (fenômeno social, mas, por vezes, natural, já que pobre o é por natureza), duas imagens de dois tempos do mesmo Semiárido. Esta construção mental sobre a região tem raízes seculares, sempre vinculadas à percepção de vivências sociais de fenômenos de estiagem e, igualmente, vinculadas à criação de imaginários de catástrofes. Mas, nesse processo, não foi a imagem do homem forte que ficou gravada e se tornou disponível para o consumo, principalmente nesse tempo de agora, um tempo do mercado e do dinheiro, mas a imagem do sertanejo derrotado, aniquilado por uma sucessão quase interminável de secas e de guerras perdidas, aniquilado, inclusive, pela sua própria natureza; os impactos dessa imagem da seca e do sertanejo derrotado cresceram proporcionalmente ao aumento da densidade populacional da região para ganhar novos significados com a sua transformação de pobre em beneficiário de políticas públicas. (AB'SABER, 1999; BARRETO, 2009; CAMPOS; STUART, 2001; SILVA et al., 1980)

Duas imagens do Semiárido - a seca e a pobreza

A seca se tornou um dos selos da identidade do Semiárido nordestino, escondendo, nessa imagem estampada e codificada, os conflitos sociais e políticos que estruturam, no mundo rural, as relações entre os proprietários e os não proprietários de terras e entre o que foi o latifúndio e o minifúndio dos posseiros, dos sitiantes, dos meeiros, dos arrendatários e das muitas outras figuras vertidas de relações com a terra. Já no século XVI, têm-se notícias da ocorrência de secas no Semiárido: entre 1580-1583. Por ocasião de uma dessas estiagens, engenhos de açúcar de Pernambuco teriam sido “invadidos” por cerca de cinco mil indígenas vindos do sertão em busca de comida, e teria havido falta de água. Os povos indígenas, que, até então, eram os únicos ocupantes dessas regiões, em períodos de estiagem, costumavam deslocar-se de uma região para outra, inclusive para o litoral, como estratégia de convivência com o fenômeno e para a coleta de frutas, como o caju. (BARRETO, 2009) Hoje, muitos séculos depois, em outra escala e de novas formas, o fenômeno se repete em épocas de agravamento de estiagem.

Desde o século XVIII, têm-se registros mais detalhados do fenômeno da seca. (CAMPOS, 2014; CAMPOS; STUDART, 2001) Nesse século, quando teriam ocorrido mais de 30 secas, as de 1720-1727 e 1777-1778 foram classificadas como as mais catastróficas. Na primeira, grupos de índios “desceram” do sertão e “invadiram” fazendas; e a seca teria sido acompanhada por um surto de “peste”, causando enorme mortalidade entre as populações pobres, especialmente entre os escravos. Na segunda (1777-1778), só no Ceará e nas cercanias teriam morrido mais de 500 mil pessoas. (CAMPOS; STUDART, 2001) Este século marcaria o início da ocupação colonial da região do semiárido, com a finalidade do desenvolvimento da atividade pecuária (a oferta de carnes e de bois de tração para os engenhos) e, inclusive, mais tarde, da cultura do algodão. (RODRIGUES, 2013)

A seca de 1877-1879 (a “grande seca”) marcará, no entanto, o início da presença ativa do Estado e, igualmente, da produção histórica do “Nordeste” e do “Semiárido”: “[...] a formação do que um dia viria a ser o Nordeste está diretamente ligada à história do espaço colonial brasileiro”. (BERNARDES, 2007, p. 43) Os efeitos desta seca, novamente, foram catastróficos. Estudiosos estimam entre 500.000 e 600.000 o número de mortes só nesses anos, como vítimas da seca. (VILLA, 2000) Outras centenas de milhares teriam sido obrigadas a migrar para outras regiões do país. Mas esta seca ensejou a emergência, no Brasil, do “problema político” da seca e de um Estado “preocupado” com a sua solução, ensejando, desde logo, a criação de uma

[...] comissão imperial para desenvolver medidas que pudessem atenuar futuras secas. Da adaptação de camelos, construção de ferrovias e açudes e a abertura de um canal para levar água do Rio São Francisco para o Rio Jaguaribe, no Ceará, muito pouco saiu do papel. (BARRETO, 2009)⁴

Nasciam, então, e ao mesmo tempo, uma concepção da seca (como fenômeno natural ou como resultante da insuficiência e/ou da irregularidade das precipitações pluviais) e uma concepção de modos de seu enfrentamento, a solução hidráulica, com seus vários desdobramentos: a açudagem e a irrigação, a transposição de águas do Rio São Francisco e a mudança do perfil econômico da região, envolvendo, inclusive, o deslocamento massivo de suas populações. (CAMPOS; STUDART, 2001) O genocídio que resultava de cada ocorrência do fenômeno aparecia como uma decorrência natural da seca ou como uma catástrofe natural.

4 Inaugurava-se, naquele momento, a política, ensejando: 1) a criação de comissões científicas para determinados estudos; 2) a construção dos primeiros açudes (Quixadá, em 1884); 3) a invenção das primeiras frentes de trabalho para a construção de estradas; 4) as primeiras propostas sobre a transposição de águas do São Francisco.

Trinta anos mais tarde, em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Consagrava-se, assim, a ideia de combate à seca. A açudagem seria o principal instrumento para o enfrentamento do problema. Mas, em balanço feito em 1914, constatava-se que apenas quarenta e dois poços haviam sido abertos e, destes, somente nove eram públicos. (VILLA, 2000) Em 1919, a Inspetoria seria transformada no Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, em 1945, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mas sem mudar substancialmente o seu caráter (contra as secas). Convém lembrar, primeiro, que, ao longo desse período, e apesar das secas e dos altos índices de mortalidade, o Semiárido do Nordeste do Brasil se tornou, entre as regiões semiáridas de todos os continentes, a mais densamente povoada;⁵ segundo, que as comunicações entre as regiões do sertão e deste com o litoral eram muito precárias, de modo que o isolamento e a autossustentação eram traços característicos do que seriam, mais tarde, denominadas as comunidades rurais.

Durante mais de um século, a seca – percebida como fenômeno natural e numa perspectiva determinista – foi a imagem oficial, codificada, da representação do Semiárido nordestino. O problema do Nordeste era a seca, era a inclemência da natureza, que, fatalmente, constrangia os que se propunham a enfrentá-la. Nos anos 1950, no entanto, com a emergência e a difusão dos debates sobre o “desenvolvimento”, produziu-se um deslocamento no olhar, focando não mais no fenômeno natural “seca”, mas no fenômeno social “pobreza” (a pobreza ganhava novo significado; rompia-se a sua vinculação com a natureza dos indivíduos). A obra de Josué de Castro e, mais tarde, os debates que levaram à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), con-

5 De acordo com Ab'Saber (1999), essa elevada densidade demográfica contribui para a pressão sobre as bases dos recursos naturais e, assim, para a degradação da vegetação e para o avanço da desertificação.

tribuíram significativamente para a mudança nesse olhar. Se dizia, então, que o Nordeste ia mal “por causa da seca”, ao que Celso Furtado respondia:

[...] a seca, o fenômeno social das secas, é conseqüência dos problemas do Nordeste. A causa é a estrutura socioeconômica e política montada, à séculos, nessa região. A causa do atraso do Nordeste está na sua formação histórica. Ou se mexe nas estruturas, ou não se enfrenta a questão nordestina, dizia Furtado. Afirmar que a seca não é a causa do problema nordestino fazia Furtado se chocar com o núcleo da política regional, na época, mais importante para o Nordeste – que era a política hidráulica. (BACELAR, 2000, p. 76)

O Nordeste das secas e da pobreza delas resultante começava a ser olhado de outros modos, ganhando relevo a dimensão social desse novo olhar. Emergia nova imagem do Nordeste semiárido, o Semiárido dos pobres. A região continuava sendo percebida como área-problema, mas agora carregando outra dimensão: a do atraso econômico, social e político, com marcantes indícios de anacronismo institucional (perspectiva desenvolvimentista), transformados em principais ingredientes na geração da pobreza. Mantinha-se, por um lado, muito fortemente, a vinculação da pobreza com uma ideia de região (Nordeste, Semiárido, pobreza) e uma geográfica e física de região (seca). Ainda recentemente, por ocasião de eleições em pleitos federais, tornou-se a vincular as decisões de votos das populações camponesas do Nordeste à ideia de atraso, e este atraso, às de pobreza e dominação política (ciclo virtuoso da pobreza).

Nas décadas de 1980-1990, consolidou-se o olhar da região não mais na perspectiva da seca, mas da pobreza. O termo “pobreza” substituía, entre outras coisas, a perspectiva da análise do social pautada pela ideia de

classes sociais.⁶ Pouco a pouco, forjava-se a ideia de “combate à pobreza”, ou, “americanizadamente” dito, de “alívio à pobreza”. Grandes programas e projetos salvadores foram deflagrados, em maior parte com financiamento do Banco Mundial, como os Programas de Desenvolvimento Regional Integrados, desdobrados no Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), 1974/1975, no Projeto Nordeste, 1985, e em outros projetos federais e estaduais, como o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), o Sertão Forte e o Produzir (além dos projetos São Vicente e Padre Cícero).

Do rastro desses programas e projetos, hoje muitas ruínas se espalham no Semiárido: ruínas de casas de farinha, de galpões, de tratores, de poços tubulares, de associações comunitárias e de planos municipais/regionais de desenvolvimento sustentável. Em toda comunidade do grande Semiárido, encontramos ruínas de projetos e de ações. São ruínas de um tempo que foi breve, mas que já se foi. Se foi, pois não cabe mais no modelo de desenvolvimento do governo brasileiro. Já no estertor daquele período, financiado pelo Banco Mundial e pela Fundação Ford, dos Estados Unidos, fez-se ampla pesquisa (WINROCK INTERNACIONAL, 2000) envolvendo diversas universidades e pesquisadores do Nordeste, que tinha como pergunta básica a seguinte: por que se gasta tanto dinheiro para o desenvolvimento do Semiárido do Nordeste e os resultados são sempre tão pequenos? Novamente, como resposta, a academia disse: há, no Semiárido nordestino, uma indústria da seca; esta indústria tem o seu braço político. Há, entre o que padece da seca e esses projetos com os seus muitos dinheiros, a propriedade privada da terra do Semiárido e a propriedade da água.

6 Este é um outro embate que se verifica na academia e que se desdobra no campo da política: com a emergência da noção de pobreza, e na medida em que ela se tornou a referência maior para a caracterização da desigualdade social em substituição a categorias como “proletariado” e “campesinato”, há os que afirmam que se perdeu mais do que uma batalha semântica, se perdeu uma batalha política. Além do fato de que a pobreza foi, quase sempre, definida fora da relação com a riqueza, perdendo-se os termos da contradição que a produz.

A propriedade privada na produção histórico-social do Semiárido

A grande propriedade é o corolário da exploração em larga escala (PRADO JR., 1989) que por sua vez é desdobramento natural da ‘Empresa Brasil’. No período de 300 anos de colônia o Brasil se fundamentou, principalmente, na grande propriedade fundiária, monocultura de exportação e trabalho escravo [...]. (FERRARO JUNIOR; BURSZTYN, 2008)

A produção histórico-social do Semiárido nordestino (e do povo sertanejo) – envolvendo a fabricação de imagens da região – foi feita de forma lenta e contínua, desde o século XVII, no período colonial, quando criadores de gado, formando os currais, que depois se tornariam as fazendas (MONTENEGRO, 2008), exploradores de minérios, escravos fugidos do litoral (que formariam os quilombos) e descendentes empobrecidos dos primeiros colonizadores,⁷ além de outros trabalhadores, se estabeleceram na região, que já era ocupada por povos indígenas. (PUNTONI, 2004) O ato oficial que precipitou esse processo de interiorização da colonização foi a Carta Régia de 1701,⁸ através da qual a Coroa Portuguesa, considerando o aumento dos conflitos entre os senhores de engenhos e os criadores de gado na região produtora de cana, determinou a retirada dos rebanhos da faixa compreendida pelas dez primeiras léguas a partir da praia.

7 O trabalho livre convive com o trabalho escravo, embora em escala muito menor, já no início da ocupação do sertão. Mais tarde, após a abolição da escravatura e até o final da década de 1950, as fazendas no Semiárido utilizavam como mão de obra trabalhadores residentes nas vizinhanças, os chamados “moradores” ou, mais precisamente, “agregados”, “meeiros” e “arrendatários”, além dos posseiros autônomos. Era uma mão de obra sempre disponível.

8 De acordo com os Anais da Biblioteca Nacional, “Em termos gerais, chamava-se ‘carta’, em sentido jurídico-administrativo, a determinação real imediata e endereçada a certas autoridades do aparelho estatal. Na realidade, eram instrumentos legais amplamente utilizados pelos soberanos, e daí provém seus diversos aspectos, quer na destinação, quer no formulário. algumas, como as de câmara, de direita, de seguro etc., se restringem às Ordenações afonsinas e manuelinas [...]” (RIBEIRO, 1995)

A Carta Régia, de acordo com Ferraro Júnior e Bursztyn (2010, p. 389), remetendo a Euclides da Cunha,

[...] teria sido uma medida supletiva desse isolamento imposto pela distância. Punia severamente comunicações e qualquer troca comercial daquelas partes dos sertões com as regiões ao sul. Visava a reforçar a relação de subordinação desses sertões aos senhores habitantes da faixa atlântica.

Com este ato, os criadores de gado passaram a ocupar o agreste, adentrando mais tarde para o sertão. Expandia-se, com esse processo, um dos dois modos de apropriação de terras na região: a posse, que conviveria durante muito tempo com a já instituída propriedade sesmarial.

Com a chegada dos portugueses, em 1500, todas as terras do que seria o Brasil passaram a pertencer à Coroa de Portugal, de modo que a utilização dos recursos naturais ou da terra só seria legalmente permitida mediante concessão do monarca. A “concessão” de sesmarias (“datas de terras”) foi o instrumento jurídico utilizado naquele momento para a transferência de terras públicas para o patrimônio de particulares (membros das elites portuguesas), um direito (de propriedade) que seria posteriormente confirmado e legitimado pelo Rei, mediante comprovação pelo sesmeiro, de cultivo e demarcação. (BENATTI, 2009; NOZOE, 2014)

Mas, convivendo ou em conflito com esse modo de produção de propriedade privada de terras, já no século XVII, e principalmente com a interiorização da produção de gado e dos currais, nasceria outro modo de apropriação, que daria origem à propriedade senhorial. O sistema de propriedade senhorial tinha origem “no apossamento primário da terra”, ou seja, na posse, e não na transferência oficial. (BENATTI, 2009, p. 213) Este direito seria, mais tarde, reconhecido e legitimado pelo Estado (reconhecimento do direito de usucapião). A apropriação sesmarial e senhorial se tornariam “o centro econômico e político, absorvendo em si toda a vida

ao seu redor”. (BENATTI, 2009, p. 214-215) Esse modelo de acesso à terra, mediante o apossamento, foi feito num contexto marcado pela ideia de sesmaria, o que contribuiu, inclusive, para a formação de grandes posses, muitas vezes sobrepondo-se às pequenas.

Ao lado dessas grandes posses, nasceram outras, pequenas, marginais: as posses nas “terras fracas” (FERRARO JUNIOR; BURSZTYN, 2010, p. 390), feitas, frequentemente, em locais isolados, de difícil acesso, onde a subsistência dos posseiros era o fator mais importante. Mas, ao longo do tempo, não foi só o tamanho que distinguiu os modos de apossamento e os tipos de posse da terra na região. Por um lado, enquanto as fazendas (grandes) se dedicavam à produção de gado bovino, os pequenos posseiros ou sitiantes se dedicaram à criação do bode. Por outro, e mais importante, já no período colonial, se estabeleceram as condições que levariam, mais tarde, ao apossamento “comunitário” das terras e aos chamados “fundos de pasto”: o pastoreio se fazia em espaços comuns, dando-se origem à prática do uso comum das terras.

Até 1850, predominava, na caatinga, o pastoreio comunitário, regido pelo direito costumeiro, no qual o conceito de posse era igual ao de domínio. Os limites entre as fazendas e sítios eram reconhecidos por consenso entre os ocupantes e os confrontantes [...]. A partir desse período, desenvolve-se uma dicotomia entre os grandes pecuaristas que constituíam grandes fazendas de gado e os caprinovinocultores baseados em sítios camponeses. (FERRARO JÚNIOR; BURSZTYN, 2010, p. 391)

Esse uso comunitário das terras se restaurou, segundo Júnior e Bursztyn, com a promulgação da Lei de terras, de 1850, apesar de se ter passado, formalmente, para o domínio da ideia de propriedade privada individual. As condições antes produzidas fizeram com que se desenvol-

vesse, nesse momento, para além da descontinuidade com o modo anterior de acesso à terra, a continuação do uso do “direito costumeiro”:

Assim como não eram rigorosos os limites entre as duas casas e entre as sesmarias, as escrituras que decorreram de sua dispersão são igualmente imprecisas. Essas áreas eram vendidas em termos de contos de réis e os formais de partilhas valiam frações de contos de réis. São essas referências que se encontram entre os raros documentos em mãos das comunidades pastoris do sertão. (FERRARO JÚNIOR; BURSZTYN, 2010, p. 391)

Nesse contexto, se a apropriação senhorial aparece, num primeiro olhar, como um modo mais democrático de acesso à terra (comparado ao de apropriação sesmarial), na prática, tanto um quanto o outro, contribuiu para a abertura de um dos caminhos que levariam à produção do latifúndio. Benatti (2009), citando Raymundo Faoro e Warren Dean, define a violência como o instrumento mais eficaz para o apossamento de grandes glebas de terras, pois ele era prático e rápido na expulsão dos antigos posseiros, com o apagamento de comunidades e de suas referências históricas. No sistema de violência então adotado, combinava-se a expulsão de posseiros, o estabelecimento e a defesa de limites imprecisos para as propriedades, além dos sistemas de controle do trabalho escravo e sobre os que não tinham terras. A combinação dessas formas de apropriação da terra e dos recursos naturais induziu a produção de “uma rede de controle político e social que aumentou a desigualdade na sociedade” (BENATTI, 2009, p. 223) e a produção dos primeiros sistemas de bloqueios ao acesso das populações mais pobres – indígenas, negros, portugueses empobrecidos – ao campo dos direitos e da dignidade de humanos iguais.

Mas, se esse modelo deu origem ao latifúndio, ele foi responsável, igualmente, pela produção do minifúndio e das terras comunitárias. A fazenda passa a conviver com o sítio, ao mesmo tempo conflitiva e funcionalmente

integrados, e o individual privado, com o coletivo, um coletivo comunitário, firmado em relações de costume e de reciprocidade. No início dos anos 1980, quando se iniciou uma das ondas de “regularização fundiária” na região, o Estado dispunha de um único critério de definição do domínio: a propriedade privada individual. Na Bahia, onde o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) era um dos encarregados de fazer essa regularização, houve pressão de inúmeras comunidades e organizações sociais (sindicais ou não) que se autodenominavam de “fundo de pasto”, levando à adoção de formas precárias, mas tornadas legítimas, do seu reconhecimento.

Para José Graziano da Silva, o que explica a formação dos “pequenos produtores” ou dos camponeses no Nordeste do Brasil são as “condições que a reiteraram como produção subordinada, não só do ponto de vista econômico, como também do ponto de vista político”: os modos de acesso à terra, a introdução do cultivo da cana de açúcar e a adoção do trabalho escravo. (SILVA et al., 1980, p. 13) Para o acesso à terra, a condição oficial era a doação na forma de sesmaria, que poderia ser grande ou menor, cumulativa (uma mesma família poderia ter mais de uma sesmaria) ou não, configurando-se um sistema desigual de acesso à terra e dando origem à desigualdade social. A Coroa detinha a soberania sobre os meios e sobre os beneficiários do acesso à terra, o que era feito em nome do controle da produção e do comércio de açúcar. De acordo com Silva e colaboradores (1980, p. 16),

[...] o elemento explicativo do regime de sesmarias é que a ocupação do território brasileiro se fez em função dos interesses mercantis europeus, implicando no estabelecimento de grandes unidades de produção. A produção que deve ser realizada é a produção para o comércio mundial.

Estruturou-se todo um sistema no qual a própria ocupação do território, começando no litoral e adentrando para o sertão, realizou-se em

função de um jogo comercial: o comércio do açúcar, que transformava o engenho (a produção de cana e de açúcar) na peça central do sistema. O arrendamento da terra era permitido na medida em que essa ação contribuía com a oferta de alimento e de bois para os engenhos.

Outra condição, não menos importante, refere-se à utilização do trabalho escravo como elemento estruturante e quase absoluto do sistema. Em nome desse sistema, exercia-se forte controle sobre toda a força de trabalho. Isso não impediu, no entanto, que, na periferia do sistema ou ao redor da casa grande e da senzala, se formasse uma nova “camada” de população, “relegada a um papel secundário [...], composta de diversos tipos, desde brancos [...] até negros livres [...], índios, mulatos e outras formas de mestiçagem”. (SILVA et al., 1980, p. 16) Uma parcela dessa população periférica ocupou pequenas faixas de terras,

[...] para delas extrair o sustento. Em um imenso território inculto, não era difícil se estabelecer em um pedaço de terra para exploração. Esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixando definitivamente em nenhum local... (SILVA et al., 1980, p. 17)

De acordo com os autores,

[...] esses tipos, que foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil, sempre foram tidos como ‘vadios’, ‘ociosos’, e qualificações semelhantes. Sempre foram considerados como marginais pelas autoridades da colônia e pela ideologia dominante na época. (SILVA et al., 1980, p. 17)

Os autores concluem: esses marginais nada mais eram que “reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário implantado no Brasil”. (SILVA et al., 1980, p. 17) Há fortes indícios, segundo esses autores, de que o siste-

ma de produção de algodão e a mineração mantiveram esse mesmo sistema, que combina grandes e pequenas posses/propriedades:

Alguns elementos indicam que também o algodão era produzido em pequenas unidades, a partir do século XVIII. Embora nessa cultura também predominassem as grandes propriedades [...], foi possível também desenvolver-se a pequena produção [...]. Com o algodão se afirma também outra forma de pequena exploração, a realizada nas grandes propriedades por pequenos produtores. (SILVA et al., 1980, p. 23)

O surgimento do campesinato no Semiárido se explica, ainda, considerando a crise da produção pecuária, consequência da crise canavieira. A deterioração das relações entre o litoral canavieiro e o sertão, e entre o sesmeiro e o vaqueiro encarregado, lá no sertão, da fazenda, contribui para a deterioração das relações no interior da própria fazenda:

Com a decadência da pecuária, essas relações se tornaram mais instáveis e voláteis. Os movimentos desses poderes locais sempre foram determinantes para a relativa autonomia dos posseiros; quanto mais presentes e poderosos os senhores, tão mais difíceis e incertas as suas condições. (FERRARO JÚNIOR; BURSZTYN, 2010, p. 390)

Ao longo desse processo, na Colônia, o campo social no Semiárido do Nordeste emergia como a expressão de um duplo espaço de contradições: o primeiro, que colocava frente a frente os povos indígenas e os colonizadores, e o segundo, que opunha sesmeiros, mineradores, criadores de gado e quilombos. Disputava-se, nesses contextos, de formas violentas, mais do que os lugares e os territórios: estavam em disputa as posições dos personagens sociais nas estruturas sociais e nos territórios.

Desde a origem, a expropriação, a subalternização e o extermínio dos povos indígenas e quilombolas foram elementos estruturantes na formação social do que viria a ser o Semiárido nordestino. Produzia-se, ali, sob o “comando da terra” (WANDERLEY, 2009, p. 10-11), além dos alimentos e dos bois para os engenhos e, mais tarde, o algodão, as bases sociais dos sistemas de bloqueios, que, ainda hoje, impedem o acesso de populações ao campo dos que têm direito a terem direitos, inclusive ao direito ao “desenvolvimento”.

Em 1822, com a independência do Brasil, requeria-se uma nova legislação substituindo a de doação de sesmarias. Mas havia que se proceder de forma a se fazer uma transição gradativa entre esse sistema de sesmarias e um novo sistema, para não inviabilizar os empreendimentos agropecuários. Nesse contexto, José Bonifácio passou a sugerir que

[...] as terras concedidas por sesmaria, mas não cultivadas, deveriam retornar ao patrimônio nacional, deixando-se aos donos meia légua quadrada, quando muito, sob a condição de logo cultivá-las. Defendia também a regularização das terras adquiridas por posse dizendo que seus donos deveriam perdê-las caso não as cultivassem dentro de um prazo fixo determinado, com exceção dos terrenos cultivados com mais de 400 braças para estender a sua cultura. Além disso, incluía uma política de venda de terras e a proibição de novas doações, a não ser em casos específicos. Em seu projeto, José Bonifácio propunha também beneficiar os europeus pobres, os índios, os mulatos e os negros forros. Porém, esse projeto jamais saiu do papel. (CAVALCANTE, 2005, p. 2)

O que se verificou na prática, nesse intervalo entre 1821 e 1850, era que lotes de terra eram “cedidos gratuitamente aos colonos, que se instalavam por conta própria, por conta do governo ou por conta das compa-

nhas de colonização”. (CAVALCANTE, 2005, p. 1) Mas, ao mesmo tempo, instalou-se um vazio jurídico, de modo que se incentivou o acesso à terra através do apossamento:

[...] durante o período que vai de 1822 até 1850, [que] a posse se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação territorial esse período ficou conhecido como a ‘fase áurea do posseiro’.
(CAVALCANTE, 2005, p. 2)

Em 1850, com a Lei de Terras, institui-se uma nova forma de propriedade da terra no Brasil, cujo acesso passou a ser feito não mais através de doação (sesmarias ou de posses), mas da compra. Essa Lei “expressa a reafirmação da subordinação da economia brasileira ao capital”. (SILVA et al., 1980, p. 26) Com a promulgação dessa lei, as terras se tornaram mercadoria, favorecendo a possibilidade de “um choque de capitalismo sobre a propriedade fundiária”, o que não teria ocorrido em função “da acomodação do sistema em suas práticas de privilegiar os ‘bem-nascidos’”. A lei, que visava a modificar as relações com a terra e incentivar a produtividade, tornou-se um simples retrocesso fundiário”. (FERRARO JÚNIOR; BURSZTYN, 2010, p. 387-388)

A aprovação da lei ocorreu no momento em que se iniciava no Brasil, por pressões internacionais, o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Nesse mesmo ano, foi aprovada a Lei Euzébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos. Havia necessidade, portanto, de se fazer uma revisão das estruturas jurídicas do país, com a finalidade de adequar o sistema de controle sobre as forças de trabalho às novas circunstâncias. Entendia-se, então, que o fim da escravatura resolvia a contradição senhor-escravo, mas não resolvia a que opunha o modo capitalista e o modo camponês de produção. De acordo com José de Souza Martins, o principal resultado da transição entre trabalho escravo e tra-

balho livre não foi o advento da classe trabalhadora assalariada, mas a subordinação dos trabalhadores do campo à propriedade capitalista da terra. Instaurava-se o “cativeiro da terra”, ou um sistema de bloqueio ao acesso dos trabalhadores do campo, incluindo os ex-escravos, à terra. (MARTINS, 1981)

O fato é que, com a promulgação da lei, no início, o governo passou a ceder terras gratuitamente às companhias que, por sua vez, “as revendiam aos imigrantes em condições lucrativas”. Conforme Cavalcante, atribuía-se ao Estado, além disso, “o direito de reservar terras para a colonização indígena, para fundação de povoadamentos, para abertura de estradas, para a fundação de estabelecimentos públicos e para a construção naval”. (CAVALCANTE, 2005, p. 3)

Em 1854, a lei foi regulamentada, estabelecendo que, a partir de então, num determinado prazo,

[...] todos os possuidores deveriam registrar suas terras. Para realizar esse registro, deveriam procurar a paróquia onde se localizavam suas terras. Utilizando-se dos registros paroquiais de terra – a Igreja era vista como um meio de divulgação, pois estava presente nas diferentes localidades do país –, o proprietário era obrigado a registrar sua terra: ‘os vigários paroquiais eram responsáveis de receber as declarações com duas cópias, possuindo, o nome da terra possuída; designação da freguesia em que está situada; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão se for conhecida e seus limites’. (CAVALCANTE, 2005, p. 6)

Com a Lei de Terras e suas regulamentações sucessivas, não se extinguiu, no entanto, o tradicional modo de apossamento de terras, principalmente na região semiárida do Nordeste do Brasil (WANDERLEY, 2014), que continuou se fazendo nas periferias do sistema; não extinguiu, igualmente, os já consolidados sistemas de acesso à terra nas formas de

morada e colonato, nem a agregação e a parceria, onde o vínculo com a terra estava subordinado ao vínculo de trabalho, o que o tornava extremamente precário. (ANDRADE, 1964)

Esse modelo estende-se até, pelo menos, meados do século XX.

A partir dos anos 1960, assiste-se no Brasil à emergência de profundas transformações no setor agrícola e no meio rural. No bojo destas mudanças, está o processo de modernização da agricultura que, aqui, assume duas dimensões centrais e complementares. Em primeiro lugar, a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, que se traduziu, fundamentalmente, pela adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola [...]. Em segundo lugar, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão. (WANDERLEY, 2014, p. 28)

Como consequência, ocorreu, nos dois casos, a expulsão massiva de camponeses, que foram transformados em assalariados ou que partiram para novas fronteiras de colonização, de modo que a principal questão política do campo passou a ser, novamente, a da propriedade da terra (a resistência dos posseiros, arrendatários, foreiros e moradores), o que daria origem aos diversos movimentos pela terra, colocando, de forma radical, a questão da reforma agrária na pauta política brasileira.

Com a modernização “conservadora/dolorosa” iniciada nos anos 1960, aprofundou-se a subordinação da agropecuária ao capital industrial, num primeiro momento, e ao financeiro, em seguida. Mudaram, desde então, os requerimentos de escala em termos de quantidade e qualidade de terras e tecnológicos, aumentando consideravelmente a pressão sobre o campesinato que, por um lado, foi massivamente expulso das suas

terras e, por outro, criou novos movimentos de resistência e de luta por reforma agrária, o que daria origem, no final dos anos 1970, a uma proliferação de movimentos e, em 1984, ao MST.

Após a grande transformação, outra modernidade

Estudos do Censo Agropecuário de 2006 e do Censo Geral de 2010 (BUAINAIN; GARCIA, 2013) consideram que, nas últimas décadas, a agropecuária brasileira, induzida pela elevação de preços internacionais de *commodities* e pela ampliação do mercado interno, ingressou em nova fase competitivo/tecnológica, reassumindo posição estratégica na produção de resultados da balança comercial e no cenário político nacional.

Esses estudiosos consideram, no entanto, que, em termos de regiões e no interior delas, o setor agropecuário continua marcado por elevados níveis de desigualdade social e de pobreza, e que estaria em gestação, no Brasil, um novo modelo de desenvolvimento: o “desenvolvimento bifronte”, que combinaria/descombinaria “um lado alvissareiro de crescimento rápido da produção agropecuária, ancorado em taxas elevadas de produtividade”, com um lado “socialmente negativo, senão perverso, de seletividade social, situação agravada pela incompreensão da ação governamental [...]” (NAVARRO; CAMPOS, 2013, p. 18) Esse modelo de desenvolvimento – que poderíamos identificar com o neodesenvolvimentismo – não apenas reconheceria a existência da desigualdade social como, também, contribuiria para reproduzi-la.

A “diferenciação social”/“desenvolvimento bifronte” é identificável, segundo Miele e Miranda (2013), considerando três “mudanças” que estariam em processo na agropecuária brasileira: 1) o contínuo aumento da escala da produção; 2) a crescente especialização dos produtores; 3) a crescente intensificação tecnológica. Para esses autores, a desigualdade resultaria, portanto, e essencialmente, da intensificação tecnológica e,

consequentemente, do aumento da produtividade, no qual se combinam/descombinam um *continuum* geral com ritmos mais ou menos lentos, de modo que, por exemplo, o Semiárido do Nordeste se identificaria, nesse cenário, como um vasto espaço rural e, principalmente, como um lugar do atraso. O acesso ou não às tecnologias seria o elemento que marcaria os processos de produção de desigualdade e, no caso do Semiárido do Nordeste, o seu bloqueio para o desenvolvimento.

Partindo dessas premissas e da ideia de que essas “mudanças” têm conteúdo qualitativamente distinto no Semiárido nordestino face às outras regiões do país, entendemos, neste trabalho:

- 1) que a histórica marginalização e invisibilização do campesinato, em termos político, social e econômico, o transformam, nessa região, em sinônimo do atraso, da ineficiência, da ineficácia e do desperdício e, assim, em objeto de piedade/desprezo; ele se torna um insignificante, que, por sua insignificância, misturada à teimosia, resistência e revolta, perturba a boa ordem, tornando-se notado nos horizontes das “fronteiras” (MARTINS, 1997);
- 2) que, no âmbito do neodesenvolvimentismo/neoextrativismo, o processo recente de implantação/requalificação de empreendimentos de produção energética, agropecuária e mineral, percebidos pelo seu tamanho, pelo modelo tecnológico e pelas estratégias políticas de sua implantação, contribui para o aprofundamento dessa dualidade sobre a qual se esboça o modelo de desenvolvimento;
- 3) que a combinação/descombinação no interior do que oficialmente se chama “agricultura familiar” vem se produzindo um novo espaço de clivagem, opondo um segmento “melhor sucedido” – que envolve um pequeno segmento com acesso ao PRONAF – a outro mais

largo, o dos que, para a sua reprodução, dependem de políticas de Previdência e Assistência Social;⁹

- 4) que a existência, nessa região, de numerosas e diferentes formas camponesas de produção de vida e de territórios – envolvendo assentamentos de Reforma Agrária e territórios de comunidades tradicionais,¹⁰ incluindo as comunidades quilombolas, ribeirinhas e sertanejas – transforma o Semiárido num imenso e complexo conjunto de lugares, de sujeitos e de modos camponeses de produzir a vida e de produzir relações com outros sujeitos, como, por exemplo, com os agricultores familiares e com o grande negócio, o que requer, em pesquisa, a combinação de olhares largos com olhares densos, capazes de perceber a amplitude e as sutilezas dessa realidade e, principalmente, os sistemas de conflitualidades que produzem tanto o, supostamente, “significativo” quanto o, também supostamente, “insignificante”.

A situação de precariedade (pobreza ou miséria) dessa população pode ser explicada considerando as condições de acesso à terra, à água, às tecnologias e aos serviços e políticas públicas, além das condições de uso

9 Esse vasto grupo da população rural, embora seja identificado em quase todos os estudos e no campo das políticas públicas como de agricultores familiares, rigorosamente, nos escapa dessa definição e é melhor qualificado como camponês, nos termos que o definimos acima. Para este personagem, para além do problema da dificuldade ou da exclusão do acesso às tecnologias consideradas modernas, ele enfrenta, ainda, problemas de acesso à terra, à água e a serviços públicos.

10 Com base em preceito constitucional, em Fevereiro de 2007, foi sancionado o Decreto n.º 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que são definidos, para essa finalidade, como: Art. 3º, I - “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Os Territórios Tradicionais são definidos na sequência como: “II - os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os Artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”. (BRASIL, 2007)

desses instrumentos e da combinação que se faz entre eles; trata-se de variáveis estruturantes da sustentabilidade (produtividade) da atividade:

[...] a base de sustentação da atividade agrícola é a produtividade (ou rendimento) da terra, aspecto verificado pelos fisiocratas e clássicos, inclusive Marx, ao longo dos séculos 18 e 19, que destacavam a importância da fertilidade natural do solo, da localização e do progresso técnico para a expansão da agricultura. Isto é, a produção agropecuária depende, em parte, das características edafoclimáticas, tais como disponibilidade de água, fertilidade do solo, clima predominante etc. No entanto, quando se considera a viabilidade e a sustentabilidade desde um ponto de vista sistêmico, as características ou vantagens associadas à natureza, ainda que relevantes, são relativizadas e até mesmo anuladas pelo progresso tecnológico em geral, que tem força para redefinir a vocação e a viabilidade da exploração agropecuária em territórios com características edafoclimáticas diferentes, inclusive desfavoráveis. (BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 33)

A produtividade não se constitui, portanto, como expressão atemporal dessa combinação, mas como permanente busca de um equilíbrio entre esses três elementos para a sua otimização. No Semiárido do Nordeste, por exemplo, se em torno de 90% dos estabelecimentos dos agricultores familiares possui até cinco hectares de terra, se a posse/vínculo com a terra, nesses estabelecimentos é, em geral, precária, se as tecnologias utilizadas na grande maioria desses estabelecimentos são bastante simples, tornando-os extremamente vulneráveis em casos de catástrofes como as secas, se o acesso à água está quase totalmente subordinado aos ciclos naturais por falta de infraestrutura apropriada para o seu armazenamento, não há como não entender a situação social dessa população. (FAVERO;

SANTOS, 2011) Combinando-se, portanto, em termos de virtualidade, as condições de acesso à terra, à água e às tecnologias, deparamo-nos com uma situação de enorme precariedade. Trata-se, além disso, de uma situação historicamente produzida e baseada, essencialmente, na longa trajetória da manipulação de políticas para a região, que criou o latifúndio, o miserável, e hoje, o grande empreendimento e, novamente, mas de outro modo, o miserável. (FAVERO et al., 2000)

Uma tentativa de rompimento com essa perspectiva produtivista do desenvolvimento começou a ser estruturada ainda na década de 1980, protagonizada por organizações camponesas e da agricultura familiar do Semiárido, a chamada Convivência com o Semiárido. A “redemocratização” brasileira proporcionava um clima favorável em todo o país para a emergência de organizações sociais e a difusão do debate sobre o desenvolvimento sustentável. Em 1982, quando o Semiárido vivia um longo período de estiagem (seca de 1979-1985),¹¹ com gravíssimas consequências, as organizações sociais da região, somando-se às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, fizeram os seus primeiros ensaios, contrapondo, por exemplo, a criação de bancos de sementes às chamadas “frentes de trabalho”, protagonizadas pelo Estado. Estruturavam-se as primeiras ideias para uma mudança paradigmática nas visões sobre o Semiárido.

Em 1999, como momento culminante deste processo, foi criada a ASA e publicada a Declaração do Semiárido, onde os signatários afirmavam:

[...] queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMI-ÁRIDO!
[...]. A convivência com as condições do Semiárido

¹¹ Essa foi uma das secas mais prolongadas da história do Nordeste, deixando um rastro de miséria e fome: lavouras perdidas, animais mortos, saques à feiras e armazéns por uma população faminta e desesperada. No período, 3,5 milhões de pessoas morreram, a maioria crianças sofrendo de desnutrição. Para mais informações, ver (ANTUNES, 2014)

brasileiro e, em particular, com as secas é possível.
(DECLARAÇÃO..., 1999, grifo do autor)

Recentemente, essa ideia de “convivência” vem sendo redimensionada com a introdução da noção de “resiliência”: o Semiárido não é um dado ou um espaço estático ao qual o camponês precisa adaptar-se; ele é um ator vivo que se transforma no processo, juntamente com os que com ele vivem e se relacionam.

Mas, se a ideia de “convivência com o Semiárido” ganhou consistência nos discursos e nas práticas de organizações sociais, de lideranças e de agricultores, na relação com o Estado, há ainda um enorme fosso. O produtivismo (do Estado) é mais que um inibidor da convivência, é um novo bloqueio, por seu caráter predatório (do meio ambiente) e seletivo (socialmente). Contribui para a produção dessa inibição, o bloqueio da convivência, também, nesses últimos anos, a disseminação da nova geração de políticas públicas, como as de transferência condicionada de renda, e a adoção de estratégias distintas às da ASA, como na questão das cisternas: enquanto o governo dissemina cisternas “de plástico”, a ASA insiste nas vantagens sociais (é construída pela comunidade, adota um modelo inventado na região...) da cisterna de placa.

O campesinato do Semiárido nordestino

Do mesmo modo que o Semiárido, o campesinato da região também é resultado de uma produção histórica de conflitos. Muito se tem escrito sobre o tema. Retoma-se, aqui, este longo debate, com a finalidade, dentre outras, de identificá-lo não numa perspectiva essencialista, mas como um dos sujeitos que, nesta região, de modos próprios, plurais, reinventa-se permanentemente no contato com “o mundo” para a produção de sua existência.

Caminhos para a decifração do campesinato no Semiárido do Nordeste

Em 1994, foi criado, no Brasil, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), embrião do PRONAF, que foi instituído em 1996. Em 1999, após passar por reformas, o programa foi transferido do Ministério da Agricultura para o do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde se encontra até hoje. Naqueles mesmos anos (década de 1990), no rastro dos movimentos sociais pela Reforma Agrária (como o MST), que tiveram o seu auge nos anos 1980 puxados pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) –, desencadeou-se, no Brasil, um processo de lutas por crédito agrícola e assistência técnica adequados aos então chamados “pequenos produtores rurais”. Enquanto isso, nas academias, principalmente no campo das Ciências Sociais, no quadro das novas abordagens sobre o rural e a agropecuária, ganharam relevo alguns novos termos, como os de “mundo rural”, “ruralidade” e “território”.

Esse contexto marcou a invenção da expressão “Agricultura Familiar”, com a finalidade de identificar e caracterizar um “novo” segmento social ou um novo personagem na produção agropecuária e no mundo rural brasileiro. Não ocorria, ali, uma simples substituição de expressões antes em voga, como as de “pequeno produtor rural”, “pequeno agricultor” e “camponês”. A expressão “agricultura familiar” identificaria – para além da quantidade “pequena/grande” – um novo modelo (qualidade) de pensamento e de prática da produção agropecuária; mais precisamente, ela faria referência a uma modalidade (um modelo) específica de produção agropecuária, interagindo funcional ou conflitivamente com outras modalidades, no interior do capitalismo. Rapidamente, no entanto, ela tornou-se uma expressão política e administrativa adequada para a regulação e a gestão, pelo Estado, de um segmento da produção agropecuária, que, com a modernização conservadora e o crescimento do agronegócio,

se tornara marginal. A expressão “agricultura familiar” não carregava a pretensão, portanto, de disputar o espaço ou de substituir termos como “modo camponês de produção” e “condição camponesa”, que, supostamente, fariam referência a outro universo teórico e histórico.

Seguindo por essa via, a produção acadêmica e técnica sobre a agricultura familiar subordinou-se quase completamente aos objetivos da produção, análise e avaliação de políticas públicas, tornando-se um instrumento manipulado pelo Estado. Reforçava-se, desse modo, a perspectiva do reconhecimento da especificidade dessa forma social de produção, a agricultura familiar; ao mesmo tempo, e para além da identificação dessa especificidade, os estudos sobre a agricultura familiar se alargaram e se enriqueceram, introduzindo termos como os de multifuncionalidade, diversidade e pluriatividade, conformando, no Brasil, um dos principais eixos no estudo do “novo rural”.¹² No entanto, e contraditoriamente, com o crescimento dos estudos de caso, das análises descritivas e, principalmente, da necessidade política de contribuir com o Estado e com os movimentos e organizações sociais constituídos em torno dessa temática na produção de políticas públicas adequadas, fizeram emergir de por de trás da expressão “agricultor familiar” a imensa diversidade das suas expressões e dos seus modos de ser nos também múltiplos espaços rurais, o que chegou a colocar em questão, no limite, o próprio uso desse termo (da sua referência a uma especificidade).

Nesse mesmo tempo, mas seguindo por outra via, manifestou-se, por parte de muitos estudiosos do mundo rural brasileiro, uma preocupação crescente com relação à construção de abordagens com a pretensão de recolocar esses mesmos temas – da agricultura familiar e da diversidade de espaços e de atores – não mais na perspectiva da pluralidade substan-

12 Ver, por exemplo: *Dossiê faces do novo rural*, organizado por Amílcar Baiardi (1998), *O novo rural brasileiro* de José Graziano da Silva (1999a), *Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos*, de Ângela Kageyama (1998), *A pluriatividade na agricultura familiar*, de Sergio Schneider (2003).

tiva, mas da complexidade, situando-os nos processos históricos de sua produção e no âmbito das contradições que estruturam o modo e a forma capitalista de produção. Recolocavam, desse modo, os problemas da gênese e da história dos sujeitos sociais e políticos, ao mesmo tempo em que deslocavam as abordagens do campo da economia, que, tradicionalmente, fora o lugar desse personagem (em nome do camponês e, igualmente, do pequeno produtor rural), para o da sociedade e da política: “o campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo”, afirmou o Conselho Editorial na apresentação da coleção “História Social do Campesinato, nos tomos sobre os Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil”. (MANÇANO; MEDEIROS; PAULILO, 2009)

Nessa nova vertente do pensamento, a noção de “condição camponesa”, evidenciada por autores como Otávio Guilherme Velho (1976) e, mais tarde, por outros autores, como Jan Douwe Van der Ploeg, tornou-se central; recuperou-se, nesse mesmo processo, a expressão “modo camponês de produção”. (PLOEG, 2006) Velho, ao utilizar a expressão “condição camponesa” para o estudo do campesinato, pretendia colocar em evidência tanto “as condições de estruturação de sistemas de dominação política, sustentados por formas de repressão da força de trabalho” quanto os investimentos políticos realizados pelo Estado com a intenção de integrar e expandir territórios nacionais, tarefa para a qual o camponês foi transformado em peça chave. (NEVES, 2009, p. 308) De acordo com Neves (2009, p. 308), que retoma as palavras de Velho, “as formas camponesas que de início se tornaram possíveis na sociedade brasileira são coadjuvantes ou correspondentes aos fluxos e refluxos dos recursos de repressão da força de trabalho”.

Na história da *plantation* açucareira do Nordeste do Brasil, segundo Guilherme Velho, essas formas da “condição camponesa”, como no chacoalhar de um pêndulo, combinavam e opunham, ao mesmo tempo, a pequena produção independente, realizada na periferia das fazendas –

que se constituía, também, como reserva de mão de obra –, à produção camponesa tutelada, realizada no interior das fazendas, que adquiria a forma de colonato ou a figura do morador. A primeira forma – a pequena produção independente – foi mais fortemente disseminada pelo adentramento de trabalhadores e a apropriação de terras no agreste e no sertão, dando origem aos “pequenos sesmeiros”, posseiros ou intrusos. A economia camponesa, já na origem, compreendia duas formas: a agropecuária integrada à *plantation*, fornecedora de bois e alimento para os engenhos do litoral, e a de subsistência do campesinato marginal e isolado: muitos trabalhadores deslocaram-se para o interior, “optando por uma vida isolada ou marginal”.

Nesse conjunto de publicações intitulado *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil*, os autores tendem a concordar, como ponto de partida, que, “como categoria analítica e histórica”, o campesinato – frequentemente designado como agricultor familiar – é “constituído por poliprodutores integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo”. (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p. 10) Ou seja, além de encontrar-se inserido na heterogeneidade do mundo rural, localiza-se, igualmente, no “para além” desse mundo rural ou no emaranhado das articulações – funcionalidades e contradições – que constituem o modo de produção capitalista: por natureza, ele está integrado em jogos de forças sociais, políticas e econômicas que são específicas a determinados tempos e espaços e que, por princípios, são plurais e desiguais.

Seguindo por essas mesmas vias, Wanderley (2009, p. 204), após definir o “mundo rural” como “espaço de vida” e “ator coletivo”, identifica o campesinato como um dos atores sociais desse espaço de vida (complexas “relações de interconhecimento”), como um modo de vida (para o que o acesso a terra é essencial) e como uma cultura. Isso significa que, para o seu reconhecimento, se requer o estudo das suas estratégias de acesso e permanência na terra e, igualmente, das suas estratégias produtivas, familiares e comunitárias.

Nas ciências sociais, segundo a autora, ao referir-se ao “mundo rural”, faz-se referência, necessariamente, a uma relação específica desse personagem com a natureza, a um determinado processo da sua produção histórica, a um determinado modo de produzir a sua existência e o seu patrimônio, a um conjunto de atores sociais que constituem o mundo rural e, finalmente, às relações sociais funcionais e/ou de conflito que se estabelecem entre esse mundo rural e outros mundos não rurais. Estrategicamente, hoje, para manter o acesso à terra (ao patrimônio), ele combina a policultura (agricultura e pecuária) com formas precárias de produção de renda, que envolvem principalmente a venda de diárias, a migração e a apropriação de dinheiros de transferências públicas: “para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações” ou a constituição “do patrimônio fundiário”, que envolve a garantia da “reprodução das gerações subsequentes”. (WANDERLEY, 2009, p. 159)

Wanderley identifica a agricultura camponesa, por um lado, como uma das “formas sociais” da agricultura familiar (WANDERLEY, 2009, p. 157) e como um ator ou uma “classe política”. Ela faz referência, assim, à expressão “condição camponesa”, desenvolvida por Otávio Guilherme Velho, que, nos seus estudos, identificou essa condição camponesa com a formação de “uma classe política”, que se constitui, historicamente, na referência a outros grupos políticos e, particularmente, à comunidade, ao lugar e ao território de vida. (VELHO, 1976, p. 57) O camponês seria, por outro lado, e ao mesmo tempo, “um trabalhador para o capital” (WANDERLEY, 2009, p. 96), ideia que a autora sustenta com base em quatro hipóteses: 1) de que o camponês “ocupa um espaço criado pelo próprio capital”; 2) de que esse espaço é distinto daquele ocupado pelo proletariado; 3) de que, ao ocupar esse seu espaço, ele se transforma qualitativamente, transformando-se em trabalhador para o capital; 4) de que a sua reprodução, feita nessas circunstâncias, depende fundamentalmente das condições históricas do funcionamento do capital (natureza

e intensidade das contradições e relativo privilégio político concedido à classe burguesa que opera no setor agrícola). Poderíamos acrescentar, além dessas quatro, uma quinta hipótese: a de que, na última década, no Semiárido do Nordeste, vem se aprofundando a distinção – inclusive por força das políticas públicas – entre o que aqui denominamos o campesinato e o agricultor familiar.

O campesinato é uma produção histórica e social

Do domínio do trabalho escravo, passando pelo cativo da terra e, mais recentemente, pela modernização e a globalização da agropecuária brasileira, sempre sob o domínio da propriedade privada da terra, a história da produção do campesinato do Semiárido do Nordeste do Brasil remete a um processo complexo, de resistências e desmanches, de vitórias e derrotas.

DA COLÔNIA À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E DOLOROSA

O campesinato brasileiro foi, histórica e socialmente, constituído em processos marcados, sucessivamente ou não, pela colonização (capitanias hereditárias, sesmarias e ocupações periféricas e precárias), pelo trabalho escravo, pelo “cativo da terra” e por uma modernização feita “sob o comando da terra” e em defesa da grande propriedade. A história da formação do campesinato se identifica, assim, com a história da propriedade privada da terra e com a história das lutas contra as diversas formas de dominação e de imposição da propriedade da terra – e a negação do seu acesso – como elemento estruturante dessas formas de dominação.

O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras

suficientes. Desse fato decorrem duas conseqüências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o ‘movimento camponês’. (CONSELHO EDITORIAL, 2009, p. 16)

Mas, hoje, conforme um poderoso discurso que nasce do Estado, de acordo com alguns cientistas sociais, estaríamos ingressando num momento novo, no qual tudo se reduz ao problema da “produtividade” e, portanto, da produção; a propriedade da terra teria deixado de ser um entrave, um bloqueio, um inibidor do “desenvolvimento”. Com isso, afirma-se, nesse discurso, não caber mais manter nas agendas políticas e administrativas do Estado e dos movimentos sociais a própria bandeira da Reforma Agrária, que teria se tornado inócua, sem sentido; retira-se com ela, outras muitas bandeiras que estariam a sugerir a possibilidade da convivência de distintos “modos” de produção agropecuária, como a agricultura camponesa, a agricultura orgânica, o “desenvolvimento endógeno” e, principalmente, a agroecologia, que teriam se tornado expressões do atraso e estariam sobrevivendo unicamente no plano dos discursos ideológicos. Tudo o que não se subordina ao mercado na perspectiva da produtividade teria perdido o sentido. O que se poderia perguntar diante deste discurso é o seguinte: a saída (retirada) dessas questões das agendas políticas decorre da superação da contradição que as estruturam ou decorre simplesmente do desmanche ideológico de um projeto histórico de mundo?

O outro problema para um estudo do campesinato brasileiro refere-se ao pouco conhecimento de sua história. Segundo Wanderley (2009, p. 167), Chonchol teria reclamado diversas vezes da ausência, “na historiografia brasileira, de uma história social do campesinato”, ao que ela responde propondo-se a elaborar “algumas reflexões gerais [...] sobre que patrimônio sócio-cultural se constituiu ao longo da história” desse grupo social. Indagando sobre que condições este personagem encontrou no processo de sua formação – estímulos e obstáculos – e de que maneira ele as absorveu e/ou as superou na sua trajetória, ela propõe como eixo a ideia de que “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade”. (WANDERLEY, 2009, p. 168)

Em alguns dos seus estudos, Wanderley retoma de Antonio Cândido o livro *Parceiros do Rio Bonito*, considerado um dos clássicos no estudo da formação histórica do campesinato brasileiro. No livro, segundo Wanderley, Cândido sustenta que:

[...] os elementos definidores do campesinato [...] encontram-se [...] em um patamar que este autor definiu como os níveis ‘mínimos vitais e sociais’. É como se eles estivessem no degrau inferior de uma escala que pudesse medir a natureza camponesa de um grupo social de agricultores. (WANDERLEY, 2009, p. 168)

A precariedade é, portanto, estrutural na formação desse personagem; e um dos efeitos mais significativos dessa situação se manifesta, ao longo da sua história, na luta permanente pela construção de um patrimônio familiar: o “esforço para constituir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”. (WANDERLEY, 2009, p 173) A luta pela terra, a sua transformação em trabalhador assalariado (diarista) e a migração para novas fronteiras são sinais permanentes na história

do campesinato. Mas é na luta pela terra (as outras formas são elementos da estratégia para a construção do patrimônio familiar, que tem, na terra, o chão) que esse esforço se mostra de modo mais contundente:

[...] o acesso à terra foi aqui, doloroso e restrito, do que resultou, para a historiografia analisada, as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial. (WANDERLEY, 2009, p. 180)

A MODERNIZAÇÃO SOB O COMANDO DA PROPRIEDADE

A própria modernização da agropecuária brasileira – a grande transformação –, a modernização conservadora, dolorosa, foi feita “sob o comando da terra” (WANDERLEY, 2009, p. 45) De acordo com a autora, “as marcas do comando da terra” estão presentes tanto no modelo de modernização quanto na origem da exclusão do campesinato ao acesso às “condições que assegurem o pleno exercício de sua atividade profissional”, transformando o campesinato num “setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. (WANDERLEY, 2009, p. 60) Os modos de acesso à terra constituíram-se, para o campesinato brasileiro, ao longo da sua história, a base do sistema de bloqueio desse personagem ao desenvolvimento.

Estariam, nesse momento, em processo de produção, nessa região, novos sujeitos econômicos, sociais e políticos, novas conflitualidades e novas formas de desigualdades, de pobreza e de exclusões, ao mesmo tempo em que expressões tradicionais destas estariam em processo de requalificação; refazem-se, igualmente, os significados (os lugares e os tempos nas estruturas) de elementos estruturantes das formas camponesas e familiares de produção, tais como a terra, a água, as tecnologias, os modos de produção e, também, os lugares, as habitações e os costu-

mes (tradições) e, inclusive, os seus sistemas internos de direitos, o que repercutirá na relação entre esses personagens, por exemplo, e o Estado. Essas novas dinâmicas, ao violarem lugares, tempos e sistemas de produção/reprodução de vida baseados em determinadas relações com esses elementos, colocam em questão a própria viabilidade ou a reprodução da agricultura camponesa e familiar dessas comunidades.

Novo ato: campesinato e políticas públicas de transferência condicionada de renda

Desde 2003, o Estado brasileiro tem se proposto a buscar o resgate da dignidade humana de populações pobres por meio da produção e da adoção de instrumentos de políticas públicas, principalmente na área da assistência social, que preconizam a inclusão dessa população nos mercados consumidores e da criação de uma situação de relativa segurança alimentar ou para a sua reprodução biológica. Desde a sua implantação, esse modelo de políticas públicas tem merecido intenso debate nos meios político e acadêmico, que pode ser alinhado em duas linhas de pensamento. Há, por um lado, os que, como Yasbek (2004), veem nesse processo a instalação de medidas conservadoras envolvendo a “refilantropização da questão social” e a “despolitização da política social”. De acordo com a autora, todo o conjunto de medidas que estruturam o programa Fome Zero se apoiam “em forte apelo humanitário, sem claras referências a direitos”, não rompendo “com a lógica neoliberal”, nos colocando “no fio da navalha, essa fronteira entre direitos e carências”. (YASBEK, 2004, p. 111)¹³

Nos últimos anos, seguindo essa linha de pensamento, e com base em resultados de estudos empíricos, inúmeros estudiosos vêm mostrando

13 Ver também: “No fio da navalha: entre carências e direitos”, de Vera da Silva Telles (1998).

que, apesar dos discursos que indicam a superação da situação de pobreza por milhões de famílias e o seu ingresso na chamada “nova classe média”, na realidade, essa nova situação é extremamente frágil e precária, já que se constitui em grande medida em renda formada por transferências públicas de dinheiro, um benefício que não se traduz em direito e pode ser interrompido por decisão política. Ao invés de uma “nova classe média”, teria se formado uma “classe” de “beneficiários” suspensa pela transferência pública de um “mínimo biológico” e que vive em situação de permanente insegurança e medo, sendo forçada a recalcular, em cada percalço do caminho, as estratégias possíveis de travessia no caso da suspensão do benefício.

A outra linha de pensamento, fortemente apoiada nos discursos e informações produzidos principalmente no MDS e no MDA, organiza uma linha de pensamento que se desdobra em dois campos. Primeiro, que o direito, qualquer direito, não é por natureza ou primeiramente de caráter institucional, que ele é intrínseco ao ser humano. Desse modo, por exemplo, apesar do acesso a alimentos básicos não ser formalmente reconhecido pelo Estado e pela sociedade como um direito, as políticas públicas de assistência social como as incluídas no Fome Zero envolvem um modo implícito ou tácito do seu reconhecimento, impondo ao Estado a necessidade de prover o seu atendimento: elas inserem os beneficiários no campo dos direitos. Segundo, que a estrutura política montada na última década no Brasil com a finalidade de enfrentamento dos problemas de pobreza se apoia na conjugação entre as intervenções de assistência (compensatórias, emergenciais...) e as políticas de desenvolvimento (estruturais), como salienta um dos principais personagens da produção do Fome Zero:

Queremos deixar claro nesta apresentação que o eixo central do Projeto Fome Zero está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, en-

tre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a estas últimas quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza – como ocorre hoje no Brasil – significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema. (SILVA et al., 2010, p. 13)

Para o caso do Semiárido do Nordeste e da atenção ao campesinato, discursos têm insistido, por exemplo, na conjugação entre as políticas sociais, notadamente o Programa Bolsa Família (PBF), e programas de desenvolvimento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PRONAF B. Estudos empíricos vêm mostrando, no entanto, que, nessa região, essa ligação não se formou; ou que são raros os que saem do PBF, e quando isso ocorre, é frequentemente por razões fortuitas (FAVERO; SANTOS, 2011); e que os casos de beneficiários do PBF que acessaram o PAA e/ou o PRONAF B são relativamente raros na região. Ou seja, além das críticas embutidas na primeira linha de pensamento (YASBEK, 2004; TELLES, 1998), há que se acrescentar a de que, apesar da proclamação da conjugação entre essas políticas, de fato, ela não se tem verificado. Percebe-se, além disso, que, no âmbito da chamada “agricultura camponesa/familiar”, vem se aprofundando a distância entre os agricultores com acesso ao PRONAF, que não ultrapassam, na região, a cifra dos 10% do total dos agricultores familiares.

Indo além nessa análise, há os estudiosos que afirmam existir hoje um processo de formação de uma nova estrutura no mundo rural, com forte impacto no Semiárido nordestino, o “desenvolvimento bifronte”, com o envolvimento do Estado. O próprio desenho do sistema de políticas públicas seria já uma expressão desse modelo, principalmente nas políticas de financiamento. Considerando numa perspectiva geral, enquanto os grandes empreendimentos tendem a combinar o financiamento obtido

em fontes privadas com o financiamento via fontes públicas,¹⁴ a fonte principal, e quase exclusiva, de financiamento da agricultura familiar é o PRONAF; mas, numa outra escala, enquanto o PRONAF atinge em torno de 10% dos agricultores familiares, os outros 90% são transformados em “beneficiários” de políticas sociais de transferência condicionada de renda. (FAVERO; SANTOS, 2011)

O modelo de políticas sociais que tem no PBF a sua expressão mais visível, hoje, no Brasil, tem como fonte um sistema de pensamento desenvolvido na década de 1980, nos Estados Unidos: o chamado *consensus building*.¹⁵ De acordo com Bruno Lautier (2010), quatro temas estruturaram os debates sobre políticas sociais na América Latina entre 1940-1990: 1) o grau de universalização do acesso às prestações de políticas sociais; 2) a necessidade de unificar os regimes de seguridade social; 3) as medidas assistenciais, a sua instrumentalização clientelística e a sua eficácia; 4) os custos das políticas (despesas sociais). Mas, apesar da diversidade temática, e ao contrário do que teria ocorrido nas décadas anteriores, a discussão não se reduziu, segundo Lautier, a uma simples contraposição entre direita e esquerda, liberais e conservadores, democratas e autoritários. Pelo contrário, frequentemente, personagens que se opunham no cenário político, partilharam posições com relação aos fundamentos teóricos, o que tornou o debate ainda mais complexo e obscuro. Além disso, segundo o autor, para além da política, a discussão adentrou para os cam-

14 No Sul do País, predomina o crédito agrícola oficial (Bancos e Cooperativas de Crédito), e no Centro-Oeste, predomina o financiamento via crédito agrícola comercial privado feito por agentes não bancários, como agroindústrias, fornecedores de insumos e tradings. (SILVA; LAPO, 2012)

15 Construindo o consenso. De acordo com Lautier (2010), as teorias contemporâneas do *consensus building* foram elaboradas principalmente pelo Consensus Building Institute (CBI), do Massachusetts Institute of Technology (MIT), organismo coordenado por especialistas em planejamento territorial, ambientalistas e outros *experts*, e cujo interesse principal é propor e vender intervenções denominadas facilitações e mediações que poderão ser adotadas para dirimir conflitos extremamente diversos. Para a disseminação do discurso, contribuiram, além do MIT, organismos poderosos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). David Planck, em estudo sobre as políticas educacionais no Brasil, publicado em 2001, chega à mesma conclusão.

pos da moral e da economia, dando origem, no campo teórico, a um novo paradigma no estudo das políticas públicas, que ficou conhecido como o *consensus building*.

Desde os anos 1980, nos Estados Unidos, esse discurso se tornou o instrumento privilegiado para a produção, a análise e a avaliação de políticas, principalmente das políticas ambientais e de combate à pobreza. O *marketing* – baseado na combinação entre uma perspectiva positiva, com a finalidade de criar condições para a aceitação/assimilação do modelo, e outra negativa, para a desqualificação de todas as outras abordagens, principalmente daquelas baseadas na ideia de conflito – se tornaria o instrumento principal da disseminação desse discurso. Mas o que movia os envolvidos no processo não era a busca de consenso em torno da definição do termo, mas a produção de instrumentos capazes de instalar o consenso, pois se acreditava que:

Adotando as abordagens fundadas sobre o consenso, os grupos podem, ao mesmo tempo, desenvolver soluções e tomar decisões mais criativas, gozando de um apoio mais amplo do que aquelas que resultam dos métodos tradicionais, como a tomada de decisão *top down* ou o protocolo parlamentar. (LAUTIER, 2010, p. 358, grifo do autor)

A preocupação principal se deslocava, portanto, nesse processo, do campo das teorias e das políticas para o das metodologias, das técnicas, dos procedimentos e dos instrumentos de pesquisa e de formulação de políticas, que se tornariam cada vez mais sofisticados e capazes de produzir o controle – ou o consenso – social. A pesquisa não teria mais como finalidade primeira a produção de conhecimento, mas auxiliar na produção de políticas. O modo como foi configurado o campo acadêmico disciplinar (relativamente novo) denominado “políticas públicas” – distinto do campo das “ciências políticas” – pode ser considerado um bom exemplo

desse deslocamento: configura-se essencialmente como uma nova ciência social aplicada.

Mas, segundo Lautier (2010), o que melhor identifica a nova ideia de “consenso” não é o que dura (as instituições), e sim o que se esvai (a sociedade líquida, de Bauman). Lautier cita, como exemplo, os modos feitos na América Latina, a transição do consenso em torno de políticas focalizadas para programas relativamente amplos de políticas de transferência condicionada de renda. Para a produção dessa transição, o que se colocou no foco das críticas – e da desqualificação – não foi o modelo anterior de política, mas “os erros da focalização” e a suposta “incitação à dependência”, que estariam embutidas naqueles programas.¹⁶

Para operar esse tipo de mudança, investiu-se, principalmente, na substituição do vocabulário que sustentava os modelos “do passado”. Substituiu-se, por exemplo, termos como “combate à pobreza” para “combate à vulnerabilidade”, conduzindo da compaixão vitimizante (o pobre que se ajuda) para a atenção paternal (o vulnerável que é ajudado a ajudar-se, que é “cuidado” e protegido enquanto continua frágil, e que faz do Estado o ente que cuida das pessoas). Além disso, enquanto as políticas sociais anteriores mantinham um vínculo, mesmo precário, com a noção de desigualdade social, as novas – Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda (PPTCR) – têm como finalidade “cuidar” de pessoas (indivíduos, famílias), e não mais produzir condições para a superação de desigualdades sociais, que desaparecem do vocabulário.

Nesse processo, nas últimas décadas, o conceito de “vulnerabilidade” tornou-se quase consensual nos discursos sobre o “combate à pobreza”. Uma vasta literatura, que tem origem nas ciências médicas, primeiramen-

16 No Brasil, os exemplos da disseminação desse tipo de abordagem se encontram em todos os âmbitos. Pode ser encontrado, por exemplo, na discussão que se desenvolveu recentemente no Congresso Nacional a respeito do “Novo Código Florestal”; está presente, também, nos “Fóruns”, nas “Audiências Públicas” e na longa lista de instrumentos atualmente em voga no campo da produção de políticas.

te na psicanálise e, mais recentemente, na enfermagem e outras especialidades do campo, sustenta a difusão e a produção dessa quase unanimidade. Nessas abordagens, de modo geral, o pobre torna-se o vulnerável, indivíduo que é retirado dos sistemas produtivos e sociais, de modo que a pobreza passa a ser abordada como um objeto que contém em si as suas explicações.

Pobre, vulnerável: o camponês continua na fronteira do desenvolvimento, onde, frequentemente, ele desaparece (como camponês) para reaparecer como beneficiário. Ele é destituído da sua identidade, o que facilita sobremaneira o próprio apagamento dos seus traços ou do chão (território) onde ele vive. Mas, também, é apenas lá, na fronteira, que ainda se percebem sinais de vida e de esperança para o mundo ou o espaço de vida camponês. Por isso, do ponto de vista das ciências sociais, a fronteira constitui-se no melhor lugar para se pesquisar a realidade camponesa.

Considerações finais

Neste trabalho, procurou-se decifrar alguns dos grandes enigmas que cercam o Semiárido Nordeste e o campesinato dessa região. Cinco ideias-chaves estruturaram a linha de argumentos:

- 1) A história da região e dos seus personagens, desde os tempos coloniais, é uma história de desencontros e encontros, descontinuidades e continuidades, conflitos e integrações ou solidariedades. A descontinuidade/continuidade se verifica nos sistemas e nos modos práticos de acesso à terra, à água e aos bens públicos e privados e, igualmente, na superação/recriação de sistemas ideológicos, sociais, econômicos, jurídicos e políticos que bloqueiam, cerceiam e/ou impedem o acesso de populações ao próprio direito desenvolvimento.

- 2) O elemento chave desse processo é a propriedade da terra (e o acesso à terra, à água, às tecnologias, à educação, à saúde e, enfim, ao próprio Estado). O lugar do desencontro que estrutura todo o sistema social, econômico e político da região reside na propriedade privada da terra. Ao redor dela, e em seu nome, fizeram-se guerras e se estabeleceram, ao longo do tempo, além de acordos para a sustentação do sistema, estruturas e mecanismos de dominação e de desqualificação, transformando o campesinato na sua principal vítima.
- 3) A história do Semiárido e do campesinato do Semiárido se desdobra em dois campos separados/combinados: o das práticas políticas, econômicas, sociais e bélicas, incluindo as grandes e as pequenas guerras e o campo das imagens e dos símbolos. Neste último, hoje, mais que nunca, o Estado foi transformado no agente central da sua produção. Na estiagem (seca), e através das imagens dela, ou na relação com o significado da pobreza, firmando-se a partir dessas imagens, são definidas as políticas públicas que, preocupadas com a sua eficácia material ou com o desenvolvimento do capital, se sustentam na permanente restauração dos fenômenos que estruturam as práticas e as imagens, a seca e a pobreza.
- 4) A modernização agropecuária da região significa, ao mesmo tempo, a consolidação da ideia de atraso, de desqualificação, de exclusão, ou de criação de uma nova situação de fronteira na região. Nas últimas décadas, num novo momento da grande transformação da agropecuária da região, em nome do neodesenvolvimentismo e do neoprodutivismo extrativista, aprofundou-se como nunca a separação entre o bem-sucedido e o derrotado, qualificados, no campo das políticas públicas, como o vendedor e o beneficiário. Desenvolveu-se, enfim, através dessas políticas, um sistema altamente vigoroso de institucionalização (inclusive do clientelismo), da pobreza como

beneficiária (complemento) do governo e do cliente/consumidor como um dado natural do sistema de negócio.

- 5) Uma das consequências mais evidentes desses processos se instaurou no campo das organizações e dos movimentos sociais. Vítimas históricas dos bloqueios, atualmente eles são objeto de um processo de desmanche. Ao transformar o Estado (governo) em “novíssimo movimento social”, opera-se, ao mesmo tempo, a usurpação da voz dos movimentos que produziram este mesmo governo. Vive-se, hoje, no Semiárido do Nordeste, um aprofundamento do estado de anomia política e social, com a quase totalidade das lideranças transferindo-se, sem se transferirem de fato, dos movimentos para as organizações do Estado, e transformando-se de agentes dos movimentos em agentes (remunerados) do Estado, extinguindo-se ou esvaziando-se o campo de contradições entre Estado e movimentos sociais. No chão do sertão, o que se vem observando são organizações esvaziadas e/ou transformadas em lugares do governo, ou em pequenos movimentos de fôlego curto.

Referências

AB’SABER, A. N. Referências bibliográficas do Nordeste seco. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 115-143, maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a07.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*: Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-34.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALLAIRE, G.; BOYER, R. (Ed.). *La grande transformation de l’agriculture: lectures conventionnalistes e régulationnistes*. Paris: INRA, 1995.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

- ANTUNES, L. Os 10 maiores períodos de seca no Brasil. *Revista Superinteressante*, São Paulo, 19 ago. 2014. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/os-10-maiores-periodos-de-seca-no-brasil/>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- ASA. Articulação do Semiárido. *Mapa de tecnologias*. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- BACELAR, T. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, M. da C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p. 71-92.
- BAIARDI, A. (Org.). Dossiê: faces do novo rural. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 11, n. 28, 1988. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=23>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- BARRETO, P. H. História - Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. *Desafios do desenvolvimento*, Salvador, Ano 6, n. 48, 10 mar. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 12 maio 2014.
- BARROS, J. de D. V. *Imaginário da brasilidade em Gilberto Freyre*. 2. ed. São Luis: EDUFMA, 2009.
- BENATTI, J. H. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, D. P. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil vol. II: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 211-238.
- BERNARDES, D. de M. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007.
- BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, set. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Construção de cisternas e tecnologias sociais no semiárido*. Brasília, [20--]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/acessoagua/cisternas>>. Acesso em: 2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Propostas da Articulação no Semi-árido Brasileiro para a convivência com o Semi-árido e combate à desertificação*. Recife, 1999.
- BRASIL. *Decreto n.º 6.040*, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF,

fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro*: ganhar tempo é possível? Brasília, 2013. p. 29-72.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no Semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/o5.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

CAMPOS, J. N. B.; STUART, T. M. de C. *Secas no Nordeste do Brasil*: origens, causas e soluções. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001. Disponível em: <http://www.deha.ufc.br/ticiania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas_no_Nordeste_do_Brasil_o8_de_junho_def.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; COSTA, E. R. (Coord.): *conflitos no campo – Brasil*. 2014. Goiânia: CPT Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=23>>. Acesso em: 15 maio 2014.

CASTRO. J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

CAVALCANTE, J. L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Histórica*: Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, Ano 1, n. 2, p. 1-7, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.creasp.org.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/04/historica02.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CESANO, D. et. al. As Experiências da coalizão adapta Sertão na disseminação de tecnologias e estratégias de adaptação à mudança climática para o agricultor familiar do semiárido brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, n. 6, p. 1336-1350, 2011.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação da coleção. In: NEVES, D. P. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Vol. II: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 9-17.

CUNHA, E. da. *Os Sertões*. São Paulo: Abril cultural, 1979.

DECLARAÇÃO do Semiárido: propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a Convivência com o Semi-Árido e Combate à Desertificação. Recife, 26 de novembro de 1999.

FAVERO, C. A. et al. Redução da pobreza rural: revisão crítica da situação e desafios para o próximo século. In: WINROCK INTERNACIONAL. *Pobreza rural no Nordeste do Brasil: um estudo participativo*. Salvador: Casa da qualidade editora, 2000. p. 23-46.

FAVERO, C. A. *Évolution de la dynamique socio-politique des agriculteurs et de leurs organisations dans les contextes de l'ALENA et du MERCOSUL: les cas du Québec (Canada) et du Sud-Ouest du Paraná (Brésil)*. 1997. 536 f. Thèse (Doctorat) – Université du Québec à Montréal, Montréal, 1997.

FAVERO, C. A. O MERCOSUL e a reestruturação da agricultura: as “filières” de cereais e a exclusão social. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 13, n. 3, p. 279-302, 1996.

FAVERO, C. A.; SANTOS, S. R. dos. *O Programa Bolsa Família e as relações de gênero e geração na Agricultura Familiar do Semiárido do Nordeste*. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_115.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

FERRARO JÚNIOR, L. A.; BURSZTYN, M. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto. *Salvador*, v. 23, n. 59, p. 385-400, maio/ago. 2010.

FERRARO JÚNIOR, L. A.; BURSZTYN, M. À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: Razões dos Fundos de Pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: Associação Nacional de Pesquisa, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT5-307-82-20080424164651.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961. 2 Tomo.

FREYRE, G. O outro Brasil que vem aí. In: FREYRE, G. *Poesia reunida*. Recife: Ed. Pirata, 1980. Disponível em: <http://www.releituras.com/gilbertofreyre_outrobrasil.asp>. Acesso em: 29 jun. 2014.

GIONGO, V. Balanço de carbono no semiárido brasileiro: perspectivas e desafios. In: LIMA, R. da C. C.; CAVALCANTE, A. de M. B.; PEREZ-MARIN, A. M. (Ed.). *Desertificação e mudanças climáticas no Semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2011. p. 115-130.

GIRARDI, E. P. *Atlas da questão agrária no Brasil*. [S.l.], [199-]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm>. Acesso em: 12 maio 2015.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. *InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, v. 2, n. 4, ago. 2007. Disponível em: <www.interfacehs.sp.senac.br>. Acesso em: 12 maio 2015.

KAGEYAMA, Â. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set. 1998.

LAUTIER, B. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia? *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-366, maio/ago. 2010.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

LIMA, R. da C. C.; CAVALCANTE, A. de M. B.; PEREZ-MARIN, A. M. (Ed.). *Desertificação e mudanças climáticas no Semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2011.

MANÇANO, B.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v 2: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (Coleção História Social do Campesinato).

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. A modernidade do “passado” no meio rural. In: BUAINAIN, A. M. et al. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: EMBRAPA, 2014.

MARTINS, J. de S. *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MEDEIROS, S. de S. et al. *Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2012. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/wp-content/themes/insa_theme/acervo/sinopse.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

MENEZES, D. *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

MIELE, M.; MIRANDA, C. R. de. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário*. Brasília, 2013, p. 201-231.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013. Lindoia. SP. *Anais...* Lindoia: ANPOCS, 2013.

MONTENEGRO, N. M. *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó*. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário*. Brasília, 2013. p. 13-28.

NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: NEVES, D. P. (Org.). *Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil v II: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 303-323.

NEVES, F. de C. O Nordeste e a historiografia brasileira. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 5, n. 10, p. 6-24, abr./out. 2012.

NOBRE, P. et al. Impactos de mudanças climáticas globais na hidrologia do semiárido do Nordeste brasileiro para o final do século XXI. In: GHEYI, H. J. et al. (Ed.). *Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas*. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2011. p. 423-439.

NOBRE, P. Mudanças climáticas e desertificação: os desafios para o Estado Brasileiro. In: LIMA, R. da C. C.; CAVALCANTE, A. de M. B.; PEREZ-MARIN, A. M. (Ed.). *Desertificação e mudanças climáticas no Semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2011. p. 25-35.

NOZOE, N. A aplicação da legislação sesmarial em território brasileiro. *Estudios Historicos*, Montevideo, Año 6, n. 12, Jul. 2014.

OLIVEIRA, R. de.; Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de Historia*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *REN - Revista Econômica do Nordeste*, [S. l.] v. 40, n. 3, jul./set. p. 411-424, 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 23 maio 2014.

PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade a agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650 -1720)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- RIBEIRO, M. V. T. Coleção das ordens mais necessárias ou curiosas que se achavam dispersas e em confusão na Secretaria do Governo do Rio de Janeiro, reduzidas em sua ordem natural. De 1597 a 1779. In: BIBLIOTECA NACIONAL, 115., 1995, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 7-121. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.
- RODRIGUES, N. de M. Todas as 124 Secas registradas no espaço geográfico do Semiárido do Nordeste do Brasil. *GeoEstudos*, Recife, 2013. Disponível em: <<http://natalgeo.blogspot.com.br/2013/12/secas-e-acudage-no-nordeste-do-brasil.html>>. Acesso em: 24 maio 2014
- ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. Tomo V.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- SANTANA, M. O. (Org.). *Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil/MMA*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/129_08122008042625.pdf>. Acesso em: 28 de ago. 2015.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SILVA, F. P.; LAPO, L. E. R. Modelos de financiamento da cadeia de grãos no Brasil. In: CONFERENCIAM EM GESTÃO DE RISCO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMMODITIES. 2., 2012. *Anais...* Campinas: Instituto Educacional BM&F BOVESPA: CGRCC, 2012. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/CGRCC/download/Modelos-de-financiamento-da-cadeia-de-graos-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2014.
- SILVA, J. G. da. et al. (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SILVA, J. G. da. et al. (Org.). *Fome zero: a experiência brasileira*. Brasília: MDA, 2010.

SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1999a. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, J. G. da. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. In: SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1999b. p. 107-129. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. *REN - Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1042>. Acesso em: 22 ago. 2014.

TELLES, V. da S. No fio da navalha: entre carências e direitos Notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. In: BAVA, S. C. et al. (Org.). *Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades*. São Paulo: Polis, 1998. p. 1-23.

VEIGA, J. E. da. et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE/IICA: MDA, 2001.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

VILLA, M. A. *Vida e morte no sertão*. São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WINROCK INTERNACIONAL. *Pobreza rural no Nordeste do Brasil: um estudo participativo*. Salvador: Casa da qualidade editora, 2000.

YASBEK, M. C. O Programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.



SEGUNDA PARTE

IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CAMPESINATO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE E IRECÊ

Da terra semiárida, na seca, brota a flor, sinal que há vida

Comunidade Rural no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Semiárido da Bahia. Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Fotógrafos: Eugenia Santos Ribeiro e Filipe José de Valois Coutinho Rocha de Souza. 11 de outubro de 2014.

AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA
ALIMENTAR E PRODUÇÃO DE
SOCIEDADES NO TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE (BA)

Stella Rodrigues dos Santos



Cisterna caseira - uma invenção do sertanejo

Comunidade Rural no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Semiárido da Bahia.
Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB). Fotógrafos: Eugenia Santos Ribeiro e Filipe José de Valois
Coutinho Rocha de Souza. 18 de agosto de 2014.

Introdução

O semiárido do Nordeste e, nele, a agricultura familiar, vivem atualmente um processo marcado por novos e grandes deslocamentos que podem ser identificados e situados no seio da própria vida cotidiana das famílias desses agricultores. Eles aparecem, por exemplo, na tensão entre relações sociais fundadas na reciprocidade e relações formais ou institucionalizadas, ou na refundação das bases da reprodução social e, também, não mais na produção de valor de uso, mas na apropriação de dinheiro de transferências públicas; além disso, ainda, na apropriação de “benefícios” de políticas públicas nos âmbitos da educação, da saúde, das infraestruturas (estradas, luz elétrica, abastecimento de água etc.). Essas mudanças provocam impactos substanciais no interior das unidades familiares, nas comunidades rurais, nos espaços dos municípios e nas relações culturais, sociais, políticas e econômicas. Aprender essas transformações e, mais que isso, os modos como elas são operadas é essencial para conhecer, novamente, o universo da agricultura familiar do território e, nele, os novos sistemas e modos de produção, aquisição e consumo de alimentos, ou os impactos dessas mudanças na mesa dessas famílias.

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ) situa-se, atualmente, num desses momentos que se podem considerar seminiais nos processos de formação de territórios, nos quais continuidades e deslocamentos se tornam bem mais visíveis. Duas razões nos levam a essa afirmação. Em primeiro lugar, porque, no conjunto do semiárido, o TIBJ é um desses espaços profundamente marcados pela presença de índices relativamente mais significativos de pobreza e, assim, como um espaço onde a vida, numa formação econômico-social capitalista, é mais lenta. (SANTOS; SILVEIRA, 2001) Em segundo lugar, meio que paradoxalmente, nos âmbitos da vida cotidiana do território, nessa última década, vem se tornando cada vez mais visível o encontro/desencontro entre um sistema social e econômico baseado em relações de reciprocidade e novas

formas pautadas por relações formais ou institucionalizadas, nas quais o mercado, o Estado e, mais precisamente, o dinheiro, nas suas diferentes formas, emergem como atores hegemônicos. Pouco a pouco, o território e as dinâmicas do cotidiano dos agricultores familiares da região como que fogem das mãos dos agricultores para reaparecerem como institutos e vida regulados pelo dinheiro: ao mesmo tempo, no território, são destruídos e produzidos atores, vínculos sociais, espaços sociais, instituições, objetos, representações, rotinas, a vida cotidiana e o próprio chão dessa vida.

Este capítulo é parte da análise de uma investigação realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no decorrer de 2008 e 2009, cujo projeto inicial teve como finalidade produzir conhecimentos a respeito da chamada “in-segurança” alimentar e nutricional no Semiárido do Nordeste. Mas, na medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo, as preocupações dos participantes no projeto se alargaram, dando origem a diversos subprojetos que, de algum modo, voltavam a tencionar o próprio projeto original. Emergiram, assim, como desdobramentos, subprojetos vinculados a temas como “as trajetórias na produção social e política de territórios”, “o dinheiro de transferências públicas e a produção de novas sociabilidades”, “as transformações no âmbito da agricultura familiar a partir da apropriação, por essas famílias, do dinheiro dos programas de transferência pública, principalmente o Programa Bolsa Família”, além de outros. Contudo, não perdemos de vista os conceitos que articularam as nossas preocupações, como os de território, dinheiro, sociabilidade, trajetórias sociais e deslocamentos (no tempo e no espaço), tampouco os universos da vida cotidiana dos agricultores familiares do território e as políticas públicas de transferência de renda, como os nossos espaços de pesquisa e de reflexão.

Em termos epistemológicos, para a elaboração e realização da pesquisa, entendia-se que toda pesquisa científica envolve escolhas sociais e po-

líticas e, portanto, científicas; que, nas Ciências Humanas, essas escolhas podem induzir abordagens teóricas e metodológicas e, assim, estratégias e modos de relacionamento com as populações envolvidas no processo de realização da investigação; que a realização desse tipo de pesquisa envolve a elaboração de processos pedagógicos que contribuem para a produção de novas realidades sociais e políticas, ou para a preservação das realidades existentes. Como decorrência das suas escolhas, em termos políticos, o grupo entendia que o desenvolvimento do Nordeste passa, estrategicamente, pelo desenvolvimento do Semiárido; que o desenvolvimento do Semiárido não pode ser obtido e nem mesmo pensado sem o enfrentamento do estado de “in-segurança” alimentar que submete parcela significativa da população da região; que o problema da “in-segurança” alimentar e nutricional, no caso específico do Semiárido, precisa ser entendido como um sistema que envolve três dimensões básicas: a natureza e os sistemas de engenharias (a herança social), as ações que se consubstanciam como práticas histórico-socialmente produzidas e, finalmente, os sistemas de representações ideológicas ou simbólicas; que os conhecimentos produzidos a respeito desses estados são relevantes apenas na medida em que contribuem, através da sua aplicação, para a transformação das atuais estruturas econômicas, sociais e políticas iníquas.

Do ponto de vista estratégico, para a realização da investigação, o projeto propunha o enfrentamento para a decifração do problema da “in-segurança” alimentar e nutricional, elegendo como ator central o agricultor familiar, considerando que ele representa o segmento social mais empobrecido da região e que ele é, ao mesmo tempo, o seu maior produtor de alimentos. Desse universo de agricultores familiares, foram eleitos os chamados “beneficiários” do Programa Bolsa Família (PBF), vinculado a um Programa mais amplo, o Fome Zero, do Governo Federal, que envolveria a parcela mais empobrecida da população da região.

Com relação à metodologia, em termos mais amplos, interessávamos essencialmente conhecer não os impactos das políticas públicas no

território, embora isso seja também importante, mas os modos como as famílias de agricultores familiares se apropriam do dinheiro das transferências públicas e de outros “benefícios” de políticas públicas, como eles os usam e os representam e, a partir disso, que deslocamentos essas famílias produzem no seu cotidiano, nas relações entre homens, mulheres, jovens e crianças no interior das unidades familiares, na organização das trajetórias diárias desses indivíduos e desses segmentos e grupos sociais no interior da unidade produtiva (o estabelecimento), nas comunidades, com habitantes da cidade. Mais que isso, que mudanças vêm sendo produzidas nos universos dos objetos e dos equipamentos que estruturam as vidas cotidianas nas ações desses grupos sociais e nos modos como eles representam esse novo momento histórico.

De modo mais operativo, para a realização da pesquisa, foram utilizados quatro aparatos de técnicas que em todo tempo se entrecruzaram. O primeiro é o que designamos como uma “pedagogia investigativa”, por meio da qual, segundo José de Souza Martins (2008, p. 11-12):

[...] o pesquisador desencadeia a investigação a partir das perguntas que o grupo estudado lhe faz, perguntando através de respostas para obter novas perguntas. Deixando-se interrogar e, assim, transformando-se em objeto de indagação, de deciframento do mundo de onde vem e de que faz parte, mundo que vitima esse tipo de população, mundo cuja lógica e cujas relações sociais dilaceram e condenam o mundo do camponês e do índio. Trata-se de um modo de conhecer através da vontade de conhecer e de se conhecer da própria população estudada.

Em nota, o autor afirma que a pedagogia investigativa é uma

[...] técnica diferente da chamada pesquisa participante. Com a pesquisa participante, o que o sociólogo

faz é assessorar a comunidade estudada para que faça pesquisa sobre si mesma. No que estou chamando de *pedagogia investigativa*, a pesquisa é conduzida pelo sociólogo, no interior, porém, do processo de investigação sociológica, em que a pesquisa é, ao mesmo tempo, parte do trabalho pedagógico destinado a mostrar ao grupo ou comunidade o lado oculto dos processos sociais e o sobressignificado de suas relações e ações sociais de implicação histórica. (MARTINS, 2008, p. 21, grifo do autor)

Nas andadas, nas rodas de conversas, frequentemente, os pesquisadores foram interrogados pelos que eram, também, os estudados, ou seja, os que deveriam responder perguntas. O segundo conjunto de técnicas constitui a base do que chamamos “pesquisa participativa”. Para o desencadeamento do processo de pesquisa, foram realizadas diversas reuniões com lideranças do território no sentido de estabelecer as bases de um ambiente colaborativo. A partir dessas reuniões, decidiu-se criar e formar um grupo de pesquisadores locais. Dois critérios foram importantes para a criação desse grupo: primeiro se escolheria um representante (morador) de cada município do território; depois, esse pesquisador local participaria de todo o processo e, principalmente, seria o aplicador do questionário. Foi criado, desse modo, um grupo com quinze jovens, dentre os quais oito eram alunos de Ensino Médio de uma Escola Família Agrícola sediada em Quixabeira. Para alguns municípios, decidiu-se priorizar a inserção de líderes de comunidades locais. No processo de preparação para a realização da pesquisa, foram realizadas reuniões onde estavam presentes, sempre, os pesquisadores locais e, além deles, as lideranças do território. Todo o processo da pesquisa, os locais onde ela seria realizada, quantas entrevistas por local, tudo foi decidido nessas reuniões. Chamou atenção, após a aplicação do questionário, nos encontros onde se realizou a sua devolução, o fato de os pesquisadores locais, nos seus depoimentos,

se mostrarem muito surpresos pelas descobertas feitas. Um deles chegou a dizer: “eu pensava que conhecia a minha comunidade”.

Foi utilizado, também, como instrumento de pesquisa, um questionário estruturado com base em nove dimensões e/ou blocos de questões, combinando aspectos quantitativos e qualitativos que, resumidamente, expressam: a caracterização das famílias entrevistadas (número de pessoas por família, idade, sexo, escolaridade...); os benefícios de políticas públicas recebidos pelas famílias; a situação socioeconômica das famílias entrevistadas (terra, água, energia elétrica, moradia, saneamento básico, etc.); a caracterização do universo do trabalho e da produção agropecuária das famílias (o que produzem, destino da produção, relação produção-consumo, mão de obra utilizada, financiamento da produção, pluriatividade, técnicas de produção, assistência técnica...); os sistemas familiares de aquisição e de consumo de alimentos e de bebidas (mudanças nos hábitos alimentares...); a aquisição/uso de bens duráveis, os modos de sua aquisição, as formas de pagamento, os impacto dessas compras nos orçamentos familiares etc.; a fixação/mobilidade das famílias (tempo de residência no local, mudanças de local de residência, motivos dessas mudanças, a migração de membros da família etc.); as mudanças no contexto da preocupação com a saúde e as estruturas de atendimento em demandas vinculadas às questões de saúde dos membros das famílias; a caracterização da relação entre as famílias e a educação escolar e as estruturas e funcionamento do sistema educacional. Mais do que preocupar-se com o problema das condicionalidades embutidas nos programas de políticas públicas, o que nos atraía eram os modos como as famílias reconstituem o seu cotidiano, considerando o conjunto de mudanças operadas nos planos institucionais e de infraestrutura no território.

O quarto aparato de instrumentos é o que chamamos as “rodas de conversas”. Por diversos motivos, não quisemos chamar de “grupos focais”. De modo geral, concebe-se o grupo focal como:

[...] uma estratégia de recolha de dados que, em primeiro lugar, ultrapassa os limites da discussão sobre qualidade e quantidade no tratamento de dados e, por outro, por estar apoiada em pressupostos que vão desde a antropologia ao *marketing*, permite aflorar as diversas dimensões e visões de diferentes indivíduos sobre um tema previamente definido dentro de um grupo. (GALEGO; GOMES, 2005, p. 1)

Para os autores, trata-se de uma técnica que privilegia:

[...] a observação e o registro de experiências e reações dos indivíduos participantes do grupo, que não seriam possíveis de captar por outros métodos, como, por exemplo, a observação participante, as entrevistas individuais ou questionários. (GALEGO; GOMES, 2005, p. 5)

Quisemos chamar a técnica que adotamos de “rodas de conversa” em virtude da flexibilidade que ela permitia. De modo geral, os “encontros” foram abertos, de modo que não sabíamos quem estaria lá, exceto aqueles que eram membros de famílias beneficiárias do PBF. Deparamo-nos com grupos grandes e menores, alguns deles contando com muitas crianças. Mas, em geral, foi fortemente predominante a presença da mulher, justificada, inclusive, pelo fato de a maioria dos beneficiários do PBF na região serem mulheres. Tínhamos um roteiro previamente discutido no grupo, mas, em geral, os trajetos seguidos foram outros, gerando, inclusive, belas surpresas. Frequentemente, durante as conversas, sempre alegres, inverteram-se os papéis, de modo que, de indagadores, nos tornamos indagados. Em outras ocasiões, houve debates quase acalorados entre os participantes das rodas. Essa quase informalidade das “reuniões” nos permitiu chamar essa técnica não de “grupo focal”, mas de “rodas de conversas”.

Neste trabalho, tendo como base os resultados desta investigação, propõe-se como objetivo identificar e caracterizar as transformações atualmente produzidas pelo desenvolvimento de políticas públicas – referimo-nos aqui, principalmente, às transferências constitucionais ou municipais, às transferências via sistema previdenciário e ao PBF – nos modos de socialização/territorialização na agricultura familiar, no TIBJ, na Bahia. Dito de outro modo, o que se quer saber é como os agricultores familiares do TIBJ – focalizando os “beneficiários” do PBF¹ – produzem os seus territórios, considerando as continuidades descontínuas entre três regimes de economia: a economia mercantil, a economia pública e a economia da reciprocidade (SABOURIN, 2009), três tipos de dinheiro (o dinheiro da produção no estabelecimento, o dinheiro da venda de diárias e os dinheiros de transferências públicas) e as diferentes formas de sociabilidade; ou ainda, como, nesse contexto, esses agricultores desmancham os seus territórios e produzem novos territórios.

Em estudo recente sobre a agricultura familiar, Eric Sabourin (2009, p. 258) retomou a distinção feita por Emme e Laville entre “[...] a economia mercantil capitalista (a troca), a economia pública (associada à redistribuição do Estado) e a economia gratuita, não mercantil, ou não monetária, assimilada ao princípio da reciprocidade”. Em seguida, como desdobramento dessas ideias, ele recuperou o fio da discussão elaborada por Odile Castel que distingue os motivos que estruturam cada um desses três regimes de economia:

[...] o enriquecimento pessoal, por meio da maximização do lucro, motivo das atividades de troca capitalista; o compartilhamento, por meio da redistribuição praticada pelo Estado (serviços e auxílios públicos) ou por meio das atividades de proteção a bens e pessoas

¹ Na pesquisa, é este o interlocutor principal no território.

(seguros das associações e sociedades mutualistas); e a solidariedade econômica, realizada pela reciprocidade, motivo que fundamenta não só as atividades de ajuda mútua, como também as cooperativas e associações. (SABOURIN, 2009, p. 259)

Com isso, Castel, e em seguida, Sabourin, recoloca o problema da tensão entre as situações objetivas postas pela economia e os interesses subjetivos dos sujeitos sociais. Além disso, no seu trabalho, Sabourin situou na história a tensão entre os três regimes de economia para mostrar como, nos diversos territórios do Semiárido brasileiro, os atores recombina-ram de modos originais essas três economias para produzir distintos sistemas de sociabilidade e distintas trajetórias.

Em trabalho anterior, Eric Sabourin (1999) afirmava que a criação dos “programas especiais de luta contra a seca”² para o Semiárido, que colocaram o Estado “nas trilhas das comunidades de base da Igreja Católica”, desencadeou um lento e irresistível processo de substituição dos vínculos sociais de reciprocidade e das estruturas fundadas na ajuda mútua por relações formais, baseada em estruturas “sociotécnicas”, no “diálogo técnico” ou no associativismo rural. Ou seja, com esses programas, as redes comunitárias ou tradicionais de sociabilidade, fundadas em laços de reciprocidade e numa “economia gratuita”, passaram a conviver com redes de intercâmbio mercantil, baseadas em relações sociais monetarizadas e institucionalizadas:

[...] a integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levaram a sociedade rural nordestina, os sítios e as comunidades a dotar-se de novas estruturas de representação e

2 Sabourin (1999) refere-se, aqui, ao Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), criado em 1975, ao Projeto Nordeste, de 1982, e ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), de 1985.

de cooperação, sem, portanto, abandonar (pelo menos completamente) os valores e formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade. (SABOURIN, 1999, p. 5)

Por meio dos programas, era imposto o associativismo e o cooperativismo rural que, do ponto de vista do Estado, era necessário para resolver o problema da precariedade jurídica da institucionalidade do “pequeno produtor” e, desse modo, para dar segurança ao sistema financeiro emprestador; mas, do ponto de vista do agricultor familiar, o associativismo tornou-se um mecanismo para o acesso ao dinheiro do Estado. O fato é que, rapidamente, ele proliferou no Semiárido nordestino.³ (CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE, 2010, p. 50)

Quatro ideias-chaves estruturam o trabalho: 1) a que nos coloca na tensão entre território e dinheiro, ou na rota da produção dos territórios e dos dinheiros, ou, ainda, da apropriação e do uso social dos mesmos; 2) a que no confronto com os dois modos de sociabilidade (reciprocidade e formal) e com os três regimes de economia (mercantil capitalista, pública e gratuita) e, portanto, com três tipos de dinheiro; 3) a que situa as relações entre diferentes territórios nos âmbitos das tensões e das escalas; 4) a que nos permite apreender o território, por um lado, no próprio processo de sua produção social e, por outro, como articulação de trajetos e deslocamentos de tempos e espaços sociais. Para fazer isso, é necessário, antes, situar o território nos contextos mais amplos das contradições

3 De acordo com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), em 2007, o TIBJ tinha 528 organizações associativas, cooperativas e sindicais rurais (MOC. Plano de Safra Territorial do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe do Estado da Bahia produzido em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para mais informações acessar site disponível em: <http://serv-sdt-1.mda.gov.br/sit/biblioteca_virtual/pst/pst_territorio14.pdf>.

capitalistas e, ao mesmo tempo, traçar o cenário do que é, hoje, o TIBJ,⁴ considerando as variáveis acima indicadas.

Mas como, operacionalmente, se pode apreender esses processos de desmanche e de produção de sociabilidades e de territórios se, metodologicamente, optou-se por ver esses processos pela ótica do agricultor familiar? O “herói do enredo” não é o Estado (que produz, por exemplo, o TIBJ), agente que vem se revelando, cada vez com mais nitidez, na sua obstinação em produzir consumidores ou “beneficiários” das suas ações e políticas; é o agricultor familiar; é, mais que isso, o agricultor familiar do TIBJ, “beneficiário” do PBF, um sujeito

[...] comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida. (MARTINS, 2008, p. 10)

O desafio que se coloca, com essa escolha, é o de como capturar este sujeito frequentemente silenciado, dito e predito por tantos outros a partir de seus próprios tempos e espaços e de suas ciências. Para enfrentar o desafio, em termos teóricos, o trabalho foi estruturado utilizando como fios condutores, dois conceitos: os de trajeto e “desencaixe” ou deslocamento. Eles permitem não apenas acompanhar a vida no seu viver cotidiano como, também, enquanto espaço e tempo vividos.

Ao introduzir esses conceitos (trajeto e deslocamento), entende-se, primeiro, que o ser humano é um ser situado num espaço-tempo e portador de um espaço-tempo; segundo, que esse espaço-tempo tem as suas fronteiras demarcadas pelas “trajetórias” dos indivíduos e dos grupos

4 A produção do TIBJ não é o objeto deste estudo, embora seja um tema importante. O Território é o cenário, o chão, o espaço; o que se pretende saber é como, nesse espaço, os agricultores familiares produzem os seus territórios.

sociais que os constituem; terceiro, que internamente, e entre eles, os territórios são espaços-tempos de tensão que, frequentemente, se transformam em espaços-tempos de conflitos e, também, de produção de deslocamentos nas trajetórias. Ou seja, nos territórios, as fronteiras tendem a “se acomodar sob as pressões e as oportunidades que decorrem de sua existência comum” (dos indivíduos e dos grupos sociais) “no espaço e tempo terrestre”. (GIDDENS, 2003, p. 143) As trajetórias se expressam, assim, pelo movimento dos agentes

[...] entre objetos cujas propriedades interagem com suas capacidades [...], ao mesmo tempo em que aqueles interagem uns com os outros [...]. As interações de indivíduos movendo-se no tempo-espaço compõem ‘feixes’ [...] que se reúnem em ‘estações’ ou localizações espaço-temporais definidas, dentro de regiões circunscritas. (GIDDENS, 2003, p. 132)

Os trajetos – por entre objetos, intercalando estações – definem, portanto, os contornos frequentemente fluidos dos territórios individuais e sociais: até onde o ator se desloca? Com que frequência?

Os movimentos no espaço-tempo são, algumas vezes, abalados por deslocamentos, rompimentos de rotinas ou “desencaixes”. Giddens distingue dois tipos de mecanismos de desencaixe “intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas”: 1) As “fichas simbólicas”, ou os “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. Vários tipos de fichas simbólicas podem ser distinguidos, tais como os meios de legitimação política” (GIDDENS, 1991, p. 25) Dentre as fichas simbólicas, o dinheiro seria, segundo Giddens (1991, p. 27), a mais poderosa, já que “possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço” e, também, na medida em que reifica ou “des-

socializa” as relações sociais. 2) Os “sistemas de peritos”, ou “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” e que se impõem, em grande medida, por meio de crenças que alicerçam vidas: a crença de que o que é dito pelos peritos é verdadeiro. Em outros termos, os “[...] sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto”. (GIDDENS, 1991, p. 31)

Agricultura familiar e territórios no Semiárido do Nordeste

Em 1967, em documento que se tornaria clássico para o estudo do Semiárido do Nordeste do Brasil, Celso Furtado (1967) definia a economia da região como um complexo que envolvia pecuária bovina extensiva e agricultura de baixa produtividade, ambas combinando elementos monetários com elementos não monetários. O artigo demarcava um novo momento na história da expansão do capital e da intervenção do Estado na região, que começara, por um lado, com a crescente modernização (conservadora) de sistemas e de relações de produção e, por outro, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que carregava consigo todo um vasto arsenal de planos, programas e políticas estatais. Os incentivos e os subsídios financeiros e creditícios do Estado, muitos deles através deste órgão, foram fundamentais para a produção e a transformação da região. Ou seja, com os programas, o Estado pretendia, ao mesmo tempo, diminuir a pobreza da região e “criar novas formas de acumulação de capital”, sem abandonar as antigas: a estratégia que se propugnava para a agricultura era a “transformação localizada de ‘unidades camponesas’ em ‘agricultura capitalista’, sem afetar a estrutura arcaica circundante”. (FAVERO et al., 2000, p. 32) Foi com essa estratégia que semearam na região as chamadas “ilhas de prosperidade”. A es-

tratégia foi pautada por uma visão homogeneizadora do rural da região e, igualmente, dos meios para a produção do desenvolvimento.

Esse processo vivido, então, no Semiárido do Nordeste fazia parte de um movimento de caráter nacional: o movimento da “modernização” ou de expansão das bases de acumulação do capital e da urbanização e, também, de reorganização territorial do capital. Mas, apesar de ser um movimento de caráter nacional, com a finalidade de produzir a coesão social como coesão nacional, ele tinha feições distintas nas escalas regionais e locais, produzindo alterações significativas na configuração interna das novas regiões e, principalmente, nas relações entre as regiões. Assim, por exemplo, a partir da década de 1970, na sequência de grandes obras de infraestrutura (transporte, comunicação e energia), e induzidas por grandes programas de “desenvolvimento”, foram produzidas mudanças significativas no interior das regiões e no âmbito das articulações entre as diversas regiões no país. Essas mudanças repercutiram, inclusive, na produção de novos centros urbanos e de novas regiões econômicas, como o Centro-Oeste e o Cerrado, além da periferação de outras (cidades e regiões), e também na produção de novos trajetos na circulação de capitais e de pessoas (colonização, novas fronteiras, mineração etc.), reorganizando o mapa do Brasil. A estrutura anterior da regionalização foi abalada em nome de um projeto e de um desenho que propunha como finalidade obter a integração nacional como coesão nacional e uma estratégia homogeneizadora, que desconheceu as contradições e os conflitos entre e no interior das regiões. Mas, apesar do projeto que sinalizava para a coesão nacional e apesar de ter avançado na integração econômica ou dos sistemas de produção, as assimetrias entre as regiões se aprofundaram, e o mapa brasileiro tornou-se mais heterogêneo, fundado em novas contradições e tensões. O Semiárido, durante muito tempo, passou a desempenhar o papel de celeiro de mão de obra para outras regiões.

No final dos anos 1980, com o aprofundamento da crise em escala mundial, enquanto o capital elaborava teses baseadas nas ideias de flexi-

bilidade regulatória e reajustamento estrutural (globalização), o Estado assimilava a ideia de “desenvolvimento sustentável”, que repercutiria na reformulação das suas estratégias e na escala da distribuição da sua presença nos diversos territórios nacionais. Nesse contexto, a ideia de desenvolvimento foi inscrita num campo dominado pelas certezas: ele passou a ser concebido como um ente uno ou como uma matéria pura e, assim, como um ente que estrutura e dá origem a uma causa universal, que teria na capacitação o seu instrumento estratégico. Além disso, ele foi concebido em termos de desequilíbrio de consumo (integrar os indivíduos como consumidores). Esvai-se, assim, em nome da universalidade, a dimensão social da questão do desenvolvimento. Mais ainda, a ideia de desenvolvimento nacional foi substituída pela de desenvolvimento local.

Com esse deslocamento, passou-se a mirar não mais a unidade nacional, mas a diversidade e a competição entre esses diversos, produzindo o que muitos chamam “a fragmentação dos espaços”, contribuindo para a emergência dos territórios como espaços totais e das assimetrias entre eles, assentadas não mais em critérios de desigualdade, mas de diferença. Em terceiro lugar, com base nessa concepção, é ressaltada a distinção entre territórios empreendedores (bem sucedidos, vencedores) e territórios perdedores (HARVEY, 2006)⁵ Nesse novo contexto, do ponto de vista das políticas públicas, por exemplo, a incoerência – que remete à ideia de fragmentação e de totalidade dos fragmentos –, e não mais a coesão, se tornou uma dimensão central e funcional do novo Estado. (JOBERT, 2004) É no avanço dessas perspectivas que, mais recentemente, tomou vulto o debate brasileiro estruturado em torno de ideias como a da “abordagem territorial do desenvolvimento”.⁶

5 Na Bahia, um dos estudos pioneiros utilizando essas noções foi realizado por Judith Tandler (1993).

6 Para este conceito, ver: Sergio Schneider e Ivan G. Peyré Tartaruga (2004).

Para ingressar no estudo desses processos é importante recordar ainda, que a modernidade capitalista nos fez aprender que o reconhecimento/negação de um território se mede pelo seu Produto Interno Bruto (PIB), pela riqueza que ele produz, pela capacidade e pela velocidade de produção dessa riqueza. Com o neoliberalismo, passou-se a afirmar que “exportar é o que importa”. A produção de riqueza – riqueza econômica – servia, nesses termos, como o meio adequado para a classificação de um território entre os territórios, para situá-lo numa escala progressiva, ou numa escala de reconhecimento e de negação. No atual contexto, demarcado pela tensão entre territórios empreendedores e perdedores, e onde o Estado é intrinsecamente um espaço de incoerência, mas funcional, a riqueza de um território pode não ser mais identificada como uma expressão do seu PIB. Por um lado, riqueza deixa de ser um termo unívoco e torna-se polissêmico: riqueza ambiental, cultural, econômica, educacional etc., de modo que o novo território pode ser reconhecido como lugar na produção de outras riquezas, não de PIB. Por outro, essa polissemia não é concebida, pelo menos nos discursos oficiais, em termos de fragmentação, de exclusão de sentidos, mas como uma nova complexidade. Inserida nesse contexto, a abordagem territorial do desenvolvimento, produz uma espécie de “des-localização” dos territórios para ressitua-los, não mais numa escala elaborada em termos hierárquicos, como territórios desiguais, mas numa perspectiva horizontal, que realça as identidades e diferenças entre eles, a sua capacidade empreendedora ou não, com isso produzindo um novo modelo de equilíbrio territorial. Ela assume caráter nitidamente funcionalista.

Davezies (2008), em estudo sobre os atuais modos de produção dos espaços sustenta que, hoje, na perspectiva do capital,

[...] o território não é apenas um fator de crescimento (*de riquezas*); é também um suporte de populações, uma comunidade humana para a qual o desenvolvimento não se expressa em termos de ‘produtividade dos fato-

res' ou de 'custos de transações', mas apenas em termos de renda dos domicílios, de emprego, de desemprego e de pobreza [...]. Mais que o impulso da competitividade, é o da atratividade que aparece hoje como mais significativo para a saúde dos nossos territórios. (DAVEZIES, 2008, p. 88)

De acordo com o autor, o equilíbrio geográfico do sistema capitalista mundial assenta cada vez mais na combinação entre territórios de competitividade (produção de riquezas e de competitividade) e territórios de atratividade (apropriação de renda). A existência desses últimos estaria vinculada, essencialmente, à sua capacidade de captação de renda por meio de aposentadorias, do pagamento de agentes públicos (empregos públicos) e de prestações sociais, sem o estabelecimento de vínculo com a eficiência produtiva do território. Essa visão, apesar do seu caráter funcionalista, coloca um problema que é importante, hoje, no estudo dos processos de produção de territórios: de que o capital é capaz de criar distintos tipos de territórios, ou territórios para distintas finalidades, todas elas subordinadas ao mesmo modo de produção (circulação e consumo) de valor.

David Harvey (2006), ao estudar a “produção capitalista do espaço”, contrapondo-se às abordagens funcionalistas, recoloca o problema da produção de territórios no âmbito das contradições capitalistas e, portanto, das tensões sociais. Ele concebe as atuais relações intra e interterritoriais como relações tensas, nas quais se contrapõem, além de classes e atores sociais, territórios (que também são atores sociais) concebidos sob o prisma do “administrativismo” e do “empreendedorismo”. (HARVEY, 2006) O empreendedorismo (uma ação e, ao mesmo tempo, uma forma de representação social) produz, segundo o autor, uma alteração importante nos modos de produção, de apropriação e de representação social das riquezas e, assim, dos próprios sistemas de sociabilidade. Ao identificar os sujeitos sociais e também os territórios em termos de capacidade/eficácia competitiva, que seria supostamente um atributo “natural” dos

próprios sujeitos, acaba-se por recolocá-los num campo dominado pelas certezas: o espaço emerge, assim, como ente uno, matéria pura, universal, destituída do seu caráter social e, assim, das contradições e das tensões.

Avançando nessa perspectiva que insere a produção de territórios no contexto da produção capitalista de espaços, Acselrad (2006) entende que a atual reestruturação da geografia da produção, da circulação e da acumulação de capitais vem alterando as próprias “configurações espaciais e as escalas” territoriais, incluindo as escalas das políticas públicas e “inaugurando novas e contraditórias formas de produção de espaço e de apropriação do meio ambiente”. (ACSELRAD, 2006, p. 14) Para o autor, com as transformações nos paradigmas produtivos e nos cenários sociopolíticos em escala internacional, os Estados nacionais deixaram de ser representados como fronteiras defensivas e se transformaram em plataformas ofensivas para a economia mundial. No entanto, como sublinha o autor, esses ajustes não foram operados unicamente pelo capital e seus agentes; os Estados nacionais foram, também eles, agentes decisivos nesses processos, na medida em que tiveram que optar entre os distintos modos pelos quais podiam ser definidas as coalizões internas e externas de poder.

É nesse contexto, portanto, que os sujeitos sociais – indivíduos, grupos sociais e territórios – produzem e transformam o que Milton Santos chama o “chão” da vida ou das rotinas do cotidiano. Os trajetos sociais produtores de sociabilidades e de territórios, do mesmo modo que os deslocamentos ou os “desencaixes” nos espaços e nos tempos vividos, são permeados pelas contradições que constituem e informam o próprio modo capitalista de produção e de circulação. Trajeto, deslocamento, remetem, portanto, ao jogo de poder, às escalas de poder.

As economias do Território de Identidade Bacia do Jacuípe

Economia mercantil, economia pública, economia gratuita: elas se encontram e se entrelaçam na vida das famílias camponesas da região.

Poucas são as famílias que, atualmente, não produzem nos seus estabelecimentos, direcionando, inclusive, excedentes para os mercados, ou que produzem parte significativa do que consomem em suas mesas, e, enfim, que não acessam dinheiros de políticas sociais. Mas são, ao mesmo tempo, muito diversas as tramas que, em cada caso, estruturam esses diversos modos de produção de vida.

Ingressando no território

O TIBJ, no Semiárido da Bahia, tem 10.954 Km² e 220.000 habitantes (em torno de 20 habitantes por Km²). Em 2000, nas cidades sedes dos seus municípios, a população variava entre 2.203 (Gavião) e 23.320 (Ipirá) habitantes, o que caracteriza a região como essencialmente rural.⁷ Nas últimas décadas, nos municípios do Território, exceto em Pintadas, os índices totais de evasão de habitantes são significativos:⁸ entre 1995 e 2006, por exemplo, o território perdeu 33,23% dos seus habitantes, e o município de Riachão do Jacuípe perdeu 78%.

Em 2000, mais de 58% da população do território residia no que “oficialmente” se chama o “meio rural” e, em alguns municípios, como em Baixa Grande, a população rural ultrapassava os 65%. Dessa população, mais de 90% são considerados agricultores familiares. Mas o que é mais significativo para o território é, primeiro, o fato de que em todos os municípios vem declinando a população rural e, segundo, que a taxa de de-

7 José Eli da Veiga (2004) propõe, como modelo para o estabelecimento da distinção entre urbano e rural, a combinação de três variáveis principais: 1) o “grau de artificialização dos ecossistemas”, que seria decorrente da ação da “espécie humana” e que, para a América Latina, somadas as áreas artificializadas e semiartificializadas, não ultrapassa os 38% (VEIGA, 2004, p. 39); 2) a densidade populacional, para o que ele indica alguns parâmetros, como o da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para a União Europeia, na qual se considera rural, uma área com menos de 150 habitantes por Km²; 3) o grau de desenvolvimento rural.

8 A migração no território é, em grandes proporções, de caráter sazonal (complementação de renda). Além disso, muitas famílias estão migrando do campo para a cidade na própria região, o que se deve, em geral, à vulnerabilidade das famílias “beneficiárias” de programas como o PBF às ações de ladrões.

crescimento dessa população diminuiu nos anos mais recentes (Tabela 1). Nesse período (1991-2007), municípios como Capela do Alto Alegre, Gavião, Nova Fátima e São José do Jacuípe perderam mais de 50% da sua população rural. Com relação à população urbana, no entanto, há um leve crescimento na maioria dos municípios, exceto em Gavião, onde mesmo esta diminuiu. Um caso que chama a atenção é o de Serra Preta, que, entre 1991 e 2000, viu sua população urbana crescer em 31,38%. (IBGE, 2007)

Tabela 1 – População rural residente e taxa de crescimento geométrico, por município, Território de Identidade Bacia do Jacuípe, 1991-2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (EM %)	
	1991	2000	2007	1991-2000	2000-2007
Baixa Grande	15.563	13.315	12.804	-1,72	-0,59
Capela do Alto Alegre	13.717	7.365	6.410	-6,68	-2,06
Gavião	4.632	2.589	2.107	-6,26	-3,04
Ipirá	44.584	38.426	32.601	-1,64	-2,44
Mairi	13.789	10.490	8.645	-2,99	-2,86
Nova Fátima	6.983	3.095	2.846	-8,64	-1,25
Pé de Serra	13.310	9.420	9.166	-3,77	-0,41
Pintadas	8.102	6.851	5.452	-1,85	-3,37
Quixabeira	11.217	6.336	5.928	-6,15	-0,99
Riachão do Jacuípe	23.053	16.064	15.882	-3,93	-0,17
São José do Jacuípe	10.467	3.532	3.754	-11,37	0,92
Serra Preta	17.168	12.034	8.847	-3,87	-4,51
Várzea da Roça	9.485	7.786	8.123	-2,17	0,64
Várzea do Poço	5.357	2.481	2.980	-8,20	2,79
Total no Território	197.427	139.784	125.546	-3,76	-1,52

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE (2007).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em dezembro de 2008, o território detinha um dos maiores índices de pobreza de todo o Semiárido do Nordeste (78% das famílias do território eram consideradas pobres) e um dos maiores índices de “beneficiários” do PBF (74% da população do território e 80% das famílias de agricultores familiares eram

beneficiárias).⁹ Entre 1991 e 2000, o Índice Médio de Desenvolvimento Humano do Território manteve-se relativamente baixo, comparado com os índices estadual e nacional; mas, ao mesmo tempo, em termos relativos, a sua variação positiva foi superior à de municípios até então melhor situados no ranking estadual,¹⁰ o que se explica, em grande medida, em função do volume de dinheiro que circula no território, oriundo de transferências públicas. Nesse período, em Várzea da Roça, por exemplo, o IDH médio cresceu de 0,461 para 0,591 (o índice mais significativo de crescimento no território); o município com IDH mais elevado, em 2000, era Várzea do Poço, com 0,665 (nesse ano, o IDH médio da Bahia era 0,688 e o brasileiro era 0,766). No território, a taxa de analfabetismo é de 32%, a de abastecimento de água é de 35,1% e a de esgotamento sanitário urbano é de 30,6%.¹¹ Todos esses são indícios que, combinados com os de produção de valor (riquezas) e de transferência pública de dinheiro (apresentados abaixo), permitem caracterizar o território como uma região marcada pela precariedade. (BRASIL, [20--])

Em 2007, de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o PIB do Território foi de R\$ 664,25 milhões (Tabela 2). Oito anos antes, em 1999, ele era de R\$ 251,97 milhões, o que significa que, nesse período, houve um crescimento de 263%. O município com maior volume de PIB e de maior crescimento relativo nesse período foi Ipirá, que tem o seu sistema produtivo estruturado principalmente na produção pecuária (carnes, leite e couro). Distribuído entre os seus setores, em 2007, no território, a área dos serviços era responsável por mais de 74% do total do PIB, e o setor agropecuário detinha em torno

9 Em dezembro de 2008, havia 35.698 famílias beneficiárias; em agosto de 2009, este número subiu para 37.985 (o que provoca um impacto significativo nos índices relativos, certamente). (BRASIL, [2009]).

10 Nos últimos anos, vem mudando o perfil da relação PIB-IDH em grande parte dos municípios do semiárido. Ver: A Espacialização da Pobreza no Território Baiano (2001).

11 Ver: Freitas (2009).

de 11%. Isso significa que, apesar de ser uma região essencialmente rural, a produção agropecuária tem peso relativamente pouco significativo. O PIB *per capita* anual médio do território atingiu, também em 2007, R\$ 3.019,00 (R\$ 251,60 por mês).

Tabela 2 – PIB dos municípios e do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, anos ímpares entre 1999 – 2007 – valor em R\$ 1.000,00

TIBJ E MUNICÍPIOS	1999	2001	2003	2005	2007 (1)
Baixa Grande	21,06	25,01	31,14	40,98	53,06
Capela do Alto Alegre	12,03	17,62	19,89	22,20	29,93
Gavião	5,33	5,99	7,84	9,63	12,40
Ipirá	62,94	80,22	120,48	162,11	193,63
Mairi	21,29	27,09	36,44	41,95	52,57
Nova Fátima	7,44	9,34	12,36	15,62	20,79
Pé de Serra	12,12	15,75	19,24	23,08	30,64
Pintadas	10,44	13,52	16,90	20,40	25,83
Quixabeira	11,92	11,76	13,44	16,65	22,87
Riachão do Jacuípe	33,10	42,65	54,67	72,47	93,84
S. José do Jacuípe	13,63	12,87	16,36	20,18	27,97
Serra Preta	15,32	21,70	26,65	37,61	39,75
Várzea da Roça	15,15	18,89	22,67	27,81	35,06
Várzea do Poço	10,21	11,81	15,89	17,55	25,94
Bacia do Jacuípe	251,97	314,21	413,98	528,23	664,25

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da SEI (2014).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesse ano, na produção agropecuária, a agricultura familiar participava com 93% dos estabelecimentos, 54,6% da área¹² e 66% do valor bruto. O valor médio anual bruto produzido por estabelecimento era, então, de R\$ 1.101,81 (com valor médio mensal de R\$ 91,81), menos da metade do PIB *per capita*.¹³ Além disso, considerando dados fornecidos pela SEI e

12 A área média desses estabelecimentos é de 19,2 hectares, e 51,5% do total dos estabelecimentos tem menos de 10 hectares.

13 Considerando a produção agropecuária do território com base em séries históricas por produto, temos algumas surpresas: 1) considerando os principais produtos, a produção de 2008 é, aproximadamente, a mesma de 1990; 2) em 2000, houve um grande salto em termos de área plantada e de produto (no caso do feijão, a produção foi quase seis vezes maior que a de 1995); em seguida, inicia-se uma curva declinante atingindo, em 2007, patamar próximo ao de 1990; 3) a série histórica é

Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), o valor bruto da produção agropecuária do território não mudou entre 1990 e 2008. O que mudou significativamente, nesse tempo, foi o número de famílias de agricultores, de modo que, em termos relativos, aumentou a renda média por família.

Tabela 3 – Valor da Produção Agropecuária – Território de Identidade Bacia do Jacuípe – Série Histórica por Município e Território. Em R\$ 1.000,00

MUNICÍPIO	1990	1995	2000	2005	2007
Baixa Grande	300	239	2.160	2.948	660
Capela do Alto Alegre	385	200	1.260	310	21
Gavião	26	80	390	61	6
Ipirá	545	716	1.000	400	300
Mairi	266	233	1.440	240	150
Nova Fátima	20	53	420	92	9
Pé de Serra	102	52	690	217	15
Pintadas	159	103	240	500	240
Quixabeira	49	43	506	327	110
Riachão do Jacuípe	78	54	993	248	18
São José do Jacuípe	4	5	642	411	88
Serra Preta	99	119	240	500	240
Várzea da Roça	61	138	864	240	120
Várzea do Poço	564	36	1.094	168	938
Total	2.658	2.071	11.939	6.662	2.915

Fontes: Elaborada pela autora a partir dos dados da SEI (2008).

Através das entrevistas no TIBJ,¹⁴ considerando os principais produtos agropecuários, constatou-se que: das 450 famílias entrevistadas, 421

marcada por grandes oscilações para a maior parte dos produtos e, considerando todo o período, pela constância. Mas, finalmente, considerando o valor médio produzido por estabelecimento da agricultura familiar, sente-se a necessidade de conhecer as outras fontes de renda dessas famílias e em que proporções médias elas são combinadas.

- 14 Foram entrevistadas 450 famílias de agricultores familiares beneficiárias do PBF. Os seguintes dados revelam a precariedade da situação das famílias entrevistadas: 48,4% eram proprietários das suas terras, 13,6% tinham apenas a sua posse e as demais famílias eram parceiras, agregadas ou comodatárias. Com relação à quantidade de terras por estabelecimento, 53,4% tinham menos de 3,5 hectares e 88,9% tinham até 8,3 hectares. Com relação ao acesso à água, apenas 13,2% das famílias estavam integradas às redes de distribuição, 59,4% tinham cisterna de bica ou tanque de cimento (água de chuvas) e 17,2% recolhiam água para o consumo da família em açudes, barreiros ou represas. Além disso, 59,8% das famílias consumiam água filtrada e 23,7% consumiam água coada.

(97,7%) produzem feijão, 408 (94,7%) produzem milho e 209 (48,5%) produzem mandioca (Tabela 4). Com relação aos destinos dessa produção, 96,7% das famílias produzem feijão, 97,3% das que produzem milho e 93,8% das que produzem mandioca destinam esses produtos para o autoconsumo. A única produção direcionada majoritariamente para o comércio é a de sisal. Ele é produzido por apenas 34 das 450 famílias entrevistadas (residentes em municípios vizinhos da região do Sisal); 58,8% delas o produzem exclusivamente para o comércio. É importante acrescentar ainda que, na produção animal, segundo dados da pesquisa, a situação é idêntica: 47,2% das famílias entrevistadas produzem bovinos de leite e, dessas, 87,3% o produzem apenas para o autoconsumo. Além disso, quase toda a produção de aves é destinada para o autoconsumo.

Tabela 4 – Pesos relativos dos principais destinos da produção agrícola (vegetal), considerando o número de famílias produtoras de cada produto - Território de Identidade Bacia do Jacuípe

PRODUTOS	DESTINO DA PRODUÇÃO				NÚMERO DE CASOS
	CONSUMO	COMÉRCIO	ARMAZENAGEM	NÃO RESPONDERAM	
Feijão	96,7%	2,6%	0,0%	0,7%	421
Milho	97,3%	2,0%	0,0%	0,7%	408
Mandioca	93,8%	5,3%	0,0%	1,0%	209
Frutas	93,8%	4,1%	0,0%	2,1%	194
Verduras/Hortaliças	91,2%	5,9%	0,0%	2,9%	170
Sisal	35,3%	58,8%	0,0%	5,9%	34
Mandacaru/Palma	80,8%	7,7%	7,1%	4,5%	156
Outros vegetais	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	10

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

É sabido que a população rural do território vive da pluriatividade. Além da produção no próprio estabelecimento, cuja maior parte é destinada para o autoconsumo, parcela relativamente significativa do tempo de trabalho de pelo menos um membro de cada família é ocupado fora do estabelecimento e em diversas atividades. Considerando as informações da tabela 5, das 450 famílias entrevistadas, 361 (80%) afirmam que reali-

zam trabalho assalariado e vendem diárias; desse total, 31,9% (quase um terço do total) dedicam mais de 180 dias no ano para o trabalho assalariado (mais da metade do tempo do ano).¹⁵ Nesse caso, conforme depoimentos obtidos nas rodas de conversas, esse trabalho fora do estabelecimento envolve a conhecida venda de diárias¹⁶ feita na própria região, o assalariamento em outras regiões do país (migração sazonal do trabalhador, frequentemente aliciados pelos “gatos”), o emprego público (prefeituras), o trabalho de coleta de produtos na natureza (licuri, mel silvestre de abelhas etc.) e a própria produção de peças artesanais. A precariedade está presente em todas essas modalidades: no próprio estabelecimento (tecnologias, dependência dos ciclos naturais e das suas variações), nos diversos tipos de trabalho assalariado (preços, vínculos, condições de realização dos trabalhos) e também nos trabalhos de coleta¹⁷ e de produção artesanal.

Tabela 5 – Período/número de dias de aplicação da mão de obra/familiar –Território de Identidade Bacia do Jacuípe

PERÍODO	CASOS	%	%VÁLIDO	%ACUMULADO
Até 30 dias	87	24,1	32,2	32,2
Acima de 30 até 60 dias	15	4,2	5,6	37,8
Acima de 60 até 120 dias	32	8,9	11,9	49,6
Acima de 120 até 180 dias	21	5,8	7,8	57,4
Acima de 180 dias	115	31,9	42,6	100,0
Não respostas	91	25,2	-	-
Total	361	100,0	100,0	-

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

15 Provavelmente, as famílias sem membros envolvidos no trabalho assalariado são aquelas dirigidas por mulheres.

16 Em algumas comunidades rurais, ouvimos a designação de “dia de macaco” para a venda de diárias. O termo apareceu pela primeira vez durante a pesquisa em uma comunidade quilombola; ao que parece, é um termo de uso antigo na região e portador de caráter discriminatório e racista. Mas, com a “chegada” do Bolsa Família, que permite a barganha por parte do trabalhador, já que lhe dá uma folga maior em termos de renda, o preço da diária pode ser reajustado de R\$ 10,00 para R\$ 15,00.

17 Na coleta de licuri, por exemplo, realizada, em geral, por mulheres e crianças, o preço pago gira em torno de R\$ 2,00 por quilo, que é a produção média diária de uma pessoa.

Como forma de incentivo à produção agropecuária familiar no território, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) aparece como o instrumento mais importante. Nos primeiros anos após a sua criação,¹⁸ ele ficou concentrado no Sul do país. Em 1996, de acordo com dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural do MDA, foram incluídos no programa os primeiros municípios da Bahia, ampliando-se a sua abrangência a partir de 2000. Entre 2000 e 2005, o número de contratos cresceu em 148% no estado, e o valor total financiado aumentou em 192%. Com relação ao TIBJ, em 1997, segundo dados da SEI, foram inseridos dois dos seus municípios no programa e, em 2001, foram incluídos os demais. Desde então, varia anualmente o número de contratos, o montante de recursos alocados e a média de recursos por contrato. Mas é evidente que o valor total de recursos alocados no território é pouco significativo: em 2008, por exemplo, o PRONAF injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 para 2.715 contratos (média de R\$ 3.063,00 por contrato); isso significa que menos de 10% dos estabelecimentos familiares do território foram inseridos no programa. (SEI, 2014; BRASIL, ©2010) Isso significa, também, que, considerando o número de contratos e a média de valor alocado por contrato, do ponto de vista do Estado, a política pública de incentivo à agricultura familiar, pelo menos a desse território, não está incluída no rol das políticas potencializadoras do crescimento econômico ou da produção de riquezas.¹⁹

18 Em 1994, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Em 1996, passou a se denominar PRONAF.

19 Considerando os dados da pesquisa de campo, das 450 famílias entrevistadas, 20,8 afirmaram que, em algum momento, fizeram financiamento via PRONAF, e apenas 4 famílias receberam financiamento via outros programas (estaduais). Além disso, das 450 famílias, apenas 11% receberam assistência técnica em algum momento.

As transferências públicas de valor para a produção de territórios

Se a riqueza produzida no território é relativamente pouco representativa e não apresentou grandes variações nas últimas décadas, principalmente se considerarmos o valor bruto da produção agropecuária, o mesmo não ocorreu com relação ao IDH, que vem sofrendo mudanças significativas. Como entender isso? Resultados de estudos sobre a distribuição espacial da pobreza na Bahia sugerem que, nas últimas décadas, ela tende a se concentrar em áreas metropolitanas (SEI, 2008); outros indicam que a dinâmica do crescimento econômico na Bahia tende a descolar-se da dinâmica de desenvolvimento social. Isso significa: 1) que está ocorrendo, em determinadas regiões da Bahia, um deslocamento da economia mercantil capitalista para a economia pública; 2) que os resultados do crescimento econômico de regiões caracterizadas como de crescimento mais vigoroso é, em parte, capturado por regiões de menor crescimento;²⁰ 3) que as políticas redistributivas do Estado exercem uma função extremamente importante na obtenção de um novo equilíbrio, contribuindo para a aceleração do desenvolvimento social das regiões que estão à margem dos grandes empreendimentos econômicos. Ganha consistência, assim, a tese segundo a qual, para algumas comunidades humanas, o desenvolvimento se expressa em termos de transferências de dinheiros e de “atratividade”. (DAVEZIES, 2008, p. 88) O TIBJ é, claramente, um desses cuja vida e dinâmica dependem de transferências públicas ou de uma economia pública.

20 Estão incluídos aqui, por exemplo, o estudo acima citado – da Sociedade de Propósito Específico/Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia (SPE/SEPLANTEC), de 2001 – e outro realizado por Abramovay e Favareto. Esses últimos autores argumentam que estaria em desenvolvimento no Brasil “uma combinação virtuosa de transferências sociais aos pobres rurais, especificamente a introdução de aposentadorias rurais (previdência rural), com investimentos modestos no desenvolvimento da agricultura orientada ao mercado em pequena escala, crédito rural para a agricultura familiar (PRONAF), junto com alguma diversificação rural e a aplicação de remessas privadas do trabalho migratório”. (ABRAMOVAY; FAVARETO, 2010)

Tabela 7 – Receitas totais não financeiras e receitas de transferências dos municipais do TIBJ para os anos 2000, 2004 e 2007

MUNICÍPIOS	2000		2007	
	RECEITA TOTAL NÃO FINANCEIRA	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	RECEITA TOTAL NÃO FINANCEIRA	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS
Baixa Grande	6.825.384,26	6.709.918,74	16.014.982,41	14.984.952,45
Capela do Alto Alegre	5.207.070,99	5.139.689,16	8.606.931,88	8.207.578,25
Gavião	2.524.046,00	2.432.105,74	N/D	N/D
Ipirá	13.392.133,69	12.911.514,92	38.535.923,20	34.607.748,09
Mairi	5.290.522,00	5.189.098,00	15.122.967,22	14.444.669,93
Nova Fátima	2.811.921,13	2.712.699,74	6.673.002,32	5.824.937,33
Pé de Serra	4.994.789,92	4.905.432,41	10.263.146,44	9.872.122,08
Pintadas	3.716.516,36	3.615.843,77	9.819.557,90	9.024.580,18
Quixabeira	3.962.051,96	3.883.117,91	7.638.004,72	6.990.554,86
Riachão do Jacuípe	5.723.601,58	5.554.406,26	19.333.148,97	17.485.186,23
São José do Jacuípe	5.265.203,28	5.186.550,31	8.037.196,24	7.529.466,15
Serra Preta	6.480.421,00	6.149.118,00	16.264.829,06	15.501.302,13
Várzea da Roça	4.844.489,00	4.523.666,00	11.865.537,11	11.426.658,12
Várzea do Poço	3.951.328,00	3.887.769,00	6.585.009,89	6.331.635,82
Total	74.999.479,17	72.800.929,96	174.760.237,36	162.231.391,62

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Tribunal de Contas (BAHIA, 2016).

Para efeitos deste trabalho, deslocamos o olhar para o que genericamente chamamos de PIB e a sua produção (economia mercantil capitalista e economia gratuita), para aguçar a atenção nos dinheiros das transferências públicas com a finalidade de, a partir disso, podermos minimamente entender como se faz, e sob que comandos, a produção do TIBJ.

Nessa perspectiva, consideram-se, essencialmente, no campo dos dinheiros das transferências públicas, três modalidades (programas) que são, por um lado, bem distintas (considerando, principalmente, o aspecto da institucionalidade que está por trás) e, por outro, se confundem na sua assimilação nos territórios: 1) os dinheiros das transferências constitucionais (municipais); 2) dos benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões); 3) do PBF. O que nos interessa desses programas de transferências são os montantes de recursos comparados, inclusive, com os da produção interna de valor.

A maior fonte de transferências públicas de dinheiro para o território – que dá origem à hegemonia da economia pública – são as Transferências Constitucionais para os Municípios (Tabela 7). Em 2007, a receita total dos municípios do território (próprias e transferidas) atingiu R\$ 174.760.237,36. Naquele ano, as receitas de transferências somaram R\$ 162.231.391,62, ou seja, 92,6% do total das receitas dos 14 municípios. Sete anos antes, em 2000, as receitas totais somavam R\$ 74.999.479,17, e as receitas de transferências, R\$ 72.800.929,96, isso é, pouco menos de 97,3% de todas as receitas, índice ligeiramente superior ao de 2004, que foi de 96,6%. Isso significa, primeiro, que há um lento crescimento relativo das receitas próprias dos municípios do território, comparadas às receitas de transferências; segundo, que, nesses sete anos, as receitas de transferência cresceram em 125%.

Tabela 8 – Total de pessoas/indivíduos beneficiados pelas políticas públicas sociais nos domicílios das comunidades pesquisadas – Território Bacia do Jacuípe

BENEFÍCIOS/POLÍTICAS PÚBLICAS	TOTAL DE BENEFICIADOS	% DE BENEFICIADOS
BF - Bolsa Família	471	41,9
BA - Bolsa Alimentação	78	6,9
CA - Cartão Alimentação	66	5,9
BE - Bolsa Escola	215	19,1
VG - Vale Gás	36	3,2
BPC Idoso - Benefício de prestação continuada	57	5,1
BPC PPD - Benefício Prestação Continuada. Portadores de deficiência (física/mental)	10	0,9
RMV - Renda Mensal Vitalícia	0	0,0
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	78	6,9
Agente Jovem	5	0,4
Benefício recebido de Igreja	4	0,4
Benefício recebido de ONG (Organização Não Governamental)	0	0,0
Compra Direta	30	2,7
Semente	45	4,0
Outro Benefício	28	2,5
Total	1.123	100,0

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

Com relação às receitas próprias – as rubricas são Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e outros –, para a maior parte dos municípios do Semiárido, trata-se de algo institucionalizado apenas recentemente e cujo sistema de cobrança é, na maior parte dos casos, bastante precário. É importante ressaltar, ainda, que, com relação ao destino dessas receitas, o volume maior é destinado para as folhas de pagamento e para as despesas correntes, o que transforma esses municípios nos maiores agentes contratadores de mão de obra assalariada do território. Não é raro ouvir que, nesses municípios, “quem não é aposentado é funcionário público”.

Com relação aos programas de transferência de renda no território, dois são, de longe, os mais importantes: a Previdência (aposentadorias e pensões) e o PBF. No questionário que elaboramos para a pesquisa de campo, considerando os diversos modos usados pela população no território para a designação desses programas, foi (re) introduzida uma nomenclatura ampla. O resultado, como se observa, considerando os dados da Tabela 8, foi pelo menos surpreendente. Em primeiro lugar, as 448 famílias que responderam ao questionário recebem 1.123 benefícios, uma média de 2,5 benefícios por família. Em segundo lugar, o PBF, somado aos que atualmente foram por ele assimilados, responde por um total de 866 benefícios, ou seja, 1,93 benefícios por família.²¹ Em terceiro lugar, é surpreendente o relativamente baixo número de Benefícios de Prestação Continuada no território: apenas 67, ou seja, 0,15 benefícios por família.²²

21 Esse dado pode trazer confusões. Por isso é importante esclarecer que, quando falamos de família, de fato estamos falando de domicílio, estabelecimento que, por sua vez, pode conter mais de uma família. Assim, por exemplo, nos 448 domicílios pesquisados, moravam 2002 pessoas (média de 4,4 pessoas por domicílio). Na agricultura familiar da região, é muito comum um domicílio abrigar mais de uma família.

22 Aqui, novamente, cabe um esclarecimento: é possível que nesse quesito, a informação tenha sido negada, pois os sujeitos da pesquisa eram famílias beneficiárias do PBF. O medo de perder a Bolsa Família induz a esconder determinadas informações.

Tabela 9 – Aposentadorias - quantidade de benefícios totais e rurais emitidos no Território Bacia do Jacuípe, segundo os municípios. Valor acumulado de benefícios emitidos (em R\$) - posição em dezembro de 2007

MUNICÍPIOS	TOTAL DE BENEFÍCIOS	VALOR ACUMULADO NO ANO TOTAL	BENEFÍCIOS RURAIS	VALOR ACUMULADO NO ANO – RURAL
Baixa Grande	3.701	16.607.079	3.313	14.606.843
Capela do Alto Alegre	1.839	8.178.827	1.640	7.162.549
Gavião	744	3.360.681	665	2.991.242
Ipirá	11.129	50.738.794	8.878	39.133.235
Mairi	4.843	22.537.919	4.234	19.135.701
Nova Fátima	678	2.988.459	547	2.366.874
Pé de Serra	1.777	8.108.346	1.536	6.990.966
Pintadas	1.769	7.804.816	1.561	6.788.886
Quixabeira	952	4.183.450	863	3.725.472
Riachão do Jacuípe	7.281	33.974.414	5.416	24.278.732
São José do Jacuípe	225	929.693	182	695.092
Serra Preta	4.078	18.404.915	3.667	16.367.625
Várzea da Roça	1.495	6.492.652	1.294	5.510.976
Várzea do Poço	1.386	6.367.222	1.233	5.639.215
Território	41.897	190.677.267	35.029	155.393.408

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da Previdência Social (BRASIL, [2011]).

Nota: Os dados apresentados nesta tabela correspondem aos benefícios emitidos classificados pelo município do órgão pagador.

Mas, de acordo com dados oficiais, outra fonte importante de transferência de dinheiro para o território, colocando em questionamento o resultado da nossa pesquisa de campo sobre este quesito, refere-se a aposentadorias e pensões. De acordo com dados do “Informe de Previdência Social”, em 2001, os recursos transferidos pela Previdência Social beneficiavam aproximadamente 47% da população do Semiárido do Nordeste e 78,5% da sua população rural (SANDI; HERINGER, 2001), além de transformarem a região numa espécie de

[...] verdadeira ‘economia sem produção’ [...], uma vez que os beneficiários representam uma transferência direta de renda sem contrapartida de ‘prestação de serviços produtivos’ [...]. Em outras palavras, os bene-

ficiários da Previdência não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional. E a renda desta ‘economia sem produção’ chega a ser superior àquela gerada pela agropecuária tradicional, não podendo ser subestimada. (SANDI; HERINGER, 2001)²³

No TIBJ (Tabela 9), em 2007, o número de benefícios previdenciários, somando aposentadorias e pensões, era de quase 42.000; do total dos beneficiários, 83% eram agricultores (aposentadoria rural); o total de recursos transferidos como Benefício Prestação Continuada (BPC) nesse ano para o território foi de R\$ 190.677.267,00, ou seja, mais que o total das transferências municipais. Considerando que, nesse ano, em torno de 50.000 famílias residiam no território, a média anual de recursos transferidos para cada família era de R\$ 3.813,00, ou seja, R\$ 317,80 reais por mês.

A terceira maior fonte de receitas por via de transferências no território é o PBF.²⁴ Conforme dados da Tabela 10, no TIBJ, em janeiro de 2008,

23 O termo “economia sem produção” é, evidentemente, inadequado; a transferência de renda se explica, necessariamente, quando inserida em uma totalidade contraditória, que é o sistema social de produção de valor. O termo “economia sem produção” tem sentido apenas no âmbito de uma geografia econômica na medida em que se desvincula o território de uma totalidade que, realmente, o faz existir como território.

24 Existe, hoje, uma quantidade relativamente grande de estudos sobre o PBF. Desses, destacamos: 1) *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*, de Marco Aurélio Weissheimer (2006). 2) a série de artigos publicada pelo MDS, principalmente os dois artigos de Filipe Hevia (2008a), “Relaciones lejanas. Cantidad y calidad de información que poseen los beneficiarios sobre el programa Bolsa Familia” e “¿Relaciones directas o mediadas?: participación ciudadana y control social en el programa Bolsa Familia”. Mas, resumidamente, com relação ao PBF, convém considerar o seguinte: 1) que ele inaugura um novo modelo de presença do Estado na sociedade; 2) que é um programa de transferência direta de renda para as famílias beneficiárias; ele resulta de “um esforço deliberado para estabelecer relações diretas com os beneficiários, inibindo a presença de intermediários sociais e governamentais” (HEVIA, 2008a, p. 5); 3) que as relações entre o Estado e os beneficiários são “distantes”, repercutindo, com isso, “sobre vários aspectos chaves das relações Sociedade-Estado: a capacidade de controle social, a assimetria do poder e a criação de espaços de discricionariedade que tornam vulnerável o programa em termos de clientelismo político” (HEVIA, 2008b, p. 19); 4) que o beneficiário é o indivíduo – ele está só diante do Estado; influenciados pelas tendências hegemônicas presentes nos debates sobre políticas públicas, os programas que antecederam o PBF, mesmo os de transferências públicas de renda (o “Comunidade Solidária”, por exemplo), tinham como beneficiária uma “categoria social abstrata” e propunham como finalidade o atendimento de “necessidades sociais e coletivas”; 5) que o programa tem como objetivo não o “alívio da pobreza”, mas o

o PBF tinha 35.698 famílias beneficiárias de um total de 48.142 famílias cadastradas (o número de famílias cadastradas é próximo do número total de famílias do território), de modo que em torno de 74% das famílias do território são beneficiárias do PBF. Provavelmente, 80% das famílias de agricultores familiares do território são beneficiários do PBF. O montante de recursos do PBF que ingressa mensalmente no território é de R\$ 3.170.322,00, o que significou, em 2008, R\$ 38.043.864,00. A média mensal de recursos por família beneficiada era de R\$ 88,80; ou, aproximadamente, R\$ 1.065,00 por ano (o valor médio mensal produzido na agricultura familiar do território é de R\$ 91,81).

Tabela 10 – Beneficiários do PBF – Território Bacia do Jacuípe – dez. 2008

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA FAMÍLIAS POBRES	FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS NO PBF	VALOR DO PBF (REAIS MENSAIS)
Baixa Grande	2.788	3.698	2.852	264.844
Capela do Alto Alegre	1.840	2.273	1.212	92.181
Gavião	693	993	731	63.867
Ipirá	8.105	11.619	8.583	773.725
Mairi	3.104	4.495	3.040	274.701
Nova Fátima	1.050	1.648	1.057	91.116
Pé de Serra	2.031	3.920	2.374	215.984
Pintadas	1.340	2.266	1.384	119.838
Quixabeira	1.864	2.443	1.888	162.336
Riachão do Jacuípe	4.316	5.159	5.164	441.701
São José do Jacuípe	1.643	2.079	1.630	149.506
Serra Preta	2.447	2.949	2.360	227.566
Várzea da Roça	2.210	2.694	2.310	199.140
Várzea do Poço	1.213	1.906	1.113	93.816
TOTAL	37.813	48.142	35.698	3.170.322

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

As Transferências Constitucionais Municipais, os benefícios previdenciários e o PBF têm algo em comum: são institutos de transferência

“alívio do orçamento familiar”, não a produção de valor (de uso ou de troca), mas o consumo. Ao impor esse novo modelo, o Estado brasileiro rompe com uma das mais importantes invenções da democracia brasileira das últimas décadas, a “participação cidadã”.

pública de dinheiro; a sua presença afeta profundamente, direta (caso das aposentadorias e pensões e do PBF) ou indiretamente (Transferências Constitucionais Municipais), a renda da população local, repercutindo na própria dinâmica do mercado local. O volume de recursos dessas transferências, comparado com o do PIB do território, é realmente significativo: em 2007, as transferências desses três segmentos (não são contabilizadas, aqui, as transferências feitas com base em diversos outros programas) somadas, ultrapassaram os R\$ 403.480.000,00; nesse mesmo ano, o PIB do território foi de R\$ 664.250.000,00.

Embora não revelem tudo, esses números são índices significativos para se entender a configuração atual do território e, essencialmente, o significado disso na vida cotidiana das famílias de agricultores do território: 1) em 2007, considerando o conjunto dos recursos dos três programas (transferência municipais, previdência e PBF), eles equivalem a 60,7% do PIB do território; 2) nesse ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 3.019,00 (R\$ 251,60 por mês); o valor médio anual bruto produzido por estabelecimento agropecuário foi de R\$ 1.101,81 (média de R\$ 91,81 por mês); o valor médio anual de recursos transferidos na forma PBF por família foi de R\$ 1.065,00 (média de R\$ 88,80 mensais); 3) a parcela mais significativa dos recursos transferidos para os municípios são convertidos em salários, o que torna as municipalidades da região os principais contratadores formais de mão de obra. Esses dados, comparados, indicam, por um lado, a importância da economia pública no território e, por outro, a precariedade do sistema produtivo na agropecuária.

Dos usos dos dinheiros públicos e produção de territórios

Os caminhos de acesso aos dinheiros públicos, para além daqueles estabelecidos nos sistemas pelo Estado, são plurais: distinguem-se, frequentemente, nas regiões do país, no urbano e no rural, nas comunidades e, inclusive, entre as famílias. Quem acessa? A mulher ou o homem? Quem o

administra? Qual o uso que se faz de cada um deles (bolsa família, aposentadoria etc.)? Ou seja, se há hoje, no Brasil, um novo modelo de políticas de transferências de renda, há também uma infinidade de formas novas de usos desses dinheiros e, assim, de repercussões no interior das casas.

A emergência de um novo modelo de transferência pública

O ingresso do dinheiro público na vida do agricultor familiar do Semiárido do Nordeste tem uma história: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), Projeto Nordeste, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), Projetos Padre Cícero e Projeto São Vicente, Sertão Forte, Faz Cidadão, Cabra Forte, dentre outros. Ele desencadeia um processo que, paulatinamente, irá perturbar o cotidiano das famílias. O dinheiro como resultado de uma “economia gratuita” era raro. O território controlava o dinheiro, como disse Milton Santos. É o dinheiro do “governo” e do “banco”, e não dinheiro obtido da venda de força de trabalho (diárias) ou de produtos; para obtê-lo, o agricultor precisava aprender o caminho do banco²⁵; na sua primeira versão, era dinheiro da “associação”, e não dinheiro da família; o dinheiro destinava-se a potencializar estruturas produtivas ou o desenvolvimento rural, principalmente via introdução de “inovações” tecnológicas, e ao “alívio da pobreza”. Só mais tarde chegou o PRONAF; é destinado para as famílias que, no primeiro momento, destacaram-se (se mostraram empreendedoras): é transferido para famílias de agricultores e não mais para associações; não é dinheiro “gratuito” (fundo perdido), mas emprestado, o agricultor terá que pagar; o dinheiro “gratuito” para as organizações

25 Ver: Bengalas e Campos de Tensões: as Organizações Camponesas na Bahia, de Celso Antonio Favero (1991). No início dos anos 1990, diferentemente do que ocorre hoje, o financiamento da agricultura familiar (pequena produção camponesa) tinha como captadores sujeitos coletivos ou associativos; nesse mesmo tempo, a unidade captadora de financiamentos na agropecuária empresarial era o indivíduo proprietário.

associativas continua chegando, mas em muito menor volume. Mas, enfim, com esses programas, o agricultor familiar ingressou no campo do Estado e do banco (da economia pública), tornou-se visível, primeiro, como ser coletivo (associado), de um coletivo formal, não produzido com base em relações de reciprocidade; em seguida, a unidade recebedora passou a ser a família.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, e principalmente após 1991, com a nova regulamentação da previdência social rural, ganhou relevo um instrumento que, rapidamente, assumiu grande importância para o “alívio da pobreza” rural no Semiárido brasileiro: as aposentadorias e pensões: primeiro, para um dos membros da família, normalmente o homem (a família era percebida como a unidade beneficiária, embora isso não ocorresse no urbano), em seguida, estendido ao cônjuge. O programa – uma novidade rapidamente assimilada na região – teve grande impacto na redução da pobreza absoluta no Semiárido do Nordeste e, inclusive, na própria reorganização das unidades familiares: o idoso, de marginal, torna-se central. Mas, apesar do peso relativo desse instituto, foi com o PBF (sem esquecer os diversos programas que o precederam) que se introduziu no Brasil, como se viu antes, uma nova modalidade de presença do Estado na relação com a pobreza no Semiárido.

A agricultura familiar do território situa-se, portanto, nesse cenário onde se combinam (ou não), além desses, diversos programas de políticas públicas de transferência de dinheiros e de transferência de bens infraestruturais (eletrificação rural, construção de cisternas, telefonia, estradas etc.), outros modos de produção de renda (economia mercantil capitalista e economia gratuita). A pesquisa de campo realizada no território colocou em evidência essa complexidade e, mais que isso, que não é possível entender os deslocamentos que vêm sendo atualmente produzidos no âmbito das sociabilidades e das territorializações, sem considerá-la. Diante disso, despontam as seguintes indagações: é possível, hoje, no território, identificar o que são os impactos de um programa como o PBF?

Ou, numa outra perspectiva: é possível vincular determinadas mudanças que são produzidas nos sistemas de sociação e territorialização a um determinado programa de política pública? Nossa hipótese é que, se, por um lado, mais em termos qualitativos que quantitativos, algumas mudanças específicas tendem a vincular-se mais diretamente a um que a outro instrumento; por outro, que, desconsiderando o conjunto dos instrumentos e os vários modos como os agricultores do território se apropriam deles e os assimilam ao seu cotidiano, torna-se difícil fazer uma análise adequada da agricultura familiar do território. Este trabalho apoia-se nessas ideias.

Território de Identidade Bacia do Jacuípe: novas sociabilidades e territorialidades

Que deslocamentos vêm sendo produzidos na região a partir da apropriação e uso desse conjunto de recursos, e principalmente do dinheiro do PBF, pelas famílias de agricultores familiares? Que novas redes de sociabilidade e de territorialidades emergem a partir desses processos? Para responder as perguntas, amparados quase exclusivamente nas informações produzidas na pesquisa de campo, organizou-se este capítulo em duas partes: na primeira, tenta-se entender as transformações que vêm sendo operadas nos últimos anos nos espaços/trajetórias no âmbito das rotinas do cotidiano; em seguida, procura-se conhecer as mudanças que vêm ocorrendo nos espaços/trajetórias que estruturam as redes de sociabilidades no âmbito das comunidades, municípios e região. Recupera-se, para isso, primeiro, a ideia da tensão entre os três regimes de economia e os distintos regimes de sociabilidade na produção do território; segundo, a ideia da diversidade e da tensão no interior dos territórios (espaço de encontros e desencontros) e, também, no âmbito das escalas de territórios; terceiro, que as mudanças nos sistemas de sociabilidade significam, essencialmente, o desmanche e a produção de sujeitos sociais, objetos, sistemas de representação e campos de ações sociais.

A (re)estruturação dos territórios domésticos ou das rotinas do cotidiano

Três tipos importantes de deslocamentos ocorrem nos espaços das rotinas diárias ou do cotidiano: a reorganização da casa, a reestruturação dos sistemas/hábitos alimentares e a reestruturação dos lugares/papéis dos indivíduos nesse espaço. Os três âmbitos não são concorrentes, mas combinados. Para essas mudanças, por um lado, há a combinação de inúmeros fatores (desde os movimentos de populações até as transformações no âmbito institucional ou as infraestruturas disponibilizadas etc.). Mas entende-se que a criação e a disseminação de programas públicos de transferência de renda, como o PBF, contribuíram mais significativamente para essas mudanças, principalmente na medida em que potencializam a monetarização das relações sociais e, devido às condicionalidades embutidas, obrigam a deslocamentos nas rotinas (ou nos trajetos) dos distintos membros da casa, principalmente das crianças (escola) e das mulheres (posto de saúde). Ele tem, além disso, um efeito simbólico importante: é uma concessão para os pobres.

Dos domicílios pesquisados (450), 74,3% têm luz elétrica, 20,5% usam luz de querosene, 73,3% possuem aparelhos de televisão (quase todos os que têm luz elétrica têm televisor), 46% possuem geladeira, 33% possuem celular, 59,4% possuem cisternas caseiras e 13,2% têm acesso à rede geral de abastecimento de água. A luz elétrica e o acesso à água são fatores estruturantes do novo modo de organizar a casa e a vida. Mas, de acordo com depoimentos obtidos nas “rodas de conversas”, a maior parte desses bens (televisor, geladeira, celular) foi adquirida mediante pagamento em prestações, para o que contribuiu o fato dessas famílias estarem recebendo algum tipo de dinheiro de transferência pública, principalmente o PBF. A combinação de eletricidade, acesso à água potável e dinheiro de transferências públicas são, portanto, fatores determinantes na produção

desse deslocamento no universo dos objetos, das ações e da organização da vida das famílias desses agricultores.

Na longa tradição da região, os sistemas de objetos no interior das casas foram organizados a partir de dois lugares (duas “estações” nos trajetos) principais: a cozinha e a sala. A cozinha – “estação” onde se ficava por longos períodos durante o dia – estava virada para o fogão (à lenha), que era um objeto localmente produzido e símbolo do sistema reprodutivo das famílias.²⁶ A água era, em geral, buscada longe. A nova cozinha, ao contrário, é descentrada, combinando o fogão à lenha com o fogão à gás (constantemente presente nas casas, mas pouco usado em virtude do preço do gás), as prateleiras onde se guardam os alimentos misturam-se com a geladeira, os pratos e as panelas velhas estão juntos com utensílios novos, assim como as comidas tradicionais combinam com as exóticas. Atrás da casa (da cozinha), está a cisterna que capta águas de chuvas, o que repercute de forma muito importante na diminuição do trabalho da mulher (e de crianças). Mas a cozinha continua sendo um território da mulher, que é tida como a responsável maior pela reprodução da família.

A sala tradicional, por sua vez, era essencialmente voltada para fora, tinha a porta aberta para a frente da casa. Nela, em geral, encontrava-se um pequeno altar com algumas velas e estátuas dos santos da família, quadros ou recortes de revistas colados nas paredes e alguns tamboretos, bancos e cadeiras onde as visitas sentavam. A sala era o lugar onde se recebiam as visitas: vizinhos, parentes e, principalmente, pessoas estranhas. A nova sala – da luz elétrica – olha para o televisor. As cadeiras e os bancos (o sofá) estão virados para o televisor, e não para o altar, que torna a sala a estação mais frequentada da nova casa. As conversas com vizinhos vêm

26 A casa era símbolo da reprodução. Numa das muitas andadas pelo sertão, em determinado momento, estávamos sentados à sombra de uma árvore esperando o início de uma reunião. Indagando sobre onde seria realizada a reunião, ouvi de um homem a seguinte resposta: “aqui na sombra da árvore, pois a casa é lugar de mulher e de criança; essa é uma reunião para homens e homem vive da porta da casa pra fora”.

sendo substituídas pelo “olhar televisão”. A vida social fora de casa (reuniões, rezas etc.) se subordina às demandas da televisão (novelas, programas), de modo que sair de casa vem se tornando mais custoso. Na nova casa, mais parecida com uma casa da cidade, a família tende a submeter-se aos seus novos objetos, que acabam interferindo na organização da vida rotineira e dos trajetos.

Combinadas com essas mudanças, são introduzidas muitas outras, como, por exemplo, com relação aos cardápios e aos hábitos alimentares: produz-se toda uma reorganização dos sistemas de produção, de classificação, de consumo e de representação dos alimentos. Uma das queixas mais pronunciadas pelas mulheres participantes de “rodas de conversas” refere-se, por exemplo, à crescente resistência das crianças e adolescentes em consumir alimentos tradicionais na região. A própria enunciação do nome de alguns desses alimentos nas rodas de conversas – tais como “bengo” (animal parecido com o sariguê), “fufu” (milho torrado e amassado no pilão) e “rabo seco” (mistura de farinha, pimenta e sal) – era misturada com risos e entremeada de histórias. Pronunciar esses nomes envolvia mistos de constrangimento e de vergonha. Esse tipo de constrangimento aparece, também, quando se comparam alimentos produzidos no estabelecimento (em casa) com alimentos comprados nos mercados. A menção de nomes de alimentos oriundos da cidade é feita sem travas. Está em processo, na região, uma dinâmica de reclassificação dos alimentos e de reorganização dos cardápios domésticos.

Com relação às mudanças nos hábitos alimentares, algumas informações produzidas pela pesquisa chamam a atenção: 1) os produtos tradicionais, como o feijão, a farinha de mandioca, o arroz, o feijão de corda e o fubá de milho continuam presentes nas mesas (são consumidos quase todos os dias) em praticamente todos os domicílios pesquisados; 2) produtos até recentemente considerados exóticos, como o pão, o macarrão, os embutidos industrializados, os produtos enlatados e as frutas exóticas, como a maçã e a uva, ingressaram no cardápio das famílias (o pão e

o macarrão fazem parte do cardápio semanal de quase todas as famílias; os embutidos e os enlatados, de mais de 50% das famílias; as frutas aparecem em menor escala); 3) quase todas as famílias pesquisadas compram na cidade mais da metade dos produtos de consumo tradicional, mesmo o feijão e a farinha de mandioca (o que indica a precariedade do sistema de produção no próprio estabelecimento).

Ou seja, se, por um lado, a pesquisa indicou a existência de uma linha de continuidade (mantém o consumo de produtos tradicionais), por outro, detectou dois pontos fundamentais de deslocamentos: a) os cardápios combinam produtos tradicionais com novos produtos; b) mais da metade dos produtos alimentares consumidos são obtidos por meio da compra, e não mais da produção direta. Mas tão importante quanto essas mudanças nos hábitos (no que se produz e no que se coloca na mesa), são aquelas produzidas no contexto das representações sociais sobre os alimentos (o que pode e o que não pode ser pronunciado). Muito provavelmente, o acesso à televisão e os contatos mais assíduos com a cidade contribuem para essas mudanças. Mas sem o dinheiro das transferências públicas, provavelmente elas seriam mais lentas (uma vida baseada na combinação entre economia mercantil capitalista e economia gratuita é precária).

O terceiro tipo de mudanças nesse âmbito (doméstico) diz respeito aos lugares dos indivíduos na arrumação da casa (da família) e, portanto, às suas ações e às representações que se produzem a seu respeito. Nesse caso, a contribuição do PBF é mais visível. Além disso, a eletrificação e o acesso à água afetam mais a casa e quem fica mais nela. A mulher é quase sempre a beneficiária direta do PBF, que acaba reorganizando profundamente a sua vida e as suas relações (novas tensões) com os filhos e o marido: é ela quem recebe o dinheiro (em muitos casos, ela é responsável pela apropriação do maior volume de dinheiro da casa); ela se torna mais ativa nas decisões sobre os sistemas de gastos (uso do dinheiro) da casa; ela assume responsabilidades com relação aos provimentos nos campos da

saúde e da educação dos filhos (as condicionalidades do PBF); pelo fato de receber o dinheiro e de retirá-lo do banco, ela acaba ingressando (produzindo) em novas redes sociais e em novos circuitos comerciais. Enfim, ela se torna mais visível na casa e fora dela.

Essas mudanças nas rotinas da vida começam a interferir nos modos de autorrepresentação das mulheres, como se notou, por exemplo, nos seguintes casos: em Pintadas, antes do início de uma “roda de conversas” envolvendo um grupo de mulheres “beneficiárias” do PBF, uma delas disse o seguinte: “eu disse para o meu marido que tinha uma reunião do ‘Fome Zero’ e que ele devia ficar cuidando das crianças”. Numa comunidade de Quixabeira, também numa “roda de conversas” com “beneficiárias” do PBF, travou-se longo debate sobre as mudanças que vêm acontecendo na rotina das mulheres com a criação do PBF: elas estabelecem as prioridades no uso do dinheiro (alimentação, material escolar e roupa), elas andam mais (vai para a cidade pelo menos uma vez por mês), conhecem mais gente, precisam saber mais coisas (ter maior volume de informações), fazem e pagam as compras em feiras, supermercados e farmácias, cuidam dos requerimentos nos campos da saúde – Programa Saúde da Família (PSF) – e da educação (escola). Alongou-se e complexificou-se, enfim, o seu trajeto (espaço-tempo) e alterou-se o seu lugar nos campos da família e da sociedade local, o que as insere em novos sistemas e em novas formas de contradições e de conflitos. Elas conservam, no entanto, um pé no local, na casa/cozinha, na tradição, na sua longa vida, e colocam o outro pé fora da casa, na cidade, na vida curta porque recente.

A (re)estruturação dos territórios amplos (trajetos longos)

Com relação aos deslocamentos produzidos nos espaços amplos, igualmente, neste trabalho, são considerados, por um lado, os que reorganizam o mundo dos objetos, o universo da política e os trajetos dos mem-

bro das famílias dos agricultores familiares; por outro, a ação indutora do Estado na produção de territórios. Novamente, são âmbitos que não se separam nem das mudanças produzidas nos espaços do cotidiano e menos ainda entre esses três âmbitos. Elas ocorrem, além disso, em ritmos e de formas distintas nas diversas sub-regiões que constituem o TIBJ e, também, na relação entre uma família e outra. Não são mudanças horizontais, não se cria nenhuma homogeneidade, como também não havia antes. O que se produz são novos campos atravessados por contradições e permeados de tensões.

Nos últimos dez anos, no território, 36,4% das famílias entrevistadas mudaram de domicílio, transferindo-se, principalmente, para vilas e sedes de municípios no próprio território. Há uma reorganização da distribuição dos locais de moradia das famílias no espaço. Dois fatores contribuíram para esses deslocamentos, segundo relatam os agricultores: a insegurança (medo de assaltos e de “ladroagem”) e o acesso a “oportunidades de trabalho” (nas entrevistas e nas rodas de conversa, não apareceram como indicativos da mudança de endereço o acesso à saúde e à educação). Além disso, muitas casas passaram por reformas financiadas por um programa governamental. Há, enfim, um alongamento evidente dos trajetos (escola, postos de saúde, casas lotéricas, bancos – a maior parte das agências bancárias dos municípios foi fechada em virtude dos frequentes assaltos – feiras e mercados) e uma maior assiduidade na circulação dos membros das famílias. Contribuem para isso, o acesso ao transporte “coletivo”, na maior parte dos casos, clandestino, a melhoria de estradas e a substituição do animal pela motocicleta. Em 12,9% das famílias entrevistadas, a motocicleta tornou-se o principal meio para o deslocamento para a cidade; apenas 0,9% das famílias continuam utilizando o lombo do animal para esses deslocamentos.

No aspecto “organização social”, no Semiárido do Nordeste, nas décadas de 1970-1990, os agricultores familiares criaram Sindicatos de Trabalhadores Rurais com a finalidade de mediar as suas relações com o

Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) para o acesso a benefícios de saúde e aposentadoria. Nos anos 1980, induzidos (obrigados) pelo Estado, esses mesmos agricultores criaram associações (comunitárias) com a finalidade de mediar as suas relações com órgãos como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA) para o acesso a benefícios de programas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza. No primeiro caso (sindicatos), o beneficiário direto era a família do agricultor, e o vínculo com o Estado tinha caráter eminentemente “assistencialista” (saúde e depois aposentadoria); no segundo, o beneficiário direto era uma organização (um ente abstrato, considerando a necessidade do rompimento com o predomínio de relações de reciprocidade), e o vínculo tinha caráter supostamente “desenvolvimentista” (produção de riquezas). O PRONAF, que chegou mais tarde, faz parte dessa geração (desenvolvimentista) de programas pelo menos num aspecto: tem como finalidade induzir a produção de valor e, mais especificamente, a produção de uma estratégia para a busca de um novo equilíbrio econômico como resposta a demandas sociopolíticas. Mas, nos dois casos (sindicatos e associações), se, do ponto de vista do Estado, foram instituídas políticas públicas que tinham na “transferência” de bens, renda ou serviços a sua expressão mais evidente, do ponto de vista do “homem simples” da terra, essas instituições instalam um novo campo de tensões (assimilação e rejeição). Ainda assim, de modo geral, esse novo Estado (desenvolvimentista), tornou-se quase onipresente na região.

Como resultado desse processo, atualmente, no Território Bacia do Jacuípe: 1) todos os municípios se tornaram sedes de sindicatos e, atualmente, são raras as comunidades rurais que não têm formalizadas as suas associações (o TIBJ tem em torno de 528 associações comunitárias e/ou de produtores registradas); 2) nas representações e nas práticas das populações locais, os sindicatos e as associações se mantêm fiéis às tradições que os constituíram: são meios para a obtenção de “benefícios” do

Estado;²⁷ 3) essas organizações representam o acesso a uma institucionalidade que, entre outras coisas, reorganiza o cotidiano das famílias, alonga os seus trajetos e expande as fronteiras dos seus territórios, integrando-os no quadro do “diálogo sociotécnico”, que se contrapõe, reorganiza e ressignifica, não extinguindo, as tradicionais relações de reciprocidade. Os agricultores apropriam-se e passam a usar sindicatos, associações, programas, agentes e órgãos do Estado, bancos e dinheiro do Estado/Banco²⁸ em seu benefício. Mas, ao mesmo tempo, são novos objetos que servem aos seus interesses políticos e econômicos.

Nesse contexto, a própria agricultura familiar vem conhecendo deslocamentos significativos com relação à sua posição na sociedade local e, também, nos modos como os agricultores a representam: 1) os agricultores familiares são cada vez menos reconhecidos como “agricultores” (classificados com base no local de residência e na atividade que exercem) e mais como “beneficiários” do PBF; 2) eles estão entre os atores que mais contribuem para a movimentação do comércio local; 3) eles – enquanto famílias – estão, agora, integrados em novas redes institucionalizadas, como as da educação, saúde e assistência social; 4) a existência, a circulação e o uso de dinheiro com as suas condicionalidades, além das mudanças nos trajetos e nos sistemas de objetos (presença da moto e do celular) vêm produzindo alterações na própria infraestrutura de locomoção e de serviços no território; 5) o fato de o programa (PBF) focalizar o indivíduo (a família) e não a organização social (associação, sindicato), acaba tornando desnecessária a organização, pelo menos nesse patamar; os sindicatos vêm se tornando na região, cada vez mais, organizações de aposentados, e as associações são “úteis” apenas quando transformadas

27 Atualmente, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do território, raramente aparecem outras demandas que não a assistência média ou previdenciária; a maioria das associações, por seu turno, só consegue reunir os associados “quando anuncia distribuição de dinheiro”.

28 Durante o processo de pesquisa, numa pequena cidade, ouvimos de um agente da prefeitura a seguinte consideração: “aqui, quem não é aposentado é funcionário público”.

em mediadoras de repasses de recursos (hoje, muito escassos); 6) uma das principais mudanças que vem ocorrendo no território após o PBF se situa no campo da política: com o estabelecimento de vínculo direto entre governo federal e família (beneficiário), onde mais de 70% das famílias são beneficiárias, a política local vem perdendo a sua relevância, torna-se algo distante e representa o controle da secretaria de assistência social da prefeitura, causa medo.

O Semiárido ingressa na era do PBF (do alívio do orçamento familiar) ou da transferência direta, distante, individual, de dinheiro, para favorecer o ingresso dos beneficiários nos mercados como consumidores, não como trabalhadores. A região ajusta-se ao novo momento no processo de produção/acumulação capitalista, que combina, separando, territórios de produção e territórios de transferência. O dinheiro, não o trabalho, torna-se a chave. Não se trata, no entanto, de qualquer dinheiro. Não se trata, por exemplo, de dinheiro resultante da venda de bens produzidos nos estabelecimentos agropecuários familiares do território; nem de dinheiro obtido mediante a venda de força de trabalho (assalariamento ou diárias); é dinheiro oriundo de transferência pública com a finalidade de “aliviar” o orçamento familiar dos beneficiários e, principalmente, de inseri-los nas dinâmicas do consumo. Uma vez por mês, o beneficiário, normalmente a mulher, pega o cartão e dirige-se ao caixa do banco, à casa lotérica ou ao correio; mesmo temeroso (o risco de não encontrar dinheiro faz parte do jogo), ele acredita que, após digitar uma senha, o dinheiro aparecerá. Tudo é meio mágico.

Dinheiro (mecanismo de desencaixe, ficha simbólica): confiança e medo. “Deus no céu, Lula na terra”: a expressão foi frequentemente repetida nas “rodas de conversas”. Um agricultor, enquanto aguardava abrir a porta da sede do sindicato, nos perguntava, meio sem vontade: “o que vai acontecer quando Lula deixar a presidência?” A relação direta (Lula e o beneficiário), distante (Brasília e o beneficiário), é uma relação de confiança, que, em últimas instâncias, traveste uma relação institucional em

relação de reciprocidade, uma relação distante numa relação de proximidade. A relação do beneficiário com o programa é, também, uma relação de medo, o medo de o dinheiro não aparecer. O medo está muito presente, aparece como algo muito difuso (a perda do vínculo com Lula); mas é, também, muito concreto, encarnado, em geral, em agentes do “poder local” (prefeitura, escola), agentes conhecidos e que seriam movidos (eles acreditam) por interesses contrários aos deles. As “condicionalidades” são institutos para o medo. O controle é feito pelo poder local, visível, conhecido. Estaria em processo, assim, no Semiárido brasileiro, a produção de um dos mais profundos deslocamentos que se conheceu no campo das representações sociais (pelo homem simples) da política: o que era distante se torna próximo (confiança), o que era próximo se distancia (medo).

Mas, enfim, inseridos numa nova realidade na qual se cruzam relações de institucionalidade/reciprocidade e a produção de valor de uso/apropriação de dinheiro de transferências, o homem comum do território, figurado nos “beneficiários” do PBF, está reinventando o seu cotidiano, os seus sistemas de sociabilidade e os seus trajetos e territórios de vida. Funda-se um novo precariado, adequado para os tempos políticos e econômicos novos.

Ou seja, tão importante quanto a tensão entre previsibilidade (confiança) e imprevisibilidade (medo), é o fato de que o PBF tornou-se benefício massivo envolvendo mais de 70% das famílias do território e contribuindo visivelmente para a produção de novos sistemas de relações econômicas, sociais e políticas: 1) a “ralé” agora tem dinheiro, e em volume tão significativo de modo que mexe com as dinâmicas dos mercados locais (mercado financeiro, de trabalho, de eletroeletrônicos, de alimentos, da saúde, da educação...); 2) ao apropriar-se do dinheiro, o beneficiário do PBF, além de comprar comida, adquire uma longa lista de outros objetos, reorganizando, desse modo, o seu sistema de objetos (o seu cardápio alimentar, os objetos da casa, os meios de locomoção etc.) e, conse-

quentemente, o seu modo de organizar a vida, as suas ações e representações, inclusive as próprias representações sobre o acesso, a apropriação e o uso de dinheiro, além de, especificamente, as representações desse dinheiro; 3) com o acesso ao dinheiro do PBF, segundo depoimentos ouvidos em “rodas de conversas” e, também, em conversas menos formais (sem rodas), é provável que esteja em marcha outro tipo de mudanças nas representações do homem comum do território: o dinheiro toma o lugar da produção para o autoconsumo e, assim, da terra. A produção agropecuária no estabelecimento é descrita como um risco e, frequentemente, como uma aposta inconsequente: a natureza mudou, as terras perderam suas qualidades, as tecnologias que os camponeses controlam são inadequadas! Ao perguntarmos se as famílias das comunidades preferem emprego ou terra, em diversas comunidades ouvimos que a preferência é pelo emprego: dá mais segurança e, com ele, pode-se comprar o que é necessário. Dá acesso a dinheiros, que produzem a liberdade.

Considerações finais

Neste trabalho, procurou-se analisar as dinâmicas de produção de sociabilidades e de territórios num contexto onde são marcantes as continuidades/descontinuidades entre relações sociais de reciprocidade e relações institucionalizadas, por um lado, e entre as economias gratuita, mercantil capitalista e pública, por outro. O cenário da pesquisa é um determinado território do Semiárido do Nordeste do Brasil, e nele o olhar se concentrou nas famílias de agricultores familiares, “beneficiárias” do PBF. Com essa finalidade, num primeiro momento, procurou-se entender os processos históricos de produção do Nordeste semiárido e na região do TIBJ; em seguida, adentrando no território, tentou-se entender os processos de formação deste espaço a partir da tensão entre as economias gratuita, mercantil capitalista e pública. Finalmente, recuperando as informações levantadas em pesquisa de campo, tentou-se desenhar os

contornos dos processos de desmanche e de produção de sociabilidades e de territórios pelos agricultores familiares.

Certamente, o trabalho constitui-se, ainda, num esboço inacabado do resultado desses estudos. Considera-se, primeiro, que a chave para a resposta das questões que estruturam o trabalho faz referência, de fato, aos modos como se tratam os encontros/desencontros entre as dinâmicas que chamaríamos “macro” (movimentos e símbolos do estado e do capital) e as dinâmicas que constituem a própria vida cotidiana; ou nos modos como se entendem as dinâmicas de apropriação e uso (assimilação), pelos agricultores familiares dos símbolos emanados do Estado e do capital. Considera-se, em segundo lugar, que é necessário ainda avançar muito no estudo da configuração de cada uma das três economias do território e das tensões entre elas, por um lado, e das tensões, no âmbito dos sistemas de sociabilidade, entre os vínculos de reciprocidade e os vínculos institucionais. Como esses “universos” se combinam e abrem novos campos de tensões? Em terceiro lugar, entende-se que, para uma abordagem profícua desses problemas, ou para não perder a dialeticidade desses processos de desmanche e de produção de sociabilidades e de territórios, a apropriação dos conceitos de trajeto (no espaço-tempo), deslocamento (no espaço-tempo) e de escalas (de territórios) pode abrir caminhos importantes para o estudo dos processos sociais de produção de territórios. Finalmente, a partir deste trabalho, considera-se importante recolocar os processos de produção de territórios e de sociabilidades no âmbito das relações sociais e, portanto, num campo marcado pelas contradições e, conseqüentemente, pelas tensões e conflitos entre os diversos atores sociais. As mudanças (deslocamentos) constituem, portanto, novos campos marcados por contradições, conflitos e tensões. Essas são, provavelmente, as principais contribuições deste trabalho.

Quanto aos resultados mais específicos, o estudo aponta para um amplo conjunto de deslocamentos que vêm sendo produzidos nas duas últimas décadas no âmbito das relações de sociabilidade e no plano da ter-

ritorialização, e que afetam de modo significativo o cotidiano das famílias de agricultores familiares da Bacia do Jacuípe. De modo sintético, essas mudanças podem ser articuladas em torno de três eixos (da economia, da política e da sociedade), embora, no cotidiano das famílias, essas distinções sejam inócuas; ou seja, elas constituem, de fato, dimensões de uma mesma complexidade e de um mesmo processo.

- 1) No âmbito da economia: 1) a nova economia do território constitui-se a partir da combinação/oposição entre as economias mercantil capitalista, pública e gratuita; 2) em termos quantitativos, ou no plano da classificação segundo o grau de contribuição para a produção da subsistência das famílias na agricultura familiar do território, a economia gratuita (a tradicional produção familiar para a subsistência) vem perdendo o lugar para a economia pública; 3) o campo a partir do qual se forma a identidade dos agricultores familiares do território é paulatinamente deslocado do âmbito da produção para o do consumo; 4) o dinheiro – os diferentes tipos de dinheiro e, principalmente, o dinheiro da economia pública – ganha cada vez maior autonomia e se torna o agente central no processo de produção de relações sociais e de territórios; 5) o território da economia ganha novos contornos, novas escalas e é perpassado por novas contradições.
- 2) No âmbito da política: 1) os programas de políticas públicas, principalmente os programas de transferência pública de recursos (transferências municipais e transferências de renda), em virtude dos modos como são formulados, induzem deslocamentos significativos com relação às posições e às disposições dos diversos atores (município, federação, agricultura familiar etc.); 2) do ponto de vista das famílias dos agricultores familiares “beneficiárias” do PBF, o governo federal é alçado à posição central no campo da política (ele seria o responsável pelo “benefício”), deslocando para posição

secundária o governo municipal (responsável pela fiscalização do cumprimento das condicionalidades e pela “punição” dos que ferem as condicionalidades); 3) o “beneficiário” do PBF produz uma inversão no campo da política com relação aos sentidos de proximidade e distância – o geograficamente distante é o próximo e vice-versa; 4) o campo da política é constituído, essencialmente, de duas escalas: municipal e federal; a estadual é quase invisível; 5) a proximidade (na distância) é permeada pela confiança e o distanciamento (na proximidade) é permeado pelo medo; 6) o território da política – como novo sistema de tramas – se alarga e é permeado por novas funcionalidades e contradições, tensões e conflitos;

- 3) No âmbito social: 1) a realidade social – sistemas de (produção de) objetos, sistemas de (produção de) representações e sistemas de (produção de) ações sociais – do território vem sendo profundamente abalada, do mesmo modo que os campos econômicos e políticos; 2) na escala das rotinas domésticas, essas mudanças são visíveis nas casas (lugares, objetos, lugar social/simbólico dos lugares e dos objetos, posições/disposições dos membros das famílias, cardápios alimentares etc.), nos trajetos diários dos moradores (a questão da água), nas atividades que realizam (em casa, na roça, na escola etc.); 3) na escala das rotinas difusas, com o ingresso da luz elétrica/televisão, do dinheiro da economia pública, com as condicionalidades do PBF e em virtude da rarefação de habitantes, é desmanchada/refeita a rede de vizinhança e a própria comunidade local (associação/dinheiro); 4) o dinheiro do PBF e as condicionalidades contribuem para o alongamento e a complexificação dos trajetos e para o alargamento de redes de sociabilidade e de territórios de todos os membros da casa (educação, saúde, banco/casa lotérica, mercado, compradores de diárias etc.); 5) a subordinação ao dinheiro da economia pública e às suas contingências introduz alterações

nas escalas das relações sociais; produz, também, novos campos/lugares de tensões (homem/mulher, pais/filhos, compradores/vendedores de diárias, agentes públicos/beneficiários de programas etc.); 6) os sistemas de sociabilidade e de territorialidade ganham novos contornos, alargam-se/estreitam-se, envolvem novas situações de distanciamento/aproximação.

Mas, enfim, é sobre esses encontros/desencontros, continuidades/descontinuidades nos espaços-tempos das famílias dos agricultores familiares do TIBJ que tratamos neste trabalho. O que se procura mostrar é essencialmente que a vida (rotina) desse “homem simples” se esboça, localiza e escorre exatamente como um espaço-tempo tenso, meio híbrido, invadindo o conjunto dos sistemas de objetos, de representações e de ações sociais. O agricultor familiar cada vez mais é transformado num consumidor do sistema, distanciado da sua produção e conduzido por um dinheiro de uma “economia sem produção”. Isso significa, essencialmente, que ele é envolvido por uma complexa rede de abordagens que o tornam crescentemente precário e, portanto, dependente nos âmbitos econômico, político e social. Precarizado e medroso, medroso porque precarizado. Produz-se, de modo sutil, a destruição da dignidade que ainda lhe restava em nome da sua inclusão nos sistemas e nas redes econômica, política e social de consumo. Ele é, enfim, consumido pela economia pública para a segurança da política.

Referências

A ESPACIALIZAÇÃO da Pobreza no Território Baiano. In: SPE. *A Espacialização do desenvolvimento social no território baiano*. Salvador, 2001. p. 99-117. (Série Políticas Públicas, n. 2).

ABRAMOVAY, R.; FAVARETO, A. Contrastes territoriais dos indicadores de renda, pobreza monetária e desigualdade no Brasil da década de 1990. *Ruris*, Campina, v. 4, n. 01, p. 39-83, mar. 2010.

ACSELRAD, H. Território, localismo e política de escalas. In: ACSELRAD, H. et al. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. *Orçamento 2014*, Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.tcm.ba.gov.br/index.php/orcamento-atual/>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

BRASIL. Dados abertos de estatísticas por municípios. *Previdência Social*. Brasília, [2011]. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. *Matriz de informação social*. Brasília, [2009]. Disponível: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em: 12 set. 2009.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *MI Vetor: ferramentas para visualização dos dados*. Brasília, [20--]b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>>. Acesso em: 16 out. 2009.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento. *Relatórios para Brasil e semiárido, regiões, estados, territórios e municípios*. Brasília, ©2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em: 12 maio 2010.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE. *Plano de safra territorial do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da bacia do Jacuípe do Estado da Bahia*. Salvador, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio014.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

DAVEZIES, L. *La République et ses territoires: la circulation invisible des richesses*. Paris: Seuil, 2008.

FAVERO, C. A. *Bengalas e campos de tensões: as Organizações camponesas na Bahia*. 1991. 286 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

FAVERO, C. A. et al. Redução da pobreza: revisão crítica da situação e desafios para o próximo século. In: WINROCK INTERNACIONAL. *Pobreza rural no Nordeste do Brasil: um estudo participativo*. Salvador: Casa da qualidade editora, 2000. p. 23-46.

FREITAS, J. *Deputada Neusa realiza encontro com prefeitos da Bacia do Jacuípe*. [S.l.], 2009. Disponível em: <http://www.noticiacapital.com.br/index.php?option=com_content>

nt&view=article&id=1291:deputadaneusa-realiza-encontro-com-prefeitos-da-bacia-do-jacuipe>. Acesso em: 14 maio 2010.

FURTADO, C. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

GALEGO, C.; GOMES, A. A. Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, Campo Grande, v. 5, n. 5, p. 173-184, 2005.

GIDDENS, A. *A constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HEVIA, F. *¿Relaciones directas o mediadas?: participación ciudadana y control social en el programa Bolsa Familia*. Brasília: MDS, 2008a. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/9P.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

HEVIA, F. *Relaciones lejanas. Cantidad y calidad de información que poseen los beneficiarios sobre el programa Bolsa Familia*. Brasília: MDS, 2008b. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/8P.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

IBGE. *Censos Demográficos*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 7 abr. 2009.

JOBERT, B. *Estado, sociedade, políticas públicas*. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: modernidade e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SABOURIN, E. Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido. Trabalho apresentado ao 37º Congresso da SOBER, Foz do Iguaçu, 1999.

SABOURIN, E. *Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. Camponeses no Brasil: multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. *Tempo da Ciência*, Telodo, PR, v. 15, n. 29, p. 57-72, 2008.

SANDI, R. D.; HERINGER, L. P. A Previdência Social nos municípios do Semi-árido Brasileiro. *Informe de Previdência Social*, Brasília, v. 13, n. 8, ago. 2001.

- SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, jan./jun. p. 8-9, 1999.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais*, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 99-117, jan./dez. 2004.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=76&Itemid=110>. Acesso em: 13 ago. 2011.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)*. Salvador, 2008. (Série estudos e pesquisas, 79).
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Indicadores econômicos, Salvador, [20--], Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=148&Itemid=235>. Acesso em: 19 out. 2009.
- TENDLER, J. *New lessons from old projects: the workings of rural development in Northeast Brazil*. Washington: D.C: The World Bank, 1993.
- VEIGA, J. E. da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003>. Acesso em: 29 nov. 2009.
- WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO E
GERAÇÃO NA AGRICULTURA CAMPONESA DO SEMIÁRIDO:
O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA
DO JACUÍPE

*Celso Antonio Favero
Stella Rodrigues dos Santos*



Da roça, o agricultor abre a janela para o mundo; mas, frequentemente o mundo invade a roça
Comunidade Rural no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Semiárido da Bahia. Grupo de Estudos e
Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Fotógrafos: Eugenia Santos Ribeiro e Filipe José de Valois Coutinho Rocha de Souza. 12 de outubro de 2014.

Introdução¹

Nas últimas décadas, o Semiárido do Nordeste do Brasil reapareceu no mapa como “fronteira”. Nele, com a implantação do Programa Bolsa Família (PBF), combinada com a intervenção de grandes empreendimentos de produção agropecuária, mineral e de energia elétrica, revelam-se de modos cada vez mais intensos os desencontros/encontros entre a humanização e a desumanização, o interno e o externo, o ordinário e o extraordinário (MARTINS, 2008); nele, o camponês, “homem comum”, “simples” (IANNI, 1975), “ordinário” (CERTEAU, 1994) e “sem qualidades” (MUSIL, 2006) é a grande vítima. Em nome do desenvolvimento da região e do país, e em nome do combate à pobreza, ao mesmo tempo em que, pela ação das grandes empresas, o seu território escorre de debaixo dos seus pés, levando inclusive ao apagamento de lugares e de comunidades rurais, é-lhe subtraída e substituída a sua condição de produtor (camponês) pela de beneficiário consumidor; no lugar do produto do seu trabalho, ele tem o dinheiro da transferência. Se antes a forma do camponês produzir a sua vida era regida pela produção agropecuária (de subsistência) feita no próprio estabelecimento, agora ela é regida pelas condições de acesso aos dinheiros, principalmente os de transferências públicas, tendo no Estado o grande benfeitor.

¹ O artigo é resultado de pesquisas realizadas com base no Projeto “A apropriação, o uso e a representação das políticas de desenvolvimento social e combate à fome pelos agricultores familiares do Semiárido nordestino e os deslocamentos nas estruturas e nas dinâmicas familiares”, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Edital Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/CNPq (MCT/CNPq) n. 036/2010. As pesquisas foram realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências com a contribuição significativa dos seguintes estudantes do Departamento de Ciências Humanas *campus 1* (DCH1) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – todos bolsistas Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), do CNPq –: Ana Terra Paes Miranda de Oliveira, Caroline Dumas Oliveira, Carolyne Caetano Santos do Rosário, Lêda Carvalho Martins, José Silvano S. Rios Júnior, Larissa Elisia Costa dos Santos, Luana Flora Veiga Souto, Luanna Martins Santos Souza, Maiara Batista Dourado, Paula Costa Rezende e Thamires de Jesus Santos. É importante salientar, finalmente, que, para esta pesquisa, com autorização do MDS, tivemos acesso aos dados do CadÚnico para o Território Bacia do Jacuípe.

Nessas condições, por um lado, rui o próprio mundo do camponês, matéria e sentido. O acesso à terra, a vida em comunidade e a produção familiar da sua subsistência, condições que o fazem camponês, entram em colapso com a perda da terra; com a negação das condições para a produção (tecnologias e financiamentos), nega-se a ele a possibilidade de manter a forma camponesa, tradicional, de produção, que é substituída por dinheiros de transferências. Mas, por outro lado, nessas novas condições, o camponês se reinventa, reinventa o seu território e o seu modo de produzir a existência, os vínculos e os sistemas de relações com a “terra”, a comunidade e a cidade, rebela-se e acomoda-se. Ele reinventa, ao mesmo tempo, por necessidades e contingências, a família. A unidade familiar, tributária que é, ainda hoje, nas comunidades camponesas da região, do modelo patriarcal e patrimonial de família, é um dos universos que melhor expressa essas transformações no mundo do camponês, notadamente no quadro das relações de gênero e gerações.

Neste trabalho, considerando essas transformações, a intenção é fazer um mapa dos deslocamentos nas relações de gênero e gerações que vêm sendo produzidas no interior de famílias camponesas beneficiárias do PBF do Semiárido do Nordeste do Brasil e das repercussões desses deslocamentos na comunidade rural local e nas relações com o mundo urbano (mercado, banco, Estado, sistemas de saúde e educação etc.). O Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ), na Bahia, é o lugar da pesquisa. Como se estrutura, no contexto produzido pelo PBF, o modo camponês de produção de vida ou a combinação entre as diversas fontes de renda da família? Com a destituição de sua tradicional qualidade de produtor camponês e a sua transformação em “beneficiário” e consumidor, como ele se reconstitui, reconstitui as suas relações com o Semiárido, com a comunidade e com o mundo? O que significa, nessas mudanças, o deslocamento do mundo da produção para o dos dinheiros? Que deslocamentos são produzidos no interior da casa (da família), nas perspectivas

de gênero e gerações, para a sua “acomodação” no novo cenário? Como se faz, nesse novo cenário, a convivência do camponês com o Semiárido?

É, pois, na tensão entre os programas de políticas públicas de transferência de renda, que pelo seu poder material e simbólico tendem a descaracterizá-lo e a destituí-lo de si – e na busca da “Convivência com o Semiárido”, que o recoloca na condição de sujeito – que se ressitua, hoje, o drama camponês na região. A “convivência” constitui-se como uma fenda no espaço, na qual os camponeses se reencontram, enquanto sujeitos, para moldarem o chão da produção de suas vidas. O Semiárido (da convivência ou das dificuldades desta), no entanto, já lhe aparece como outro, estranho ou não; é um Semiárido das novas circunstâncias econômicas, sociais e políticas, e que ingressa de modo novo na sua existência. A convivência com ele envolve, portanto, o envolvimento de novas contradições e de novos problemas, mas, igualmente, de novas virtualidades, que, combinados, fortalecem ou não a sua capacidade de resiliência. O PBF, símbolo maior desse novo momento, essa combinação “perfeita” de aparatos simbólico-normativos e de dinheiros, aparece-lhe como o instrumento principal na produção da sua assimilação a esse novo mundo, onde ele reaparece como beneficiário destituído da sua qualidade de sujeito social.

Se a agricultura camponesa é o chão onde se fez a pesquisa, os personagens encontrados na “porta” deste campo são famílias “beneficiárias” do PBF, envolvidas por crescentes contradições e conflitos internos (entre os membros das famílias) e externos. Além de ter aparecido como a unidade básica da investigação, e além de tê-la encontrado já na porta do campo da pesquisa, a família aparece, neste trabalho, como um sujeito que, como unidade, produz redes sociais – que envolvem, entre outros personagens, o Estado, o “fazendeiro”, o banco e o supermercado – e nelas se insere, ou ainda que desmancha tais redes. Ela é, igualmente, objeto da intromissão de outros sujeitos, poderosos ou não, que, como o Estado e grandes empreendimentos agropecuários de mineração e de produção de energia elétrica, hoje fazem um re-loteamento da região e dos seus ter-

ritórios. Ela é, ainda, uma unidade no interior da qual, principalmente nos momentos de crise, as contradições e os conflitos tendem a colocar em evidência (ou a apagar) determinadas posições, papéis e relações sociais, como as de gênero e gerações. Homens e mulheres, adultos, jovens e crianças: os papéis, as posições e as relações desses personagens no campo/família, inclusive as tácitas, tornam-se problemas e objetos de disputas. Foi por esse caminho que, na pesquisa, seguindo passos e trajetos (a ida para a roça, para a feira, para o banco, para a reunião na comunidade, para a casa dos vizinhos) de famílias ou de alguns dos seus membros, identificaram-se, por exemplo, as tramas (fios e nós) das redes ou dos territórios que elas tecem. Semiárido, Campesinato, Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda e Gênero/Geração são, portanto, neste trabalho, como o foram na pesquisa, as chaves que o estruturam.

A agricultura camponesa do Semiárido, chão/personagem da pesquisa, não é homogênea e nem destituída de história. (ANDRADE, 1963, 1968; NEVES, 2009; PLOEG, 2006; VELHO, 1976; WANDERLEY, 2009) Sesmaria, propriedade senhorial, curral, algodão, seca, indústria da seca, pobreza, frentes de trabalho, retirante/migrante, coronelismo, clientelismo e revolta camponesa são alguns dos termos que estruturam essa história. Nas últimas décadas, a ideia de “Convivência com o Semiárido”²

2 Nas últimas décadas, a “Convivência com o Semiárido” tornou-se um lema ao redor do qual se articulam atores e projetos acadêmicos, políticos, sociais, culturais e de produção de vida. No entanto, ainda atualmente, três outras leituras do Semiárido competem com esta. Na primeira, tradicional, a região emerge como uma espécie de caricatura, na qual a dissimulação e a teatralização tomam o lugar da realidade, transformando-a num símbolo que é fonte de uma profusão de sentimentos, visões e compreensões, tais como medo, vergonha, espanto, intolerância, horror; essa visão é, ainda, fortemente vinculada à de exclusão social, lugar de carência e de ausência de dinâmicas socioeconômicas relevantes, inibindo a percepção de expressões como a revolta. Como reação das elites modernizantes contra essa visão, que elas consideram “negativa”, nas últimas décadas, produziu-se outra, como uma espécie de contraponto “positivo”, que abre o Semiárido para empreendimentos externos considerados portadores da modernidade, do bem contra o mal, da racionalidade contra a irracionalidade; nessa perspectiva, para o desenvolvimento da região, requer-se uma consciência social e política empreendedora, que seria produzida pela via da disseminação de projetos com caráter “quase” missionário e salvador e da inclusão das populações locais ao espírito empreendedor pela via da “capacitação”. A terceira abordagem, mais recente, entende que o empreendedorismo instituiu a competição não apenas entre atores sociais e econômicos,

tornou-se um novo modo de aproximação desse personagem/região, da sua diversidade e da sua história; tornou-se também um lema ao redor do qual se articulam projetos acadêmicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e de produção de vida; tornou-se, principalmente, arena para o enfrentamento de outras designações do Semiárido, que transformaram a região na sua caricatura, num modo de dissimulação e teatralização e em fonte de uma profusão de sentimentos, visões e compreensões, tais como medo, vergonha, espanto, intolerância, horror. Paralelamente a esse olhar sobre a região, desde os anos 1970, no entanto, a região (confundida com o campesinato) vem sendo transformada em sinônimo de irracionalidade, tornando-se legítima e necessária, assim, em nome do seu desenvolvimento, a atração de agentes externos, portadores da modernidade e da racionalidade; ou de projetos com caráter “quase” missionário e salvador, como os que deram origem aos territórios empreendedores (como o da fruticultura da região de Petrolina/Juazeiro), fazendo esvair-se, por eles, em nome da técnica, a própria ideia de “Convivência com o Semiárido”.

Nenhuma leitura do Semiárido é neutra. Todas elas remetem a sujeitos sociais e a interesses econômicos e políticos contraditórios e pautam projetos, políticas e debates também contraditórios; elas criam personagens e desqualificam outros, produzem semiáridos e, igualmente, políticas para esses semiáridos. É nesse contexto que sujeitos sociais – indivíduos, grupos e territórios –, afetados por essas contradições, produzem trajetos e deslocamentos, transformando o próprio “chão” da vida, as culturas e as rotinas do seu universo. Nos diversos e contraditórios trajetos desses sujeitos, que passam por “entre objetos cujas propriedades

mas também entre regiões, dando origem a regiões produtoras de riquezas e, ao mesmo tempo, a regiões consumidoras de riquezas. Mas, dentro dessa visão, para enfrentar esse desequilíbrio regional produzido pela competição, que seria “natural” ao capital, e em nome dele próprio, o Estado assume o papel de distribuidor de riquezas, gerando um mapa onde se combinam regiões produtoras de riquezas com regiões de transferência de recursos, principalmente de renda. As Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda se enquadram perfeitamente nesse modelo de crescimento econômico.

interagem com as suas capacidades” (GIDDENS, 2003, p. 132), eles produzem os contornos dos seus territórios e, às vezes, os “desencaixes” (GIDDENS, 1991) ou deslocamentos. Assim ocorre com o campesinato e, também, com os demais atores rurais e urbanos que formam o Semiárido.

Os camponeses (e também os pobres das grandes e pequenas cidades, vilas e povoados), ao se apropriarem do PBF – que se apresenta como dinheiro e como sistema de crenças, símbolos e normas que alicerça vidas – e ao assimilá-lo como ingrediente extraordinário para a produção da sua vida ordinária, ao mesmo tempo em que ressignificam o programa, requalificam a própria realidade que constitui a sua vida-rotina e se requalificam a si próprios. Deslocam-se, desse modo, o lugar e o eixo determinante ou que estrutura o modo camponês de produção de vida, envolvendo o próprio estabelecimento (do camponês) e a produção agropecuária para o autoconsumo, para o campo do Estado e da apropriação de dinheiros de transferências, esvaindo-se, com isso, a qualidade que identificava o tradicional produtor camponês, que vai reaparecer na figura do “beneficiário” consumidor. Mas, ao mesmo tempo em que se desmancha esse modo camponês de produção de existência, produz-se outro, o do camponês que tem, na apropriação de dinheiros de transferências e da venda de diárias, a fonte principal de seu abastecimento e, na produção feita no seu estabelecimento, o complemento necessário para a sua autoprodução e reprodução. Se dessa combinação resulta uma “melhoria” (quantitativa e qualitativa) no seu padrão de vida (entendido como consumo de alimentos e de outros bens e relação com o exterior da comunidade), resulta, também, um significativo aumento da sua subordinação a um mundo que ele não controla e, portanto, a um aumento da precarização da sua capacidade de resiliência e de autossustentação.

Esses processos que refazem o camponês, a produção camponesa, a comunidade camponesa e a família camponesa perturbam, ao mesmo tempo, as posições, as disposições e as relações entre os membros dessas comunidades e famílias. A família é identificada, no trabalho, como uma unidade e, ao mesmo tempo, como espaço de tensões e conflitos, onde

gênero e gerações podem ser apreendidas como duas das suas dimensões estruturantes; a família é identificada, igualmente, como uma produção histórico-social e como um elemento da realidade complexa, material e simbólica, que está subordinada, portanto, às circunstâncias de tempos e lugares, mas sem romper de forma absoluta com a tradição. Na medida em que faz parte da totalidade do real, as relações de troca e/ou as contradições entre um determinado elemento, como a família, com outros elementos é permanente.

No Brasil, nessa perspectiva histórica, reencontramos a família na sua relação com a colonização, o escravismo, o catolicismo, o patriarcalismo e o patrimonialismo; mas, também, com o capitalismo e o liberalismo, de modo que há, hoje, uma pluralidade de formas de famílias. Não poucos estudiosos brasileiros se dedicaram ao seu estudo, principalmente do seu tributo ao patriarcalismo e ao patrimonialismo (e das relações de troca e conflito entre a família e o Estado e seus agentes), ou sobre o rompimento da família com esse passado, como o faz o feminismo.³

A família camponesa com a qual nos encontramos na realização da pesquisa, além de envolver essas características, está mergulhada, hoje, em profunda crise: a tensão no interior da unidade está acirrada, e a preservação de traços ou da continuidade com características herdadas de uma longa tradição estão sob forte risco: ela está em franca transformação. A migração nas suas diversas formas, os processos que estão levando ao apagamento das comunidades ou dos lugares/territórios amplos das famílias, o deslocamento da produção agropecuária para a apropriação de dinheiros de transferências públicas, o deslocamento da produção dos meios de subsistência feita no próprio estabelecimento e envolvendo todos os membros da família para a compra, no mercado, desses meios de

3 Houve, no passado, no Brasil, um grande debate sobre o patriarcalismo e o patrimonialismo, envolvendo autores como Gilberto Freyre, Silvio Romero, Nísia Floresta, Oliveira Vianna, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Duarte e Antônio Cândido, entre outros. Neuma Aguiar (2000) faz uma síntese desse debate no artigo “Patriarcado, sociedade e patrimonialismo”. Ver, igualmente: Nathalie Reis Itaboráí (2005) em “A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte”.

subsistência, a inserção das crianças e jovens na escola e o contato mais assíduo das mulheres com os sistemas de saúde, além do aprofundamento da interconexão entre o mundo urbano (com as suas atrações) e o mundo rural, são algumas das dinâmicas que contribuem para mexer nas próprias estruturas das famílias. Estão em ebulição, os próprios territórios rurais e as relações destes com o grande mundo que os cercam. Mas se, no mundo rural do Semiárido, os códigos de comportamento ou as expectativas da sociedade patriarcal, com a reclusão das mulheres no âmbito doméstico, são ainda uma referência, o que se percebe, nessa última década, é a produção de uma descontinuidade com esse modelo. Inclusive porque, na região, cada vez mais, a mulher torna-se chefe de família.

Na pesquisa, como informamos, o personagem central é a família beneficiária do PBF. O modelo de família adotado pelo programa leva em consideração, até certo ponto, os processos que conduzem a mudanças na própria definição do que é a família, desde a questão da heterogeneidade do seu modo de ser até as continuidades ou permanências de tradições (introduz-se, assim, um fator indutor, ou o que Harvey chama o elemento produtor de “destruição criativa”). Na Lei Federal n.º 10.836/2004, que cria o PBF, a família é definida como

[...] a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros. (BRASIL, 2004)

Se a Lei acentua a dimensão parentesco/afinidade (viés antropológico) na definição do que é a família, o Decreto n.º 6.135, de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único, introduz uma reorientação, acentuando o elemento produção/consumo de rendimento (viés econômico), além de tratar o termo família como sinônimo de domicílio, definindo-a como

[...] a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio. (BRASIL, 2007)

Neste trabalho, utilizam-se os termos “domicílio” e “família” como sinônimos; além disso, identifica-se a família/domicílio não como uma unidade funcionalmente e solidariamente estruturada, mas como um “campo de tensões” histórica e socialmente estruturado e estruturante, no qual os seus diversos membros se identificam a partir de suas respectivas e relativas posições e disposições; o que permite, por exemplo, abordar a família/domicílio nas perspectivas de gênero e geração.

O PBF criou, para viabilizar o acesso dos agentes do Estado às famílias, a figura do “responsável”, que não é, em geral, o “chefe” de domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com relação ao seu perfil, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os responsáveis pelas unidades domiciliares possuem as seguintes características: 92,4% são do sexo feminino, 57,9% são de cor parda e 65,3% têm idade entre 25 e 44 anos. O documento assinala, ainda, que em torno de 75% desses responsáveis têm ensino fundamental incompleto. (BRASIL, 2010)

O que é ser mulher? O que é ser homem? O que é ser criança? O que é ser jovem? O que é ser idoso? Perguntas aparentemente banais, mas, para nós, provocativas! Uma mulher, um dia, respondeu:

[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. (BEAUVOIR, 1980, p. 13)

Esta frase de Beauvoir, escrita em 1949, tornou-se um marco importante de um entendimento do ser mulher e dos papéis femininos como socialmente estabelecidos, e não como características inatas ou naturais. Beauvoir contrariava, então, teorias dominantes, consideradas universais e neutras.

Mais recentemente, Joan Wallach Scott (1995) publicou um balanço das tendências feministas que utilizam o termo “gênero” como referência para discutir as relações sociais entre os sexos. De acordo com a autora, o termo “gênero” situa-se num campo de tensões, de modo que não se pode compreender a existência de um ou de outro (mulher e homem, por exemplo) de modo estanque. Além disso, a partir de um rigoroso mapeamento histórico, a autora situou o conceito de gênero num campo de relações mais amplo, envolvendo as noções de classe e raça. Gênero, classe e raça são, de acordo com a autora, dimensões estruturantes do campo das relações sociais assimétricas e hierárquicas que organizam historicamente as relações entre homens e mulheres:

[...] o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado [...], mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1995, p. 16)

Gênero é um conceito relacional e, ao mesmo tempo, uma estrutura de dominação simbólica: os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação, e as relações de gênero são relações de poder nas quais “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”. (BOURDIEU, 1999, p. 23)

Um sistema de relações homólogas e interconectadas:
sobre/sob, fora/dentro, alto/baixo, aberto/fechado,
ativo/passivo, vazio/cheio, úmido/seco, branco/negro,
dia/noite, sol/lua, céu/terra, direito/esquerdo, mascu-

lino/feminino [...] que têm significado antropológico e cosmológico [...]. Essas oposições se inscrevem nas estruturas objetivas e cognitivas: apresentam-se em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p. 17-22)

Se a problemática relativa à questão de gênero remete, em geral, à figura da mulher, falar de gerações, principalmente na academia, tornou-se um modo de abordar o problema da “juventude”. Para este trabalho, entendeu-se que falar de gerações é falar de relações complexas que remetem, ao mesmo tempo, a uma totalidade (no caso, a família) e às relações de classe, de raça, de sexo, de local de moradia (urbano e rural, Semiárido ou não) e de idade dos participantes da unidade; são relações que remetem, igualmente, a heterogeneidades de tempos e lugares:

O fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. [...]. Juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente. (BOURDIEU, 1983, p. 112-113)

Para a realização deste estudo, em termos metodológicos, combinou-se, na investigação, o estudo de documentos e bancos de dados com a pesquisa de campo. Primeiro, fez-se amplo e denso levantamento dos programas, projetos de políticas públicas acessados pelos camponeses da região e em bancos de dados. As informações do Cadastro Único (CadÚnico) do MDS foram fundamentais para a caracterização dos beneficiários do PBF. Na pesquisa de campo, concentrou-se a investigação em cinquenta famílias camponesas “beneficiárias” do PBF, vinculadas a cinco comuni-

dades localizadas em cinco municípios do TIBJ, localizado no semiárido da Bahia.⁴ Em cada comunidade, contou-se com o envolvimento de dez famílias. A pedagogia investigativa – troca de questões e de saberes – estruturou o sistema de relações entre os pesquisadores e as famílias. Além da observação *in loco* (as equipes de pesquisadores permaneceram durante pelo menos cinco dias intensivos em cada comunidade, além das visitas de curta duração) com essas famílias, foram feitas rodas de conversas, reuniões e entrevistas. Acompanharam-se, também, famílias nos seus deslocamentos para a roça, para o posto de saúde, para a escola, para o banco, para a feira/mercado, para a igreja e para reuniões na comunidade, com a finalidade de conhecermos os seus trajetos (o perfil dos seus territórios) e as suas redes de sociabilidade.

Com relação à sua estrutura, este trabalho compreende, além desta introdução, a apresentação dos resultados da pesquisa e a sua análise, sempre no sentido de identificarmos e caracterizarmos os deslocamentos nas relações de gênero e gerações no interior das famílias de camponeses beneficiários do PBF no Semiárido e as repercussões desses deslocamentos em planos mais amplos, como os da comunidade e das relações com o mundo urbano, ali compreendendo o Estado.

Dos dinheiros das Políticas para o Campesinato no TIBJ

Há, na região, três fontes de transferências de dinheiros públicos acessadas pelos camponeses: 1) os dinheiros da assistência social, principalmente os do PBF e do Benefício de Prestação Continuada (BPC); 2) os dinheiros da Previdência Social (aposentadorias e pensões); 3) os dinheiros de programas desenvolvimento rural e de enfrentamento da pobreza, como os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

4 A divisão da Bahia em territórios de identidade foi realizada em 2003 e, em 2007, ela foi incorporada pelo governo nas suas estratégias de planejamento. Para mais informações, acessar site disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html>.

Familiar (PRONAF) e do Programa Sertão Forte. Embora, em princípio, o campesinato tenha acesso ao conjunto desses programas e benefícios, a sua distribuição é desigual, na perspectiva das unidades familiares, principalmente no caso das políticas de desenvolvimento. Apesar de contemplar todo este leque de instrumentos de políticas públicas, o foco, neste artigo, será colocado nas políticas públicas de Assistência Social e, especificamente, no PBF

Os beneficiários e os dinheiros da assistência e da previdência

Na pesquisa, as informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social (o banco de dados relativo a esta região foi cedido pelo MDS aos autores do projeto para a realização da pesquisa), contribuíram para estabelecer as bases da caracterização dos camponeses beneficiários do PBF na região, do mesmo modo que as informações da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) o foram para a caracterização dos aposentados. Mas, mais que beneficiários, há benefícios, dinheiros, que são apropriados e usados de modos muito distintos pelas mesmas famílias de agricultores. Esses dinheiros (da assistência e da previdência) são distintos, inclusive, e principalmente, dos dinheiros oriundos de fontes ou de políticas chamadas de desenvolvimento, como os dinheiros do PRONAF.

Uma breve caracterização dos beneficiários do PBF, com base no CadÚnico

A partir de informações disponíveis no CadÚnico,⁵ foram caracterizados os destinatários do programa. Ao mesmo tempo, através de pesquisas

5 “O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, funciona como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É utilizado, obrigatoriamente, para a seleção de

realizadas em documentos oficiais, obtiveram-se informações quantitativas sobre as transferências públicas acessadas na região e, particularmente, pelas famílias camponesas. Esses quadros permitem identificar o viés político adotado pelo governo na sua relação com esta população; permite, também, propor indagações sobre o modelo de políticas públicas adotadas. Mas, mais importante, com base nessas informações, torna-se possível abrir perspectivas de análise dos impactos dessas políticas na produção de deslocamentos, nas famílias, nas perspectivas de gênero e gerações.

Na Tabela 1, com base em informações retiradas do CadÚnico, percebe-se a evolução no número de beneficiários do PBF no TIBJ entre 2007 e 2010, considerando, além disso, o local de moradia (urbano e rural), o gênero e a frequência na escola.

Tabela 1 – Programa Bolsa Família – número total de beneficiários e a sua distribuição em termos de local de moradia (urbano e rural), gênero (masculino e feminino) e frequência ou não na escola – anos 2007 a 2010

ANO	2007		2008		2009		2010	
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	51.652		52.133		51.938		50.889	
LOCAL DE MORADIA	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
	20.035	31.492	19.529	32.604	19.334	32.604	19.330	31.559
GÊNERO	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.
	23.951	27.577	24.783	27.350	24.249	27.689	23.773	27.116
FREQUÊNCIA NA ESCOLA (DO TOTAL)	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	19.967	31.685	19.570	32.563	19.315	32.623	20.957	29.932

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do dados do CadÚnico (BRASIL, [20--b]).

Olhando para a linha do tempo, constata-se a existência de uma relativa estabilidade em todas as variáveis. As pequenas variações podem ser atribuídas, por exemplo, aos óbitos, aos nascimentos e às migrações

beneficiários e para integração de programas sociais do governo federal”. (BRASIL, 2007) Para mais informações acessar site disponível em: <<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090408165046AAusLXF>>.

(mudanças de locais de moradia). Além dessa relativa estabilidade, pelo menos dois outros pontos chamam atenção. O primeiro refere-se à proporção de beneficiários, considerando o número total de habitantes do Território: em 2010, por exemplo, quando a população era de 233.682 habitantes (Censo do IBGE), o número de beneficiários era de 50.889, de modo que, aproximadamente, 22% da população era beneficiária do programa. O segundo ponto que chama atenção refere-se à proporção entre o número de beneficiários urbanos e rurais: o urbano fica entre 38% e 39% e o rural entre 62% e 61%. Nesse ano, a população rural do Território equivalia a, aproximadamente, 50% do total de habitantes. Considerando de outro modo, em 2010, em torno de 27% da população rural era beneficiária do programa, índice que caía para apenas 16,5% na população urbana. Os que não frequentam a escola são, muito provavelmente, adultos.

Na Tabela 2 – que trata da inserção dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho – outros pontos chamam atenção. Com relação à variação no número dos inseridos no mercado (total de declarantes menos os que declararam que não trabalham e os aposentados), encontramos algumas oscilações no tempo, passando de 5.457 em 2007, para 6.703 em 2008, 6.051 em 2009 e, finalmente, para 6.338 em 2010. (BRASIL, [20--b]) O número de aposentados diminuiu nos três primeiros anos e retomou a linha de crescimento em 2010. Em termos relativos, o que diminuiu mais significativamente foi o número dos que se declararam trabalhadores autônomos (diminuiu, ao longo dos quatro anos, em mais de 56%) e empregadores (diminuiu em mais de 71%).⁶ O Território se caracteriza essencialmente como Território Rural: mais de 90% dos que declararam manter vínculo de trabalho são trabalhadores rurais. Chama atenção, no entanto, o número dos que não trabalham: são, em todos os anos, mais de

6 Chama atenção, nesse caso, o fato de serem empregadores e beneficiários do PBF. Embora se possa presumir que o camponês, por exemplo, de posse de um estabelecimento rural, pelo fato de esporadicamente contratar trabalhador diarista, se caracterize como empregador.

86%, de modo que apenas 14% trabalham (sendo que essa porcentagem envolve crianças e jovens; mas há que se considerar, ainda, o que se define, no meio camponês, como “trabalhar”, o que se verá adiante).

Tabela 2 – A posição dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho. 2007-2010.

VARIÁVEIS	2007	2008	2009	2010
Aposentados/Pensionistas	773	646	540	685
Assalariados com carteira	64	25	18	61
Assalariados sem carteira	362	306	267	300
Autônomos	91	88	48	40
Empregadores	14	10	5	4
Não trabalham	38.164	39.307	41.001	38.927
Trabalhadores rurais	4.926	6.147	5.713	5.933
Total	44.394	46.529	47.592	45.950

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do CadÚnico (BRASIL, [20--b]).

Com base nessas informações, cabe aqui fazer uma suposição: digamos que a média de moradores por domicílio, nas famílias beneficiárias, seja de 4,5 (foi o que encontramos em pesquisa anterior, envolvendo 450 famílias de agricultores beneficiários do PBF do Território). Com isso, teremos, no Território, mais de 10.000 famílias beneficiárias. O número de trabalhadores que se declararam inseridos no mercado de trabalho varia de 5.457 em 2007 (mínimo) até 6.703 em 2008 (máximo). Deduz-se, portanto, conforme as declarações feitas por ocasião do cadastramento, que de cada dez famílias, em torno de seis (supomos que há famílias com mais de um dos seus membros no mercado de trabalho) possuem, em média, um membro inserido no mercado de trabalho; quatro de cada dez famílias estão fora do mercado formal e informal (vale ainda lembrar aqui o que se define como trabalho). Vista desse modo, e conhecendo empiricamente a realidade da região, é possível afirmar que essa informação esconde, mais do que revela, uma realidade, que pode ser decifrada quando se verifica o que é denominado trabalho e quem é definido como trabalhador (se verá com detalhes mais adiante neste relatório).

Os beneficiários e os dinheiros da Previdência Social

Uma das maiores fontes de transferência de dinheiro para o TIBJ é a Previdência Social. De acordo com dados do “Informe de Previdência Social”, em 2001, os recursos transferidos pelo sistema de previdência beneficiavam aproximadamente 47% da população do Semiárido do Nordeste e 78,5% da sua população rural (SANDI; HERINGER, 2001), transformando a região numa espécie de

[...] verdadeira ‘economia sem produção’ [...], uma vez que os beneficiários representam uma transferência direta de renda sem contrapartida de ‘prestação de serviços produtivos’ [...]. Em outras palavras, os beneficiários da Previdência não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional. E a renda desta ‘economia sem produção’ chega a ser superior àquela gerada pela agropecuária tradicional, não podendo ser subestimada. (SANDI; HERINGER, 2001)⁷

No TIBJ, em 2008, havia quase 39.000 benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões); desse total, mais de 81% eram rurais (aposentadoria rural). O total de recursos transferidos pela previdência, nesse ano, para o Território, foi de R\$ 200.396.411,00. Considerando que nesse mesmo ano aproximadamente 50.000 famílias residiam no território, a média anual de recursos transferidos para cada família foi de mais de R\$ 4.000,00, ou seja, R\$ 334,00 por mês. É fácil entender, portanto, como esse benefício se transformou num aglutinador de famílias e promotor de

⁷ O termo “economia sem produção” é, evidentemente, inadequado; a transferência de renda se explica, necessariamente, quando inserida em uma totalidade contraditória, que é o sistema social de produção de valor. O termo “economia sem produção” tem sentido apenas no âmbito de uma geografia econômica na medida em que se desvincula o território de uma totalidade que, realmente, o faz existir como território.

sistemas de solidariedade em torno de idosos. Entrecruzam-se, com isso, as economias pública e gratuita. (BRASIL, [20--a]).

Tabela 3 – Aposentadorias e pensões – quantidade de benefícios totais e rurais emitidos no Território Bacia do Jacuípe, segundo os municípios. Valor acumulado de benefícios emitidos (em R\$) – posição em dezembro de 2008

MUNICÍPIOS	TOTAL DE BENEFÍCIOS	VALOR ACUMULADO NO ANO – TOTAL (R\$)	BENEFÍCIOS RURAIS	VALOR ACUMULADO NO ANO – RURAL (R\$)
Baixa Grande	3.648	18.626.748,00	3.241	16.344.437,00
Capela do A. Alegre	1.925	9.627.337,00	1.713	8.442.591,00
Gavião	s/d	265.790,00	s/d	234.553,00
Ipirá	11.522	57.208.766,00	9.097	43.932.453,00
Mairi	4.937	24.778.666,00	4.312	21.082.775,00
Nova Fátima	1.490	7.062.314,00	1.265	5.903.608,00
Pé de Serra	1.830	9.050.560,00	1.584	7.759.738,00
Pintadas	1.793	8.817.252,00	1.574	7.654.610,00
Quixabeira	1.109	5.102.070,00	1.012	4.578.461,00
Riachão do Jacuípe	7.350	42.608.446,00	5.428	26.726.884,00
São José do Jacuípe	908	2.191.212,00	788	1.727.336,00
Serra Preta	4.164	4.172.238,00	3.711	1.787.326,00
Várzea da Roça	2.062	7.708.008,00	1.850	6.575.666,00
Várzea do Poço	1.423	7.083.919,00	1.260	6.220.752,00
Território	38.971	200.396.411,00	31.645	160.166.136,00

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da Previdência Social (BRASIL, [20--a]).

Nota: Os dados apresentados nesta tabela correspondem aos benefícios emitidos classificados pelo município do órgão pagador.

Tomando como base os dados sobre a população dos municípios para 2007, percebeu-se que, em Serra Preta, município com 15.039 habitantes, havia 4.164 benefícios (em torno de 28% da população ou um aposentado para cada 3,6 habitantes). Para o conjunto do Território, havia 38.971 benefícios para uma população de 239.220 pessoas, ou seja, um benefício para 6,1 habitantes. Mais curioso fica quando comparamos a população rural e o número de benefícios previdenciários; 31.645 benefícios para 125.546 habitantes, ou seja, um benefício para 3,96 habitantes. Entende-se, com isso, a importância que tem essa política para a própria sobrevivência da população.

Os dinheiros para o Desenvolvimento Rural

No Brasil, o PRONAF é o principal instrumento para o incentivo à produção agropecuária familiar (o campesinato é incluído nas linhas A, B e C do programa). Nos primeiros anos após a sua criação,⁸ ele ficou concentrado no Sul do país. Em 1996, foram incluídos no programa os primeiros municípios da Bahia, ampliando-se a sua abrangência a partir de 2000. Entre 2000 e 2005, na Bahia, o número de contratos cresceu em 148%, e o valor total financiado aumentou em 192%.

Tabela 4 – Distribuição dos Contratos e Recursos do PRONAF (em R\$) – Brasil e Bahia, 2000-2005

ANO	BRASIL		BAHIA	
	CONTRATOS	VALOR	CONTRATOS	VALOR
2000	969.727	2.188.635.003,31	57.455	125.811.560,78
2001	910.466	2.153.351.258,79	71.908	105.265.904,50
2002	953.247	2.404.850.769,99	87.487	119.987.701,26
2003	1.138.112	3.806.899.245,48	84.211	172.365.901,16
2004	1.611.463	5.761.475.996,11	137.350	313.103.572,43
2005	1.671.183	6.404.190.129,32	142.731	365.018.982,31

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos Relatórios para Brasil e Semiárido, regiões, estados, territórios e municípios (BRASIL, ©2016).

Com relação ao TIBJ, em 1997, foram inseridos dois dos seus municípios no programa e, em 2001, foram incluídos todos os demais. Desde então, variou anualmente o número de contratos, o montante de recursos alocados e a média de recursos por contrato. Mas é evidente que o valor total de recursos alocados no território é pouco significativo: em 2008, por exemplo, o PRONAF injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 para 2.715 contratos (média de R\$ 3.063,00 por contrato); menos de 10% dos estabelecimentos familiares do território acessaram o programa.

8 Em 1994, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Em 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, passou a se denominar PRONAF.

Tabela 5 – Número de contratos e montante de recursos do PRONAF para o Território Bacia do Jacuípe – 2000-2008

ANO	NÚMERO DE CONTRATOS	MONTANTE DE RECURSOS (R\$ 1,00)	MÉDIA DE RECURSOS POR CONTRATO
2000	797	1.429.581,48	1.793,70
2001	2.090	1.281.277,60	613,05
2002	2.129	1.614.887,14	758,51
2003	525	1.299.131,76	2.474,53
2004	3.391	8.174.546,91	2.410,65
2005	5.382	14.908.843,34	2.770,13
2006	4.648	14.717.260,09	3.166,36
2007	2.402	8.756.582,74	3.645,53
2008	2.715	8.316.825,39	3.063,28

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da Base de dados do crédito PRONAF (BRASIL, ©2016).

Decorre dessa constatação (de que apenas 10% têm acesso ao programa) a necessidade de revermos a própria definição de agricultura familiar e de colocarmos em questão a definição que sustenta a estrutura das políticas brasileiras para a agricultura familiar dessa região. Em torno de 90% dos chamados “agricultores familiares” do território não têm acesso aos sistemas de políticas de desenvolvimento rural, como o PRONAF; eles acessam unicamente os benefícios das políticas de assistência social, particularmente o PBF. Ou seja, no plano político, produz-se uma divisão entre os agricultores familiares (PRONAF, desenvolvimento) e os camponeses (assistência social).

As políticas de desenvolvimento rural não se restringem, na região, ao PRONAF. Antes do seu aparecimento, na década de 1970, a agricultura familiar (e camponesa) da região foi incluída numa grande diversidade de programas de “desenvolvimento rural” e “combate à pobreza”, quase todos federais e com financiamento do Banco Mundial.⁹ Desde o final da década de 1980, num processo de descentralização, os estados emergiram como os principais propositores/gestores desses programas. Na

⁹ A respeito disso ver, por exemplo, Winrock Internacional (2000).

Bahia, a gama de programas que se situam nesse campo (desenvolvimento rural e combate à pobreza) é relativamente larga e envolve, por exemplo, os seguintes programas: Sertão Produtivo, Garantia Safra, Produzir, Semeando, Assistência Técnica (ATER) e Água para Todos (Tabela 7). Mas, apesar de serem programas geridos pelo Governo do Estado, os recursos são, em geral, federais; e, apesar da grande quantidade de programas, os recursos transferidos são relativamente pequenos.

Tabela 6 – Gastos com Programas Especiais Rurais, 2004-2006 (em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	2006*
Boa Pesca	0,00	0,00	10.000,00
Cabra Forte	13.418.000,00	15.255.894,00	6.328.156,00
Caatinga, Buffel e Leucena (CBL)	8.998,75	6.286,19	7.557,13
Crédito Fundiário	115.000,00	573.750,00	303.008,39
Família Produtiva	0,00	2.856.075,26	0,00
Flores da Bahia	416.611,00	113.490,00	98.256,00
Minha Roça	5.386.635,00	4.480.835,08	0,00
Novilho Precoce	5.900,00	0,00	0,00
Pater/Bahia	14.130.264,34	7.980.332,52	1.157.288,61
Pró-Água	1.768.880,00	1.840.240,00	823.200,00
Procamp	128.629,00	0,00	0,00
Prodecar	0,00	0,00	0,00
Produzir	11.237.600,00	21.136.213,10	3.000.000,00
Pró-Gavião	19.843.000,00	7.493.109,00	0,00
Pró-Leite	2.408,00	3.585,40	15.212,96
PRONAF	17.643,16	15.542,87	3.954,00
PRONAF Florestal	0,00	0,00	0,00
Propeixe	0,00	0,00	10.000,00
Prorenda	28.007,00	23.946,07	17.683,00
Quilombo	0,00	0,00	0,00
Terra Fértil	6.332.000,00	2.073.342,00	1.893.468,47
Terra Produtiva	0,00	0,00	0,00
Viver Melhor Rural	11.992.781,87	0,00	0,00
Total Programas Especiais Rurais	84.832.358,12	63.852.641,49	13.667.784,56
Total Orçamento Estado	12.522.620.387,57	13.883.567.244,23	11.230.954.394,96

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de (BRASIL, ©2016).

Nota: SICOF/Gerencial. Elaboração SEPLAN e autores. (*) Até setembro de 2006.

Conforme os dados da Tabela 6 (relativos ao estado da Bahia), constata-se que: 1) alguns programas não tiveram orçamento pelo menos em alguns desses anos; 2) considerando o tamanho da agricultura familiar e camponesa do estado, os recursos alocados para a maioria dos programas são relativamente pouco significativos; 3) considerando ano após ano, houve uma queda muito grande do valor dos recursos alocados, de modo que o orçamento total para esses programas em 2006 equivale a apenas 16% do orçamento de 2004, o que reflete, provavelmente, a perda da importância do desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa para o governo.

A Tabela 7 apresenta uma síntese com relação aos recursos financeiros dos programas transferidos para o desenvolvimento rural e o combate à pobreza no TIBJ entre 2007 e 2010. O primeiro ponto que chama atenção é que, com relação ao número de famílias que acessaram esses programas e projetos, há uma similaridade com os dados obtidos com relação ao PRONAF: dificilmente se ultrapassa o limite de 10% das famílias de agricultores familiares do território. Essa coincidência foi reafirmada durante a pesquisa tanto por agricultores quanto por lideranças rurais do Território: os que acessam o PRONAF são os mesmos que acessam esses outros programas. Além disso, em pesquisa realizada anteriormente, quando foram cadastradas 450 famílias de agricultores familiares beneficiários do PBF, chegamos à mesma informação: em torno de 90% das famílias não tem acesso ao PRONAF e nem a esses programas.

A leitura dessas informações suscita uma série de perguntas. A primeira delas certamente se refere ao caráter e à finalidade dessas políticas: elas atingem um universo relativamente pequeno (são focalizadas nos competitivos ou empreendedores), e a média dos valores transferidos para cada unidade beneficiada é mínimo. Considerando que mais de 90% dos estabelecimentos rurais do Território são denominados “agricultores familiares”, que aproximadamente 50% desses estabelecimentos possuem menos de 10 hectares de terras, que os beneficiários dessas políticas

são os melhor estruturados (competitivos/empreendedores), onde ficam os outros 90%? Seriam esses outros os beneficiários de programas de assistência social, como o PBF, já que o seu universo de abrangência é um pouco mais largo?

Tabela 7 – Informações básicas sobre as principais Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza do Governo da Bahia – 2007-2010

PROGRAMA	ANO	FAMÍLIAS ATENDIDAS	RECURSOS ALOCADOS
Sertão produtivo	2007	-	-
	2008	465	3.185 ANIMAIS (CAPRINOS E OVINOS)
	2009		
	2010		
Garantia safra	2007	134	R\$ 550,00 X 134 = R\$ 73.700,00
	2008	660	R\$ 550,00 X 660 = R\$ 363.000,00
	2009	1.822	R\$ 550,00 X 1.822 = R\$ 1.002.100,00
	2010	3.272	R\$ 600,00 X 3.272 = R\$ 1.963.200,00
Produzir	2007	3.417	R\$ 5.156.239,24 (Média = R\$ 1.509,00 por família)
	2008		
	2009		
	2010		
Semeando	2007	2.659	27.663 Kg de semente de feijão (10,4 Kg por família) 9.682 Kg de semente de milho (3,6 Kg por família)
	2008		
	2009	Sem informações	Sem informações
	2010	Sem informações	Sem informações
Assistencia técnica (ater)	2007	Sem informações	Sem informações
	2008	6.979	R\$ 77.478,60 via convênios com MOC, COOAP, AECOFABA, COODAPI, UNICAFES, FETAG, APAESBA, APPJ.
	2009		
	2010		
Reforma agrária e regularização fundiária	2007	NÃO HOUVE AÇOES	NÃO HOUVE RECURSOS
	2008		
	2009		
	2010		
Água	2007-2010	Sem informação confiável	

Fonte: Elaborada pelos autores (2011).¹⁰

¹⁰ Esta tabela é uma síntese das anteriores, de modo que as fontes dessas informações são as mesmas das tabelas anteriores, principalmente o CadÚnico, o Dataprev, o PRONAF e informações re-

Mesmo assim, pergunta-se: qual é a proporção entre as famílias beneficiárias de assistência social sobre o total de famílias de agricultores familiares vivendo para além da margem do acesso a políticas? Quantas são as famílias, no Território, que permanecem excluídas tanto dos programas de desenvolvimento rural quanto dos programas de assistência social? Que dados pode nos oferecer o Cadastro Único, do MDS, para respondermos esta pergunta? Essas perguntas não foram respondidas na pesquisa.

Dos deslocamentos nas Relações de gênero e gerações na agricultura familiar do TIBJ

O PBF foi inventado pelo Estado com a intenção de inserir famílias pobres nas redes de consumo; mas, ao mesmo tempo, ele produz deslocamentos nas estruturas e nos modos de viver das populações situadas abaixo da linha da pobreza. Mergulhando no miúdo da vida dessa população, na pesquisa, procurou-se identificar as continuidades e as mudanças no contexto da sua vida/rotina. A imersão dos pesquisadores na vida/rotina dos “beneficiários” permitiu a apreensão dos modos como esses personagens desorganizam/reorganizam a sua realidade (as suas relações com os objetos que os cercam, as suas ações no mundo, as relações com outros personagens e, também, os modos como produzem as suas representações sociais, inclusive do PBF); ela permitiu, principalmente, identificar os deslocamentos e as continuidades nos campos das relações de gênero e gerações, no interior das famílias e nas relações dessas com os ambientes mais largos.

Quatro caminhos permitiram a imersão dos pesquisadores nessa realidade: 1) o das estratégias/ações de produção da vida; 2) o da distribuição das tarefas entre os membros da casa; 3) o das redes de sociabilidade e

passadas diretamente pelos administradores na Secretaria de Desenvolvimento Rural do governo do Estado da Bahia.

4) o dos cardápios/hábitos alimentares. É importante lembrar, ainda, que nesta parte do trabalho se lida com informações qualitativas produzidas no contato com 50 famílias de agricultores familiares “beneficiárias” do PBF. Além disso, considerando essas famílias como unidades primeiras da investigação, o foco se dirigiu para as relações entre os seus membros e, essencialmente, para as relações de gênero e geração: como elas são reconstruídas (ou não) a partir da apropriação e do uso, na unidade familiar, do dinheiro do PBF.

Os deslocamentos nos sistemas familiares (lugares e papéis) de produção de vida

Nas últimas décadas, o TIBJ tornou-se um “território do dinheiro” (SANTOS, 1999); o dinheiro, a mais importante das “fichas simbólicas” (GIDDENS, 1991), tornou-se o sujeito principal na produção do território e da agricultura familiar no TIBJ. Além disso, a agricultura, que se fazia quase exclusivamente na articulação entre as economias gratuita e mercantil, viu a economia pública (o Estado “sistema de peritos”) tornar-se hegemônica nos processos de sua produção. Além de o dinheiro (os dinheiros) assumir o lugar das gentes e das coisas, o dinheiro público substituiu outros dinheiros, inclusive o do trabalho, alçando o Estado ao centro do campo da produção da vida. Esse deslocamento (no plano dos dinheiros) repercutiu fortemente na estruturação das relações de gênero e gerações: quem acessa os dinheiros, como se “gasta” e quem gasta os dinheiros? Produz-se uma repactuação entre os membros da casa, principalmente quando nesta há a presença do homem. De qualquer forma, o modo tradicional de organização da família remete ao patriarcalismo. Mas, durante a realização da pesquisa, percebeu-se que, considerando a região e os seus personagens centrais, o entendimento dos deslocamentos nos sistemas e nos modos de produção da vida passa, primeiro, pela

decifração do termo “trabalho” e, em seguida, dos lugares/trabalhos dos membros da casa. Para o agricultor familiar do TIBJ, as atividades que contribuem para a produção da vida são plurais, e o trabalho é apenas uma delas. Além da palavra “trabalho”, para identificar essas diversas atividades, fala-se de “labuta”, “lida-lida”, “ajuda”, “adjutório”, “macacada”, “venda de diárias”, “bicos” e “assalariamento”. Aparentemente, todas essas formas se referem a um mesmo objeto (ações de produção de vida); no entanto, elas designam as diferentes posições sociais de quem as exerce e as formas distintas de estruturar relações sociais, de modo que se pode agrupá-las em três conjuntos de sentido: 1) o trabalho como dito (ação produtiva “do homem” realizada no estabelecimento e que resulta em “produtos” para o consumo e/ou para a venda); 2) a “ajuda”, a “lida-lida” ou a “labuta” (as ações “das mulheres” e/ou “das crianças”, além das ações repetitivas, mesmo quando realizadas por homens, como a de buscar água ou alimentar animais); 3) a “venda de diárias” a “macacada”, o “dia de macaco” e o “assalariamento” (atividades realizadas fora do estabelecimento, mediadas por terceiros e que têm a finalidade primeira de produzir dinheiro).

Tradicionalmente na região, o “trabalho” é atribuição do homem; mulheres e crianças “ajudam”. Mesmo no interior do estabelecimento (do sítio), o filho homem só “trabalha” quando é “liberado” pelo pai e/ou pela lei (as condicionalidades do PBF), ou quando casa: “desde os doze anos, eles ficam na angústia de quando poderão trabalhar”, dizia um agricultor de Pintadas. Só casa o homem que já trabalha, de modo que todo homem casado trabalha (o trabalho fora do estabelecimento ou o trabalho por conta própria são indícios da sua maturidade). Com a liberação para o trabalho, o filho/homem pode, também, trabalhar fora – “macacada”, “dia de macaco”, “venda de diárias” e, principalmente, o “assalariamento” – para ganhar o seu dinheiro (frequentemente, isso se faz nas fazendas de café, laranja e cana do Sudeste).

Portanto, a ação do homem, além de ser ação “produtiva” (produz alimentos e dinheiro), cria o próprio homem (ele se torna homem pelo

seu trabalho); extensivamente, a ação do homem cria a mulher e a criança, ou os que o ajudam (os excluídos do campo do trabalho). A ação da mulher pode ser reconhecida, em alguns casos, como trabalho: quando não há homem na casa. Mas, essencialmente, o trabalho produz o homem e, negativamente, a mulher e a criança, de modo que não é o trabalho que caracteriza a mulher e a criança, mas a ajuda, que é a negação do trabalho.

Esse modo tradicional (patriarcal) de representar a produção dos indivíduos e da sociedade permanece na região, apesar de encontrarmos alguns sinais que apontam para o seu rompimento, tanto no âmbito das falas quanto da própria prática, como nos casos de grupos de mulheres que se associam para produzir.

Dois mecanismos contribuem, sobremaneira, para essa ruptura: a monetarização dos modos de produzir a vida (a chegada dos dinheiros de políticas públicas e a expansão do “trabalho assalariado”) e a “presença” das “condicionalidades” do PBF. Por um lado, não é mais só o trabalho (atributo do homem) que dá acesso ao dinheiro, de modo que o dinheiro deixa de ser coisa só de homem; por outro, com as crenças embutidas nos requerimentos das condicionalidades, a criança já não ajuda, ela estuda. O campo da ajuda encolhe: o jovem (homem) passa diretamente do “estudar” para o “trabalhar”, sem passar pela fase da ajuda; a jovem (mulher) intercala ajuda e estudo na preparação para o casamento. Além disso, hoje, entre os jovens, é quase unânime a voz que diz que o trabalho é um dos meios de obter dinheiro (o trabalho produz dinheiro). Poucos jovens homens consideram a possibilidade de trabalhar na própria roça.

Com a monetarização das relações, a partir da quase universalização do PBF na agricultura familiar, e com o adensamento das relações entre agricultores, o Estado e o mercado, são reestruturados os sistemas e os modos de produzir a vida. Essas mudanças se revelam na tensão entre trabalho e dinheiro e se desdobram nas relações entre os dinheiros de transferências públicas e dinheiros do trabalho; elas se revelam, igualmente,

nas relações entre os sistemas significativos/normativos (Estado ou os peritos, como diz Giddens) e a vida/rotina dos agricultores.

Mas, ao mesmo tempo, salta aos olhos a naturalização que vem se estruturando nos modos de cumprimento das condicionalidades do PBF, sob a responsabilidade da mulher. Quase sempre sozinhas, as mulheres respondem pelas decisões de levar os filhos ao posto de saúde, pelo acompanhamento do calendário de vacinação, pelo controle do cartão de vacina e da matrícula escolar, mesmo nos casos em que contam com a presença do marido/companheiro na casa. Apenas em um dos casos, entre os cinquenta estudados, afirmou-se que o homem divide essas tarefas. A responsabilização da mulher é acrescida, ainda, em decorrência, por exemplo, da ausência de um cônjuge (marido ou companheiro), cujos motivos envolvem desde a busca de trabalho por este em outras regiões do país, passando por separações conjugais de fato, ou pela inexistência de vínculos conjugais formais (mães solteiras).

Essa naturalização da responsabilidade pelas condicionalidades produz, pelo menos, dois efeitos. O primeiro remete à restauração – que está subjacente na formulação do Programa – do papel atribuído à mulher na “reprodução” da vida, nos “cuidados” com os filhos, na administração das coisas da casa, fixando e essencializando a mulher a partir das funções biológicas e da sua relação de mãe. A restauração desse papel foi fartamente verificada em conversas com agentes governamentais locais – assistentes sociais, agentes de saúde, diretoras de escolas e professores –, quando inquiridos sobre o cumprimento das condicionalidades. O segundo ponto se refere ao consenso que se estabeleceu sobre a legitimidade da preferência das mulheres pelo Programa. Entende-se, nas comunidades visitadas, que o acompanhamento do calendário de vacinas e da vida escolar é um atributo “natural” da mulher, que cuida melhor da casa e sabe melhor dessas necessidades.

Em síntese, com a apropriação de dinheiros e de crenças embutidas nas políticas públicas, particularmente nas condicionalidades, os agri-

cultores familiares do TIBJ reestruturaram os modos tradicionais de produzir a vida: 1) o dinheiro tornou-se a “ficha simbólica”, e o personagem principal, subordinando a ele, o próprio trabalho; 2) o trabalho no sentido estrito mantém-se como atribuição do homem; 3) o trabalho no sentido largo (combinação de uma multiplicidade de atividades, incluindo a ajuda) torna-se uma atribuição do adulto e exclui a criança/adolescente (divisão por idade); 4) o cuidado da casa e de tudo que isso implica (condicionalidades) é atribuição quase exclusiva da mulher; 5) o sistema de produção de vida, que resultava da tensão entre as economias gratuita e mercantil, estrutura-se hoje na combinação/descombinação de três economias, com a hegemonia da economia pública e do seu dinheiro; 6) o Estado “sistema de peritos” torna-se a ficha simbólica mais importante para a definição, na agricultura familiar do Território, do que é certo e errado, justo e injusto; 7) com a apropriação dos dinheiros dos programas de políticas públicas, principalmente do PBF, com as suas condicionalidades, foi reajustada para cima a escala de inserção das famílias na sociedade/mercado; 8) na nova escala de inserção, a contribuição solicitada de cada uma das economias para a produção da vida foi requalificada; 9) o dinheiro do PBF se torna central na nova escala de inserção social: o fortalecimento do consumo de bens e serviços no mercado; 10) adultos e crianças, mulheres e homens: as suas posições e funções nas estruturas dos sistemas de produção de vida foram alteradas, dando origem a novas tensões entre eles.

Os deslocamentos na distribuição de tarefas nas unidades familiares

Dessa monetarização das relações sociais e das estratégias de produção de vida decorrem mudanças nas estruturas de posições dos indivíduos nas unidades familiares e na distribuição das tarefas em, pelo menos, três campos: 1) desvincula-se a criança/adolescente dos ambientes da produ-

ção de alimentos/bens e da produção de renda/dinheiros para situá-lo na escola (condicionalidade); 2) com relação à produção de alimentos/bens para a unidade familiar e a produção de renda/dinheiro para o acesso ao mercado de bens e alimentos, o eixo forte tende a deslocar-se do primeiro para o segundo (produção de renda/dinheiros);¹¹ 3) opõem-se as diversas formas de produção/acesso ao dinheiro, dando origem aos diversos dinheiros: o dinheiro que resulta diretamente do trabalho, o dinheiro do PBF, o dinheiro dos bicos, o dinheiro das aposentadorias/pensões, o dinheiro do jovem. Com essas mudanças que estabelecem o primado do dinheiro, enquanto alguns dinheiros são vinculados ao homem, outros são da mulher e outros dos jovens. Essas diferenças entre os dinheiros dos indivíduos se manifestam, essencialmente, no seu uso: quem decide sobre o seu uso e em que é usado. Mas, se produção/apropriação de renda/dinheiros torna-se estruturante nos modos de produzir a vida, a economia gratuita não desaparece, mas se refaz nas novas circunstâncias, ganhando novos sentidos. Essas mudanças nos sistemas de produção de vida repercutem nas estruturas de distribuição de tarefas entre os membros das unidades familiares, dando origem a novas combinações/descombinações.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho no âmbito das unidades familiares, aos homens cabe, ainda hoje, a responsabilidade pelas atividades ditas “produtivas”: trabalhar, vender, trocar, comprar, decidir sobre o que produzir e o que comprar; à mulher cabe cuidar da casa, dos filhos, dos pequenos animais, da horta, do artesanato feito “nas horas vagas”, buscar ajuda de parentes e vizinhos, providenciar água para o consumo; aos filhos cabe estudar; aos jovens cabe preparar-se para o casamento (emancipação). Ou seja, as tarefas da mulher são vinculadas aos usos e ao consumo da família.

11 A economia gratuita ou economia do dom (estabelecida na relação com vizinhos e parentes), embora importante para a produção/reprodução das famílias na região, sempre foi considerada como uma forma complementar de obtenção de meios de vida.

Essa divisão de tarefas é portadora de um caráter valorativo, que repercute, por exemplo, pelo menos no plano da representação, em maior ou menor autoestima. Esta continuidade na divisão sexual das tarefas legitima o homem no exercício do controle e da gestão dos recursos financeiros gerados na família e vincula o homem à produção, seja no estabelecimento ou fora dele: “se não tiver trabalho por aqui, eu vou sair pelo mundo”. A mulher não sai para o mundo; fica e repete as atividades de sempre.

Mas, com o PBF, abriu-se para a mulher um novo campo de atividades, sem alterar significativamente o anterior. Ela é a responsável junto ao Estado: responsabilidade que envolve a realização das condicionalidades do programa. Em uma das rodas de conversa, foi emblemática a fala de uma das mulheres: “a mulher trabalha na casa e na roça também, enquanto o homem faz serviços fora ou presta diária na terra de outras pessoas”. A mulher sempre foi para a roça, sempre “ajudou” o homem no seu trabalho na roça; mas, atualmente, quando aumenta o tempo do homem fora da própria roça, aumenta o tempo da mulher na roça, onde ela assume, frequentemente, a direção da atividade.

Na fala da mulher, estão em jogo o “fora” e o “dentro” como demarcadores de lugares e de posições que homem e mulher ocupam na distribuição das tarefas no âmbito da unidade familiar. Por um lado, o trabalho “dentro” é assumido majoritariamente pelas mulheres, e aquele realizado “fora” é atribuído ao homem; por outro, está em andamento um processo de redefinição sobre o que é “dentro” e o que é “fora”, de modo que o “fora”, que se concentrava na roça, se torna cada vez mais o “fora do estabelecimento”. Além disso, quanto mais se desloca a atividade do homem para fora do estabelecimento, mais ele carrega consigo o conteúdo do termo “trabalho”: trabalhar é uma atividade feita fora: “o homem trabalha quando arranja serviços”. A ação da mulher na roça, que antes era própria do homem, é desqualificada.

Contribui para a produção/reprodução dessa desigualdade de gênero, o desencontro entre as políticas de desenvolvimento rural, como o

PRONAF, vinculado principalmente ao homem (são raras, na região, as mulheres que acessam o PRONAF), e as políticas de assistência social, como o PBF, explicitamente vinculado à mulher. Essa divisão – com raízes nas estratégias ideológicas e normativas do Estado e que envolvem, na ponta de baixo, os seus agentes extensionistas e de assistência social – contribui significativamente para a demarcação e a naturalização dessa divisão sexual das atividades na família. O Estado ganha substância enquanto “sistema de peritos”.

Essa assimetria nas relações de gênero, nos sistemas de distribuição das tarefas, nas unidades familiares se reproduz nas relações entre gerações. Na distribuição das tarefas nas unidades familiares referentes aos filhos e filhas, reproduz-se o mesmo padrão verificado na relação entre o pai e a mãe. Se, por um lado, a ajuda das crianças e dos adolescentes foi transformada em trabalho e substituída pela escola (condicionalidade), por outro, as expectativas que se têm com relação ao menino e à menina diferem. Na convivência diária com muitas famílias, percebeu-se que as meninas dividem o seu tempo ajudando a mãe nos afazeres domésticos e na dedicação aos estudos; enquanto isso, alguns dos filhos mais velhos acompanham o pai em atividades da roça. Mas, em geral, eles não vão para a roça para não perderem aula: “eles gostam de estudar, não perdem aula e querem continuar estudando pra mudar de vida”.

Curiosa foi a fala dos meninos com relação às colegas na Escola Família Agrícola de Jabuticaba (município de Quixabeira): “há disciplinas como zootecnia, que as meninas não têm jeito para laçar um garrote”; um deles acrescenta: “só conheci na escola uma única menina que sabia ordenhar”; e outro: “as meninas preferem arrumar os quartos e limpar a escola”. A inscrição da ordem masculina nos discursos interdita tacitamente a inserção das meninas em determinadas atividades supostamente destinadas para os homens.

Enfim, durante a pesquisa, foi possível perceber a força expressiva com que as famílias projetam o futuro dos filhos a partir da crença na es-

cola e no ganhar dinheiro. É com base nessas crenças que, muitas vezes, os filhos são poupados do envolvimento com afazeres domésticos ou de trabalho na roça (além, é claro, do impedimento legal à sua inserção no mundo do trabalho). Pais e mães justificam o esforço que fazem para que os filhos estudem: “[...] quero que eles tenham um futuro que infelizmente não consegui conquistar”.

Os deslocamentos nos trajetos e nas redes de sociabilidades das famílias

Em quase todas as famílias que participaram da pesquisa, a mulher detém o “cartão” do PBF, o que lhe dá o acesso ao dinheiro e à definição do seu destino e a torna reconhecida pelo Estado e no mercado. A posse do cartão afeta profundamente as suas rotinas e os seus trajetos, requalificando e alargando a sua rede de relações. Na pesquisa, acompanhando trajetos de mulheres e homens, jovens e crianças, foi possível identificar as “estações” (GIDDENS, 2003) ou os lugares no trajeto onde se adensam o tempo/espaço da realização da vida. Além da casa, o posto de saúde, a escola, a feira, o mercado, a casa lotérica, o banco, a igreja e a vizinhança são paradas obrigatórias onde se materializam a apropriação e os usos do PBF pelas famílias, com a mulher protagonizando as ações. Mas cada membro da família tem as suas próprias “estações”. Seguindo as suas trajetórias e observando onde param e o que fazem nessas paradas, pode-se dimensionar o que são, para esses personagens, as suas redes de sociabilidade.

A forte presença de mulheres nas rodas de conversa realizadas ao longo das pesquisas, mesmo quando se teve o cuidado de convidar a comunidade, indica que é consenso na região que PBF se liga à mulher. Provocadas a falarem sobre o assunto, as mulheres, por unanimidade, concordaram em afirmar que cabe a elas a apropriação e o uso do dinheiro, pois, de acordo com as suas representações, elas sabem dar melhor

destino ao dinheiro, que é destinado ao atendimento do que elas consideram as principais necessidades da casa. É um dinheiro para a casa e, portanto, deve ser gerido por elas. Ao serem provocadas pela pergunta: “[...] e se fosse o homem o que recebesse o dinheiro?”, a resposta começa com risos e com uma exclamação que faz coro: “hum... ficava metade no meio do caminho;” outras diziam: “todo não chegava em casa”; outra: “a mulher é que sabe o que precisa dentro de casa”.

Essa unanimidade forma redes sociais, estabelece vínculos e, principalmente, altera a posição da mulher na sociedade. Ela afeta a própria autoestima da mulher. A sua disposição para participar de encontros referentes ao PBF, chegando a enunciar iniciativas e/ou promessas de rompimento de relação de subordinação ao homem/marido, foi bem traduzida pela resposta de uma delas, quando a amiga lhe perguntava com quem havia deixado “os meninos”: “Ah! Deixei com ele e disse que tinha uma reunião do ‘Fome Zero’, e que ele tomasse conta dos meninos porque eu não sabia que horas ia voltar”. A fala, acompanhada de expressão de contentamento e risos, indica um misto de vitória e dúvida. Atitudes assim foram verificadas em muitas comunidades, apontando para mudanças na rotina das beneficiárias do programa, que possibilitam ampliar as suas redes de relações, já que agora elas andam por outros caminhos e demoram em outras estações, para além das estações tradicionais da mulher local: a casa, os vizinhos e a igreja.

Mas, a despeito desses deslocamentos nas rotinas e nos trajetos que tornam as mulheres visíveis no comércio, nas filas das casas lotéricas e em estações que se tornaram obrigatórias para os beneficiários do Programa, e apesar de se ter instituído e legitimado a ideia de que o recebimento do benefício deve ser feito “preferencialmente” por mulheres, na pesquisa, ficou nítida a impressão de que tudo isso é ainda insuficiente para produzir deslocamentos mais profundos nas relações hierárquicas de subordinação homem-mulher e, sobretudo, quando se refere à participação na esfera pública. Ficou visível que se reforça com o Programa, na prática e

nas representações, o lugar/papel tradicional da mulher de cuidar da casa. Produz-se uma espécie de desencontro entre o alargamento “físico” dos trajetos e a manutenção da ideia de que o lugar da mulher é a casa. Se, por um lado, é quase nula a presença de mulheres em organizações sociais tradicionais (associações comunitárias, sindicatos, cooperativas), que se situam para além dos trajetos “obrigatórios”, por outro, elas criam e ingressam em novas redes e se encontram com mais frequência com pessoas que antes não faziam parte das suas redes.

Esses novos trajetos e paragens complexificam o seu território, abrindo o leque das sociabilidades advindas dos conteúdos novos de informações que são obrigadas a adquirir para atender às novas demandas do ser mulher, como a de ser responsável pela administração do cartão do PBF. Acompanhando mulheres nos seus trajetos, foi possível observar, por exemplo, para além das relações de mercado, o estabelecimento “espontâneo” de uma rede de “entrejuda” e solidariedade, que funciona, por exemplo, quando convém esclarecer dúvidas sobre os locais próprios para tirar a documentação ou sobre exigências do Programa e, ainda, para facilitar estratégias de acesso a locais e pessoas mais indicadas para resolver problemas. Nas comunidades locais, o PBF estabeleceu-se como espaço de apoio mútuo, rompendo com a sua formalidade, que exclui relações de horizontalidade.¹² Os encontros se refazem em lugares tradicionais, como nas rodas de “cata/quebra de licuri”, ou em lugares novos, como postos de saúde.

Certeza e medo – medo por que não é um direito, é uma espécie de dádiva, além disso, incerta – se misturam, refazendo a vida da mulher. Se, por um lado, o dinheiro do Programa é certo (quantidade certa), contraditoriamente é produtor de medo (a sua chegada é incerta). “Todo final

12 O PBF é baseado em relações verticais, tendo nos extremos o Estado e a família/indivíduo, mediado por um sistema técnico e pelas condicionalidades, que transformam o beneficiário em objetos de controle.

de mês o medo bate”; por quê? “Medo de botar o cartão e não sair dinheiro; com que vou pagar as dívidas?” A confiança no “governo” tem limites. A história que o diga! Os relatos expressam o caráter dessa vida precária, dessa nova precariedade, não mais necessariamente da falta de comida, mas de uma vida sujeita a determinações incontrolláveis, cada vez mais fluídas e modeladas por programas que embutem incerteza, inconstância, imprevisibilidade. Institui-se um modo de vida que exige autorização do outro. “Hoje tem, amanhã não se sabe”. É assim também com o trabalho: não é “fixo” e nem “certo”. Daí os dias vividos sob riscos e medos. Fragmentação, instabilidade, incerteza e fé (rezam muito, dizem elas) integram o cotidiano das famílias e afetam, sobremaneira, a mulher, na condição de responsável pela casa, educação e saúde dos filhos, com o dinheiro “certo”, mas “incerto”.

Os deslocamentos nos hábitos alimentares e nos cardápios das famílias

Um lugar de conflito entre gerações é a mesa, na hora de comer. Embora a presença de produtos como o feijão, a farinha de mandioca, o feijão de corda e o fubá de milho, tradicionais produtos agrícolas das famílias, sejam consumidos quase todos os dias em quase todas as famílias pesquisadas, é em termos de continuidade/descontinuidade de hábitos alimentares, inscritas, inclusive, numa ordem geracional, que se expressam algumas exigências antes ausentes, agora “naturalizadas”. Chamaram atenção nas rodas de conversa, por exemplo, os conflitos de mães com relação a exigências de filhos pela inserção de alguns elementos no cardápio diário, marcando um ponto de clivagem na mudança de hábitos e de gosto:

[...] na mesa tem cuscuz e café, e o menino pergunta: cadê a manteiga? Não tem manteiga, não. Então eu não quero; é assim que eles respondem. A gente nunca teve manteiga e

nunca reclamou; agora não, eles não comem o cuscuz sem manteiga. Vocês lembram? Era cuscuz seco [...].

O grupo confirma com entusiasmo e relata episódios semelhantes para afirmar: “hoje está tudo mudado”. Desses relatos pode-se inferir que, hoje, a decisão sobre o que consumir é pautada cada vez mais pela geração que experimenta o viver numa organização social definida pelo dinheiro e pela escola (merenda escolar), principalmente o dinheiro da economia pública, que traça contornos nas relações e nas dinâmicas sociais do TIBJ. No plano simbólico, nomes de alimentos que antes eram relativamente comuns, principalmente em tempos de estiagem, a exemplo do “bengo”, “fufú” e “rabo seco”, nas rodas de conversas, eram pronunciados pelas mulheres como “acidentes” de vida, cercados de um “antes” e um “depois”. É com certo constrangimento e como memória que esses nomes aparecem nas conversas, diferente do modo como se referem aos alimentos adquiridos no mercado.

Durante as visitas, saltava aos olhos a presença marcante da bolacha, exibida em vasilhames para os pesquisadores e saboreada por crianças, numa expressão de detentora de um gosto de prestígio social, contrastando, no entanto, com as condições precárias de vida. Dados quantificados com base em questionário resultante de uma pesquisa anterior indicaram que mais da metade dos produtos alimentares consumidos pelas famílias eram obtidos por meio da compra, e não mais da produção direta. Produtos até recentemente considerados estranhos, como pão, macarrão, embutidos industrializados, produtos enlatados, frutas, como a maçã e a uva, ingressaram no cardápio das famílias; enquanto isso, produtos de consumo tradicional, como feijão, farinha de mandioca e milho são adquiridos no mercado, o que sugere a precariedade da produção no próprio estabelecimento.

Essa combinação de produtos tradicionais com novos e, também, a presença crescente de produtos adquiridos no mercado são indícios de

uma continuidade/descontinuidade nos hábitos alimentares, favorecendo uma disposição de gosto por produtos produzidos fora do domicílio. Isso decorre, em grande medida, da tendência para a monetarização das relações sociais e dos sistemas produtivos, articulada com a tendência de urbanização de hábitos, para o que contribui, de modo significativo, o ingresso das crianças na escola e, principalmente, em escolas localizadas na cidade. Essa disposição para a mudança dos hábitos alimentares é reforçada, ainda, pelo acesso à televisão, presente em quase todos os domicílios pesquisados.

Entende-se que há distintas maneiras de formar hábitos e que essa formação se vincula às condições materiais dos sujeitos sociais que os produzem. Além disso, entende-se também que estes sujeitos sociais se inserem em contextos (estruturas de tempos e espaços) determinados. Assim, por exemplo, nas circunstâncias atuais da agricultura familiar do TIBJ, o PBF constitui-se como elemento estruturante. O dinheiro e a voz do Estado (dos seus peritos), que são assimilados pelas famílias com a mediação das condicionalidades, são portadores de uma enorme capacidade de determinação: colocam no centro do cenário, a mulher, a criança e a compra (de alimentos). Esse poder de interferência é acrescido na medida em que a criança vai para a escola, na cidade, onde recebe uma merenda que inclui, invariavelmente, produtos industrializados; enquanto isso, a mulher vai para o Posto de Saúde, onde recebe formação sobre hábitos alimentares. Ora, a mulher é a encarregada de, ouvindo as crianças, colocar a comida na mesa.

Estudo realizado em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) – “Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas” – chega a conclusões similares às que se chegou neste trabalho: indica-se, por exemplo, que a dieta de 55% das famílias do PBF é composta por alimentos de maior densidade calórica e menor valor nutritivo; acrescenta-se no mesmo estudo, que 21% dos beneficiários do PBF, cerca de 2,3 milhões de

famílias, ou 11,5 milhões de pessoas, encontram-se em situação de insegurança alimentar grave, e que 34% dos beneficiários, ou 3,8 milhões de famílias, ou ainda, 18,9 milhões de pessoas, estão em situação moderada. (IBASE, 2008)

Conclusões

No TIBJ, a relação dos agricultores familiares com o Estado tornou-se estruturante nos modos de produção de sua vida. Não se trata, no entanto, de qualquer Estado, mas do Estado do PBF, um Estado que controla, pela via deste programa, dois poderosos mecanismos de “desencaixe”: as “fichas simbólicas”, particularmente o dinheiro e o “sistema de peritos”, ou seja, a capacidade de produzir crenças pela disseminação de aparatos simbólicos e normativos.

Os agricultores familiares, ao se apropriarem do PBF, assimilando-o na produção do seu cotidiano, requalificam-se requalificando a própria realidade vivida. O PBF, na sua efetividade, deixa de ser, assim, apenas o programa formal, para tornar-se também um ingrediente nas estratégias de produção de vida de uma população. É, portanto, do encontro/desencontro entre esses dois personagens que emergem as principais expressões de deslocamentos na realidade dessa população.

Nesse trabalho, fixando o olhar neste espaço, e através de pesquisas qualitativas, procurou-se cartografar expressões desses deslocamentos. Iniciou-se traçando alguns dos contornos do Território e do que caracteriza um dos seus personagens centrais: o agricultor familiar. Ambos – Território e agricultores familiares – foram qualificados como realidades situadas na fronteira da produção do humano, ou onde a desumanização se encontra/rompe com as perspectivas de produção do humano. A precariedade é o termo que permite ingressar nesse contexto e identificar, por um lado, o Território como território do dinheiro e, por outro, a agricultura familiar como uma realidade que se constitui na entreface entre as eco-

nomias mercantil, pública e gratuita e na qual a economia pública torna-se o agente/ingrediente principal para a produção da vida. Mas, para além dos deslocamentos nas estruturas da realidade, o que interessou neste trabalho foi identificar as mudanças produzidas no âmbito das relações de gênero e geração na agricultura familiar.

A família e, mais especificamente, a família “beneficiária” do PBF foi tomada como a unidade que estrutura a investigação. Olhando para a família, foram abertas quatro portas que, conforme nosso entendimento, permitiriam o mergulho dos investigadores na realidade dos agricultores: a dos modos/estratégias de produção de vida, a da distribuição das tarefas na unidade familiar, a dos trajetos dos membros da família dando origem aos seus territórios e a dos cardápios/hábitos alimentares.

Situados nesse contexto, como conclusão do trabalho, podem-se alinhavar pelo menos quatro grupos de considerações (que não esgotam a análise dos resultados da pesquisa, mas abrem portas para estudos futuros) ou ganchos que permitem identificar deslocamentos nas relações de gênero e geração na agricultura familiar do TIBJ:

- 1) A situação de precariedade – traço marcante na vida dessa população – ganha novos conteúdos e significados. Na agricultura familiar do TIBJ, tradicionalmente, a precariedade se manifesta nas estruturas fundiárias, nos sistemas de produção agropecuária, nos sistemas de tecnologias adotadas, nas relações dos agricultores com os “compradores de diárias” e agenciadores de mão de obra, no sistema de financiamento da produção e nas estruturas de moradia das famílias. Essa precariedade se desdobra, mais recentemente, com a disseminação pelo Estado/”sistema de peritos” da crença na superioridade do *habitus* urbano, com a substituição de políticas de desenvolvimento por políticas de assistência (de baixo grau de institucionalidade e pautadas pela transferência de mínimos existenciais), com a incapacidade das famílias de assegurarem a permanência das

novas gerações no campo (e a reprodução da própria agricultura familiar), com a crescente necessidade de produzir/apropriar-se de mais e mais dinheiros para garantir a sobrevivência e com a criação de um clima de medo; um medo abstrato, “quase sem objeto”, inqualificado. É possível afirmar, nessas circunstâncias, que um dos traços mais marcantes da nova realidade da agricultura familiar do TIBJ consiste na combinação de um forte sentimento de insegurança, medo e fluidez.

- 2) No campo da produção da vida, é com base nas relações entre as três economias às quais se refere Sabourin (2009), a mercantil, a pública e a gratuita, que se reconfigura a própria constituição e a dinâmica da vida cotidiana. O campo da produção da vida na agricultura familiar no TIBJ envolve estratégias onde se combinam/descombinam traços dessas três economias. Mas, olhando numa perspectiva histórica, é possível afirmar que a configuração de cada uma dessas economias e, também, as estruturas e as dinâmicas de relações entre elas passaram, nos últimos anos, por grandes transformações.

Os agricultores familiares continuam produzindo alimentos e uma diversidade de tipos de bens nos seus próprios estabelecimentos; eles continuam vendendo produtos da roça e da sua arte e comprando nos mercados; eles continuam vendendo diárias (que também continuam sendo chamados “dias de macaco”) e assalariando-se em regiões distantes para completar a renda e/ou para mudar de vida; entre vizinhos e parentes, eles continuam trocando e/ou doando ajudas, trabalho e coisas.

Mas, com a monetarização das relações, cresce a tendência em substituir a produção e a doação de alimentos e bens pela produção e doação de dinheiro. Além disso, se, por um lado, o lugar da produção de dinheiros tende a se deslocar do interior do estabelecimento para fora (cresce a importância da venda de força de trabalho), por outro, com o crescimento relativo da importância da economia pública pautada na transferência de

dinheiros, as estratégias de produção de dinheiros tendem a buscar um ponto de equilíbrio na relação com estratégias de apropriação de dinheiros.

- 3) Com as mudanças nas posições (estruturas) e nas disposições (estruturantes) nas relações entre as economias, mudam igualmente as posições/disposições dos membros da família na unidade familiar. Essas mudanças podem ser apanhadas a partir de uma grande diversidade de pontos de vista. No entanto, é no contexto das relações de gênero e geração que essas mudanças são mais visíveis. Na medida em que o dinheiro se transforma em produtor de posições/disposições (monetarização), em que a apropriação de dinheiros (economia pública) se legitima e desloca (simbolicamente) as estratégias de produção de dinheiros (economia mercantil) para segundo plano, e em que a mulher é alçada como o agente principal na apropriação de dinheiros (de transferências), alteram-se de uma só vez as posições/disposições dos membros da casa. A mulher deixa de ser aquela que apenas ajuda para tornar-se portadora de um cartão que lhe permite o ingresso (limitado, certamente, aos mínimos desses dinheiros) nos mercados e, também, nos sistemas políticos; por conta das condicionalidades dos sistemas de transferência/apropriação de dinheiros, os filhos deixam a roça para se tornarem estudantes. Na escola, aprendem a “urbanidade”, que inclui, por exemplo, hábitos alimentares e de relacionamento com as coisas do mercado. Indo para casa, essa criança passa a ditar novos hábitos, que produzem novos paladares. Nasce uma nova mulher e uma nova criança; mas a “nova” é tão nova quanto precária, apesar de a precariedade, agora, não residir mais na pobreza de comida, mas na pobreza da desumanização: para legitimar o poder de quem o tem, ela é destituída pelo sistema de peritos da sua qualidade; nasce o “homem sem qualidade”, de Robert Musil (2006).

- 4) Produz-se, enfim, um deslocamento que não é, provavelmente, verdadeiro, pelo menos se considerado da perspectiva do Estado: da “Convivência com o Semiárido” para as rotinas do consumo. Nos tempos – não distantes – da efervescência dos movimentos sociais e do seu reconhecimento como interlocutores do Estado para a produção do desenvolvimento rural, a “Convivência com o Semiárido” era o lugar da agregação e de um projeto que se propunha a romper com séculos de dominação sobre as populações do Semiárido. Tendia-se, pelo menos no discurso e através de alguns instrumentos de políticas, a fortalecer a produção nos estabelecimentos de agricultura familiar ou a inserir o agricultor no mercado, fortalecendo a sua qualidade de produtor. Os novos modelos de políticas que propõem transformar os pobres em consumidores anulam a própria ideia de “Convivência com o Semiárido”, transformando-a, pelo menos na perspectiva do Estado, em um novo mito.

Referências

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, jun./dez. 2000.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1968.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 1 v.

BRASIL. Dados abertos. *Previdência Social*, Brasília, [20--a]. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

BRASIL. Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 26 jun. 2007.

- BRASIL, Lei n.º Federal 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de jan. de 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Caderno Perfil das Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família 2009*. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Cadastro Único*, Brasília, [20--b]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>>. Acesso em: 23 mar. 2011.
- BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Base de dados de crédito Pronaf*, [S. l.], © 2016. Disponível em: <<http://mda.gov.br/sitemda/secretaria/sat-creditorural/base-de-dados-do-credto-pronaf>>. Acesso em: 21 abr. 2011.
- BOURDIEU, P. *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. *'A juventude' é apenas uma palavra: questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CODES. Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe (Ba). *Plano Territorial de Desenvolvimento sustentável: território Bacia do Jacuípe*. 2. ed. [S. l.], 2010. Disponível em: <<http://territoriobaciadojacuipe.blogspot.com/p/optds.html>>. Acesso em: 23 out. 2011.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HEVIA, F. *¿Relaciones directas o mediadas?: participación ciudadana y control social en el programa Bolsa Familia*. Brasília: MDS, 2008a. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/9P.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.
- HEVIA, F. *Relaciones lejanas. Cantidad y calidad de información que poseen los beneficiarios sobre el programa Bolsa Familia*. Brasília: MDS, 2008b. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/9P.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.
- IANNI, O. A mentalidade do homem simples. In: IANNI, O. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 87-92.
- IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas*. [S. l.], 2008.

Relatório técnico (preliminar). Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/7M.pdf>>. Acesso em 2/02/2011>. Acesso em: 13 abr. 2009.

ITABORAÍ, N. R. A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 16, Ano 9, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/53/50>> Acesso em: 13 abr. 2009.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade e anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. de S. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 268-278, 2000.

MUSIL, R. *O homem sem qualidades*. Tradução de Lya Luft e Carlos Abbenseth. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Org.). *Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2009. 2 v. (História Social do campesinato no Brasil).

PLOEG, J. D. V. de. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade a agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

SABOURIN, E. *Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDI, R. D.; HERINGER, L. P. A Previdência Social nos municípios do Semi-árido Brasileiro. *Informe de Previdência Social*, Brasília, v. 13, n. 8, p. 1-16, ago. 2001.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. *GEOgrafia*, Niterói, Ano 1, n. 1, p. 8-9, jan./jun. 1999.

SCOTT, J. W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VEIGA, J. E. de. *A dimensão rural do Brasil. Programa de Seminários Acadêmicos. 5ª feira FEA-USP.* [S.l.], 2004. Disponível em: <Inhttp://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf>. 13 abr. 2009.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.* Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

WINROCK INTERNACIONAL. *Pobreza rural no Nordeste do Brasil: um estudo participativo.* Salvador: Casa da qualidade editora, 2000.

**“AGORA NÃO ESTAMOS MAIS NA
ROÇA, ESTAMOS NO MUNDO”:
A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA
CAMONESA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

Celso Antonio Favero



O fruto da terra e do trabalho, o alimento da família

Comunidade Rural no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Semiárido da Bahia. Grupo de Estudos e Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Fotógrafos: Eugenia Santos Ribeiro e Filipe José de Valois Coutinho Rocha de Souza. 12de outubro de 2014.

Introdução¹

Com os primeiros sinais de chuva, o camponês do Semiárido do Nordeste pega os instrumentos de trabalho e a semente e vai plantar. Desde 2009, no entanto, em muitas comunidades camponesas dos territórios Bacia do Jacuípe e Irecê, no Semiárido da Bahia, sequer houve este sinal de chuva e, assim, muitos não arriscaram plantar. Neste momento, já são cinco anos de estiagem, uma das mais longas de todos os tempos. De acordo com lista do Ministério de Integração Nacional, publicada em 31 de Agosto de 2015, 147 municípios do estado da Bahia estavam em estado de emergência por causa de seca/estiagem. Sem chuva, não há água; sem água, não há plantio; sem planta e sem água, não se criam animais. Sem chuva e sem água, é o tempo do carro pipa, figura que, depois que apareceu, nunca mais deixou a região. Sem planta e sem animais, a comida vem toda do mercado. Precisa de dinheiro. Mas, como conseguir dinheiro nesses tempos “bicudos”?

Emprego: a região não oferece empregos. Migrar: para onde? Na cidade, há crise de emprego. Sina que se repete: toda casa tem alguém vivendo distante, migrante: há que buscar dinheiro. Para muitas famílias, o único dinheiro que chega nesses tempos de estiagem, estiagem de chuva e de dinheiro, é o das aposentadorias, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF). Mas ele não basta, e nem todos têm acesso a esses dinheiros. O do PBF é dinheiro de fazer a feira, o dinheiro da comida, de comprar o remédio, de colocar os filhos na escola.

¹ A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via Edital Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação CNPq/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (MCTI-CNPq/MDS-SAGI) n.º 24/2013. Participaram da sua realização, como colaboradores, as professoras Stella Rodrigues dos Santos e Maria Dorath Bento Sodré, além dos estudantes bolsistas Darlan Bruno Sousa Lessa, Dayane Santos Brandão, Eugenia Santos Ribeiro, Filipe José de Valois Coutinho Rocha de Souza, Jadson Sampaio Silva, Jenivaldo Monteiro Machado, Júlia Simões Neris, Luise Victoria de Melo Santos, Marcelo Santos, Naílson Constantino dos Reis, Pedro Diogo Carvalho Monteiro, Renata Santana Lima, Suzy Marinho Pedreira, Valdineia dos Reis Bernardo e o especialista em estatística e informática, Gênesis Neris de Jesus.

A comida está na feira e no mercado. Precisa do dinheiro para comprar. Nas feiras, tudo o que se vê vem de longe, como o dinheiro vem de longe, e tudo está murcho. Até o Rio São Francisco, lá em Xique-Xique, está murcho; ele padece da falta de água, foi assoreado, desliza lento, “modorrento”, quase morto, cansado de ser sugado e de ver o seu leite degradado pela incúria dos que ocupam as suas margens, próximas e distantes, dos que sugam a sua água, dos que destroem os seus cílios e ainda o entorpecem com tantos venenos.

O problema no Semiárido não é novo. Os livros estão aí para não deixar mentir. E os mais velhos que o digam. Desde muito tempo, essa terra é chorosamente cantada e versada neste país. A música, a poesia, a prosa, o cinema, o teatro, a ciência; a conversa de canto de casa, de estação de estrada e de ponta de rua: o problema é antigo, foi bem plantado, criou raízes, bloqueou saídas, veio pra ficar, é difícil de arrancar. A terra está cativa; cativos estão, também, a água, as tecnologias, a assistência técnica, o financiamento, a gente dessa terra. O regime de chuvas mudou: chove aqui, chove acolá, não chove aqui, não chove lá; as poucas terras ainda livres estão com as suas forças exauridas, necessitando de ajuda. Muitos são os que plantaram, e ainda plantam, esses sistemas combinados de bloqueios na estrada e na vida do camponês e do Semiárido. Plantam a ideia de que tudo isso é natural, de que o problema é o da inclemência da natureza, que se desdobra na produção de uma cultura de submissão; plantam uma ideia de desenvolvimento sem gente, do desenvolvimento da empresa, do dinheiro.

Nos anos 2013-2014, foi realizada vasta pesquisa em dois territórios de identidade do Semiárido da Bahia (Bacia do Jacuípe e Irecê), com a finalidade de analisar e, de algum modo, mensurar o grau de sustentabilidade do jeito camponês de produção de vida na região, tratando também da contribuição, nesse contexto, dos programas de políticas públicas de transferência de renda, principalmente o PBF. A região vivia mergulhada, desde 2008, em mais um longo período de estiagem, com centenas de

municípios do estado em situação de emergência; mas, ao mesmo tempo, nessa mesma situação de estiagem, experimentava-se no Semiárido do Nordeste uma nova situação, criada pelo conjunto de programas de políticas públicas feitas com a finalidade de aliviar a situação de pobreza, inclusive em situações de calamidade como esta. Proclamava-se, então, que o Nordeste já não era mais o que fora há dez anos, que as políticas públicas atuais eram capazes de, do ponto de vista das famílias, inibir ou mesmo impedir a criação de situações de calamidade, já que todos tinham garantida a comida, a escola e o posto de saúde.

Na história da “invenção” do Semiárido e do campesinato da região, as lutas camponesas pela sua reprodução só aparecem nas entrelinhas, como anedotas ou para ilustrar o lado do que perdeu a guerra. Em cada um dos momentos dessa história, mudaram as condições, mudaram os personagens, mudaram as estratégias; reiterou-se, no entanto, a produção de bloqueios que negam a grupos sociais o próprio direito ao acesso ao campo dos direitos e ao do direito ao desenvolvimento. A própria modernização (conservadora e dolorosa dos anos 1960-1970) da agropecuária da região foi feita em nome da grande propriedade e sob o “comando da terra”, tornando a agricultura camponesa “um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. (WANDERLEY, 2009, p. 60) Sob o comando da terra, instituiu-se, inclusive, o desenvolvimento sustentável. A Convivência com o Semiárido, o Semiárido do PBF² e do neodesenvolvimentismo,³ mantém-

2 Com relação ao tempo do PBF, ver: Bruno Lautier (2010).

3 De acordo com Boito Junior e Berringer (2013, p. 32), “[...] o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimento da época do capitalismo neoliberal. Convém destacar seis diferenças. O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimento; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimento é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda

se sob o comando da terra; e, apesar das rupturas, esse Semiárido se reencontra com o das sesmarias, dos currais, do gado e do algodão, o Semiárido das grandes obras contra a seca e a pobreza. Como se coloca, nesse contexto, o problema da sustentabilidade da agricultura camponesa? Qual é o grau de sustentabilidade desse modo de produzir a vida e como identificá-lo? Quais são os elementos que contribuem para a produção (ou não) dessa sustentabilidade? Qual é a contribuição, em termos de proporções, da produção da família camponesa no próprio estabelecimento, da venda de força de trabalho fora do estabelecimento e das políticas públicas para a produção dessa sustentabilidade? Esses são alguns dos desafios que se quer enfrentar neste trabalho.

O tema da sustentabilidade, aqui, é o eixo. Entende-se a sustentabilidade (e o desenvolvimento sustentável) como processo de produção de uma situação de “equilíbrio”. Ela é processo, não um dado. A sustentabilidade precisa ser buscada cotidianamente. De acordo com o *Caput* do Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988)

A sustentabilidade é processual, histórica, não estática; ela supõe a busca permanente da produção de uma situação de equilíbrio entre as diversas dimensões do real: a econômica, a social, a política e a ambiental; supõe, também, a busca incansável de um equilíbrio na perspectiva

veleidade de agir como força anti-imperialista”. Milanez e Santos (2013, p. 6) destacam, ainda, outra característica do neodesenvolvimentismo: o neoextrativismo, que é “uma versão contemporânea do desenvolvimentismo e apresenta [...] o crescimento econômico como forma de superação da desigualdade social – e que, em sua roupagem recente, se identifica com o financiamento de programas sociais. Neste contexto, os setores extrativistas se manteriam como um pilar da ‘obsessão pelo crescimento’ [...]. Além disso, o Estado deixaria de ter como função apenas a manutenção de regras que garantissem o funcionamento dos processos produtivos e passaria a ter um papel protagonista nas atividades extrativas”, inclusive, removendo os impedimentos da aplicação das normas ambientais.

temporal ou entre as gerações; supõe, enfim, a busca incessante da justiça social ou da superação de todas as situações de desigualdade social, regional, setorial e das situações produtoras de exclusões e desqualificações, do não reconhecimento do outro como igual. A sustentabilidade é, nesse sentido, também, autossustentabilidade, a produção de liberdade e de autonomia. A dependência – que não é o caso da solidariedade orgânica de Durkheim –, a dominação, a exploração, a exclusão ou o não reconhecimento, como formas da subalternização, são, portanto, indícios de não sustentabilidade.

Neste trabalho, com base nessas premissas, num primeiro momento, faz-se rápida introdução à metodologia e aos instrumentos utilizados na pesquisa. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa e é feita a sua análise. Os resultados da pesquisa, baseada em dados secundários (agregados por municípios ou territórios), contribuirão para que se tenha uma ideia geral das regiões (territórios) e do campesinato nelas. Se dará ênfase, no entanto, às informações obtidas em trabalho de campo, com a aplicação de questionário e no contato direto com famílias e comunidades (observação, rodas de conversas, reuniões etc.). Com base nesse conjunto de informações, se procurará, enfim, apresentar uma certa medida do grau de sustentabilidade dessa forma de produzir a vida e da contribuição das políticas públicas na produção, ou não, dessa sustentabilidade da agricultura camponesa nessa região.

Os contornos e os instrumentos da metodologia

Proclamava-se, em 2013-2014, principalmente nos discursos políticos, que, graças ao PBF, os impactos das secas haviam desaparecido ou haviam se tornado mais suaves do que nas ocorrências anteriores de estiagem; ou, ainda, que o PBF contribuía de forma significativa para o alívio da situação produzida pela estiagem, com o risco de se tornar uma situação de calamidade. Em 2013, havia, no horizonte do Semiárido, alguns sinais apontando

para o declínio da situação de estiagem. Considerando isso, e para melhor identificarmos a importância do PBF no enfrentamento do estado de estiagem, decidiu-se, igualmente, no grupo de pesquisa, introduzir na metodologia um viés comparativo, contrapondo um período marcado pela estiagem a outro sem estiagem. Essa estratégia metodológica poderia permitir-nos, assim o entendíamos, distinguir as estratégias das famílias e das comunidades camponesas em cada um dos dois períodos. Ocorreu, no entanto, que, na maior parte dos municípios da região da pesquisa, a seca continuou, o que frustrou, em grande medida, a utilização dessa perspectiva metodológica.

Constatou-se, além disso, já no início dos trabalhos, através de ampla pesquisa bibliográfica, a quase inexistência de estudos com a finalidade de avaliar o grau de sustentabilidade da agricultura camponesa na região. Identificamos alguns estudos muito localizados, que não nos permitiam, em termos de escala, estabelecer um ponto de partida. Eles nos ofereciam, no entanto, alguns indicadores, o que foi de grande valia. Mas precisávamos, além disso, definir uma abordagem e um percurso metodológico para essa finalidade, de modo que a pergunta inicial foi a mais corriqueira: que estratégia metodológica (abordagem, percurso e técnicas) se pode utilizar para a identificação, a caracterização, a avaliação e a explicação do grau de sustentabilidade dessa forma de produção e nessa região?

A “escolha” da abordagem metodológica não decorre de opções fortuitas. Ela se estabelece, primeiro, na relação com a abordagem teórica que se adota, segundo, com base na definição das finalidades a que se propõe a pesquisa (que conhecimentos se pretende construir) e, principalmente, a quem se endereçam os conhecimentos produzidos; como não há teoria politicamente neutra, não há metodologia neutra. Entendeu-se, nesse sentido, no grupo de pesquisa, que, se a realidade é uma “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1974), o modo mais apropriado para decifrá-la passa pela adoção do chamado “método progressivo-regressivo”, desenvolvido por Henri Lefebvre (1979), conforme descrito por José

de Souza Martins (2008). Esse método compreende três momentos: o descritivo (da descrição do visível), o analítico-regressivo (do mergulho na complexidade vertical da vida social) e o histórico-genético (do reencontro do presente, elucidado, compreendido e explicado). Ao adotar esse método, o pesquisador, além de situar o objeto na complexidade da realidade como ela é atualmente (historicamente produzida), dedica-se a resgatar, das entranhas dessa história, os processos e os modos como esse objeto foi urdido, fazendo-o revelar-se no presente com a sua complexidade nova.

Na pesquisa, partiu-se das hipóteses de que estávamos diante de um modo ou uma forma de produção de vida marcada pela precariedade/insustentabilidade, de que as situações de seca, na região, agravam esse estado e de que essa insustentabilidade se manifesta, primeiramente, como perda da capacidade de resiliência das populações locais. Diante disso, colocavam-se quatro desafios metodológicos para o bom desempenho na investigação: 1) o de bem dimensionar o grau de sustentabilidade e o tamanho do seu agravamento (da perda de resiliência) em tempos de calamidade; 2) o de elaborar instrumental metodológico que permitisse o estabelecimento de um nível cientificamente aceitável de aproximação da realidade (inclusive na perspectiva avaliativa, relativa ao grau de sustentabilidade); 3) o de identificar a contribuição dos programas de assistência social em situações de calamidade para a reconquista do grau de sustentabilidade dos tempos de equilíbrio climático; 4) o de propor indicações no campo das políticas públicas para a superação do estado de vulnerabilidade.

Observando esses pontos, foram realizadas longas e densas pesquisas, que envolveram mais de três centenas de famílias camponesas moradoras dos territórios Bacia do Jacuípe e Irecê, ambos no Semiárido da Bahia, além de dezenas de lideranças e de agentes sociais e públicos dessas regiões; elas envolveram, ainda, três professores e dezessete estudantes de graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contribuiu,

ainda, para a realização da pesquisa, o fato de contarmos com a infraestrutura e o pessoal da Universidade, principalmente dos *campi* de Irecê e Salvador, e com uma rede de instituições, pessoas e comunidades nos dois territórios, que abriram caminhos, abrigaram os pesquisadores e facilitaram todo o trabalho. Os sujeitos da pesquisa foram muitos, e as suas contribuições foram essenciais para a realização de todo o trabalho e para a obtenção das informações. Dependeu desses sujeitos, todo o traçado da estratégia da pesquisa e, inclusive, muito do que se produziu em termos de análise.

A pesquisa de campo – feita após o levantamento e o estudo de documentos e de material bibliográfico – constituiu o principal eixo da investigação (dela se esperava a produção da maior parte das informações necessárias para responder às indagações propostas) e foi desenvolvida considerando três grandes momentos: 1) o momento da preparação para a pesquisa de campo, 2) o trabalho de campo propriamente dito e 3) a elaboração dos relatórios.

No primeiro momento, além da elaboração das estratégias e do instrumental metodológico, fez-se um levantamento quase exaustivo dos Programas de Políticas Públicas (Desenvolvimento Rural, Previdência e Assistência Social), considerando que eles afetam a agricultura camponesa desses territórios. No segundo, aplicou-se questionário e fez-se trabalho de observação, rodas de conversas, entrevistas e conversas, seguindo uma metodologia que denominamos “pedagogia investigativa”.⁴ Os dois territórios foram o chão onde se realizou a investigação e, inclusive, grande parte da análise das informações produzidas. No terceiro momento, após recebermos as informações de campo, e ao mesmo tempo em que

4 Na pedagogia investigativa, “[...] o pesquisador desencadeia a investigação a partir das perguntas que o grupo estudado lhe faz, perguntando através de respostas para obter novas perguntas. Deixando-se interrogar e, assim, transformando-se em objeto de indagação, de deciframento do mundo de onde vem e de que faz parte. Trata-se de um modo de conhecer através da vontade de conhecer e de se conhecer da própria população estudada”. (MARTINS, 2008, p. 11-12)

se fazia a organização e a análise dessas informações, realizaram-se novas rodas de conversas, seminários, entrevistas e conversas nas comunidades, já com a finalidade de melhor interpretar e esclarecer as informações obtidas e de prepararmos os relatórios.

Da pesquisa em sistemas e bancos com dados secundários – do primeiro momento – resultaram o que denominamos os “Cadernos dos Municípios”. São trinta e quatro cadernos relativos aos trinta e quatro municípios dos dois territórios, além dos dois cadernos sínteses, um por território. A produção deste conjunto de cadernos teve como finalidade criar um sistema de informações agregadas, transversais, com as quais se pudesse dialogar ao longo do processo, confrontando com as informações obtidas por meio de entrevistas, questionários, reuniões e observação.

A pesquisa de campo, concentrada principalmente no segundo momento, foi realizada em trinta e duas comunidades rurais⁵ de dezesseis municípios⁶ dos dois territórios. A aproximação com essas comunidades seguiu por um longo, e muitas vezes descontínuo, caminho. Não se queria perder o eixo da realização de uma “pedagogia investigativa”. Inicialmente, houve conversas longas e intensas com “lideranças” da região, enfocando no modo camponês de produção de vida. As conversas foram entremeadas de “observação” e de “caminhadas” nas regiões. Com essas lideranças, incluindo representantes da Universidade, foram identificados os municípios, as comunidades e as famílias pra quem se fariam a aplicação do questionário, as entrevistas, as rodas de conversas e a observação das rotinas que formam a vida cotidiana. Nas comunidades, com

5 Casa Vicente, Mulungu, Tigre, Assentamento Dom Mathias, Pau Ferro, Cachoeirinha, Lagoa da Volta, Cangonhas, Laranjeiras, Caldeirão Coberto, Mandassaia, Beira Rio e Itatiaia, do Território Bacia do Jacuípe; Lagoa Funda, Volta Grande, Morro do Gomes, Olhos d'Água do Badú, Angical, Meia Hora, Barreiros, Recife, Algodões, Lajedo do Eurípedes, Rodagem, Ramos, Baixa Verde, Lagoinhas, Eureca, Caldeirão, Boca d'Água, Baixa do Cipó e Nova Vida do Itapicuru, do Território de Irecê.

6 Baixa Grande, Ipirá, Mairi, Pintadas, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe, do Território de Identidade Bacia do Jacuípe; Barro Alto, Ibípeba, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibá e Xique-Xique, do Território de Identidade Irecê.

as suas lideranças, foram identificadas as dez famílias com as quais se faria o questionário.

A aplicação dos questionários foi realizada pelos estudantes bolsistas da UNEB, sempre em duplas, cada dupla tendo sido responsável por quatro comunidades ou quarenta famílias. Para este trabalho, em geral, os estudantes se deslocaram para as comunidades onde permaneceram durante alguns dias na casa de moradores que os acolheram. Lá, a sua tarefa consistia na aplicação do questionário, na observação, no registro fotográfico e na produção de notas em caderno de campo.

Ao longo de todo o processo, os três pesquisadores, com roteiros preestabelecidos, circularam pelos municípios do território (foram feitas oito viagens de campo, sempre com duração superior a três dias) com a finalidade de observar, escutar, conversar e entrevistar lideranças sociais e agentes públicos sobre pontos considerados relevantes para a pesquisa. Dois seminários realizados no final do percurso, um em cada território, tiveram como finalidade submeter o conjunto das informações ao debate e abrir perspectivas para desenvolvimentos posteriores.

A elaboração de uma matriz e a redação do questionário foi um dos momentos chave do processo. A matriz, elaborada com a finalidade de se obter o índice de sustentabilidade do modo camponês de produção, envolve cinco dimensões (social, econômica, político/institucional, assistencial/previdenciária e ambiental/territorial), dois tempos (2009-2010 e 2011-2013), dezessete indicadores e cinquenta e nove variáveis dos indicadores que, no passo seguinte, foram transformadas em questões. Três categorias (F = Favorável, D = Desfavorável e MD = Muito Desfavorável, equivalendo, em termos numéricos, a 5, 3 e 1, respectivamente) são as chaves para a leitura das informações. Os resultados da aplicação do questionário foram transferidos para um programa (EXCEL/SPSS), o que contribuiu para a leitura, organização e estruturação das informações.

Quadro 1 – Matriz das dimensões e dos indicadores de sustentabilidade

(continua)

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	VARIÁVEIS DOS INDICADORES
SOCIAL	Acesso à terra	Vínculos jurídicos com a terra.
		Quantidade de terra.
		Qualidade da terra para produção agropecuária.
	Acesso à água	Origem ou procedência da água.
		Quantidade disponível para consumo humano, animal e agrícola.
		Disponibilidade de fontes de água no estabelecimento.
		Qualidade da água disponível para os diversos consumos.
	Acesso às organizações comunitárias, associativas, sindicais e cooperativas.	Posse de vínculos com organizações comunitárias, associativas, cooperativas e sindicais.
		Participação em atividades de organizações comunitárias, associativas, sindicais e cooperativas.
		Satisfação com o desempenho das organizações comunitárias, associativas, sindicais e cooperativas.
ECONÔMICA	Produção de renda (trabalho)	Renda mensal média do trabalho familiar.
		Renda mensal média do trabalho no interior do estabelecimento.
		Renda mensal média do trabalho fora do estabelecimento.
		Qualidade (tipo de vínculo e remuneração) do trabalho fora do estabelecimento.
		Disponibilidade de trabalho fora do estabelecimento (assalariado)
		Satisfação com relação às atividades de produção de renda da família.
	Acesso às tecnologias	Disponibilidade de tecnologias adequadas para a produção agropecuária na realidade do semiárido.
	Acesso a financiamento para investimento e custeio na produção agropecuária	Disponibilidade de fontes de financiamento.
		Média anual de recursos de financiamentos obtidos para investimento e custeio da produção agropecuária no estabelecimento.
		Satisfação com os financiamentos obtidos.
	Acesso à assistência técnica	Disponibilidade de assistência técnica pública e adequada à realidade da região e dos produtores.
		Satisfação com os serviços recebidos de assistência técnica.

(continua)

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	VARIÁVEIS DOS INDICADORES
POLÍTICO- INSTITUCIONAL	Acesso a serviços e equipamentos públicos na área da saúde	Disponibilidade, na comunidade, de serviços públicos de saúde.
		Disponibilidade, na comunidade, de equipamentos públicos de saúde (posto).
		Regularidade dos serviços de saúde na comunidade.
		Satisfação com os serviços e equipamentos públicos de saúde.
	Acesso a serviços e equipamentos públicos na área da educação	Disponibilidade, na comunidade, de equipamentos (escolas) públicos de educação regular.
		Disponibilidade, na comunidade/município, de cursos públicos de formação técnica profissional na agropecuária.
		Participação de membros da família em cursos de formação técnica e/ou profissionalizante
		Satisfação com relação aos serviços e equipamentos públicos na área da educação (regular e/ou técnica).
	Acesso a atividades de lazer	Disponibilidade, na comunidade, de equipamentos e serviços públicos na área do lazer.
		Grupos sociais (gênero e gerações) atendidos pelos serviços e equipamentos de lazer.
		Satisfação com relação aos serviços e equipamentos públicos na área do lazer.
	Acesso a infraestrutura básica.	Acesso e disponibilidade na comunidade de equipamentos e serviços de saneamento (rede de esgotos).
		Qualidade (tipo) de esgotamento sanitário da casa.
		Acesso e disponibilidade, na casa, de equipamentos e serviços elétricos.
		Acesso e disponibilidade de transporte para os deslocamentos para a cidade.
		Grau de satisfação com relação às estradas e aos meios de transporte.
		Satisfação com o atendimento das necessidades básicas da família (saúde, educação, lazer, saneamento, infraestrutura etc.).

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	VARIÁVEIS DOS INDICADORES
ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA	Acesso a políticas públicas de assistência social.	Benefícios assistenciais recebidos pela família (número).
		Quantidade mensal (em reais) de recursos assistenciais recebidos pela família.
		Número de filhos beneficiados pelo PBF.
		Grau de confiança nas instituições e nos serviços de assistência social no município.
	Acesso a políticas públicas de previdência social.	Aposentadorias (número) na família.
		Proporção da renda de aposentadoria com relação ao total da renda da família.
Renda familiar baseada em transferências públicas	Proporção da renda mensal da família constituída por benefícios assistenciais e previdenciários.	
AMBIENTAL TERRITORIAL	Acesso à coleta de lixo	Disponibilidade de coleta de lixo.
		Frequência da coleta de lixo.
	Preservação ambiental no estabelecimento	Tamanho da área (em tarefas) de reserva ambiental – Áreas de preservação permanente (APP) e Reserva Legal.
		Qualidade da proteção ambiental (física e biótica).
	Inserção territorial	Satisfação com a comunidade.
		Satisfação com a moradia.
		Intenção de mudar de domicílio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Dois elementos foram considerados vitais para a elaboração da matriz e do questionário: 1) em termos político/pedagógicos, a consistência dos indicadores varia de acordo com o grau de participação direta dos atores do projeto de estruturação do modelo; 2) em termos técnicos,⁷ a elaboração desses indicadores observa os seguintes critérios: serem significativos, baseados em valores do grupo envolvido, terem validade, objetividade, consistência e coerência, serem sensíveis às mudanças no tempo e no sistema, práticos, claros e fáceis de mensurar, terem relações com outros indicadores e contribuir para a orientação dos atores nas suas práticas e nas tomadas de decisões.

⁷ Seguem-se, de modo aproximado, os critérios apontados por Kuster, Almeida e Martí (2010, p. 13).

Resultados e análises

Para a pesquisa e campo, dedicamos um período de oito meses, com idas e vindas, envolvendo largo grupo formado por estudantes e docentes da Universidade (UNEB). Após a realização da pesquisa de campo, fez-se, primeiro, o trabalho de compilação das informações e de produção de um banco de dados, tarefa que contou com o auxílio de um técnico em informática e estatística; em seguida, foram realizadas as análises dessas informações. Nesse momento, novamente, por diversas vezes, retornou-se ao campo, onde, em rodas de conversas envolvendo famílias participantes do processo e lideranças locais, colocou-se em questionamento as informações produzidas, tanto as mais gerais (relativas a dados agregados dos territórios) quanto as mais específicas (obtidas através dos contatos com as famílias participantes da pesquisa).

Uma apresentação geral e da agricultura camponesa dos territórios

Além do perfil demográfico dos dois territórios, recorre-se, para a sua caracterização, primeiro, às informações relativas às suas estruturas econômicas e sociais que remetem diretamente à desigualdade no acesso à terra, à água e às tecnologias, à desigualdade e às diferenças nos sistemas e nos modos de produção de vida, transformando a região semiárida num vasto tecido envolvendo diferentes personagens. O Semiárido, mesmo referindo-se a regiões específicas, como às dos territórios de identidade, é essencialmente plural; mas, mais ainda, nas suas entranhas, ele é profundamente desigual e excludente.

Resultaram três produtos do trabalho de pesquisa: um conjunto de trinta e seis cadernos com compilação de dados secundários (34 cadernos de municípios e dois cadernos de territórios), um banco de dados (disponíveis em SPSS e Excel) com as informações resultantes da aplicação do questionário e os relatórios individuais de pesquisa, além do relatório final consolidado. Apresentam-se, nesta parte do artigo, os principais resultados da pesquisa e uma primeira análise dessas informações, com a finalidade de avaliar o grau de sustentabilidade da agricultura camponesa dos territórios de Irecê e Bacia do Jacuípe. Esta inicia-se, após rápida descrição dos territórios, com a apresentação e a análise das informações compiladas nos cadernos de municípios, articuladas com as que foram obtidas através da aplicação do questionário; em seguida, é feita a apresentação e a análise das informações oriundas da observação, conversas, rodas de conversas, entrevistas e seminários, com relação ao impacto do PBF na sustentabilidade do modo camponês de produção.

Em ambos os territórios, houve aumento de população entre 2010 e 2014: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Jacuípe passou de 237.267 para 249.628 habitantes, e Irecê passou de 402.828 para 432.977. Em 1991, o Território de Irecê tinha 369.167 habitantes, passando a ter, em 2000, 383.625 habitantes, e em 2010, 402.828 (a taxa de crescimento médio anual entre 1991-2000 foi de 0,43% e, entre 2000 e 2010, foi de 0,5%). Nos últimos quatro anos, a taxa de crescimento anual estimada para o território é de 1,87%, três vezes superior à dos períodos anteriores. (IBGE, 2010, 2014)

No Território de Jacuípe, acompanhando a tendência de grande parte do Semiárido, houve, nesses 35 anos, decréscimo da população, que passou de 273.276 em 1991 para 240.162 no ano 2000 e para 237.267 em 2010 (Tabela 1). Entre 2010 e 2014, conforme estimativa do IBGE, ela voltou a crescer, atingindo 249.628 habitantes. Ao longo desses mais de 35

anos, o Território do Jacuípe perdeu 23.648 habitantes, número superior ao da população de quase todos os municípios do território, exceto Ipirá e Riachão do Jacuípe. A taxa média anual de variação da população neste território foi de -1,34% entre 1991-2000, de -0,12% entre 2000 e 2010 e, finalmente, de 1,30% para os anos 2010-2014.

Tabela 1 – População dos Territórios de Irecê e Jacuípe e taxas de variação nos períodos (entre 1991-2014)

ANO	IRECÊ		JACUÍPE	
	POPULAÇÃO	TAXA/ANO	POPULAÇÃO	TAXA/ANO
1991	369.167		273.276	
2000	383.625	0,43	240.162	-1,34
2010	402.828	0,50	237.267	-0,12
2014	432.977	1,87	249.628	1,30

Fonte: Elabora pelo autor a partir de dados do IBGE (2010, 2014).

Na distribuição por local de moradia (rural e urbana), considerando os dois territórios em 2010, a população urbana era de 369.687 (57,7% da população total dos territórios) e a rural era de 270.408 (42,3%) habitantes. A taxa de ruralidade sobe no Jacuípe para 48,4% e cai para 36% no Território de Irecê. Na distribuição da população por sexo, considerando os dois territórios, há um equilíbrio quase pleno: 320.563 homens e 319.532 mulheres. O desequilíbrio se verifica quando se considera essas populações em termos de sua distribuição entre rural e urbana: no Jacuípe, 53,5% das mulheres estão nas cidades; no Território de Irecê, o índice feminino de urbanização atinge 50,9%. (IBGE, 2010, 2014)

Tabela 2 – Distribuição da população segundo local de domicílio e sexo, por território, em 2010

LOCAL DE DOMICÍLIO	SEXO		TOTAL	SEXO		TOTAL
	MASC.	FEMIN.		MASC.	FEMIN.	
	TERRITÓRIO JACUÍPE			TERRITÓRIO IRECÊ		
Zona Urbana	58.941	63.896	122.387	121.272	126.028	247.300
Zona Rural	59.146	55.734	114.880	81.654	73.874	155.528
Total	117.637	119.630	237.267	202.926	199.902	402.828

Fonte: Elabora pelo autor a partir de dados do IBGE (2010).

Na pirâmide populacional feita com base em informações do censo demográfico de 2010 por sexo e idade, observa-se o início de um estreitamento na base da pirâmide (diminuição da taxa de natalidade), de um alargamento na parte mediana e de um pequeno alargamento na parte superior (de modo que a figura da pirâmide é substituída pela da “barri-guda”, árvore típica da região). Na relação entre faixa etária e sexo, encontramos, na base, mais homens que mulheres, e, no topo, o inverso, principalmente no Território do Jacuípe. Essa mudança de perfil (feminilização) acompanha outro processo, o do crescimento proporcional do número de mulheres na cidade com relação ao campo. É possível que o fenômeno (desequilíbrio entre homens e mulheres) se deva ao fator migração: enquanto as mulheres (jovens) migram para as cidades da região, os homens (igualmente jovens) migram para mais longe.

O MUNDO RURAL DOS TERRITÓRIOS – AGRICULTURA CAMPONESA.
INFORMAÇÕES SOBRE AS ESTRUTURAS: TERRA E ÁGUA

No Território de Identidade Bacia do Jacuípe, o tamanho médio do módulo fiscal, apesar de suas variações (entre 50 e 60 hectares), é de 56 hectares. Nos 14 municípios do Território, conforme informações do IBGE, havia, em 2005, um total de 27.344 estabelecimentos agropecuários, com 825.559 hectares de terras. Desse total, 88,46% eram classificados como familiares (com até quatro módulos fiscais), e 11,54% eram de portes médio e grande. Os estabelecimentos familiares controlavam 50,2% das terras, e os de médio e grande porte, que perfazem menos de 12% do total dos imóveis, controlavam 49,8%, ou seja, a metade das terras.

Mas, de acordo com o “Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável”, elaborado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Jacuípe (CODES), de 2010, foi constatada a presença de 1.947 ocupantes de terras (sem documento de propriedade), os chamados “parceiros” e “arrendatários”, e, ainda, de 213 agricultores

que haviam recebido terra de algum órgão fundiário e não tinham a titulação definitiva. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) informam, igualmente, a existência, no território, de oito Assentamentos de Reforma Agrária e de cinco Áreas de Quilombos. Há, portanto, além da profunda desigualdade no controle das terras (número e tamanho dos imóveis), uma ampla heterogeneidade com relação aos modos de acesso, o que foi observado, inclusive, na pesquisa feita *in loco* nas comunidades do território. (CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUIPE, 2010)

Tabela 3 – Território Bacia do Jacuípe – número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo categorias e municípios, 2006

MUNICÍPIOS	AGRICULTURA FAMILIAR - LEI Nº 11.326		NÃO FAMILIAR	
	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
Baixa Grande	1 750	27 879	175	59 831
Capela do Alto Alegre	1 126	27 612	91	16 957
Gavião	588	14 316	52	11 263
Ipirá	6 101	103 664	759	128 594
Mairi	1 749	33 294	310	41 314
Nova Fátima	737	14 766	89	10 872
Pé de Serra	1 558	26 948	236	20 168
Pintadas	1 328	22 761	195	26 605
Quixabeira	1 326	17 964	166	3 582
Riachão do Jacuípe	2 417	44 612	360	42 110
São José do Jacuípe	878	16 443	118	6 947
Serra Preta	1 674	21 895	273	25 286
Várzea do Poço	836	13 456	95	6 786
Várzea da Roça	2 122	28 865	235	10 769
TOTAL	24.190	414.475	3.154	411.084

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do IBGE (2006).

Com relação ao tamanho médio dos estabelecimentos, considerando as informações da Tabela 3, temos, para a agricultura familiar, 17,1 hectares (lembrando que essa categoria envolve estabelecimentos com 1 a 4 módulos fiscais, ou seja, com até 224 hectares), enquanto os estabelecimentos não familiares possuem, em média, 130 hectares de terras (de

modo que há estabelecimentos não familiares com menos de quatro módulos). Com relação aos estabelecimentos familiares, ocorre, portanto, forte fragmentação, o que, considerando as condições naturais e técnicas da região e que a quase totalidade dos empreendimentos fazem agricultura de sequeiro, os inviabiliza economicamente.

No Território de Irecê, o INCRA identificou um total de 91 comunidades quilombolas e de 25 assentamentos de Reforma Agrária. Durante as décadas de 1970 e 1980, a região de Irecê aparecia no mapa brasileiro como uma das maiores produtoras de feijão do país. O resultado disso, pela forma predatória do uso dos solos que se adotou naquele período, foi a quase completa destruição da qualidade dos mesmos (hoje, de acordo com os agricultores, a terra virou um “cimento”). Além do uso predatório dos solos, foram abertos poços tubulares em quase todos os estabelecimentos agropecuários dos municípios do território, sem a mínima preocupação técnica ou com estudos de impacto ambiental; hoje, quase todos esses poços estão sem água ou com água salobra, contribuindo para a salinização dos solos. A produção de feijão tornou-se quase insignificante, não atendendo sequer às demandas locais. O tamanho do módulo fiscal é de 65 hectares em todos os municípios do território.

No Território de Irecê, em 2006, havia 44.815 estabelecimentos rurais, com 1.176.814 hectares (Tabela 4). Destes, 91,5% eram familiares (com até quatro módulos fiscais), e 8,5% eram de médio e grande porte. Os estabelecimentos familiares detinham apenas 46,6% das terras, restando 53,4% para os de médio e grande porte. O tamanho médio do estabelecimento familiar na região é de 13,4 hectares (no Território do Jacuípe, é de 17,1); nos estabelecimentos de médio e grande porte, é de 165 hectares (130 hectares no Jacuípe). Isso significa que é maior, neste território, o índice de concentração de terras, por um lado, e de fragmentação dos estabelecimentos, por outro. Na agricultura familiar, essa fragmentação dá origem a “sítios” economicamente insustentáveis, considerando os contextos em que ela se realiza (natural e tecnológico).

Tabela 4 – Território de Identidade Irecê – número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo categorias e municípios, 2006

MUNICÍPIOS	AGRICULTURA FAMILIAR - LEI Nº 11.326		NÃO FAMILIAR	
	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
América Dourada	1535	38 335	169	31 919
Barra do Mendes	1772	21 793	203	15 108
Barro Alto	2306	25 624	127	7 469
Cafarnaum	2 061	33 567	229	18 596
Canarana	3 406	38 823	239	11 209
Central	2 232	26 021	191	9 917
Gentio do Ouro	1 496	22 071	104	12 156
Ibipeba	1 893	30 681	316	37 429
Ipupiara	1 435	26 934	72	4 660
Ibititá	3 819	35 704	275	9 476
Itaguaçu da Bahia	1 587	35 196	170	306 465
Irecê	765	12 118	129	10 793
João Dourado	1 143	25 606	313	22 901
Jussara	2 245	30 107	163	19 791
Lapão	1 780	23 665	103	6 540
Mulungu do Morro	1 977	16 836	285	11 916
Presidente Dutra	1 463	9 171	182	2 152
São Gabriel	2 975	42 885	168	25 945
Uibaí	2 558	17 661	112	6 351
Xique-Xique	2 563	37 753	254	86 473
TOTAL	41.011	549.521	3.804	627.293

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do IBGE (2006).

Segundo informações do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável de Irecê, do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê (CODES), 66,26% dos estabelecimentos agropecuários do território possuem menos de 10 hectares, e 79,60% possuem até 20 hectares. Esses quase 80% controlam 16,35% das terras, 72,42% do pessoal ocupado e 37,73% da produção agropecuária do território. Ou seja, apesar da fragmentação, esses estabelecimentos têm um peso significativo na região. Com relação à forma de acesso à terra, de acordo com o Plano, em 21% dos estabelecimentos, o vínculo é precário (arrendatário, parceiro ou ocupante). (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ, 2010)

O problema do acesso à terra se desdobra no problema do acesso à água. O Nordeste brasileiro conta com apenas 3% das águas doces do Brasil e com dois rios perenes, o São Francisco (que concentra 63% das águas da região) e o Parnaíba (15% das águas). Todos os demais rios (22% das águas) são intermitentes e só fluem em épocas de chuvas.⁸ Isso significa que o território de Irecê conta com a proximidade de um rio perene, o São Francisco, e que não há rio perene no Jacuípe. (CGEE, 2010)

Para o armazenamento da água, em 2001, a região semiárida dispunha de mais de 70.000 açudes, com cerca de 30 bilhões de m³ de água, sem contar com a barragem de Sobradinho (com volume aproximado de 4 bilhões de m³ de água), que, neste momento, está beirando o seu volume morto. A extensa maioria desses açudes era de pequeno porte, secando por ocasião de estiagens, mesmo de pequena intensidade. A capacidade de acumulação das 24 maiores represas da região é de 12,7 bilhões de m³; desse total, 30% é utilizado na irrigação e no abastecimento das populações, e 70% perde-se com a evaporação. (SUASSUNA, 2001)

Outra fonte de água no Nordeste semiárido é a subterrânea. Estima-se, hoje, que já foram abertos mais de 100.000 poços tubulares/artesianos no Nordeste, a maior parte deles no Semiárido. Mas, devido ao fato de a maior parte da região ser de formação cristalina, esses poços estão sujeitos aos seguintes problemas: baixa vazão (na maioria dos casos, de até 2 m³/hora), teores de sais superiores aos recomendados para consumo humano e altos índices de poços secos, dadas as peculiaridades geológicas.

As cisternas para captação de águas de chuvas tornaram-se um poderoso instrumento para o enfrentamento de situações de estiagem nas últimas décadas. Com capacidade de acumulação de 16.000 litros, considerando o consumo diário de 96 litros por família média, com cinco membros (é uma cifra dimensionada pelos moradores da região, consi-

8 A questão da água no Nordeste. Seminário clima e disponibilidade de água nas bacias do Semiárido. Para mais informações acessar site disponível em: <http://www.cggee.org.br/eventos/Agua_Nordeste/index.htm>.

derando situação de estiagem/seca), uma cisterna atende à demanda do consumo humano por um período de aproximadamente 165 dias (menos de seis meses). Conforme a Articulação do Semiárido (ASA), em meados de 2015, chegou-se a aproximadamente 580 mil cisternas de 16 mil litros, patrocinadas pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), com água para consumo humano. Mas, devido à estiagem, grande parte dessas cisternas vem sendo abastecida por carros pipa.

Em 2004, conforme indicadores de desenvolvimento sustentável (IBGE, 2004), na área rural nordestina, apenas 22,7% da população tinha acesso ao fornecimento de água por sistemas de abastecimento coletivo, e 58% buscava a água para consumo doméstico em poços, nascentes e açudes. Antes disso, já em 2002, considerando essa situação e a longa história dos enfrentamentos dos problemas criados em situações de estiagem, desencadeou-se na região o P1MC, gerenciado pela ASA. Na região, essa prática de armazenamento de água, embora tenha raízes em longas tradições, difundiu-se, na realidade, a partir do final dos anos 1970, tornando-se poderoso fator de mobilização popular. Em 2008, segundo relatórios da ASA, havia, já, na região, em torno de 220 mil cisternas.⁹ O fato é que, desde então, a cisterna se tornou, para a grande maioria das famílias camponesas do Semiárido, o único modo disponível de armazenamento de água no âmbito do estabelecimento.

A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Com relação ao Valor Agregado Bruto (VAB) por setor, e com relação ao peso do setor agropecuário no conjunto da produção (Tabela 5), apesar de estarmos em dois territórios essencialmente voltados para a produção

9 A maior parte das cisternas caseiras tem capacidade de armazenamento de 16.000 litros de água. De acordo com padrões locais, uma cisterna cheia atende às demandas de uma família média por um período de seis meses (o que significa um consumo médio diário de 88 litros).

agropecuária, o setor de serviços é, de longe, o de melhor desempenho, tendo, a agropecuária, o pior (é responsável por menos de 10% da produção de valor nos dois territórios). Há que se considerar que, direta ou indiretamente, mais da metade da população dos dois territórios tem como atividade principal algo ligado à produção agropecuária; que, na maior parcela dos estabelecimentos, a produção agropecuária se destina ao autoconsumo na unidade produtora, não chegando ao mercado; que, quando chega ao mercado, quase todo esse produto é vendido *in natura*, com baixíssimo valor agregado; e que, finalmente, conforme depoimentos dos próprios agricultores, na venda de produtos da roça, quem de fato ganha é o “atravessador”, não conseguindo, o agricultor, sequer repor o custo da produção, que, além de tudo, é fortemente subvalorizado (o que torna a venda de diárias mais atrativa do que a produção no estabelecimento para o mercado).

Tabela 5 – Valor Agregado Bruto, conforme o setor (agricultura, indústria e serviços) nos Territórios Bacia do Jacuípe e Irecê - anos 2009-2012

INDICADORES SETORIAIS	PERÍODO			
	2009	2010	2011	2012
TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE				
Agricultura	89.163.515,00	96.610.407,00	89.064.602,00	96.121.904,00
Indústria	119.282.601,00	149.641.309,00	156.702.005,00	171.509.480,00
Serviços	637.206.207,00	731.206.797,00	812.613.407,00	872.736.009,00
TERRITÓRIO DE IRECÊ				
Agricultura	205.396.337,00	240.454.912,00	233.152.335,00	182.421.916,00
Indústria	177.402.209,00	231.249.492,00	260.465.202,00	282.518.368,00
Serviços	1.184.883.606,00	1.364.001.496,00	1.517.707.145,00	1.633.391.527,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados coletados da SEI (2013).

De acordo com dados de produção da Pesquisa Agrícola da SEI, nos últimos anos (2009-2012), nos dois territórios, apesar da seca/estiagem, sempre houve plantio, mantendo-se quase constante a área plantada. O ano de 2010 no Território de Identidade Bacia do Jacuípe foi o de melhor desempenho do setor durante o período, seja em termos de área planta-

da/colhida ou de produção, notadamente nos casos do feijão e do milho. Apesar do destaque de alguns municípios como Quixabeira, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe, o fenômeno (relativo bom desempenho) ocorreu em todo o território. Ao longo do período, chamam atenção, primeiro, o desequilíbrio entre a área plantada (que se mantém quase inalterada ao longo dos anos), a área colhida e a produção (essas duas últimas, caindo em quase todos os anos); chama atenção, igualmente, o tamanho da área plantada com os principais produtos agrícolas no território: banana, batata doce, feijão, fumo, mamona, mandioca, manga, melancia, milho, sisal e tomate. Em 2010, ano de melhor desempenho em todos os quesitos (área plantada, área colhida e produção), os 24.000 estabelecimentos familiares do território plantaram 34.500 hectares, ou seja, menos de 1,5 ha por estabelecimento.

No Território de Irecê, a situação encontrada é relativamente melhor que a do Território da Bacia do Jacuípe, nas três variáveis (área plantada, área colhida e produção). Neste território, além da banana, batata doce, feijão, fumo, mamona, mandioca, manga, melancia, milho, sisal e tomate, a lista dos produtos inclui o coco-da-baía, a cebola, a cana-de-açúcar, o café, o algodão herbáceo, o mamão e o sorgo.

Considerando as áreas plantadas nos anos 2009 e 2010 para os produtos alimentares de sequeiro, podemos ter uma ideia clara do comportamento dessas produções no território: em 2009, foram cultivados com feijão e milho, respectivamente, 64.605 e 174.800 hectares (um total de 239.405 hectares), e foram colhidos 16.720 (feijão) e 55.450 hectares (milho), um total de 72.170 hectares (o que equivale a 30% da área plantada). Em 2010, a área plantada foi de 54.270 (feijão) e 124.780 hectares (milho), um total de 179.050 hectares, e a área colhida foi de 25.750 (feijão) e 64.905 hectares (milho), com total de 90.655 hectares (em torno de 50% da área plantada). Esse desempenho não se repetiu na produção irrigada, principalmente na fruticultura. Nesse caso, em geral, o tamanho da área plan-

tada coincide com o da área colhida. Ou seja, no Semiárido, a produção agrícola está sujeita às variações em termos de pluviosidade. (SEI, 2011)

O Território da Bacia do Jacuípe é reconhecido na Bahia como região de produção de carne bovina, leite e couro. Mas, no período 2009-2013, houve pequena oscilação para baixo no número de cabeças de bovinos neste território; essa oscilação ocorreu de forma mais acentuada nos casos dos caprinos e ovinos (agricultura familiar); ocorreu, inclusive, com relação ao número de cabeças de aves. Seria, também nesse caso, efeito da estiagem/seca? Nessa região, o número de bovinos – produção vinculada principalmente aos médios e grandes empreendimentos (não familiares) – é relativamente significativo, com uma média de 16 cabeças por estabelecimento (considerando o conjunto dos estabelecimentos, inclusive os muito pequenos).

No Território de Irecê, com predomínio da agricultura, é relativamente menos importante a produção de animais. O plantel bovino deste território (mais extenso que o de Jacuípe) é de menos da metade do que se verificou no Jacuípe. Sobressai, relativamente, na região, a produção de animais de pequeno porte, incluindo ovinos, caprinos, suínos e aves, que demandam menor consumo de água por cabeça. No caso dos bovinos, a média de cabeças por estabelecimento é de pouco mais de quatro.

Enfim, o campesinato constitui o setor mais vasto da população rural nos dois territórios e controla em torno de 80% dos estabelecimentos rurais (com até 20 hectares de terra). Mais de 60% dos estabelecimentos tem menos de 10 hectares de terra, e desses, pelo menos a metade possui menos de 5 hectares. Considerando-se ser esta uma região de agricultura de sequeiro, e onde a produção pecuária é a com melhores chances de aportar benefícios aos agricultores, este é, certamente, um primeiro impedimento para a produção da sustentabilidade desse modo de produção. A isso deve-se acrescentar, ainda, a larga diversidade de modos de acesso à terra, a maioria precária.

São muito baixas, também, em termos absolutos e relativos, a área plantada, a área colhida e a produção. Essas quantidades não decorrem unicamente da perda de plantações por causa de estiagem. Mesmo nos anos com boa precipitação pluviométrica, mantém-se relativamente baixa a produção que chega ao mercado; não é significativa, igualmente, a produção para autoconsumo. Além disso, de acordo com informações produzidas no trabalho de campo, a quase totalidade da produção dos pequenos e muito pequenos estabelecimentos atende – de forma muito precária – às demandas do consumo interno das famílias. As necessidades do consumo são completadas com a venda de diárias na própria região, a migração em determinados períodos do ano e as transferências de dinheiros através das políticas públicas. Ou seja, estruturalmente, as condições para a produção da sustentabilidade dessa forma de produzir a vida são extremamente precárias nos dois territórios, cada um do seu modo.

Os índices de sustentabilidade do modo camponês de produção nos territórios

Com essas informações mais gerais, já é possível identificar, nos dois territórios, indícios da insustentabilidade da agricultura camponesa (não atende às demandas necessárias de consumo das famílias), se considerarmos apenas a perspectiva da produção agropecuária nos próprios estabelecimentos, mesmo contando com os aportes das políticas públicas. As famílias conseguem, somando todos os ingressos, em dinheiros e produtos da roça, sobreviver.

O ÍNDICE GERAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA CAMPONESA NOS DOIS TERRITÓRIOS

Apresentam-se, em seguida, informações que permitem identificar as fontes e formas de ingresso de renda nas famílias camponesas dos terri-

tórios e estabelecer, de forma aproximada, o seu grau de sustentabilidade e a contribuição, no contexto, das diferentes fontes de renda: produção no próprio estabelecimento, venda de diárias e trabalho assalariado (fora do estabelecimento) e transferências públicas de dinheiros (PBF, Aposentadorias, BPC e outros). Ou seja, procurar-se-á apresentar, além do grau geral de sustentabilidade desse modo de produzir a vida, as diversas contribuições em termos proporcionais.

De acordo com as informações obtidas com a aplicação do questionário com relação ao índice geral de sustentabilidade (Gráfico 1), 40,2% dos entrevistados assinalaram a categoria Muito Desfavorável (MD), 27,8% Desfavorável (D) e 32,0% Favorável (F). Somando MD + F, obtém-se 68%.¹⁰ Traduzindo as categorias MD, D e F para os termos aritméticos (1, 3 e 5, respectivamente), obtém-se o índice médio geral de 2,84.

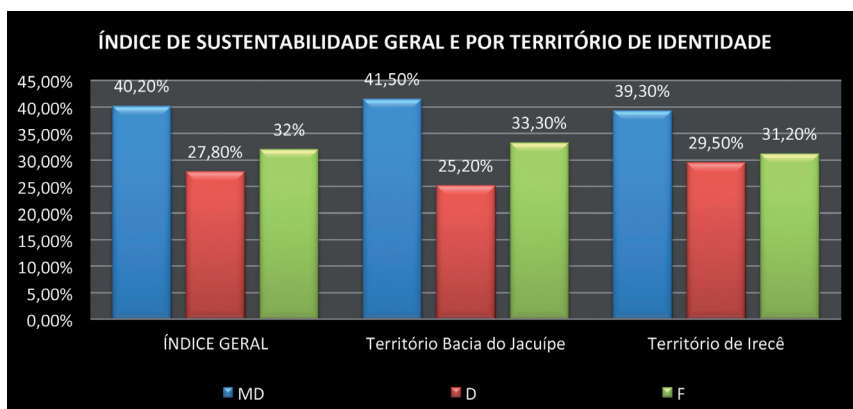


Gráfico 1 – Índice geral de sustentabilidade e por território de identidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

¹⁰ As diferenças, considerando os dois períodos (2009-2010 e 2011-2013), não serão tratadas neste artigo (constam do relatório e do banco de dados) por não justificarem um tratamento específico. O que se verificou em todo o levantamento foi uma melhoria constante no segundo período, com relação ao primeiro, da ordem de 2% a 3%.

Ou seja, se a linha mediana entre um e cinco é três, o índice geral de sustentabilidade do modo camponês de produção nos dois territórios (2,84) situa-se abaixo da mediana. Com relação aos Territórios, em termos aritméticos, Jacuípe ficou com 2,77 e Irecê com 2,88. A situação geral de insustentabilidade é mais evidente no caso do Jacuípe, o que se repete, com algumas variações, nas cinco dimensões que estruturaram a Matriz Geral dos Indicadores, como se verá a seguir.

A DIMENSÃO SOCIAL

No Território Bacia do Jacuípe, em 2010, chama atenção a alta taxa de analfabetismo, que vai de 27,89% em Quixabeira a 16,46% em Riachão do Jacuípe, de modo que a média no território é de 23,28%. A extrema pobreza atinge 55.111 pessoas, numa população de 237.267, o que significa quase 1/4 da população (mais de 23%). A população rural do território é de 114.880 pessoas; dela, 34.073 está em situação de extrema pobreza (quase 30%). Isso significa que mais de 30% dos camponeses do território vivem em situação de extrema pobreza. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do território é 0,581, considerado médio/baixo na classificação geral. Destacam-se positivamente no território, os índices de Riachão do Jacuípe e Pintadas, enquanto negativamente, os de Ipirá e Várzea da Roça. Na área da saúde, o território conta com 63 equipes e 576 agentes (média de 4,5 equipes por município e de mais de nove membros por equipe). Predomina o número de municípios com entre dois e quatro equipes, números relativamente baixos para atender a uma população de quase 240.000 habitantes. (SEI, 2011)

Tabela 6 – Dados sociais dos municípios do território Baía do Jacuípe

MUNICÍPIOS	TAXA DE ANALFABETISMO (2010)	MORADORES DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA		TOTAL DE EQUIPES DE SAÚDE	TOTAL DE AGENTES DE SAÚDE	IDHM (2010)
		URBANOS	RURAIS			
Território	23,28	21.038	34.073	63	576	0,581
Baixa Grande	23,13	1.896	4.191	4	51	0,585
Capela A. Alegre.	25,45	971	1.753	5	28	0,599
Gavião	24,03	277	274	2	11	0,599
Ipirá	25,22	4.389	9.999	9	153	0,549
Mairi	21,90	1.992	2.364	7	50	0,572
Nova Fátima	21,37	713	437	3	17	0,597
Pé de Serra	21,87	728	2.265	4	32	0,587
Pintadas	21,48	706	1.042	3	19	0,612
Quixabeira	27,89	744	2.047	3	23	0,578
Riachão do Jacuípe	16,46	2.991	2.581	8	79	0,628
S. José do Jacuípe	26,09	1.247	957	2	20	0,552
Serra Preta	25,63	1.692	2.485	7	44	0,566
Várzea da Roça	25,96	1.510	2.860	4	33	0,539
Várzea do Poço	21,94	1.182	818	2	16	0,575

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SEI (2010).

No Território de Irecê, em 2010, nada menos que 18,18% da população era analfabeta. O índice atingia 26,06% em Itaguaçu da Bahia, próximo de Xique-Xique, e 25% em América Dourada, município vizinho de Irecê; ele caía para 12,26% em Irecê e para 13,25% em Barra do Mendes. A extrema pobreza atingia 112.223 pessoas, ou seja, 27,85% de toda a população do território; ela atingia 38,6% da população rural, o que deve significar mais de 40% da população camponesa do território. Isso significa que a pobreza rural é mais acentuada neste território do que no do Jacuípe. (SAGI, [20--])

Tabela 7 – Dados sociais dos municípios do território de Irecê

MUNICÍPIOS	TAXA DE ANALFABETISMO (2010)	MORADORES DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA		TOTAL DE EQUIPES DE SAÚDE	TOTAL DE AGENTES DE SAÚDE	IDHM (2010)
		URBANOS	RURAIS			
Território	18,18%*	52.121	60.102	89	874	0,595*
América Dourada	25,00%	4.028	2.071	5	26	0,561
Barra do Mendes	13,25%	996	2.642	4	16	0,630
Barro Alto	16,31%	1.332	2.397	4	35	0,607
Cafarnaum	19,65%	2.824	2.492	3	42	0,584
Canarana	17,40%	2.259	4.986	6	49	0,587
Central	18,21%	2.186	3.720	2	33	0,596
Gentio do Ouro	23,34%	1.214	2.530	0	25	0,559
Ibipeba	16,81%	2.312	2.439	5	34	0,616
Ibititá	20,88%	1.770	3.765	4	39	0,602
Ipupiara	14,53%	1.013	1.122	3	22	0,590
Irecê	12,26%	7.677	1.163	16	154	0,691
Itaguaçu da Bahia	26,06%	371	3.712	4	26	0,562
João Dourado	18,58%	3.176	2.943	5	34	0,593
Jussara	23,43%	2.823	1.992	2	37	0,571
Lapão	19,37%	2.330	5.175	4	53	0,596
Mulungu do Morro	18,67%	1.633	2.958	2	25	0,566
Presidente Dutra	14,06%	2.330	1.592	4	35	0,614
São Gabriel	17,62%	2.770	3.478	6	46	0,592
Uibaí	15,23%	2.449	1.931	3	23	0,617
Xique-Xique	20,51%	6.628	6.994	7	120	0,585

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados coletados da SEI (2013).

Essas informações repercutem do IDH do território, que é de 0,595, situado, portanto, um pouco acima do IDH do Território da Bacia do Jacuípe. Com relação às equipes e agentes de saúde (89 equipes com 874 agentes), as proporções são semelhantes às encontradas no Território do Jacuípe. Chama atenção o fato de um município – Gentio do Ouro – contar com 25 agentes de saúde e nenhuma equipe. A formação de equipes constitui um modo de organização política de um sistema. No caso da inexistência de equipes, têm-se agentes subordinados a uma secretaria,

e que não intercambiam informações e conhecimentos lateralmente ou com outros agentes, pelo menos formalmente.

Tabela 8 – Dimensão Social de Sustentabilidade do modo camponês de produção de vida nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê nos períodos de 2009 a 2010 e 2011 a 2013

GRAU DE SUSTENTABILIDADE	DIMENSÃO SOCIAL					
	2009-2010		2011-2013		ÍNDICE DA DIMENSÃO	
	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES
Muito Desfavorável – (MD)	1.728	39,9%	1.679	37,8%	3.407	38,9%
Desfavorável – (D)	1.322	30,5%	1.383	31,2%	2.705	30,9%
Favorável – (F)	1.281	29,6%	1.374	31,0%	2.655	30,3%
Total	4.331	100,0%	4.436	100,0%	8.767	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

Na dimensão social, portanto, considerando dados agregados para os dois territórios, identificam-se problemas na alfabetização (altas taxas de analfabetismo, que se repetem ao longo dos anos), nos índices de pobreza extrema e nos sistemas de proteção da saúde, que repercutem no IDH. Embora a situação seja um pouco melhor no território de Irecê, quando se desce ao nível dos municípios, encontramos situações semelhantes nos dois territórios. Essas situações são reflexos, inclusive, de problemas estruturais, como vistos em itens anteriores (estrutura fundiária, acesso à terra e produção agropecuária). A relativa melhor situação econômica estrutural no Território de Irecê se reflete nos índices sociais de bem-estar.

Nessa dimensão social (relativa aos indicadores de acesso à terra, à água e às organizações associativas, cooperativas e sindicais), envolvendo 15 variáveis e com 4.436 menções (para 2011-2013), obteve-se: MD = 38,9%, D = 30,9% e F = 30,3%, ou seja, um índice 1,8% inferior ao geral. A situação encontrada no Jacuípe – MD = 46,4%, D = 27,5% e F = 26,1% – é pior do que a de Irecê: MD = 34,5%, D = 32,8% e F = 32,7%. A situação manteve-se quase inalterada nos dois períodos (a melhoria no segundo período foi pouco significativa).

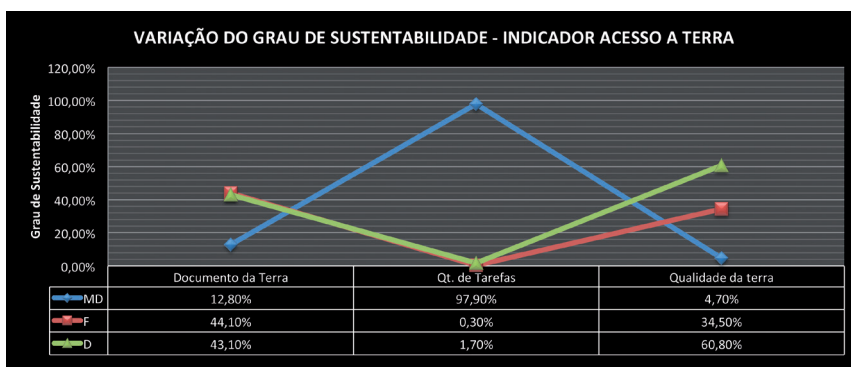


Gráfico 2 – Variação grau de sustentabilidade das variáveis do indicador acesso à terra

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

O problema do acesso à terra foi o que mais impactou negativamente no resultado da pesquisa: 97,9% dos entrevistados informaram que possuem terra em quantidade insuficiente para o que se julga necessário para uma produção sustentável na região, e apenas 41,9% dos entrevistados possuem o registro da terra, todos os demais padecem de relação precária com a mesma (10% não possuem documento e 41,0% vivem do arrendamento, comodato, parceria ou posse, uma relação precária).

De acordo com o “Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável” do Jacuípe, havia, em 2010, no território, 1.947 ocupantes de terras e 213 agricultores que haviam recebido terra de algum órgão fundiário, não possuindo titulação definitiva. Dados do INCRA informam, ainda, a existência no mesmo território de oito Assentamentos de Reforma Agrária e cinco Áreas de Quilombos. (CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE, 2010)

No Território de Irecê, conforme o texto do “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável de Irecê”, 66,26% dos estabelecimentos agropecuários no território possuem menos de 10 hectares, e 79,6% possuem até 20 hectares. Esses quase 80% controlam apenas 16,35% das terras. Com relação à forma de acesso à terra, de acordo com

o documento, para 21%, o vínculo é precário (arrendatário, parceiro ou ocupante). (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECEÊ, 2010) O INCRA identifica, neste território, a existência de 91 comunidades quilombolas e 25 assentamentos de Reforma Agrária.

Tabela 9 – Fontes de água utilizadas para abastecimento das casas nos períodos avaliados

FONTES DE ÁGUA	PERÍODOS DE AVALIAÇÃO			
	2009 – 2010		2011 – 2013	
Carro pipa	99	29,8%	92	27,7%
Açudes/barreiros/barragens particulares	57	17,2%	56	16,9%
Cisternas/Sistema público (água encanada)	166	50,0%	181	54,5%
Não sabe/Não informou	10	3,0%	3	0,9%
Total	332	100,0%	332	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

Os problemas do acesso à terra se desdobram no acesso à água. No questionário, 29,8% dos entrevistados informaram que, entre 2009 e 2013, dependeram exclusivamente do carro pipa para o abastecimento de água para consumo humano. Quase 100% dos entrevistados disseram que, pelo menos esporadicamente, dependeram do carro pipa para o seu abastecimento, e 73% informaram que a única água disponível no estabelecimento (exceto a do carro pipa e dos sistemas públicos de distribuição) é a da chuva. Essa situação se agrava ainda mais quando se trata do abastecimento animal ou para a agricultura: a maioria deixa de plantar e de criar animais por falta de água.

O associativismo é outro problema nas comunidades camponesas nesses territórios: 32,8% afirmaram que não participam de comunidade, associação, sindicato e/ou cooperativa, e apenas 12,3% disseram que são associados de cooperativas. A comunidade (lugar informal em que se reúne, frequentemente para atos religiosos) e o sindicato (lugar dos aposentados) são as formas de comunitarismo/associativismo que mais atraem e vinculam famílias. Essa situação (poucos associados, vinculação frouxa)

reaparece quando se indaga sobre o grau de satisfação das famílias com relação a essas organizações: menos da metade (42,5%) se manifestaram satisfeitas.

Tabela 10 – Associação de membro da família em alguma organização nos períodos

ASSOCIAÇÃO/PARTICIPAÇÃO	PERÍODOS DE AVALIAÇÃO			
	2009 - 2010		2011 - 2013	
Não participou	113	34,0%	109	32,8%
Sócio de Associação Comunitária/Sindicato	167	50,3%	175	52,7%
Cooperativa	40	12,0%	41	12,3%
Não sabe/Não informou	12	3,6%	7	2,1%
Total	332	100,0%	332	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

O problema da pobreza aparece, ainda, de outros modos. No Jacuípe, em 2010, a taxa de analfabetismo vai de 16,46% em Riachão do Jacuípe para 27,89% em Quixabeira, e a taxa média no território é de 23,28%. A extrema pobreza atingiu, nesse ano, mais de 23% da população, e, no espaço rural, o índice foi de quase 30%. No território de Irecê, em 2010, 18,18% da população era analfabeta. O índice atingia 26,06% em Itaguaçu da Bahia, 25% em América Dourada e 12,26% em Irecê. O índice geral de extrema pobreza no território era de 27,85%, e na população rural, era de 38,6%. Em síntese, essas dificuldades (bloqueios) no acesso à terra e à água, articuladas à extrema pobreza e ao analfabetismo, repercutiram na avaliação dos entrevistados, confirmando o atual estado de insustentabilidade do seu modo de produzir a vida.

DIMENSÃO ECONÔMICA

Na dimensão econômica, a preocupação principal na pesquisa se referiu à produção de renda e às condições para esta produção. Nesta dimensão, nas 332 entrevistas, 26,9% se manifestaram positivamente (F), 18,3% as-sinalaram D e 54,9% indicaram MD (D + MD = 73,1%), formando o pior

índice por dimensão com relação à sustentabilidade. Com relação aos territórios, é no Jacuípe que se encontra a pior situação, embora o índice dos favoráveis tenha permanecido quase igual ao de Irecê. O que varia profundamente é o MD, que atinge 59,3% (o de Irecê é de 52,1%).

Tabela 11 – Dimensão Econômica de Sustentabilidade do modo camponês de produção de vida nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê nos períodos de 2009 a 2010 e 2011 a 2013

GRAU DE SUSTENTABILIDADE	DIMENSÃO ECONÔMICA					
	2009 - 2010		2011 - 2013		ÍNDICE DIMENSIONAL	
	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES
Muito Desfavorável - (MD)	1.981	55,2%	2.009	54,7%	3.990	54,9%
Desfavorável - (D)	647	18,0%	678	18,4%	1.325	18,2%
Favorável - (F)	963	26,8%	989	26,9%	1.952	26,9%
Total	3.591	100,0%	3.676	100,0%	7.267	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

O responsável principal por este desempenho é a renda obtida com o trabalho no próprio domicílio: para 91% dos entrevistados, ela é Muito Desfavorável (MD), sendo Favorável (F) para 1,8%. Identificaram-se, nessa dimensão, dois novos sistemas de bloqueios que inibem a produção de renda no estabelecimento (além dos problemas de acesso à terra e à água): os financiamentos e a assistência técnica. Mais de 90% dos estabelecimentos pesquisados estão à margem das políticas de financiamento, e 70,8% informaram que nunca tiveram acesso à assistência técnica.

O resultado da produção agropecuária nos dois territórios é relativamente pouco significativo: é inferior a 1/10 do valor total produzido nos dois territórios. Além disso, a maior parcela dessa produção, quando comercializada, é vendida *in natura*, com baixíssimo valor agregado, e, segundo inúmeros depoimentos ouvidos na região, quem ganha com a produção comercializada é o atravessador. O agricultor não consegue sequer repor o custo da produção. Em depoimento, uma camponesa da comunidade de Lagoinha, município de São Gabriel, disse ter passado a

semana toda colhendo mamona (ela não contou o tempo para o plantio, para os cuidados, o custo da semente, o uso da terra etc.) e que, ao vender o produto, só conseguiu R\$ 30,00. Dizia ela:

[...] passei a semana toda colhendo mamona. Fui vender e ganhei R\$ 30,00. Fiquei com muita raiva. Ainda estou com raiva. Todos os meus filhos estão em São Paulo, aqui não tem como sobreviver. Meu marido teve que sair. Criei todos os filhos sozinha.

A produtividade na agropecuária dos territórios se acha estagnada há pelo menos trinta anos, considerando os principais produtos tradicionais: feijão, milho e leite, principalmente no Jacuípe. No território de Irecê, beneficiado com a possibilidade da irrigação, vem surgindo outra agricultura, mais competitiva e que exclui a grande maioria do campesinato da região. Um diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Riachão do Jacuípe explicava que um dos motivos pelos quais “se trabalha tanto e o resultado é tão pequeno” se relaciona com o modelo de produção: “na produção do leite, o modelo não mudou nos últimos vinte anos; não mudou nem a quantidade de leite que se produz”.

Com relação ao financiamento (custeio, comercialização e investimento) via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e considerando que os dois territórios contam com 68.355 estabelecimentos categorizados como “familiares” (incluindo os camponeses), em 2012, eles obtiveram 20.457 contratos (menos de 30%). Com relação ao montante dos recursos, o PRONAF transferiu para os dois territórios R\$ 55.513.906,18, o que significa uma média de R\$ 2.713,70 por contrato. É interessante notar, no entanto, que a média de recursos por contrato para custeio foi de R\$ 5.057,40 e para investimento foi de R\$ 2.563,90 (quando se esperava o contrário). No Território do Jacuípe, chama atenção o caso de Pintadas: em 2012, considerando os financiamentos para custeio e investimento, foram transferidos para o município R\$ 3.515.077,66, distribuídos em 468 projetos, com média de R\$ 7.510,85 por projeto.

Tabela 12 – PRONAF, dados de financiamento, Território do Jacuípe e Irecê, 2012

ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	CONTRATOS	VALOR	CONTRATOS	VALOR	CONTRATO	VALOR
TERRITÓRIO BACIA DO JACUIPE						
Agrícola	17	2.304.940,00	4.984	13.528.108,83	5.001	15.833.048,83
Pecuária	1.123	3.180.788,84	7.443	20.419.478,98	8.566	23.600.267,82
Subtotal	1.140	5.485.728,84	12.427	33.947.587,81	13.567	39.433.316,65
TERRITÓRIO DE IRECÊ						
Agrícola	53	517.291,38	1.951	6.294.193,26	2.004	6.811.484,64
Pecuária	36	212.556,90	4.850	9.056.547,99	4.886	9.269.104,89
Subtotal	89	729.848,28	6.801	15.350.741,25	6.890	16.080.589,53
Total Geral	1.229	6.215.577,12	19.228	49.298.329,02	20.457	55.513.906,18

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados coletados na SEI (2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – outra fonte de recursos para a produção agropecuária – foi criado em 2003 com a finalidade de “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar”. O programa propõe-se a ligar diretamente as duas pontas do sistema produção-consumo de alimentos: o beneficiário fornecedor – o agricultor familiar enquadrado no PRONAF via preenchimento da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) – e o atendido – representado por grupos de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. De acordo com a legislação em vigor, podem participar do PAA como “beneficiários fornecedores” os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326/2006. A participação pode ser feita de forma individual e/ou coletiva.¹¹ (BRASIL, 2006)

¹¹ O Manual do PAA, está disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/manualPAA_06.03.pdf>.

Tabela 13 – PAA: Síntese de informações – Territórios Jacuípe e Irecê, 2011-2013

ANO	TOTAL DE AGRICULTORES FORNECEDORES	TOTAL DE ENTIDADES BENEFICIADAS	TOTAL DE ATENDIMENTOS	RECURSOS FORNECIDOS (R\$)	PESO TOTAL DOS PRODUTOS (KG)
TERRITÓRIO DO JACUIPE					
2011	921	29	12.989	3.503.877,82	1.515.878,9
2012	488	29	14.660	2.427.253,87	886.173,40
2013	10	0	4.990	42.071,69	34.441,33
TERRITÓRIO DE IRECÊ					
2011	990	97	60.019	2.865.204,41	2.134.153,0
2012	1.146	80	49.822	3.531.083,94	1.924.688,4
2013	530	13	16.010	2.163.123,72	1.822.539,3

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da SAGI [20--].

Considerando o período entre 2011-2013, houve uma queda acentuada em todos os quesitos (agricultores fornecedores, entidades beneficiadas, número de atendimentos, recursos fornecidos e peso total de produtos entregues) nos dois territórios. Chama atenção, de qualquer modo, a situação a que se chegou em 2013, principalmente no Território do Jacuípe, que foi altamente assolado pela estiagem/seca. Neste ano, considerando os dois territórios, 540 agricultores fornecedores tiveram acesso ao programa (530 no território de Irecê e 10 no Jacuípe), com 21.000 atendimentos no total. Os recursos fornecidos foram de R\$ 2.205.195,05, cabendo R\$ 42.071,69 para o Jacuípe e R\$ 2.163.123,72 para o Território de Irecê. A média de recursos transferidos por projeto (agricultor) foi de R\$ 4.083,70, e a média de recursos por beneficiário (agricultores fornecedores mais atendimentos) foi de pouco mais de R\$ 100,00.

A DIMENSÃO AMBIENTAL

O melhor desempenho no conjunto da pesquisa ficou com a dimensão ambiental: F = 55,4%, de modo que MD + D = 44,6%. Esta avaliação positiva resulta da combinação de respostas com relação a cinco indicadores. Dentre esses indicadores, 65,9% dos entrevistados afirmaram ter “muita

preocupação” com a preservação ambiental, e 28,2% afirmaram ter alguma preocupação. Além disso, 74% disseram que estão muito satisfeitos com o lugar onde moram, e apenas 4,5% se manifestaram insatisfeitos. Com relação à casa onde moram, esse grau de satisfação foi um pouco menor: 64,5%, no segundo período, manifestaram-se muito satisfeitos, e apenas 6,9% insatisfeitos.

Tabela 14 – Dimensão Ambiental de Sustentabilidade do modo camponês de produção de vida nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê nos períodos de 2009 a 2010 e 2011 a 2013

GRAU DE SUSTENTABILIDADE	DIMENSÃO AMBIENTAL					
	2009 - 2010		2011 - 2013		ÍNDICE DIMENSIONAL	
	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES
Muito Desfavorável – (MD)	390	25,0%	378	24,0%	768	24,5%
Desfavorável – (D)	314	20,1%	316	20,1%	630	20,1%
Favorável – (F)	856	54,9%	882	56,0%	1.738	55,4%
Total	1.560	100,0%	1.576	100,0%	3.136	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

Quando perguntados se tinham intenção de deixar o lugar onde moravam, 74,1% afirmaram não ter nenhuma intenção, 12,7% disseram ter muita intenção, e 12%, alguma intenção. Mas, contraditoriamente, com relação à preservação de áreas no estabelecimento (Reserva Legal e Área de Proteção Permanente), 81,3% informaram que não possuíam áreas demarcadas e/ou declaradas de reserva legal e/ou de proteção permanente.¹²

A DIMENSÃO POLÍTICO/INSTITUCIONAL

Se as respostas ao questionário nas dimensões social, econômica e ambiental apontam para a insustentabilidade do atual modo camponês de

¹² Os entrevistados sequer conhecem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro público eletrônico das características ambientais, que é obrigatório para as propriedades rurais, inclusive para o acesso a financiamento.

produção, a realidade não é muito distinta quando se trata das políticas ou da ação do Estado, tanto no contexto das políticas públicas coletivas quanto das políticas que focam indivíduos. Na dimensão político/institucional, por exemplo, verificaram-se os seguintes índices gerais: MD = 36,8%, D = 32,3% e F = 30,9%, de modo que MD + D = 69,1%. No território, a soma MD + D = 72,4%, e no Jacuípe, é igual a 64,4%. Esta é a única dimensão na qual o desempenho do Jacuípe é melhor que o de Irecê.

Na área das políticas de saúde, encontramos 32,1% das comunidades sem posto médico e 32,7% cuja situação dos equipamentos e serviços nos postos era muito precária. A melhor avaliação, nessa dimensão, está no quesito “equipamentos e serviços de educação”, quando 37,3% se manifestaram plenamente satisfeitos com relação à sua disponibilidade na comunidade (apesar de ser o melhor índice, ele é, ainda, muito baixo, já que 62,7% se manifestaram insatisfeitos ou pouco satisfeitos).

Com relação à formação técnica/profissional voltada para a produção agropecuária, 58,4% informaram saber da existência da mesma, e apenas 21,1% disseram que ela é acessível. Nos cinco anos cobertos pela pesquisa, das 332 famílias participantes, houve apenas 56 casos de participação em algum evento de formação técnica/profissional.

Situação semelhante se encontra na área do lazer. Apenas 18,7% dos entrevistados informaram que há equipamentos satisfatórios para essas atividades em suas comunidades; em 44,3% dos casos, eles simplesmente não existem, e apenas 30,2% se manifestaram satisfeitos com relação aos equipamentos e serviços de lazer disponíveis em suas comunidades.

Com relação aos equipamentos públicos na área da educação, dos 332 casos, 47,9% informaram que, em suas comunidades, há prédio escolar com os materiais necessários para o seu bom funcionamento; no outro extremo, em 9,3% dos casos, não há prédio escolar na comunidade. Com relação à existência de serviços públicos de educação, em 83,7% dos casos, os respondentes afirmaram que há disponibilidade em suas comunidades; mas em 30,4% do total de casos, ele funciona de maneira in-

satisfatória. Com relação ao grau de satisfação da família vis à vis aos equipamentos e serviços de educação na comunidade, dos 332 respondentes, 124 (37,3%) se manifestaram plenamente satisfeitos, e, no outro extremo, 22,3% se manifestaram insatisfeitos.

Tabela 15 – Dimensão Político-Institucional de Sustentabilidade do modo camponês de produção de vida nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê nos períodos de 2009 a 2010 e 2011 a 2013

GRAU DE SUSTENTABILIDADE	DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL					
	2009 - 2010		2011 - 2013		ÍNDICE DIMENSIONAL	
	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES
Muito Desfavorável - (MD)	2.290	39,6%	1.992	34,1%	4.282	36,8%
Desfavorável - (D)	1.876	32,5%	1.879	32,1%	3.755	32,3%
Favorável - (F)	1.612	27,9%	1.976	33,8%	3.588	30,9%
Total	5.778	100,0%	5.847	100,0%	11.625	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

Com relação à formação técnica e/ou profissional voltada para a produção agropecuária, 58,4% dos casos informaram a existência dessa oferta, mas em apenas 21,1% dos casos (70 menções) ela seria facilmente acessível para eles. Com relação à participação de algum membro da família em eventos de formação técnica e/ou profissional, ela se verificou de forma muito esporádica, atingindo, precariamente ou não, apenas 56 casos.

Com relação a equipamentos e serviços públicos de lazer, dos 332 casos, em apenas 18,7% eles existem e estão em boa situação. Em 44,3% eles simplesmente não existem. A situação melhorou pouco, considerando os dois períodos: eles estão disponíveis e em boa situação para 13,3% no primeiro período e para 18,7% no segundo. Com relação aos grupos sociais (gênero e geração), em 44,4% dos casos no primeiro período e em 23,7% dos casos no segundo período, eles atenderiam apenas a um grupo social. Com relação ao grau de satisfação diante dos equipamentos e serviços de lazer, apenas em 30,2% dos casos os respondentes se manifestaram muito satisfeitos e, no outro extremo, em 30,2%, se manifestaram insatisfeitos.

Apenas 29,8% dos entrevistados afirmaram que as políticas de previdência e assistência contribuem favoravelmente para a produção de uma situação de sustentabilidade, e mais de 70% se dividiram entre o Muito Desfavorável (37,9%) e Desfavorável (32,3%). Na Bacia do Jacuípe, apenas 22% dos entrevistados registraram a categoria Favorável, e 78% se distribuíram entre os que perceberam a situação como Desfavorável (32,1%) e Muito Desfavorável (45,9%). Em Irecê, 34,7% indicaram Favorável, e 65,3% se localizaram nas categorias Desfavorável e Muito Desfavorável.

O PBF é o programa que marca de forma mais forte a presença do Estado no mundo camponês nos territórios que são objeto desta pesquisa, não pelo seu tamanho, mas pelo formato e o modo como ingressa na sociedade. Para os seus “beneficiários”, ele chega como uma benção (é portador de caráter messiânico, salvacionista); para os que antes se beneficiavam da superexploração da força de trabalho do agora beneficiário, ele é uma maldição; para o comerciante, é mais um dinheiro garantido e que, fatalmente, chega à sua caixa. É o programa mais querido e mais odiado nos territórios.

No Jacuípe, o número de benefícios do PBF passou de 35.753, em 2009, para 39.821, em 2013, crescimento de 11,3%. A população do território é de 249.628 habitantes. Se o tamanho médio da família no Território é de quatro membros, teremos um total de aproximadamente 62.407 famílias, de modo que, no território, uma de cada 1,56 famílias é beneficiária do programa. No território de Irecê, o número de famílias beneficiárias passou de 57.841, em 2009, para 68.672, em 2013, crescimento de 18,7%. A população do Território é de 432.977 habitantes, de modo que há, em média, um benefício para cada 1,57 famílias. Com relação aos recursos financeiros alocados, no Jacuípe, entre 2009 e 2013, houve um acréscimo nominal de 77,65%, e no Território de Irecê, o incremento foi de 110,55%.

Tabela 16 – Dimensão Assistencial/Previdenciária de Sustentabilidade do modo camponês de produção de vida nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê nos períodos de 2009 a 2010 e 2011 a 2013

GRAU DE SUSTENTABILIDADE	DIMENSÃO ASSISTENCIAL/PREVIDENCIÁRIA					
	2009 - 2010		2011 - 2013		ÍNDICE DIMENSIONAL	
	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES	MENÇÕES	% MENÇÕES
Muito Desfavorável - (MD)	579	37,8%	590	37,9%	1.169	37,9%
Desfavorável - (D)	478	31,2%	519	33,4%	997	32,3%
Favorável - (F)	474	31,0%	446	28,7%	920	29,8%
Total	1.531	100,0%	1.555	100,0%	3.086	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

Tabela 17 – Número de benefícios e valores transferidos do PBF para os Territórios Jacuípe e Irecê, anos 2009-2013

TERRITÓRIOS	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF - 2009 A 2013					
Jacuípe	35.753	37.097	38.427	40.141	39.821
Irecê	57.841	62.332	66.159	68.951	68.672
Total	93.594	99.429	104.586	109.092	108.493
Valores (R\$) repassados pelo PBF - 2009 a 2013					
Jacuípe	39.303.373,00	43.839.484,00	49.635.639,00	59.448.546,00	69.823.034,00
Irecê	62.216.847,00	75.438.139,00	86.437.021,00	107.604.104,00	130.999.850,00
Total	101.520.220,00	119.277.623,00	136.072.660,00	167.052.650,00	200.822.884,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Matriz de informação social: folha de pagamentos do Programa Bolsa Família da Caixa (BRASIL, [20--a]).

Tabela 18 – Previdência Social. Número de benefícios e valores transferidos para os Territórios de Jacuípe e Irecê, 2009-2013

TERRITÓRIOS	2009	2010	2011	2012	2013
Quantidade de Benefícios Emitidos nos Territórios - 2009 a 2013 (Dezembro)					
Jacuípe	44.661	45.943	47.461	48.942	50.438
Irecê	68.607	71.759	74.972	75.988	79.145
Total	112.768	117.702	122.433	124.930	129.583
Valores (R\$) Transferidos para os Territórios - 2009 a 2013 (Dezembro)					
Jacuípe	251.123.541,92	281.730.455,12	307.253.492,44	360.361.883,34	404.737.704,12
Irecê	376.321.557,72	424.882.745,53	469.398.336,87	547.056.072,11	612.689.284,37
Total	627.445.099,64	706.613.200,65	776.651.829,31	907.417.955,45	1.017.426.988,49

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados abertos da Previdência Social (BRASIL, [20--b]).

Com relação à previdência, entre 2009 e 2013, o número de benefícios cresceu em 14,9%, atingindo, em 2013, 129.583 benefícios, para uma população estimada, nos dois territórios, de 682.005 habitantes (o que significa um benefício para cada 5,2 habitantes).¹³ O valor transferido em 2013 para os territórios foi de R\$ 1.017.426.988,49.

SÍNTESE DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA OS DOIS TERRITÓRIOS

Foi possível identificar na pesquisa, as transferências públicas federais (benefícios e valores) cujos beneficiários são famílias camponesas (caso do PAA); identificaram-se, igualmente, o número de contratos e os valores financiados pelo PRONAF, cujos beneficiários são “agricultores familiares”, incluindo os camponeses (PRONAF A, B e C); identificaram-se, também, em termos gerais, as transferências (benefícios) e os valores relativos à assistência e à previdência social. De todos esses programas, apenas o PAA (o mais deficitário de todos) é exclusivo para os camponeses. Considerando isso, em princípio, não se obtiveram, na pesquisa, informações suficientes com recorte para o campesinato. Na pesquisa de campo, no entanto, envolvendo 332 famílias, pôde-se averiguar, como demonstração, o grau aproximado de incidência dessas políticas junto a este segmento social.

Os números apresentados na Tabela 19 nos oferecem pelo menos uma informação relevante: a do peso relativo desses programas, em valores e em beneficiários, nos dois territórios. O número de aposentadorias e os valores transferidos nesse quesito são, de longe, os mais significativos. Esse valor é muito superior, inclusive, ao do total das transferências federais, para todos os municípios, neste ano (2013), que foi de R\$ 683.728.101,07.

¹³ Em Serra Preta, em 2013, havia um benefício para cada 3,5 habitante e, em Barra do Mendes, um benefício para cada 2,8 habitantes.

Se a população dos dois territórios é de 682.605 habitantes, um de cada 5,25 habitantes é aposentado. A proporção sobre o total da população de beneficiários do PBF é menor: um em cada 6,30 habitantes recebe o benefício. Mas, no caso do campesinato, é possível afirmar que a quase totalidade das famílias é beneficiária do programa. É verdade que o impacto de cada um desses programas é distinto. As aposentadorias, hoje, tornaram-se fatores de aglutinação de famílias. O Bolsa Família, por sua vez, abre as portas do mercado para a aquisição de alimentos e outros bens.

Tabela 19 – Síntese das informações sobre transferências públicas federais e beneficiários para os Territórios Jacuípe e Irecê

FONTES	TRANSFERÊNCIAS (R\$)	BENEFICIÁRIOS
PRONAF	55.513.906,18	20.457 contratos
PAA	2.205.195,41	540 agricultores e 21.000 atendidos
APOSENTADORIAS	1.017.426.988,49	129.583
PBF	200.822.884,00	108.493
BPC	102.700.020,19	12.936

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

Em síntese, verificando as informações por dimensão e também por indicador, seja com relação à realidade social e econômica ou com relação à presença do Estado, constata-se a existência de uma situação de insustentabilidade do modo camponês de produção; constata-se, igualmente, a existência de baixo impacto relativo das políticas públicas para a produção de uma reversão na situação. Um dos atuais indicativos dessa insustentabilidade é o próprio fato de se ter transformado essa população em beneficiária de programas de assistência, que garantem, muito frequentemente, a única renda das famílias; além disso, há que se agregar o fato de que muito poucas famílias beneficiárias conseguem romper com a situação de assistidas. Constata-se, por fim, que essa situação de insustentabilidade independe da situação de calamidade que assola a região, e que os sistemas de políticas públicas, considerando os de assistência e desenvolvimento, pautados que são pela ideia de “mínimo vital”, contribuem para

a sobrevivência e a reprodução das famílias na sua situação de pobreza, e não para o rompimento desse estado de insustentabilidade.

Sobre os impactos do PBF na produção da sustentabilidade

O PBF é uma “ajuda” para as famílias beneficiárias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Ele tornou-se um meio “necessário” para a sobrevivência e adquiriu caráter de “bolsa tudo”, dizia uma líder comunitária de Chapada, em Riachão do Jacuípe. Ela contou diversos casos mostrando os efeitos positivos do programa: casos de mulheres que, sem ele, teriam morrido ou estariam, hoje, pedindo esmola; de famílias que melhoraram a situação e que, hoje, já “poderiam” viver sem o programa, mas continuam recebendo e de famílias que precisariam do dinheiro e não estão recebendo, por isso passam fome. Contou casos, também, de maridos que, com o acesso ao dinheiro, ficaram preguiçosos, deixaram de trabalhar. De um líder sindical, ouvimos: “o Bolsa Família é dinheiro na mão, que é pouco para quem trabalha, mas é bom para todos”.

Portador desse caráter de “ajuda”, o PBF se identifica fortemente com a mulher camponesa vista na perspectiva da tradição do lugar. Na região, “ajuda” é um termo popular que remete à amizade, à gratuidade e ao carinho; o carinho da mãe. Na lida da família camponesa na região, distingue-se, por exemplo, a ação do homem da ação da mulher: o homem trabalha na roça e a mulher “ajuda”. O PBF não resulta do trabalho do homem; e ele chega através da mulher. Talvez por isso se atrela o PBF com a ideia de ajuda. Mas, na contrapartida, ele ajuda também ao homem. De acordo com um morador de uma comunidade de Baixa Grande, “com os auxílios do Bolsa Família, agora, os trabalhadores podem aceitar ou não os trabalhos oferecidos” (o preço das diárias).

Esses programas ajudam, principalmente, no que seria a competência da mulher. Conforme uma beneficiária do PBF: “o Bolsa Família, praticamente, é a renda total do lar, e se não fosse o mesmo, pela escassez

de oferta de trabalho, talvez não se tivesse com o que manter o lar”. De acordo com essa mulher, “se não fosse o bolsa família, não haveria como sustentar o lar, pois trabalho na região é escasso e o produto do trabalho na roça dá somente para o consumo de casa”.

O PBF é “necessário” (é, frequentemente, a renda total da casa) e ingressa como “ajuda”. Exatamente por isso, ele é produtor de uma onda de medo (além da onda do estado de graça) na região: o medo de perder o PBF. O medo permeia o cotidiano das famílias, está no seu dia a dia: é o medo de chegar lá no banco e não encontrar dinheiro; o medo de alguém (a prefeitura) cortar. Esse medo ganha vulto nos períodos de crise e de campanha político-eleitoral.¹⁴ Mas a contrapartida do medo não é a passividade, é a desconfiança e a insegurança: já que ele não chega como um direito, mas como “ajuda”, desconfia-se de que essa ajuda pode acabar, como qualquer ajuda; cria-se uma situação de insegurança que deixa as famílias sem a capacidade de arriscar. E se acabar?

Para a quase totalidade das famílias camponesas que participaram da pesquisa, nas últimas décadas, o dinheiro se tornou a chave para a vida. Na década de 1980, na primeira pesquisa de campo que realizei no Território de Irecê, constatava que, naquele momento, os camponeses estavam “aprendendo o caminho do banco” e que o dinheiro passava a fazer parte dos movimentos e das estratégias de produção de vida. Substituíam-se “o dinheiro do território” pelo “território do dinheiro”, como afirmava Milton Santos (1999). Ou, nas palavras de uma beneficiária do PBF da comunidade de Barreiros: “hoje, o dinheiro faz mais falta do que antigamente. O consumismo está maior, antes, se vivia sem dinheiro. Hoje, não

14 Em duas eleições presidenciais, a equipe esteve em campo para pesquisa: 2010 e 2014. Em ambas as ocasiões, testemunhamos manifestações deste medo e estratégias utilizadas, na região, por “cabos eleitorais” para o aguçamento deste medo. Como em outras ocasiões na história da humanidade, o medo é um poderoso instrumento de controle social. Ver: *O Grande Medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*, de George Lefebvre (1979), e o *Manifesto Comunista*, de Karl Marx (2004).

dá mais. Tudo que tem, tem que ser comprado. Tem mais apelo pra ter dinheiro”. O dinheiro requalifica as relações sociais e os modos de produzir a vida: dinheiro, consumo.

O PBF contribui, também, no processo de desmanche do campesinato da região. De modo geral, após a casa, a cidade (a feira, a casa lotérica, o mercado, a farmácia, a escola das crianças etc.) se torna a estação mais importante nos trajetos das famílias, principalmente em tempos de estiaagem, quando plantar é mais arriscado. As próprias comunidades se tornam lugares da cidade (o mundo), como dizia, desolada, uma professora da comunidade Meia Hora, de Irecê:

Hoje estamos no mundo, não estamos mais na roça. O que sobra, aqui, é a escola, uma cacimba e as moradias cercadas por condomínios fechados de gente rica. Muitos moradores saíram. Houve um tempo, aqui, que chegavam muitos ônibus para levar os homens para trabalhar fora, ficavam as viúvas de maridos vivos. Hoje, nem mais isso tem, com o Bolsa Família, diminuiu o êxodo.

Ela encerra a conversa dizendo que,

[...] com o Bolsa Família, veio outra forma de criar os filhos. As mães deixam muito no gosto deles. Eles entram na droga. Falta o que fazer para os jovens. Foi feita uma pesquisa aqui e se viu que quase nenhum jovem tem expectativa. Falta oferta de oportunidades. Só tem a droga.

“Com os primeiros sinais de chuva”, dizia uma líder comunitária do município de Riachão do Jacuípe, “o agricultor pega os instrumentos de trabalho e a semente e vai plantar”. Agora, no entanto, conforme a professora desta escola de Irecê, não estamos mais na roça, estamos no mundo. Essa contradição torna-se cada vez mais visível no Semiárido. Fala-se, aqui, de duas gerações: a que planta e que, portanto, está no Semiárido, e a que está no mundo. A primeira é, provavelmente, a última geração de

um modo camponês de produção de vida na região; a segunda é, provavelmente, a primeira geração de um novo personagem na região. O que se vai aprender desde pequeno a lida da roça; o novo vai para a escola, onde aprende o mundo urbano; o mundo.

O PBF é, ainda, portador de outra contradição. Se por um lado ele é reconhecido como necessário, por outro, ele reforça a ideia de incapacidade, como se ouviu entre beneficiários. Uma beneficiária da comunidade quilombola de Barreiros dizia:

[...] o dinheiro do Bolsa Família tem uma utilidade. Eu não me sinto bem recebendo esse dinheiro. Mas, como não tenho outro, ele é bem vindo. Se recebo, é porque não tenho condição. Eu me sentiria melhor se não precisasse. Eu não queria, mas preciso dele e tenho medo de perdê-lo.

Mais do que contribuição para a produção de sustentabilidade, o PBF, em virtude do seu caráter (LAUTIER, 2010), contribui para a conservação do estado de pobreza e de subalternização das populações locais. Ele não ingressa na região pelo caminho dos direitos, mas reproduz a ideia de favor. Produz-se, através dessa política, um modelo que passa a ser hegemônico, envolvendo ideias como: 1) fortalecimento de vínculos verticais/individuais em detrimento de laços horizontais ou de socialização; 2) imposição quase absoluta da ideia de consumo em detrimento da ideia e da lógica da produção; 3) criação de um grupo social de desqualificados para a produção e de beneficiários de políticas públicas baseadas na ideia de mínimo vital/biológico; 4) reprodução sistemática dos sistemas de bloqueio (acesso à terra, à água, a políticas públicas de qualidade, ao desenvolvimento sustentável), que foram historicamente produzidos; 5) fortalecimento da ideia de que a cidade é o começo e o fim de linha do seu território (descampesinização em benefício do neoextrativismo). Ou seja, o programa contribui negativamente para a produção da sustentabilidade do modo camponês de produção da existência.

Alguns estudiosos identificaram, com a disseminação do PBF, a produção de sinais de “ruptura ética” (REGO; PINZANI, 2014), o que eles entendem como um avanço, baseados na ideia de que dinheiro produz autonomia:

a renda liberta a pessoa de relações privadas opressoras e de controles pessoais sobre a sua intimidade, pois a conforma em uma função social determinada, permitindo-lhe mais movimentação e, portanto, novas experiências. (REGO; PINZANI, 2014, p. 199)

Consideram que, com a introdução do dinheiro transformado em renda, o indivíduo rompe com o sistema de relações interpessoais (como se esse fosse, por si só, um mal) e ingressa no campo das relações formais, produzindo, desse modo, a ruptura ética. Há que se considerar, no entanto, que o processo é dialético, de modo que a superação de uma contradição não significa a ruptura com a dialética. O dinheiro, transformado em renda ou não, liberta, mas, ao mesmo tempo, prende; prende a outro sistema.

Além disso, há que se considerar que o modo camponês de produção de vida não é baseado na produção de renda/dinheiro, mas na produção de alimentos. Com a introdução do dinheiro: 1) ingressa-se o agricultor no mercado, nas suas prisões e nas novas formas de sujeição, inclusive moral, mas já não mais a mesma moral: a moral do capital; 2) o dinheiro que é transferido significa, para a maioria das famílias, e Rego e Pinzani (2014, p. 198) reconhecem, o quase único dinheiro para pagar a sua sobrevivência; é a política do mínimo vital, tornando o beneficiário em prisioneiro do comerciante; 3) o dinheiro pode libertar o indivíduo de muitas de suas prisões (no caso específico, emancipa no contexto das relações de gênero), mas não liberta a sociedade e, por si só, não socializa, não favorece a criação de canais para a libertação social; 4) o dinheiro, do modo como são estruturados os sistemas de políticas públicas para a região, “liberta”

o camponês do modo camponês de produção da existência (desmancha o campesinato), ao substituir a produção de alimentos pela renda de transferência pública; 5) por maior que tenha sido o *marketing* no sentido de tornar esse dinheiro legítimo, no modo camponês de produção, há dinheiros que causam constrangimentos.

Considerações finais

Neste artigo, demonstramos que o atual modo camponês de produção nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Irecê, no Semiárido da Bahia, é insustentável; que essa insustentabilidade reaparece em cada uma das dimensões, dos indicadores e, igualmente, nos dois Territórios; que a insustentabilidade é histórico-estrutural, consubstanciada em sistemas de bloqueios (acesso à terra, à água, a tecnologias, à assistência técnica, a financiamentos e a políticas públicas coletivas de qualidade, como a educação – formação geral e formação técnica/profissional –, a saúde, o lazer, o transporte etc.) e ganha novas formas e condições no contexto atual sob o domínio do neoeextrativismo, articulado a um novo modelo de políticas públicas pautadas pelo PBF.

Num primeiro olhar, essas condições (sistemas de bloqueios) que fogem ao controle direto das famílias e comunidades da região criam uma aparente situação de uniformidade ou de horizontalidade. No entanto, considerando os modos de comunidades e famílias de se posicionarem nesse contexto e os resultados conquistados a partir desses posicionamentos, verificou-se que, se por um lado, a maioria das comunidades que participaram da pesquisa padece das imposições das condições, há as que, com empenho próprio, capacidade criativa e incentivos externos, estão se mostrando capazes, senão de romper com a situação, de fazer-lhe frente. Dentre os diversos casos de início de rompimento com a situação, identificados na pesquisa, há dois que chamaram mais atenção: o de uma comunidade quilombola localizada em Itaguaçu da Bahia, no Território

de Irecê, e o dos agricultores que, no Território do Jacuípe, se articulam por meio do Adapta Sertão.

A comunidade quilombola de Barreiros compreende algumas centenas de famílias. Um grupo de 120 mulheres da comunidade, com alguns poucos homens, criou ali uma associação que obteve acesso ao PAA e, atualmente, sobre essa base, estrutura grande parcela da produção da sua renda. Elas produzem mandioca, hortaliças e frutas, transformam parte desses produtos, sobretudo da mandioca, pesam, embalam e, através de um órgão do Estado, repassam para 600 famílias da própria comunidade e de comunidades vizinhas. Neste processo, elas combinam produção individual com produção coletiva, feita em pequenos grupos, tudo em terras arrendadas. Cada família possui uma cota de produtos a ser entregue, e só pode entregar esta cota, o que é motivo de descontentamento de muitas delas, já que, frequentemente, produzem um excedente.

Na associação, a média mensal de renda por participante é de R\$ 400,00, o que, segundo elas, “ajuda” a família. Outra parcela da renda é formada pelo dinheiro do PBF. Ambos – PAA e PBF – são dinheiros da mulher, o que permite a elas uma relativa autonomia com relação aos homens, um dos elementos da autossustentabilidade. “Nós sabemos melhor que os homens como usar o dinheiro” é uma nota repetida nas conversas. “O dinheiro da mulher é para a casa, o dinheiro do homem é para outras coisas, tem outra serventia”. Ou seja, além de “ajudar”, estes dois dinheiros contribuem para a emancipação da mulher no quadro da relação de gênero.

No Território de Identidade Bacia do Jacuípe, a partir de experiências desenvolvidas por uma rede de entidades de Pintadas – Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) –, foi criado o Adapta Sertão (CESANO, 2011), com a finalidade de desenvolver um conjunto de ações voltadas para o aumento da resiliência climática no Semiárido. Indo além do que se preconiza com a “convivência com o Semiárido”, onde este é concebido, em geral, como um elemento passivo, a ideia de resiliência par-

te do suposto de que ambos – camponês e semiárido – constituem um sistema único, em movimento; que o Semiárido destruído pela ação humana pode ser recuperado (o Semiárido de hoje é uma produção histórica); que a adaptação entre a Sociedade (dimensão antrópica) e o Semiárido (na sua dimensão biofísica) se faz nessa interação permanente entre os dois.

O projeto estruturante – Adapta Sertão – foi montado a partir do Modelo Produtivo Módulo Agroclimático Inteligente e Sustentável (MAIS). Iniciado com 200 agricultores, todos necessariamente vinculados a cooperativas, o projeto se alargou neste ano (2015) para 800 famílias, todas elas detentoras da posse de uma quantidade mínima necessária de terra. No projeto, prevê-se a recuperação dos solos e da vegetação, o abastecimento de água, a formação técnica e geral dos agricultores, o desenvolvimento de tecnologias adaptadas, o desenvolvimento de produtos adaptados à atual situação da região (começando com a cultura da palma: “quem planta palma, planta água”), sistemas de armazenamento de produtos, o envolvimento de todos os membros da família, o uso de sistema de contabilidade e de relatórios e a troca de experiências na região e com outras regiões. Em visita a diversos agricultores participantes do projeto, em comunidades diferentes, observou-se, além da adoção do empenho dos agricultores na busca do fortalecimento da capacidade de resiliência, um sentimento de que é possível vencer.

Nas conversas, rodas de conversas e, principalmente, nos seminários que encerraram o processo de pesquisa, discutiram-se, entre outras, as questões da insustentabilidade atual desse modo de produção, de como ela se estrutura atualmente e da sua natureza, das contribuições das políticas públicas atuais para o rompimento dessa insustentabilidade e, principalmente, sobre a proposição de indicações para a elaboração de políticas adequadas a um projeto que vise a sustentabilidade e a resiliência no Semiárido. A ideia de “projetos estruturantes” apareceu como a chave que abrirá as portas para esse futuro sustentável. O que são e como se constituíram esses projetos estruturantes?

Essencialmente, esses projetos se colocam na linha de ruptura com os sistemas de bloqueio e com os atuais modelos de políticas que quase se esgotam na assistência baseada no mínimo biológico. Pontuou-se nesses seminários, e em conversas com grupos e lideranças da região: 1) que o acesso à terra, à água, às tecnologias, à assistência técnica, às políticas públicas coletivas (educação, saúde, lazer, moradia, transporte público, comunicação etc.) de qualidade, ao desenvolvimento sustentável e ao financiamento do desenvolvimento devem formar a base estrutural desses projetos; 2) que estes precisam ser massivos (envolver todos os camponeses, não alguns) e envolventes ao longo de todo o processo (precisam ser portadores das dimensões política e pedagógica); 3) que a educação, num processo como este, precisará ser de “alta intensidade”, envolvendo questões como a do modo camponês de produção, do cooperativismo, da formação técnica/profissional, da cidadania e do aumento da resiliência nas condições atuais do Semiárido; 4) que esses projetos precisam envolver, de modo estrutural, os jovens, que são atualmente o setor mais vulnerável às condições de insustentabilidade do modo camponês de produção de vida no Semiárido. De acordo com o depoimento de uma professora da comunidade Meia Hora, de Irecê, hoje “não tem políticas públicas para jovens”, que, cada vez mais, nessas comunidades, estão envolvidos com o consumo de drogas e de álcool; 5) que a produção de resiliência não pode jamais ser perdida de vista, desde o início do processo; 6) que a universidade tem um papel fundamental nesse contexto: o de sistematizar experiências para possibilitar o desenvolvimento de um processo em escalas; 7) que é necessário recuperar o lugar “protagônico” dos movimentos sociais do campo: para influenciar no campo da política, é necessário ocupar o lugar certo. O lugar do camponês é no movimento camponês.

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- BARTRA, A. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: cultura acadêmica: cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. *Matriz de informação social: folha de pagamentos do Programa Bolsa Família da Caixa*. Brasília, [20--a]. Disponível: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em: 12 set. 2009.
- BRASIL. Previdência Social. *Dados abertos*. Brasília, [20--b]. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>. Acesso em: 26 de março de 2014.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília, 2013. p. 29-72.
- CESANO, D. et al. A experiência da coalizão adapta Sertão na disseminação de tecnologias e estratégias de adaptação à mudança climática para o agricultor familiar do Semiárido brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, n. 6, p. 1336-1350, 2011.
- CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *A questão da água no Nordeste: seminário clima e disponibilidade de água nas bacias do semiárido*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/publicacoes/cd_agua_nordeste.php>. Acesso em: 17 abr. 2013.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Irecê, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio050.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável*. Jacuípe, 2010.

DECLARAÇÃO do Semiárido: propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a Convivência com o Semi-Árido e Combate à Desertificação. Recife, 26 de novembro de 1999.

FAVERO, C. A.; SANTOS, S. R. dos; SODRE, M. D. “Urbanidades” (ou o seu déficit) nos confrontos com comunidades camponesas no semiárido da Bahia. *urbBA 14*, Salvador, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.urbba14.blogspot.com.br/p/programacao-geral.html>>.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*: Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/>. Acesso em: 23 abr. 2010.

IBGE. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

IBGE. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*: Brasil. Estudos & Pesquisas: Informação Geográfica, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4323.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

IBGE. *Recursos naturais e estudos ambientais. Introdução*. [S. l.], [20--]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4323.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

KÜSTER, Â.; ALMEIDA, A.; MARTÍ, J. F. Indicadores para o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis nas regiões semiáridas do Nordeste do Brasil. In: ICID+18, CONFERÊNCIA INTERNACIONAL: CLIMA, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES SEMIÁRIDAS, 2., 2010, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: CGEE, 2010.

LAUTIER, B. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia? *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-366, maio/ago. 2010.

LEFEBVRE, G. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

- MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, J. de S. *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- MIELE, M.; MIRANDA, C. R. de. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário*. Brasília, 2013. p. 201-231.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. *Anais... Águas de Lindóia*: Finesp, 2013.
- NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. A pequena produção rural no Brasil. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário*. Brasília, 2013. p. 13-28.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2014.
- SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Relatórios de Informações Sociais*. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 23 maio 2013.
- SANTOS, M. O Dinheiro e o território. *GEOgrafia*, São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 8-9, jan./jun. 1999.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Censo Demográfico 2010*. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1136&Itemid=356>. Acesso em: 8 maio 2013.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Estatísticas dos municípios baianos*. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=76&Itemid=110>. Acesso em: 3 maio 2013.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Estatísticas dos municípios baianos*. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=76&Itemid=110>. Acesso em: 3 maio 2013.

SUASSUNA, J. *Transposição de águas do Rio São Francisco: planejar é preciso*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=661&Itemid=376>. Acesso em: 9 abr. 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WINROCK INTERNACIONAL. *Pobreza rural no Nordeste do Brasil: um estudo participativo*. Salvador: Casa da qualidade editora, 2000.

Formato 17x24 cm utilizando a fonte Freight.
Impressão na EDUFBA. Capa e acabamento na CIAN.
Papel Alcalino 75 g/m² para o miolo e
Cartão Supremo 300 g/m² para a capa.
Tiragem de 440 exemplares.

Salvador, 2016